



DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLIII Suplemento A ao nº 80

BRASÍLIA – DF, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2009

PREÇO R\$ 3,00

SUMÁRIO

Atos do Poder Executivo

SEÇÃO I
PÁG.
1

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 803, DE 25 DE ABRIL DE 2009

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DA POLÍTICA TERRITORIAL

CAPÍTULO I

DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e sua adequação às diretrizes e aos instrumentos constantes da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, incorporando as políticas e diretrizes ambientais e setoriais implantadas no Distrito Federal.

Art. 2º O PDOT tem por finalidade propiciar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes.

Art. 3º O PDOT é o instrumento básico da política urbana e da orientação dos agentes públicos e privados que atuam no território do Distrito Federal.

Parágrafo único. O PDOT abrange a totalidade do território do Distrito Federal e atende ao disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e aos princípios da política urbana e rural contidos no Título VII da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 4º Os instrumentos legais que integram o Sistema Legislativo de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Distrito Federal serão desenvolvidos em consonância com este Plano Diretor, constituindo parte do processo contínuo e integrado de planejamento territorial.

Art. 5º Os instrumentos que compõem o planejamento governamental – o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e o PDOT – deverão guardar compatibilidade entre si.

§ 1º Os planos setoriais do Governo do Distrito Federal, na sua elaboração ou revisão, deverão adequar-se ao disposto no PDOT.

§ 2º O PDOT compatibilizará, em suas revisões e atualizações, as condicionantes ecológicas e ambientais para o uso e a ocupação dos espaços territoriais definidos nesta Lei Complementar e na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 6º São partes integrantes do PDOT:

I – Anexo I – Zoneamento e Unidades de Planejamento Territorial:

a) Mapa 1 – Macrozoneamento do Distrito Federal;

b) Mapa 1A – Zoneamento do Distrito Federal;

c) Mapa 1B – Detalhamento da Zona Rural de Uso Controlado;

d) Mapa 1C – Unidades de Planejamento Territorial;

II – Anexo II – Estratégias de Ordenamento Territorial:

a) Mapa 2 – Estratégias de Regularização Fundiária e de Oferta de Áreas Habitacionais;

b) Tabela 2A – Setores Habitacionais de Regularização;

c) Tabela 2B – Áreas de Regularização;

d) Tabela 2C – Parcelamentos Urbanos Isolados;

e) Tabela 2D – Oferta de Áreas Habitacionais;

f) Mapa 3 – Estratégias de Estruturação Viária, Implantação de Polos Multifuncionais, Dinamização de Espaços Urbanos e Revitalização de Conjuntos Urbanos;

g) Tabela 3A – Rede Estrutural de Transporte Coletivo do Distrito Federal;

h) Tabela 3B – Polos Multifuncionais;

i) Tabela 3C – Áreas de Dinamização de Espaços Urbanos;

j) Tabela 3D – Áreas de Revitalização de Conjuntos Urbanos;

k) Mapa 4 – Estratégia de Integração Ambiental do Território;

l) Tabela 4A – Configuração de Conectores Ambientais;

III – Anexo III: Mapa 5 – Densidades Demográficas;

IV – Anexo IV – Áreas Econômicas:

a) Mapa 6 – Áreas Econômicas;

b) Tabela 6A – Áreas Econômicas Consolidadas;

c) Tabela 6B – Áreas Econômicas Não Consolidadas;

d) Tabela 6C – Áreas Econômicas a Implantar;

V – Anexo V – Coeficientes de Aproveitamento Básico e Máximo;

VI – Anexo VI – Parâmetros Urbanísticos das Áreas de Regularização;

VII – Anexo VII – Contrato Específico para Atividade Rural em Zona Urbana: Mapa 7 – Áreas onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico.

Parágrafo único. O Documento Técnico do PDOT constitui parte integrante deste Plano Diretor.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DO PLANO

Art. 7º O PDOT rege-se pelos seguintes princípios:

I – reconhecimento dos atributos fundamentais de Brasília como capital federal, centro regional e área metropolitana em formação;

II – fortalecimento do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade;

III – garantia do cumprimento da função social e ambiental da propriedade urbana e rural;

IV – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de desenvolvimento urbano e rural;

V – promoção da sustentabilidade do território, a partir da convergência das dimensões social, econômica e ambiental, com reconhecimento do direito de todos à cidade sustentável;

VI – distribuição justa e equilibrada das oportunidades de emprego e renda no Distrito Federal;

VII – visão sistêmica e integrada do processo de desenvolvimento urbano e rural, considerando as dimensões social, econômica, ambiental, cultural e espacial;

VIII – participação da sociedade no planejamento, gestão e controle do território;

IX – reconhecimento da necessidade de gestão compartilhada entre os setores públicos, privados e a sociedade civil, envolvendo os municípios limítrofes ao Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS

ART. 8º SÃO OBJETIVOS GERAIS DO PDOT:

I – melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades socioespaciais;

II – consolidação, resguardo e valorização do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília como sítio urbano tombado e Patrimônio Cultural da Humanidade;

III – proteção, recuperação, valorização e aproveitamento das potencialidades do patrimônio cultural do Distrito Federal;

IV – proteção, preservação e recuperação do patrimônio ambiental do Distrito Federal;

V – ampliação das oportunidades de trabalho, equilibrando-se sua localização em relação à distribuição da população urbana e rural no território do Distrito Federal;

VI – promoção da participação da sociedade no planejamento, gestão e controle das políticas de ordenamento territorial;

VII – distribuição equilibrada de áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários;

VIII – promoção da mobilidade urbana e rural, de modo a garantir a circulação da população por todo o território do Distrito Federal;

IX – otimização e priorização da ocupação urbana em áreas com infraestrutura implantada e em vazios urbanos das áreas consolidadas, respeitada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território;

X – integração da política de ordenamento territorial com as demais políticas setoriais que tenham reflexo no processo de planejamento e gestão do território do Distrito Federal e dos municípios limítrofes;

XI – diversificação da oferta de imóveis residenciais compatíveis com as demandas da sociedade;
XII – promoção do desenvolvimento de novas centralidades no território do Distrito Federal;
XIII – promoção do desenvolvimento territorial e econômico do Distrito Federal, articulado ao desenvolvimento metropolitano e regional;
XIV – garantia da implantação de infraestrutura e equipamentos públicos adequados para atendimento da população;
XV – valorização da ordem urbanística como função pública, promovendo a integração dos assentamentos informais passíveis de regularização à cidade legal;
XVI – valorização da ordem fundiária como função pública, promovendo-se a regularização fundiária das terras urbanas e rurais, públicas e privadas, e integrando-as à cidade legal.

TÍTULO II
DAS DIRETRIZES SETORIAIS PARA O TERRITÓRIO
CAPÍTULO I
DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 9º Integram o patrimônio cultural do Distrito Federal os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos da sociedade.

Art. 10. Para efeito desta Lei Complementar, entendem-se por:

I – patrimônio material: todas as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico, urbanístico, científico e ecológico, incluídas as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como os conjuntos urbanos que representam esse patrimônio;

II – patrimônio imaterial: as expressões e modos de criar, fazer e viver, tais como festas, danças, entretenimento, manifestações literário-musicais, plásticas, cênicas, lúdicas, religiosas e outras práticas da vida social.

Parágrafo único. Constituem bens de interesse cultural de natureza material e imaterial os que são ou vierem a ser tombados ou registrados pelos órgãos competentes no âmbito federal e distrital ou indicados por legislação específica.

Art. 11. São diretrizes para a preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal:

I – proteger o patrimônio cultural do Distrito Federal, com a participação da comunidade, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, planos de preservação e outras formas de acautelamento e preservação, com estímulo à educação patrimonial;

II – instituir instrumentos econômicos e incentivos fiscais destinados à promoção, preservação, conservação, recuperação e revitalização do patrimônio cultural;

III – avaliar interferências nas áreas de vizinhança de imóveis, sítios e conjuntos urbanos preservados, de maneira a evitar aquelas que influenciem negativamente na sua ambiência e visibilidade;

IV – revitalizar áreas degradadas de interesse cultural;

V – associar o desenvolvimento de projetos turísticos, de lazer, cultura e educação à preservação do patrimônio cultural;

VI – consolidar as potencialidades do patrimônio cultural do Distrito Federal como fator de desenvolvimento econômico e social e de geração de trabalho, emprego e renda;

VII – elaborar estudos e fixar normas para a preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal e as áreas de entorno dos bens tombados;

VIII – unificar os acervos relativos à memória do planejamento e construção de Brasília e das demais cidades do Distrito Federal.

CAPÍTULO II
DO MEIO AMBIENTE

Art. 12. O meio ambiente, que abrange tanto o ambiente natural, que é bem de uso comum do povo, como o antropizado, deve ser necessariamente protegido pelo Poder Público e pela coletividade.

Art. 13. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por:

I – unidade de conservação: espaço territorial, com seus recursos ambientais, incluídas as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II – (VETADO);

III – corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de

conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e a mobilidade da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais;

IV – conectores ambientais: porções de ecossistemas naturais, parques e equipamentos urbanos como vias públicas, calçadas, canteiros centrais, praças e playgrounds, providos de arborização e áreas verdes, utilizados como elementos de conexão entre espaços naturais preservados e demais unidades de conservação e áreas protegidas, possibilitando maior fluxo genético entre as espécies vegetais e o trânsito da fauna local.

Art. 14. São diretrizes setoriais para o meio ambiente:

I – promover o uso racional dos recursos naturais;

II – manter maciços vegetais representativos do bioma Cerrado, na forma da legislação em vigor, para assegurar a preservação do patrimônio natural;

III – proteger mananciais, bordas de chapadas, encostas, fundos de vales e outras áreas de fragilidade ambiental, para sustentação da qualidade de vida;

IV – promover o diagnóstico e o zoneamento ambiental do território, definindo suas limitações e condicionantes ecológicos e ambientais, para a ocupação e o uso do território;

V – recuperar áreas degradadas e promover a recomposição de vegetação em áreas de preservação permanente, restabelecendo as funções ecológicas de porções do território;

VI – adotar medidas de educação e de controle ambiental, evitando-se todas as formas de poluição e degradação ambiental no território;

VII – interligar fragmentos de vegetação natural com a promoção de projetos de recomposição vegetal, que favoreçam a constituição de corredores ecológicos;

VIII – incentivar a arborização como elemento integrador e de conforto ambiental na composição da paisagem territorial, urbana e rural, observando-se, na escolha das espécies, critérios ambientais e de saúde pública;

IX – instituir instrumentos econômicos e incentivos fiscais destinados à promoção, conservação, preservação, recuperação e gestão do patrimônio ambiental do Distrito Federal;

X – garantir a demarcação, a averbação e a conservação das reservas legais das propriedades e posses rurais de domínio privado, na forma da legislação vigente;

XI – estabelecer procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades de pequeno potencial poluidor e outras que justifiquem tal procedimento;

XII – fomentar a implantação de escolas técnicas voltadas para o meio ambiente.

Art. 15. São diretrizes setoriais para as Unidades de Conservação e os Parques Ecológicos:

I – criar, implantar e consolidar unidades de conservação para a proteção de amostras representativas de ecossistemas locais e a manutenção dos recursos genéticos e processos ecológicos, necessários ao equilíbrio do território;

II – criar, implantar e consolidar os Parques Ecológicos, dotando-os de equipamentos comunitários e de lazer;

III – dotar as unidades de conservação de planos de manejo e, se cabível, definir as respectivas zonas de amortecimento e, quando conveniente, os corredores ecológicos, de forma compatível com os objetivos gerais da unidade, observada a legislação ambiental vigente;

IV – incentivar a gestão integrada do conjunto de unidades de conservação.

Art. 16. São diretrizes setoriais para os recursos hídricos, compreendidos pelas águas superficiais e subterrâneas:

I – promover o uso racional, a proteção e a recuperação dos recursos hídricos, mantendo sua disponibilidade em quantidade e qualidade suficientes para as atuais e futuras gerações;

II – assegurar o uso múltiplo das águas, sendo priorizada, nos casos de escassez, a sua utilização para o abastecimento humano e a dessedentação animal;

III – respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos superficiais na exploração de água e como receptores de efluentes, em especial a do lago Paranoá e a dos mananciais destinados ao abastecimento da população e suas bacias de drenagem;

IV – respeitar a capacidade de suporte dos aquíferos, especialmente nas regiões sem rede pública de abastecimento de água;

V – controlar a impermeabilização do solo, de forma a manter a capacidade de infiltração e de recarga dos aquíferos;

VI – realizar monitoramento da qualidade e da quantidade da água de mananciais superficiais e subterrâneos;

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF
Telefones: (0XX61) 3961.4502 - 3961.4503
Editoração e impressão: POOL EDITORA LTDA

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador
PAULO OCTÁVIO ALVES PEREIRA
Vice-Governador
JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO
Secretário de Governo
HELTON DE FREITAS COSTA
Subsecretário do Diário Oficial e Coordenação Técnica
RICARDO PINTO VERANO
Diretor de Comunicação Oficial

VII – promover o enquadramento dos corpos hídricos do Distrito Federal em classes, segundo os usos predominantes;
VIII – instituir instrumentos econômicos e incentivos fiscais destinados à promoção, conservação, preservação, recuperação e gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA DE TRANSPORTE, DO SISTEMA VIÁRIO
E DE CIRCULAÇÃO E DA MOBILIDADE

Art. 17. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por:

I – sistema de transporte: conjunto de elementos com a função de permitir que pessoas e bens se movimentem, subordinando-se aos princípios da preservação da vida, da segurança e do conforto das pessoas, bem como aos da defesa do meio ambiente, do patrimônio arquitetônico e do paisagismo;
II – sistema viário e de circulação: infraestrutura física que compõe uma malha definida e hierarquizada, necessária à estruturação e operação do sistema de transporte;
III – acessibilidade: possibilidade e condição de acesso amplo e democrático ao espaço urbano e ao sistema de transporte;
IV – mobilidade: resultado de um conjunto de políticas públicas que visa proporcionar o acesso amplo e democrático aos espaços urbanos e rurais, por meio da priorização dos modos não motorizados e coletivos de transporte, evitando a segregação espacial e promovendo a inclusão social.
Art. 18. São diretrizes setoriais para o transporte do Distrito Federal:
I – garantir a acessibilidade universal dos usuários ao sistema de transporte coletivo;
II – promover a prioridade para o transporte coletivo e para o transporte não motorizado em relação ao motorizado individual, especialmente na circulação urbana;
III – universalizar o atendimento, respeitando os direitos e divulgando os deveres dos usuários do sistema de transporte;
IV – promover a implementação da integração multimodal dos serviços do sistema de transporte coletivo;
V – instituir um processo de planejamento de transporte integrado ao planejamento do desenvolvimento urbano e rural;
VI – promover a qualidade ambiental, efetivada pelo controle dos níveis de poluição e pela proteção do patrimônio histórico e arquitetônico;
VII – assegurar que os usuários dos serviços de transporte coletivo sejam tratados com urbanidade;
VIII – promover a modernização e a adequação tecnológica dos equipamentos de controle, de gestão e de operação dos serviços de transporte;
IX – reconhecer, para fins de planejamento integrado, a Rede Estrutural de Transporte Coletivo, indicada no Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3A, desta Lei Complementar.
Art. 19. A Rede Estrutural de Transporte Coletivo tem como função propiciar os deslocamentos da população entre as principais localidades do território, considerando diferentes modalidades e capacidades, segundo a seguinte macro-hierarquia:

I – primária: vias utilizadas para o transporte coletivo de alta capacidade, destinadas à articulação de grandes núcleos urbanos e do entorno imediato, com prioridade desta categoria sobre as demais, incluindo-se nesta classificação o sistema metroviário, conforme Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3A, desta Lei Complementar;
II – secundária: vias utilizadas para o transporte coletivo de alta e média capacidade, destinadas à integração dos núcleos urbanos no território, interligando-se à rede viária primária, com prioridade desta categoria sobre as de menor capacidade, conforme Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3A, desta Lei Complementar;
III – terciária: vias utilizadas para o transporte coletivo de média capacidade, destinadas à integração de localidades internas aos núcleos urbanos, interligando-se à rede secundária, com prioridade desta categoria sobre as de menor capacidade, conforme Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3A, desta Lei Complementar.

Art. 20. São diretrizes setoriais para o sistema viário e de circulação:

I – garantir a segurança, a fluidez e o conforto na circulação de todos os modos de transporte;
II – destinar vias ou faixas, preferenciais ou exclusivas, priorizando os modos não motorizados e coletivos de transporte;
III – destinar espaços urbanos no sistema viário para a implantação de infraestrutura de apoio a todos os modos de transporte;
IV – compatibilizar a classificação hierárquica do sistema viário com o uso do solo;
V – promover a acessibilidade de pedestres e ciclistas ao sistema de transporte;
VI – promover a implantação do sistema viário de forma ambientalmente sustentável;
VII – promover medidas reguladoras para o transporte de cargas pesadas e cargas perigosas na rede viária do Distrito Federal.

Art. 21. São diretrizes setoriais para a mobilidade:

I – promover um conjunto de ações integradas provenientes das políticas de transporte, circulação, acessibilidade, trânsito e de desenvolvimento urbano e rural que priorize o cidadão na efetivação de seus anseios e necessidades de deslocamento;
II – proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável;

III – promover formas de racionalização e complementaridade de ações entre os órgãos responsáveis pela organização dos espaços urbanos e rurais e do sistema de transporte.
Art. 22. O Plano Diretor de Transporte, instrumento de planejamento que consolida as diretrizes para o transporte e a mobilidade no Distrito Federal, deverá conter, no mínimo:
I – a política de transporte para o Distrito Federal, considerando os princípios de sustentabilidade e promovendo a mobilidade da população do Distrito Federal;
II – a identificação da Rede Estrutural de Transporte Coletivo, mediante revisões e adequações no sistema viário, considerando a prioridade dessa modalidade e deslocamentos seguros e confortáveis de pedestres e de ciclistas;
III – a descrição de ações que garantam a acessibilidade universal ao sistema de transporte;
IV – a previsão de participação popular no processo de planejamento, operação e gestão do sistema de transporte;
V – a definição das formas de integração entre as instituições de planejamento, gerenciamento e operação do sistema de transporte e de planejamento urbano;
VI – o estabelecimento no Plano Diretor de Transportes do Distrito Federal do atendimento às necessidades básicas de transporte escolar e coletivo das comunidades das zonas rurais.

CAPÍTULO IV
DO SANEAMENTO AMBIENTAL E DA ENERGIA

Art. 23. Deverão ser promovidos a compatibilização, a integração e, quando couber, o compartilhamento entre a iluminação pública, a arborização e as redes de água, de esgotamento sanitário, de drenagem pluvial, de energia e de comunicação de dados nas fases de planejamento, projeto, implantação, operação e manutenção dos sistemas.
Parágrafo único. As concessionárias de serviços públicos deverão consultar o órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal para o traçado de novas redes.

Seção I
Do Saneamento Ambiental

Art. 24. O saneamento ambiental visa garantir à população níveis crescentes de salubridade ambiental, mediante a promoção de programas e ações voltadas ao provimento universal e equânime dos serviços públicos essenciais.
§ 1º Entende-se por saneamento ambiental o conjunto de ações que compreende o abastecimento de água; a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos e os demais serviços de limpeza urbana; o manejo das águas pluviais urbanas; e o controle de vetores de doenças.
§ 2º Entende-se por salubridade ambiental a qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais, no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças ocasionadas por fatores ambientais, visando favorecer o pleno gozo da saúde e do bem-estar.
Art. 25. São diretrizes setoriais para o abastecimento de água, que compreende a proteção dos mananciais, a captação, a adução de água bruta, o tratamento, a adução de água tratada, a reservação e a distribuição de água:
I – assegurar à população do Distrito Federal a oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos, com regularidade, em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e com qualidade compatível com padrões de potabilidade;
II – promover e incentivar a proteção e a recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais;
III – promover o uso racional da água, com redução das perdas no sistema de captação, tratamento e distribuição, bem como a minimização dos desperdícios;
IV – definir, a partir do Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, novos mananciais para abastecimento de água que atendam ao acréscimo populacional a médio e longo prazos, considerando a eficiência, a salubridade e a sustentabilidade ambientais das bacias hidrográficas, as fragilidades e potencialidades do território indicadas no Zoneamento Ecológico-econômico do Distrito Federal e as formas de uso e ocupação do solo indicados nesta Lei Complementar.

Art. 26. São diretrizes setoriais para o esgotamento sanitário, que compreende a coleta, a interceptação, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, incluídos os efluentes industriais e hospitalares compatíveis, bem como a disposição final de lodo e de outros resíduos do processo de tratamento:
I – assegurar à população sistema de coleta, tratamento e disposição adequado dos esgotos sanitários, como forma de promover a saúde e a qualidade ambiental;
II – priorizar os investimentos para a implantação de sistema de esgotamento sanitário nas áreas desprovidas de redes, especialmente naquelas servidas por fossas rudimentares ou cujos esgotos sejam lançados na rede pluvial, ou quando as características hidrogeológicas favorecerem a contaminação das águas subterrâneas;
III – ampliar, a partir das alternativas vinculadas ao Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, os sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e industriais compatíveis, de forma a atender às necessidades presentes e à demanda crescente, considerando a eficiência, a salubridade ambiental, a sustentabilidade ambiental das bacias hidrográficas e as formas de uso e ocupação do solo indicadas nesta Lei Complementar.
Art. 27. São diretrizes setoriais para a gestão dos resíduos sólidos, que compreende a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos urbanos:
I – proteger a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;
II – reduzir a geração de resíduos sólidos e incentivar o consumo sustentável;

III – minimizar os impactos ambientais e sociais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos;

IV – garantir a adequada disposição mediante utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis;

V – aprimorar os mecanismos de recuperação de custos dos serviços;

VI – implementar a formalização, a profissionalização e a integração completa do setor informal de manejo de resíduos;

VII – adotar medidas para o fortalecimento institucional e normativo.

§ 1º Não se enquadram entre os serviços pertinentes à limpeza urbana aqueles referentes aos resíduos cujo manejo seja de responsabilidade do gerador.

§ 2º Fica o órgão gestor dos serviços públicos de limpeza urbana incumbido da elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal.

Art. 28. O Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal deverá abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – disposição quanto ao manejo planejado, integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase na utilização de tecnologias limpas;

II – medidas de estímulo à reciclagem e ao reuso de resíduos;

III – medidas que promovam o reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;

IV – definição de áreas para transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, considerados, entre outros, os seguintes critérios:

a) racionalização do sistema em base descentralizada, buscando-se a articulação necessária entre as diferentes áreas e as fontes geradoras de resíduos, dentro de um sistema descentralizado que opere de forma articulada e integrada;

b) princípio da eficiência e economicidade, diminuindo-se as distâncias entre tais áreas e as fontes geradoras de resíduos, dentro de um sistema descentralizado que opere de forma articulada e integrada;

c) promoção da salubridade ambiental, com o uso de tecnologias e medidas que não causem prejuízo à saúde da população e que diminuam os fatores de incomodidade.

Art. 29. São diretrizes setoriais para o manejo das águas pluviais urbanas, que compreende a captação ou a retenção para infiltração ou aproveitamento, a coleta, o transporte, a reservação ou a contenção para amortecimento de vazões de cheias, o tratamento e o lançamento das águas pluviais:

I – garantir infraestrutura básica adequada à população e promover o manejo das águas pluviais externas, com vistas a garantir segurança da vida, saúde, segurança do patrimônio, bem como evitar e reduzir prejuízos ambientais e econômicos decorrentes de processos erosivos e de retenção de água;

II – elaborar o Plano Diretor de Drenagem do Distrito Federal, instrumento que visa ao manejo integrado e planejado das águas pluviais do território;

III – incentivar o aproveitamento das águas pluviais, condicionado ao atendimento dos requisitos de saúde pública e de proteção ambiental pertinentes;

IV – garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais a partir das características do solo e da capacidade de suporte das bacias hidrográficas, observando-se a obrigatoriedade de previsão de áreas para execução das estruturas de infiltração, detenção ou retenção das águas pluviais nos parcelamentos.

Art. 30. O Plano Diretor de Drenagem do Distrito Federal deverá ser pautado no incentivo à valorização e ao uso adequado dos corpos d’água urbanos e rurais, sua preservação e recuperação, abordando, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – indicação de intervenções estruturais;

II – medidas de controle e monitoramento da macrodrenagem, considerando-se as bacias hidrográficas;

III – alternativas de utilização da declividade natural dos terrenos e de fundos de vales para drenagem, que proporcionem menor impacto ao meio ambiente, mediante tratamento urbanístico e ambiental;

IV – medidas que visem à eliminação dos lançamentos clandestinos de efluentes líquidos e dos resíduos sólidos de qualquer natureza nos sistemas de drenagem pluvial;

V – previsão de medidas que, em médio prazo, inibam que o acréscimo de escoamento superficial gerado no interior dos lotes seja encaminhado para o sistema público de drenagem urbana, mediante sistema de incentivos e ônus vinculado ao uso adequado do serviço;

VI – definição de parâmetros de compensação relativos à impermeabilização do solo em áreas urbanas, em conjunto com o órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal;

VII – criação de cadastro de rede e de instalações da drenagem em sistemas georreferenciados;

VIII – estudos e medidas que previnam e evitem danos às zonas e áreas de preservação ambiental urbanas e rurais do Distrito Federal.

Seção II
Da Energia

Art. 31. São diretrizes setoriais do fornecimento de energia elétrica e gás natural:

I – assegurar a todo habitante do Distrito Federal o acesso ao uso de energia elétrica em continuidade e qualidade de fornecimento;

II – promover o uso racional e eficiente da energia elétrica e do gás natural para os segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo e institucional;

III – estimular a introdução permanente de tecnologias eficientes, tanto para a oferta quanto para a demanda de energia, com a finalidade de reduzir a necessidade de investimentos;

IV – viabilizar a expansão ou a implantação de serviços de distribuição de gás natural canalizado, objetivando-se o fomento do desenvolvimento industrial e do benefício social.

Parágrafo único. Deverá ser incentivado o uso de fontes alternativas de energia renováveis e pouco poluentes, buscando-se a alteração da composição da matriz energética do Distrito Federal.

CAPÍTULO V
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 32. O desenvolvimento econômico corresponde ao processo de mudança estrutural de uma região em que a utilização dos recursos e das potencialidades se articula com a organização eficiente e dinâmica de sistemas produtivos no território, conduzindo ao aumento da produtividade, à elevação das condições de vida da população e à redução das desigualdades sociais.

Art. 33. São diretrizes setoriais para o desenvolvimento econômico:

I – delimitar as Áreas Econômicas para promoção do desenvolvimento e implementação da política de desenvolvimento econômico do Distrito Federal;

II – promover ações integradas mediante articulação técnica, política e financeira entre agentes públicos e privados;

III – fomentar a implantação de centros de negócios e polos de atividades econômicas que fortaleçam a posição do Distrito Federal no cenário econômico regional e nacional;

IV – promover a diversificação de atividades econômicas em áreas já instituídas, como forma de ampliar a geração de trabalho e renda;

V – ampliar a cooperação e as parcerias entre as esferas públicas, associações empresariais locais, associações nacionais e organismos multilaterais;

VI – apoiar o desenvolvimento de práticas de atividades produtivas solidárias e associativas e o desenvolvimento da agricultura urbana;

VII – incentivar a produção industrial não poluente, com ênfase nas atividades intensivas do conhecimento e de inovação tecnológica;

VIII – promover a instalação de empreendimentos de grande porte nos eixos de articulação e de integração com os municípios limítrofes do Distrito Federal;

IX – revitalizar e renovar as áreas comerciais e industriais em processo de decadência ou de degradação, prevendo-se, onde couber, a flexibilização de usos e atividades;

X – qualificar as áreas que exercem o papel de centralidades urbanas como polos de geração de trabalho e renda;

XI – adotar o uso misto, à exceção dos lotes destinados aos programas de estímulo ao emprego e renda do Governo do Distrito Federal, como forma de consolidação e potencialização do desenvolvimento econômico e melhoria da escala de aproveitamento da infraestrutura instalada e da relação entre oferta de empregos e moradia.

Art. 34. As Áreas Econômicas são áreas onde será incentivada a instalação de atividades geradoras de trabalho e renda por meio de programas governamentais de desenvolvimento econômico, com o objetivo de oferta de empregos, de qualificação urbana, de articulação institucional e de formação de parcerias público-privadas.

§ 1º As Áreas Econômicas englobam as Áreas de Desenvolvimento Econômico, os polos de desenvolvimento econômico, os polos tecnológicos e outras áreas instituídas por programas governamentais de desenvolvimento, sendo classificadas de acordo com o seu nível de consolidação.

§ 2º As Áreas Econômicas consolidadas, indicadas no Anexo IV, Mapa 6 e Tabela 6A, desta Lei Complementar, correspondem às áreas que apresentam infraestrutura urbana implantada, devendo ser adotadas ações objetivando o melhor aproveitamento das condições locais, edílicas e de acessibilidade disponíveis.

§ 3º As Áreas Econômicas não consolidadas, indicadas no Anexo IV, Mapa 6 e Tabela 6B, desta Lei Complementar, correspondem às áreas parcialmente implantadas e que apresentam deficiências quanto a infraestrutura urbana, comércio e serviços, devendo ser adotadas ações que possibilitem sua consolidação.

§ 4º As Áreas Econômicas a serem implantadas, indicadas no Anexo IV, Mapa 6 e Tabela 6C, desta Lei Complementar, correspondem às áreas já definidas para instalação de atividades econômicas por meio de programas setoriais de desenvolvimento, devendo ser adotadas ações que possibilitem o seu desenvolvimento e implementação.

Art. 35. Nas Áreas Econômicas, serão implementadas ações que busquem:

I – urbanizar e qualificar os espaços públicos por meio da reestruturação, complementação ou implantação da infraestrutura urbana, dos equipamentos públicos e do sistema de transporte público coletivo;

II – possibilitar a implementação do uso misto e a revisão das atividades, de modo a melhorar a escala de aproveitamento da infraestrutura instalada e a relação entre oferta de empregos e moradia;

III – estimular a geração de empregos por meio de atração de investimentos privados;

IV – instituir programas de qualificação de mão de obra e capacitação gerencial;

V – incentivar a renovação de edificações e promover a integração urbanística das Áreas Econômicas aos núcleos urbanos e rurais;

VI – incentivar a oferta de serviços;

VII – promover incentivos e parcerias com os beneficiários de programas institucionais de desenvolvimento econômico, a fim de viabilizar a implementação de projetos e programas de desenvolvimento urbano e rural.

Art. 36. Os incentivos para o desenvolvimento econômico adotados pelo Governo do Distrito Federal deverão ser aplicados, prioritariamente, nas Áreas de Dinamização, constantes do Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3C, e nas Áreas Econômicas, constantes do Anexo IV, Mapa 6 e Tabelas 6A, 6B e 6C, desta Lei Complementar, buscando-se, sempre que possível, formas de articulação institucional e parcerias com a iniciativa privada.

CAPÍTULO VI

DA URBANIZAÇÃO, DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 37. São diretrizes da urbanização, do uso e da ocupação do solo:

I – o estabelecimento de áreas urbanizadas mais compactas no território;

II – a urbanização estruturada ao longo das principais infraestruturas de conexão, com o aumento das densidades demográficas ao longo da rede viária estrutural;

III – a expansão do solo urbano em continuidade com os núcleos urbanos existentes e na transição com as áreas rurais que sofrem pressão urbana, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território;

IV – evitar a segregação de usos, promovendo-se a sua flexibilização, de modo a reduzir os deslocamentos e equilibrar a distribuição dos locais de emprego e trabalho no Distrito Federal;

V – promover a integração dos parcelamentos residenciais distribuídos de forma dispersa e fragmentada no território entre si e com os núcleos urbanos consolidados vizinhos;

VI – estimular a ocupação dos vazios residuais das áreas urbanizadas dotadas de serviços, infraestrutura e equipamentos, preferencialmente à criação de novas áreas urbanas, de forma a otimizar a capacidade da infraestrutura instalada e reduzir os custos de urbanização, observadas as condicionantes ambientais do território;

VII – propor e admitir novas formas de urbanização;

VIII – possibilitar a ocorrência de tipologias arquitetônicas diferenciadas e facilitar a adaptação das edificações para novos usos;

IX – reduzir progressivamente o déficit social urbano representado pela carência de infraestrutura urbana, de serviços sociais e de moradia, por meio de investimentos e da aplicação dos instrumentos jurídicos, tributários e financeiros previstos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Somente será permitida a ocupação de áreas que não possuam restrições ambientais, observada a legislação específica para licenciamento ambiental.

Art. 38. Ficam definidos, na forma do art. 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e do art. 28 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, como parâmetros básicos da ocupação do solo urbano:

I – densidade demográfica;

II – coeficiente de aproveitamento;

III – percentual mínimo de equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público para novos parcelamentos;

IV – (VETADO).

Art. 39. Considera-se como densidade demográfica ou populacional o valor resultante da divisão entre o número de habitantes e a área total das porções territoriais indicadas no Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, ficando definidos os seguintes valores de referência:

I – densidade muito baixa: valores até 15 (quinze) habitantes por hectare;

II – densidade baixa: valores superiores a 15 (quinze) e até 50 (cinquenta) habitantes por hectare;

III – densidade média: valores superiores a 50 (cinquenta) e até 150 (cento e cinquenta) habitantes por hectare;

IV – densidade alta: valores superiores a 150 (cento e cinquenta) habitantes por hectare.

Parágrafo único. A densidade demográfica definida para cada porção territorial poderá variar dentro de uma mesma porção desde que seja preservado, como média, o valor de referência estipulado neste artigo e que sejam observadas as condicionantes ambientais.

Art. 40. O coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno, conforme segue:

I – coeficiente de aproveitamento básico;

II – coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 1º O coeficiente de aproveitamento básico corresponde ao potencial construtivo definido para o lote, outorgado gratuitamente, a ser aplicado conforme indicado nos Anexos V e VI desta Lei Complementar.

§ 2º O coeficiente de aproveitamento máximo representa o limite máximo edificável dos lotes ou projeções, podendo a diferença entre os coeficientes máximo e básico ser outorgada onerosamente, e será aplicado conforme indicado nos Anexos V e VI desta Lei Complementar.

§ 3º A definição do coeficiente de aproveitamento máximo considera a hierarquia viária, a infraestrutura urbana disponível, a localização dos centros e subcentros locais, praças e áreas econômicas, além dos condicionantes ambientais e a política de desenvolvimento urbano.

§ 4º Havendo legislação urbanística que estabeleça coeficiente de aproveitamento máximo superior ao fixado neste Plano Diretor, os interessados terão prazo máximo de dois anos para utilizar o índice em vigor, após o que será aplicado o índice definido nesta Lei Complementar.

§ 5º Na Zona Urbana do Conjunto Tombado, a área edificável dos lotes continua a ser indicada pela taxa máxima de construção ou coeficiente de aproveitamento, definidos pela legislação urbanística vigente, até que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília defina a regra a ser adotada.

§ 6º (VETADO).

Art. 41. O impacto da aplicação do coeficiente de aproveitamento máximo na infraestrutura urbana e no meio ambiente deverá ser monitorado de forma permanente pelo Poder Executivo. Parágrafo único. Caso seja constatada a tendência de saturação da infraestrutura urbana, o Poder Executivo poderá suspender a concessão do potencial construtivo, por meio de projeto de lei encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 42. Os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento na macrozona urbana, nos termos do que determinam o art. 28, § 3º, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e o art. 317, § 2º, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação da Emenda nº 49, de 2007, ficam assim definidos:

I – na Zona Urbana do Conjunto Tombado, o limite máximo a ser atingido pelos coeficientes de aproveitamento será definido no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, observado o disposto no art. 40, § 5º;

II – na Zona Urbana de Uso Controlado I, o limite máximo a ser atingido pelos coeficientes de aproveitamento é 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos);

III – na Zona Urbana de Uso Controlado II, o limite máximo a ser atingido pelos coeficientes de aproveitamento é 4 (quatro);

IV – na Zona Urbana Consolidada, o limite máximo a ser atingido pelos coeficientes de aproveitamento é 9 (nove);

V – na Zona Urbana de Expansão e Qualificação, o limite máximo a ser atingido pelos coeficientes de aproveitamento é 6 (seis);

VI – na Zona de Contenção Urbana, o limite máximo a ser atingido pelos coeficientes de aproveitamento é 1 (um), aplicado sobre a área das unidades autônomas, conforme disposto no art. 78.

§ 1º Os coeficientes de aproveitamento máximos indicados nos incisos I a V deste artigo representam o maior coeficiente encontrado em cada uma das zonas urbanas.

§ 2º Para obtenção das licenças de edificação, deverão ser obedecidos os coeficientes máximos específicos indicados nos Anexos V e VI e na Tabela 2D dos Anexos II e VI desta Lei Complementar.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Os valores dos coeficientes de aproveitamento para os núcleos urbanos implantados, para as áreas integrantes das Estratégias de Regularização Fundiária e de Oferta de Áreas Habitacionais, estão indicados nos Anexos V e VI e na Tabela 2D do Anexo II desta Lei Complementar.

§ 5º Os valores dos coeficientes de aproveitamento para novos projetos urbanísticos serão definidos de acordo com as diretrizes urbanísticas estabelecidas pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, podendo ficar abaixo do limite máximo para a zona em que se inserem.

Art. 43. Para novos parcelamentos urbanos, fica estabelecido:

I – percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da área da gleba para equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público, à exceção da Zona de Contenção Urbana, das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e de parcelamentos de características industriais, que terão parâmetros próprios estabelecidos pelo órgão de planejamento urbano do Distrito Federal;

II – área mínima de lote igual a 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5m (cinco metros) na macrozona urbana, à exceção das ZEIS e da Zona de Contenção Urbana;

III – (VETADO);

IV – área máxima de lote igual a 500.000m² (quinhentos mil metros quadrados) na Zona de Contenção Urbana.

§ 1º Os demais índices urbanísticos complementares serão definidos pelas diretrizes urbanísticas apresentadas pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do DF.

§ 2º A aprovação de projetos urbanísticos de novos parcelamentos, em decorrência do contido no parágrafo anterior, será realizada mediante decreto do Poder Executivo, acompanhado de documentação que defina as respectivas normas de uso e ocupação do solo.

§ 3º Novas ZEIS poderão ser estabelecidas mediante lei específica.

Art. 44. Para novos parcelamentos urbanos, ficam estabelecidos os seguintes usos:

I – residencial;

II – comercial de bens e prestação de serviços;

III – institucional ou comunitário;

IV – misto (residencial, comercial de bens, prestação de serviços, industrial e institucional);

V – industrial.

Art. 45. O condomínio urbanístico será admitido como forma de ocupação do solo urbano com base no art. 8º da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, sendo composto por unidades autônomas de uso privativo e áreas comuns condominiais.

§ 1º A aprovação de projetos e o licenciamento para construção em condomínios urbanísticos obedecerá à legislação em vigor no Distrito Federal.

§ 2º A área mínima da unidade autônoma será de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e a frente mínima será de 5m (cinco metros), à exceção daquelas inseridas em ZEIS, que poderão ter dimensão inferior, e na Zona de Contenção Urbana, cuja dimensão consta do art. 78 desta Lei Complementar.

Art. 46. O Poder Executivo publicará a Tabela de Usos e Atividades, a ser utilizada como referência para a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. A Tabela de Usos e Atividades poderá ser alterada caso os estudos da elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo indiquem necessidade.

CAPÍTULO VII
DA HABITAÇÃO

Art. 47. A política de habitação do Distrito Federal deve orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada a fim de facilitar o acesso da população a melhores condições habitacionais, que se concretizam tanto na unidade habitacional, quanto no fornecimento da infraestrutura física e social adequada.

Art. 48. O Sistema de Habitação do Distrito Federal tem como objetivo gerenciar a política habitacional, tanto de interesse social como de mercado.

§ 1º O órgão gestor do Sistema de Habitação do Distrito Federal é a Secretaria de Estado de Habitação.

§ 2º O Conselho de Habitação do Distrito Federal é o órgão colegiado do Sistema de Habitação do Distrito Federal, referido neste artigo.

Art. 49. Constituem diretrizes setoriais para a política de habitação do Distrito Federal:

I – facilitar e promover formas alternativas de acesso à moradia digna, compatibilizando-se a demanda por faixas de renda com os projetos urbanísticos e habitacionais existentes e futuros;

II – incentivar pesquisas e desenvolver técnicas de produção e recuperação para oferta de moradias à população urbana e rural;

III – implementar meios adequados de acompanhamento e de controle do desempenho e de avaliação das ações governamentais, mantendo-se atualizadas, em sistema georreferenciado, as informações de cadastro dos beneficiados e dos inscritos em programas habitacionais;

IV – priorizar as ações que racionalizem meios e recursos, de forma a ampliar a população a ser beneficiada;

V – viabilizar o aumento de áreas destinadas a programas e projetos habitacionais, preferencialmente em áreas urbanas já consolidadas e em consolidação, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território, evitando-se a criação de novos núcleos urbanos dissociados da trama urbana existente;

VI – articular a política habitacional com as demais políticas setoriais, em especial com a política social;

VII – estabelecer programas que promovam a ocupação do território de forma equilibrada, com setores socialmente diversificados e áreas integradas ao meio ambiente natural, respeitadas as áreas de risco à saúde e a capacidade de suporte socioambiental;

VIII – estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias para todas as faixas de renda;

IX – promover a regularização fundiária dos assentamentos habitacionais não registrados em cartório, criados pelo Governo do Distrito Federal;

X – (VETADO).

Art. 50. Será elaborado e publicado, em ato próprio do órgão gestor do sistema de habitação, o Plano de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Lei Complementar, com o objetivo de orientar a implantação de programas e projetos habitacionais.

Art. 51. A política de habitação adotará normas especiais de acesso a moradias de habitação social, adequando o atendimento às características das famílias, admitida a concessão de subsídios direcionados e adequados à carência da família atendida.

Parágrafo único. No caso de execução de programas de habitação de interesse social que impliquem transferência da população, esta será instalada em áreas disponíveis, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território.

CAPÍTULO VIII
DOS EQUIPAMENTOS REGIONAIS

Art. 52. Consideram-se equipamentos regionais os estabelecimentos em que são prestados os serviços das áreas temáticas de educação, segurança pública, saúde, transporte, abastecimento e cultura.

§ 1º Os equipamentos tratados neste capítulo foram definidos em função de sua abrangência regional, caracterizados pelo porte e especialidade e por suas implicações na definição da estrutura do território.

§ 2º Reconhecem-se como equipamentos regionais, no mínimo, os seguintes estabelecimentos, conforme área temática:

I – educação: faculdades, universidades, escolas públicas e privadas, bibliotecas, conforme o porte;

II – segurança pública: unidades da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

III – saúde: hospitais regionais e unidades de vigilância sanitária;

IV – transporte: terminais de integração, estações de transferências e aeroportos;

V – abastecimento: centrais de abastecimento, shopping centers, hipermercados e feiras;

VI – hospedagem: campings urbanos;

VII – cultura: teatros, centros culturais, casas de cultura, bibliotecas, museus e cinemas.

Art. 53. São diretrizes setoriais para o provimento de equipamentos regionais no território do Distrito Federal:

I – garantir a distribuição equânime dos equipamentos no Distrito Federal, observadas as densidades demográficas e as condicionantes socioeconômicas da região em que se inserem;

II – prever prioritariamente equipamentos regionais nas áreas em processo de consolidação urbana;

III – otimizar a utilização dos equipamentos regionais, promovendo-se melhor dinâmica urbana e otimização da infraestrutura urbana instalada;

IV – garantir a localização dos equipamentos regionais prioritariamente nas proximidades das vias integrantes da Rede Estrutural de Transporte Coletivo e das áreas integrantes das Estratégias de Dinamização de Áreas Urbanas, de Estruturação Viária e de Implantação de Polos Multifuncionais; V – (VETADO);

VI – destinar área para implantação de plataforma logística multimodal;

VII – destinar para a criação de setor de garagem e manutenção de transporte público a área prevista para as quadras 525 e 527, em Samambaia – RA XII;

VIII – ampliar as condições de acessibilidade aos equipamentos regionais já instalados;

IX – promover a revitalização ou a recuperação de equipamentos regionais degradados ou subutilizados, avaliando-se a possibilidade de alteração de uso quando de interesse público;

X – promover parcerias público-privadas na implantação, recuperação, revitalização, otimização, manutenção e gestão dos equipamentos regionais;

XI – reavaliar os parâmetros urbanísticos de áreas propostas para equipamentos regionais, considerando-se os níveis de saturação de equipamentos nas áreas do Distrito Federal;

XII – reavaliar áreas destinadas a equipamentos ainda não implantados, considerando-se os níveis de saturação de equipamentos nas áreas do Distrito Federal.

CAPÍTULO IX
DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 54. O desenvolvimento do espaço rural, considerada a sua multifuncionalidade, deve ser um processo articulado e integrado de atuação intersetorial que busca a sustentabilidade da atividade rural e a qualidade de vida da população.

Parágrafo único. O processo referido no caput deve envolver parcerias entre as entidades representativas dos produtores, as comunidades rurais, a iniciativa privada e os órgãos do Governo.

Art. 55. São diretrizes setoriais para o desenvolvimento rural:

I – implantar políticas agrícolas e sociais para a promoção da permanência do homem no campo e a melhoria na qualidade de vida da população;

II – atuar em parceria com órgãos públicos e entidades privadas para a instalação de unidades didáticas de difusão de tecnologia e aprendizagem, visando melhorar a qualidade, a produtividade e a lucratividade das atividades rurais;

III – incentivar ações de educação, pesquisa, extensão rural, capacitação e inovação tecnológica, para aperfeiçoar os diversos sistemas de produção rural no Distrito Federal;

IV – incentivar o estudo e o desenvolvimento de cadeias produtivas e o fortalecimento das organizações sociais, com o objetivo de viabilizar as atividades no espaço rural;

V – apoiar e incentivar a implantação e a expansão de agroindústrias visando aumentar a participação do agronegócio na economia do Distrito Federal;

VI – incentivar a criação de alternativas de trabalho nas comunidades rurais;

VII – destinar área na Fazenda Sucupira, na região do Riacho Fundo, para a criação de Parque Tecnológico de Biotecnologia e Agronegócios;

VIII – promover a melhoria dos canais de comercialização da produção;

IX – apoiar o turismo rural como alternativa de agronegócio, geração de emprego e melhoria da renda familiar;

X – planejar, implantar e executar a política de regularização de terras públicas rurais no Distrito Federal;

XI – promover a preservação, a conservação e a recuperação, por meio do manejo racional dos recursos naturais nas bacias hidrográficas;

XII – promover o direcionamento de investimentos visando viabilizar economicamente a pequena propriedade familiar por meio da capacitação profissional dos produtores e trabalhadores rurais;

XIII – incentivar ações destinadas à preservação do Cerrado, preservação de mananciais e recuperação de áreas degradadas;

XIV – fiscalizar a fim de evitar o desvio de atividades rurais para atividades urbanas;

XV – elaborar plano de desenvolvimento rural no prazo de dois anos, a partir da aprovação desta Lei Complementar;

XVI – instituir instrumentos econômicos e fiscais que promovam e apoiem a implantação de caminhos e trilhas rurais nas zonas e áreas que compõem a Macrozona Rural do Distrito Federal; XVII – intensificar as ações do Poder Público relacionadas ao planejamento, implantação e conservação de estradas vicinais nas zonas e áreas que compõem a Macrozona Rural do Distrito Federal.

Parágrafo único. As centralidades de desenvolvimento econômico rural serão definidas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF, pelos conselhos regionais de desenvolvimento rural sustentável e pela Federação de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal.

Art. 56. A tabela de usos e atividades urbanas e rurais fica definida como parâmetro próprio e específico para a definição do uso do solo rural.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

CAPÍTULO X
DA INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

Art. 57. O desenvolvimento integrado com os municípios limítrofes dependerá do desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos, firmados entre o Governo do Distrito Federal e as prefeituras, a partir de consórcios públicos.

§ 1º Os consórcios atuarão na prestação de serviços, compra de bens, produtos e equipamentos, instalação de infraestrutura e serviços para promover o saneamento ambiental para os municípios consorciados, agilizando o funcionamento das parcerias entre as cidades.

§ 2º Será prioritária a ação sobre as cidades de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Planaltina de Goiás e sobre a bacia do ribeirão Alagado, contribuinte do reservatório de Corumbá IV.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Art. 58. A organização do território tem como função orientar a ocupação equilibrada e adequada do solo, consoante as diretrizes setoriais desta Lei Complementar, a partir do Macrozoneamento, do Zoneamento e das Estratégias de Ordenamento Territorial.

§ 1º O Macrozoneamento e o Zoneamento são os elementos normativos do Plano Diretor que expressam a destinação do solo e suas diretrizes gerais de uso e ocupação.

§ 2º As Estratégias de Ordenamento Territorial orientam políticas públicas, projetos e investimentos futuros, a partir da definição de ações em áreas identificadas neste Plano Diretor.

CAPÍTULO I
DO MACROZONEAMENTO

Art. 59. O Macrozoneamento divide o território do Distrito Federal, de acordo com as vocações intrínsecas às áreas e aos objetivos deste Plano Diretor, em:

- I – Macrozona Urbana, destinada predominantemente às atividades dos setores secundário e terciário, não excluía a presença de atividades do setor primário;
- II – Macrozona Rural, destinada predominantemente às atividades do setor primário, não excluía a presença de atividades dos setores secundário e terciário;
- III – Macrozona de Proteção Integral, destinada à preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais.

Parágrafo único. O Macrozoneamento está configurado no Anexo I, Mapa 1, desta Lei Complementar.

Art. 60. A Macrozona Urbana se divide nas seguintes zonas:

- I – Zona Urbana do Conjunto Tombado;
- II – Zona Urbana de Uso Controlado I;
- III – Zona Urbana de Uso Controlado II;
- IV – Zona Urbana Consolidada;
- V – Zona Urbana de Expansão e Qualificação;
- VI – Zona de Contenção Urbana.

Art. 61. A Macrozona Rural é dividida nas seguintes zonas:

- I – Zona Rural de Uso Diversificado;
- II – Zona Rural de Uso Controlado.

Art. 62. As Macrozonas Urbana e Rural devem respeitar, entre outras, a legislação ambiental e de recursos hídricos, bem como as fragilidades e potencialidades do território estabelecidas em planos de manejo e zoneamento das unidades de conservação que as integram.

Art. 63. Nas zonas onde incidem sítios e conjuntos urbanos tombados, deverão ser respeitados os critérios específicos estabelecidos pela respectiva legislação.

Art. 64. Sobrepoem-se às zonas objeto do Macrozoneamento as Áreas de Proteção de Manancial e as Áreas de Interesse Ambiental.

Parágrafo único. As Áreas de Proteção de Manancial e as Áreas de Interesse Ambiental são as porções do território que exigem parâmetros e diretrizes de uso e ocupação do solo diferenciados e preponderantes sobre aqueles das zonas em que se inserem.

CAPÍTULO II
DO ZONEAMENTO

Seção I

Da Macrozona Urbana

Art. 65. As ações na Macrozona Urbana deverão contribuir para o desenvolvimento sustentável do território a partir das atividades dos setores secundário e terciário, não excluía a presença de atividades do setor primário.

Parágrafo único. A ocupação e os adensamentos na bacia do Lago Paranoá devem considerar a capacidade de suporte do lago como receptor de efluentes.

Subseção I
Da Zona Urbana do Conjunto Tombado

Art. 66. A Zona Urbana do Conjunto Tombado é composta por áreas predominantemente habitacionais de média densidade demográfica, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, correspondendo à área do conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto de Brasília e às demais áreas incorporadas em função de complementações ao núcleo original.

§ 1º Esta zona compreende o lago Paranoá e a poligonal da área tombada em âmbito federal e distrital, delimitada a leste pela orla do lago Paranoá, incluído seu espelho d’água, a oeste pela Estrada Parque de Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo curso d’água Riacho Fundo e ao norte pelo córrego Bananal, e integrada pelo Plano Piloto de Brasília, Vila Planalto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste e Candangolândia, conforme Anexo I, Mapa 1A.

§ 2º Nesta zona, o uso e a ocupação do solo devem respeitar as normas que tratam das definições, critérios e restrições estabelecidos para preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como Patrimônio Histórico Nacional e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

§ 3º Os índices urbanísticos adotados para os setores a serem edificados na área objeto do tombamento como Patrimônio Histórico Nacional que façam parte da escala residencial de que tratam a Portaria 314, de 8 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, consideradas as complementações e expansões incluídas pelo Anexo do referido Decreto sob a denominação “Brasília Revisitada”, serão aqueles constantes dos referidos documentos de tombamento.

Art. 67. São diretrizes para a Zona Urbana do Conjunto Tombado:

- I – zelar pelo Conjunto Urbanístico de Brasília, bem tombado em âmbito federal e distrital;
- II – harmonizar as demandas do desenvolvimento econômico e social e as necessidades da população com a preservação da concepção urbana de Brasília;
- III – consolidar a vocação de cultura, lazer, esporte e turismo do lago Paranoá, mediante criação e promoção de espaços adequados para o cumprimento de suas funções;
- IV – promover e consolidar a ocupação urbana, respeitando-se as restrições ambientais, de saneamento e de preservação da área tombada;
- V – preservar as características essenciais das quatro escalas urbanísticas em que se traduz a concepção urbana do conjunto tombado, a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica;
- VI – manter o conjunto urbanístico da área tombada como elemento de identificação na paisagem, assegurando-se a permeabilidade visual com seu entorno.

Parágrafo único. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília é o instrumento de planejamento e gestão do Conjunto Urbano Tombado e deverá considerar a legislação federal e distrital competente, observando a especificidade do sítio urbano e a singularidade de sua concepção urbanística e de sua expressão arquitetônica.

Subseção II
Da Zona Urbana de Uso Controlado I

Art. 68. A Zona Urbana de Uso Controlado I é composta por áreas predominantemente habitacionais de muito baixa densidade demográfica, com enclaves de baixa, média e alta densidades, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, inseridas em sua maior parte nas Áreas de Proteção Ambiental – APA do lago Paranoá e na Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado.

Parágrafo único. Integram esta Zona, conforme Anexo I, Mapa 1A:

- I – Lago Norte;
- II – Varjão;
- III – Lago Sul;
- IV – Agrovila de Vargem Bonita;
- V – Quadras 6 a 29 do Setor de Mansões Park Way – SMPW;
- VI – Setor Habitacional Taquari;
- VII – Setor de Mansões Dom Bosco;
- VIII – núcleo urbano do Paranoá.

Art. 69. Na Zona Urbana de Uso Controlado I, o uso urbano deve ser compatível com as restrições relativas à sensibilidade ambiental da área e à proximidade com o Conjunto Urbano Tombado, observadas as seguintes diretrizes:

- I – manter o uso predominantemente habitacional de baixa densidade demográfica, com comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação;
- II – respeitar o plano de manejo ou zoneamento referente às unidades de conservação englobadas por essa zona e demais legislação pertinente;
- III – proteger os recursos hídricos com a manutenção e a recuperação da vegetação das áreas de preservação permanente;
- IV – adotar medidas de controle ambiental voltadas para áreas limítrofes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e às Áreas de Relevante Interesse Ecológico inseridas nessa zona, visando à manutenção de sua integridade ecológica;
- V – preservar e valorizar os atributos urbanísticos e paisagísticos que caracterizam essa área como envoltório da paisagem do Conjunto Urbano Tombado, em limite compatível com a visibilidade e a ambiência do bem protegido.

Parágrafo único. A aprovação de projetos de fracionamento para instituição de condomínios por unidades autônomas do Setor de Mansões Park Way – SMPW, do Setor de Mansões Dom Bosco – SMDB, das chácaras do Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS e do Setor de Mansões do Lago Norte – SMLN fica condicionada à consulta prévia ao órgão ambiental distrital, que estabelecerá as diretrizes ambientais para a ocupação, quando incidentes sobre Áreas de Preservação Permanente e Zonas de Vida Silvestre das APAs.

Subseção III
Da Zona Urbana de Uso Controlado II

Art. 70. A Zona Urbana de Uso Controlado II é composta por áreas predominantemente habitacionais de baixa e média densidade demográfica, com enclaves de alta densidade, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, sujeitas a restrições impostas pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados ao abastecimento de água.

Parágrafo único. Integram esta Zona, conforme Anexo I, Mapa 1A:

- I – núcleo urbano de Brazlândia;
- II – Vila São José, em Brazlândia;
- III – núcleo urbano de São Sebastião;
- IV – parte do núcleo urbano de Planaltina, composta por loteamentos irregulares;

V – Fercal;
VI – áreas urbanas situadas no entorno do Parque Nacional de Brasília;
VII – áreas urbanas situadas no entorno da Reserva Biológica da Contagem (na região do Colorado);
VIII – áreas urbanas em parte da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu;
IX – áreas urbanas em parte da Área de Relevante Interesse Ecológico JK;
X – Setor Habitacional Tororó;
XI – Setor Habitacional Catetinho;
XII – áreas urbanas situadas no interior de Áreas de Proteção de Manancial.
Art. 71. A Zona Urbana de Uso Controlado II deverá compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais, por meio da recuperação ambiental e da proteção dos recursos hídricos, de acordo com as seguintes diretrizes:
I – permitir o uso predominantemente habitacional de baixa e média densidade demográfica, com comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação urbana, respeitadas as restrições de uso determinadas para o Setor Militar Complementar e o Setor de Múltiplas Atividades Norte;
II – respeitar o plano de manejo ou zoneamento referente às Unidades de Conservação englobadas por essa zona e demais legislação pertinente;
III – regularizar o uso e a ocupação do solo dos assentamentos informais inseridos nessa zona, considerando-se a questão urbanística, ambiental, de salubridade ambiental, edificação e fundiária;
IV – qualificar e recuperar áreas degradadas ocupadas por assentamentos informais de modo a minimizar danos ambientais;
V – adotar medidas de controle ambiental voltadas para o entorno imediato das Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico inseridas nessa zona, visando à manutenção de sua integridade ecológica;
VI – adotar medidas de controle da propagação de doenças de veiculação por fatores ambientais.

Subseção IV

Da Zona Urbana Consolidada

Art. 72. A Zona Urbana Consolidada é composta por áreas predominantemente urbanizadas ou em processo de urbanização, de baixa, média e alta densidade demográfica, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, servidas de infraestrutura e equipamentos comunitários. Parágrafo único. Integram esta Zona, conforme Anexo I, Mapa 1A:
I – áreas urbanas de Sobradinho I;
II – áreas urbanas de Sobradinho II;
III – parte da área urbana de Planaltina;
IV – áreas urbanas de Santa Maria, incluído o Polo JK;
V – áreas urbanas do Gama;
VI – áreas urbanas do Recanto das Emas;
VII – áreas urbanas do Riacho Fundo I;
VIII – áreas urbanas do Riacho Fundo II;
IX – áreas urbanas do Guará;
X – Setor de Indústria e Abastecimento – SIA;
XI – áreas urbanas do Núcleo Bandeirante;
XII – áreas urbanas de Taguatinga;
XIII – áreas urbanas de Águas Claras;
XIV – áreas urbanas de Ceilândia;
XV – áreas urbanas de Samambaia;
XVI – Quadras 1 a 5 do Setor de Mansões Park Way – SMPW.
Art. 73. Na Zona Urbana Consolidada, devem ser desenvolvidas as potencialidades dos núcleos urbanos, incrementando-se a dinâmica interna e melhorando-se sua integração com áreas vizinhas, respeitadas as seguintes diretrizes:
I – promover o uso diversificado, de forma a otimizar o transporte público e a oferta de empregos;
II – otimizar a utilização da infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos;
III – manter as características atuais das Quadras 1 a 5 do SMPW mediante a manutenção de sua paisagem urbana e dos seus parâmetros de ocupação, notadamente a sua densidade demográfica atual.

Subseção V

Da Zona Urbana de Expansão e Qualificação

Art. 74. A Zona Urbana de Expansão e Qualificação é composta por áreas propensas à ocupação urbana, predominantemente habitacional, e que possuem relação direta com áreas já implantadas, com densidades demográficas indicadas no Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, sendo também integrada por assentamentos informais que necessitam de intervenções visando a sua qualificação.
§ 1º Integram esta Zona:
I – Colônia Agrícola Vicente Pires;
II – Colônia Agrícola Arniqueira;
III – Colônia Agrícola Vereda Grande;
IV – Colônia Agrícola Vereda da Cruz;
V – Colônia Agrícola Águas Claras;
VI – setores habitacionais e áreas de regularização do entorno de Sobradinho;
VII – Setor Habitacional Sol Nascente;

VIII – Área de Regularização Pôr do Sol, na Ceilândia;
IX – Setor Habitacional Água Quente;
X – áreas situadas ao longo da DF-280 (trecho entre Samambaia e Água Quente);
XI – DF-001 (trecho entre Recanto das Emas e Santa Maria);
XII – trecho a noroeste de Santa Maria até o córrego Alagado;
XIII – BR-040 (trecho próximo a Santa Maria);
XIV – (VETADO);
XV – trecho ao longo da BR-060, a oeste de Samambaia;
XVI – região situada a leste da DF-140;
XVII – região situada a oeste da DF-140.
§ 2º (VETADO).
Art. 75. Esta Zona deve ser planejada e ordenada para o desenvolvimento equilibrado das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de acordo com as seguintes diretrizes:
I – estruturar e articular a malha urbana de forma a integrar e conectar as localidades existentes;
II – aplicar o conjunto de instrumentos de política urbana adequado para qualificação, ocupação e regularização do solo;
III – qualificar as áreas ocupadas para reversão dos danos ambientais e recuperação das áreas degradadas;
IV – constituir áreas para atender às demandas habitacionais;
V – consolidar a permanência das chácaras preservadas com uso rural, utilizando tecnologias adequadas de preservação, de acordo com os critérios estabelecidos nos arts. 278 a 283 das Disposições Gerais e Transitórias desta Lei Complementar, excetuando-se as áreas previstas para instalação de equipamentos públicos;
VI – (VETADO);
VII – planejar previamente a infraestrutura de saneamento ambiental para a ocupação, considerando-se a capacidade de suporte socioambiental da bacia hidrográfica de contribuição do lago Paranoá.

Subseção VI

Da Zona de Contenção Urbana

Art. 76. A Zona de Contenção Urbana é composta por áreas urbanas localizadas nas fronteiras com as áreas rurais, sendo caracterizada por ocupação habitacional de densidade demográfica muito baixa, de modo a criar uma zona de amortecimento entre o uso urbano mais intenso e a Zona Rural de Uso Controlado, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar.
§ 1º Integram a Zona de Contenção Urbana a região do córrego Ponte de Terra, próxima ao núcleo urbano do Gama; uma faixa de terra a oeste da vicinal 467, entre a Zona Urbana de Expansão e Qualificação e a Zona Rural de Uso Controlado; faixa de terra ao sul da DF-001 lindeira à área de Proteção Integral da APA Cabeça de Veado; uma faixa situada entre a Zona Urbana de Uso Controlado II e os polígonos da Área de Proteção de Manancial São Bartolomeu, na bacia do rio São Bartolomeu; e uma área limitada pela DF-003, ribeirão do Torto e Parque Nacional de Brasília.
§ 2º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior o trecho no Altiplano Leste, na Região Administrativa do Paranoá – RA VII, compreendido pelo Sítio Santos Dumont, Sítio Forquilha Encravada, Sítios das Oliveiras, Chácara Morro Alto, Chácara Fazendas Paranoá I, II e III e o Setor de Chácaras Interlagos, que integram a Zona Rural de Uso Controlado.
Art. 77. A Zona de Contenção Urbana tem por objetivo assegurar a preservação e a manutenção das suas características naturais por meio do estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo restritivos.
§ 1º Fica proibido o parcelamento urbano em glebas menores que 10ha (dez hectares).
§ 2º O monitoramento deverá ser realizado pelo órgão responsável pelo planejamento urbano, mediante vistorias e utilização de tecnologias de geoprocessamento e sensoriamento remoto.
Art. 78. A Zona de Contenção Urbana deverá compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais, por meio da recuperação ambiental e da proteção dos recursos hídricos, além de conciliar o uso habitacional com o uso agrícola, de acordo com as seguintes diretrizes:
I – permitir o uso habitacional de densidade demográfica muito baixa, conforme os seguintes parâmetros de parcelamento:
a) área mínima do lote de 100.000m² (cem mil metros quadrados);
b) as ocupações devem ocorrer de forma condominial, respeitado o limite de 32% (trinta e dois por cento) do total do lote do condomínio para as unidades autônomas e 68% (sessenta e oito por cento) do total do lote do condomínio para área de uso comum;
c) as unidades autônomas devem ser projetadas, preferencialmente, de forma agrupada, respeitada a proporção máxima de 4 (quatro) unidades habitacionais por hectare;
d) área mínima da unidade autônoma de 800m² (oitocentos metros quadrados);
e) no máximo 8% (oito por cento) da área comum do lote do condomínio poderão ser destinados a equipamentos de lazer do condomínio;
II – regularizar o uso e a ocupação do solo dos assentamentos informais inseridos nessa zona, considerando-se a questão urbanística, ambiental, de salubridade ambiental, edificação e fundiária;
III – qualificar e recuperar áreas degradadas ocupadas por assentamentos informais de modo a minimizar danos ambientais;
IV – adotar medidas de controle da propagação de doenças de veiculação por fatores ambientais.
Art. 79. Na Zona de Contenção Urbana, deverá ser estabelecida alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU diferenciada, de forma a incentivar a permanência de áreas naturais ou de uso agrícola no interior das glebas e lotes.

Art. 80. Na Zona de Contenção Urbana, serão exigidos do empreendedor projetos de drenagem e de sistema de esgotamento sanitário, a serem elaborados e aprovados a partir de diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes.

Seção II
Da Macrozona Rural

Art. 81. O desenvolvimento de atividades na Macrozona Rural deverá contribuir para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais voltada para o desenvolvimento de atividades primárias, não excluídas atividades dos setores secundário e terciário.

§ 1º Nesta macrozona, deve ser observada a capacidade de suporte socioeconômico e ambiental das sub-bacias e microbacias hidrográficas no desenvolvimento das atividades.

§ 2º (VETADO).

Art. 82. É permitida a implantação de equipamentos comunitários e atividades de apoio à população residente nesta macrozona.

Parágrafo único. A autorização de implantação de equipamentos e atividades de que trata o presente artigo é de responsabilidade da administração regional em que a macrozona estiver localizada, respeitada a legislação vigente.

Art. 83. Na Macrozona Rural, é proibido o parcelamento do solo que resulte em lotes inferiores a 2 (dois) hectares e inferiores às dimensões dos lotes determinadas por zoneamento ambiental ou plano de manejo das unidades de conservação em que estiver inserido, devendo ser averbadas as respectivas reservas legais.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput os desmembramentos para fins de instalação de estabelecimentos comerciais e equipamentos comunitários destinados ao apoio à população da área rural em que se encontrarem inseridos, conforme indicado no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.504, de 8 de abril de 1968.

Art. 84. As glebas rurais que são objeto de contrato específico de concessão de uso ou de concessão de direito real de uso pelo Poder Público devem dispor de Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU, do qual constarão as atividades a serem desenvolvidas na gleba.

§ 1º O Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU será acompanhado pelo órgão gestor da política agrícola do Distrito Federal e reavaliado a cada cinco anos, com base no relatório técnico da EMATER/DF.

§ 2º Verificado o não cumprimento dos termos estabelecidos no Plano de Utilização, com alteração de finalidade que descaracterize a gleba como rural, o contrato será rescindido de pleno direito.

§ 3º (VETADO).

Subseção I
Da Zona Rural de Uso Diversificado

Art. 85. A Zona Rural de Uso Diversificado é aquela com atividade agropecuária consolidada, onde predomina a agricultura comercial.

Parágrafo único. Essa zona corresponde, em sua maior parte, à bacia do rio Preto e à bacia do rio São Marcos, conforme Anexo I, Mapa 1A.

Art. 86. Na Zona Rural de Uso Diversificado, deve ser reforçada sua vocação rural e incentivada a verticalização da produção, respeitadas as seguintes diretrizes:

I – consolidar o uso rural produtivo, por meio de atividades agrossilvopastoris, agroindustriais e de turismo rural, de forma compatível com a conservação dos recursos naturais;

II – respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos no lançamento de efluentes e na captação de águas superficiais e subterrâneas, conforme disposto no Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos – PGIRH;

III – adotar medidas de controle ambiental e de conservação do solo e de estradas;

IV – estimular a adoção de novas tecnologias de irrigação em substituição ao uso de pivôs centrais.

Subseção II
Da Zona Rural de Uso Controlado

Art. 87. A Zona Rural de Uso Controlado é composta, predominantemente, por áreas em que são desenvolvidas atividades agropastoris, de subsistência e comerciais, agroindustriais e não agrícolas dos setores secundário e terciário da economia, sujeitas às restrições e condicionantes impostas pela sua sensibilidade ambiental e pela sua importância no que toca à preservação e à proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público.

Parágrafo único. Essa zona se subdivide nas porções do território referentes às bacias hidrográficas nela inseridas, constantes do Anexo I, Mapa 1B, na forma que segue:

I – Zona Rural de Uso Controlado I: compreende as áreas rurais inseridas na bacia do rio São Bartolomeu;

II – Zona Rural de Uso Controlado II: compreende as áreas rurais inseridas na bacia do rio Maranhão;

III – Zona Rural de Uso Controlado III: compreende as áreas rurais inseridas na bacia do Alto Rio Descoberto;

IV – Zona Rural de Uso Controlado IV: compreende as áreas rurais inseridas nas bacias do Baixo Rio Descoberto, do rio Alagado e do ribeirão Santa Maria;

V – Zona Rural de Uso Controlado V: compreende as áreas rurais inseridas na bacia do lago Paranoá.

Art. 88. A Zona Rural de Uso Controlado deve compatibilizar as atividades nela desenvolvidas com a conservação dos recursos naturais, a recuperação ambiental, a proteção dos recursos hídricos e a valorização de seus atributos naturais, de acordo com as seguintes diretrizes:

I – garantir o uso agrossilvopastoril e agroindustrial, desde que compatível com a conservação dos recursos naturais e com a manutenção da qualidade dos mananciais destinados ao abastecimento público;

II – incentivar o turismo rural;

III – incentivar sistemas de produção orgânica;

IV – respeitar as diretrizes quanto às fragilidades e potencialidades territoriais estabelecidas pela legislação referente às Unidades de Conservação nela inseridas, especialmente quanto aos respectivos zoneamentos ambientais e planos de manejo;

V – coibir o parcelamento irregular de glebas rurais;

VI – adotar medidas de controle ambiental, de preservação dos recursos hídricos, de conservação do solo e de estradas e de controle de erosões;

VII – exigir que os Planos de Utilização das glebas rurais localizadas em Unidades de Conservação contemplem medidas de controle ambiental compatíveis com as diretrizes específicas dessas unidades;

VIII – respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos no lançamento de efluentes e na captação de águas, conforme disposto no Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos – PGIRH;

IX – incentivar a implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural como forma de ampliar a preservação das diferentes fitofisnomias e da fauna associada;

X – preservar e revitalizar a cultura popular tradicional, presente nas festas, folguedos e folclore regional;

XI – controlar o emprego de fertilizantes e agrotóxicos;

XII – incentivar a implantação de sistemas agroflorestais como alternativa de produção e recuperação de áreas degradadas;

XIII – fortalecer a região como polo de experimentação e disseminação de tecnologias associadas a atividades rurais.

Art. 89. Na Zona Rural de Uso Controlado I, considerada a sensibilidade da região às alterações das suas condições ecológicas e a previsão de futura captação de água para abastecimento no rio São Bartolomeu, devem ser adotadas medidas de monitoramento e controle do uso e ocupação do solo para coibir parcelamento irregular de glebas rurais para fins urbanos.

Art. 90. Na Zona Rural de Uso Controlado II, onde, além das atividades agrossilvopastoris comerciais e de subsistência, são desenvolvidas atividades de lazer, esportes de aventura e ecoturismo, devem ser observadas as seguintes diretrizes específicas:

I – incentivar a implementação de empreendimentos de lazer ecológico, como forma de desenvolver o ecoturismo na região, devido ao potencial de uso e visitação dos diversos locais de beleza cênica, cachoeiras, cavernas e matas mesofíticas;

II – limitar a impermeabilização do solo a 5% (cinco por cento) da área das glebas rurais em áreas de recarga de aquíferos, especialmente as situadas na Chapada da Contagem.

Art. 91. Na Zona Rural de Uso Controlado III, deve ser observada a condição especial do lago do Descoberto, como maior manancial destinado ao abastecimento no Distrito Federal, e as correspondentes restrições de uso e ocupação compatíveis com a manutenção de suas águas em quantidade e qualidade adequadas, de acordo com as seguintes diretrizes:

I – proibir o parcelamento das glebas rurais em lotes de dimensão inferior ao permitido em zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental do rio Descoberto, inclusive para chácaras de recreio;

II – proibir o desenvolvimento de culturas extensivas de ciclo curto em áreas de declividade superior a 30% (trinta por cento);

III – exigir das edificações, quando permitidas pela legislação vigente, a implantação de sistema adequado de coleta, tratamento e disposição de esgotos sanitários;

IV – proibir a disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Art. 92. Na Zona Rural de Uso Controlado IV, que compreende áreas de sensibilidade ambiental como bordas de chapada, encostas e mananciais destinados ao abastecimento público, será incentivado o uso rural e atividades relacionadas, bem como a promoção da proteção das bordas de chapada e encostas com florestamento e recomposição da vegetação nativa para controle de processos erosivos.

Art. 93. A Zona Rural de Uso Controlado V é constituída por parcelas de solo rural na bacia do lago Paranoá, que desempenham importante papel na manutenção de suas condições ecológicas, onde deve ser estimulada a preservação e a conservação da vegetação nativa das áreas institucionais e particulares.

Seção III
Da Macrozona de Proteção Integral

Art. 94. A Macrozona de Proteção Integral é composta pelas seguintes unidades de conservação:

I – Parque Nacional de Brasília;

II – Estação Ecológica de Águas Emendadas;

III – Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília;

IV – Reserva Ecológica do IBGE;

V – Reserva Ecológica do Gama;

VI – Reserva Ecológica do Guará;

VII – Reserva Biológica da Contagem;

VIII – Reserva Biológica do Descoberto;

IX – Reserva Ecológica do lago Paranoá;

X – Estação Ecológica da UnB – Áreas de Relevante Interesse Ecológico dos córregos Capetinga e Taquara.

§ 1º As unidades de conservação que integram esta macrozona são regidas por legislação específica, observadas as disposições estabelecidas nos respectivos planos de manejo em relação às fragilidades e potencialidades territoriais.

§ 2º Deverão ser estabelecidos corredores ecológicos ou outras conexões entre as unidades de conservação de que trata este artigo, por meio de programas e projetos que incentivem a manutenção de áreas remanescentes de Cerrado, em especial no vale do rio São Bartolomeu, no lago Paranoá e nas bacias do Alto Descoberto e do rio Maranhão.

Seção IV

Da Área de Proteção de Manancial

Art. 95. Ficam definidas as Áreas de Proteção de Manancial – APM como porções do território que apresentam situações diversas de proteção em função da captação de água destinada ao abastecimento público.

Parágrafo único. A APM é aquela destinada à recuperação ambiental e à promoção do uso sustentável nas bacias hidrográficas a montante dos pontos de captação de água destinada ao abastecimento público, sem prejuízo das atividades e ações inerentes à competência da concessionária de serviço público autorizada a captar e distribuir água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento da população.

Art. 96. São as seguintes as APMs definidas na presente Lei Complementar: do Alagado, do Bananal, do Barroão (Brazlândia), do Brejinho, do Cabeça de Veado, do Cachoeirinha, do Capão da Onça, do ribeirão do Gama (Catetinho), do Contagem, do Corguinho, do Crispim, do Currais, do Engenho das Lages, do Fumal, do Mestre d’Armas, do Olho d’Água, do Paranoazinho, do Pedras, do Pipiripau, do Ponte de Terra, do Quinze, do Santa Maria, do São Bartolomeu (partes Norte e Sul), do Taquari e do Torto.

§ 1º As APMs encontram-se configuradas no Anexo I, Mapa 1A, desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser definidas novas APMs mediante lei complementar específica, para proteção de novas captações implantadas por concessionária autorizada, devendo o sistema de abastecimento ser aprovado previamente pelos órgãos outorgantes e licenciadores.

§ 3º As APMs definidas por poligonal nesta Lei Complementar poderão ser extintas após a desativação da captação por parte da concessionária de serviço público autorizada, mediante lei específica.

§ 4º Nas APMs extintas, serão aplicadas as diretrizes de uso definidas para as respectivas zonas em que se inserem, podendo ser estabelecidas diretrizes mais restritivas para sua ocupação mediante estudos ambientais específicos.

Art. 97. São diretrizes para as APMs definidas nesta Lei Complementar:

I – manter preservadas as áreas com remanescentes de vegetação nativa, admitida a supressão mediante estudo prévio a ser avaliado pelo órgão gestor;

II – recuperar, prioritariamente, as áreas degradadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente e em áreas destinadas à reserva legal;

III – incentivar a implantação de sistemas agroflorestais e a ampliação da área de vegetação nativa, cujo manejo favoreça a conservação do solo e a proteção dos corpos hídricos;

IV – proibir o parcelamento do solo urbano e rural, exceto os parcelamentos com projetos já registrados em cartório, aqueles incluídos na Estratégia de Regularização Fundiária de que trata a Seção IV do Capítulo IV do Título III desta Lei Complementar e aqueles em que haja necessidade de adequação em parcelamentos regulares já existentes;

V – implantar obras de saneamento básico e drenagem de águas pluviais, de coleta e varrição de lixo e atividades mitigadoras dos impactos causados pelo processo de urbanização;

VI – proibir o lançamento de sistemas de drenagem de águas pluviais a montante do ponto de captação de água do manancial, à exceção das APMs do São Bartolomeu e do Engenho das Lages;

VII – exigir, nas áreas com atividades agropecuárias, a utilização de tecnologias de controle ambiental para a conservação do solo e para a construção de estradas;

VIII – proibir a instalação de indústrias poluentes e postos de combustíveis, sendo que os postos de combustíveis já instalados e devidamente licenciados devem adotar tecnologias para controle de poluição;

IX – proibir as atividades de forte impacto sobre os recursos hídricos, tais como suinocultura em escala comercial, matadouros e abatedouros, à exceção das APMs do Pipiripau e do Engenho das Lages, onde tais empreendimentos podem ser aprovados mediante processo de licenciamento ambiental;

X – proibir a exploração de minerais;

XI – proibir, nos corpos hídricos, práticas potencialmente poluidoras ou geradoras de risco à captação;

XII – promover programas específicos de educação ambiental.

Art. 98. As Áreas de Regularização e Parcelamentos Urbanos Isolados, conforme definido no Título III, Capítulo IV, Seção IV, relacionadas no parágrafo único deste artigo, situadas nas APMs nele indicadas, terão os critérios específicos de regularização definidos por grupo de trabalho coordenado pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, com participação do órgão gestor da política rural do Distrito Federal e da concessionária de serviço público autorizada e responsável pela captação.

Parágrafo único. As Áreas de Regularização e Parcelamentos Urbanos Isolados sujeitas aos critérios a serem definidos conforme este artigo são:

I – na APM Mestre d’Armas: ARIS Mestre d’Armas I;

II – na APM Cachoeirinha: ARINE La Font, ARIS Itapoã e ARINE Itapoã;

III – na APM Brazlândia: ARIS Expansão da Vila São José;

IV – nas APMs Olho d’Água e Ponte de Terra: ARINE Ponte de Terra;

V – na APM São Bartolomeu: ARIS Aprodarmas III e ARIS Vale do Amanhecer.

Art. 99. A gestão, o monitoramento e a fiscalização das APMs competem ao órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano e ao órgão gestor da política ambiental do Distrito Federal.

§ 1º Deverão cooperar com os órgãos gestores os órgãos responsáveis pela política rural do Distrito Federal e o órgão gestor da fiscalização, bem como a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF e a concessionária de serviço público autorizada e responsável pela captação.

§ 2º Os órgãos gestores estabelecerão o programa anual de gestão das APMs, incluindo ações de monitoramento e de educação ambiental, com a participação dos órgãos citados no § 1º deste artigo e de entidades representativas das comunidades nelas residentes.

§ 3º A gestão das APMs deverá estar integrada com o processo de gestão de bacias hidrográficas.

Seção V

Da Área de Interesse Ambiental

Art. 100. As Áreas de Interesse Ambiental são aquelas que correspondem a determinadas unidades de conservação de uso sustentável constituídas no Distrito Federal e aos equipamentos públicos do Jardim Botânico e do Jardim Zoológico relacionados à conservação, manejo e pesquisa da fauna e flora, cujas características justificam a indicação de diretrizes especiais quanto ao seu uso e ocupação.

Art. 101. São Áreas de Interesse Ambiental:

I – Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê;

II – Área de Relevante Interesse Ecológico JK;

III – Área de Relevante Interesse Ecológico do Bosque;

IV – Área de Relevante Interesse Ecológico do Cerradão;

V – Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo;

VI – Área de Relevante Interesse Ecológico do Paranoá Sul;

VII – Área de Relevante Interesse Ecológico do Torto;

VIII – Área de Relevante Interesse Ecológico Mato Grande;

IX – Área de Relevante Interesse Ecológico da Zona de Vida Silvestre da APA do Gama e Cabeça de Veado;

X – Área de Relevante Interesse Ecológico do Setor Habitacional Dom Bosco;

XI – Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila Estrutural;

XII – Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cana do Reino;

XIII – Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cabeceira do Valo;

XIV – Florestas Nacionais;

XV – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Córrego de Aurora;

XVI – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Sonhém;

XVII – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Chakra Grissu;

XVIII – Reserva Particular do Patrimônio Natural de Maria Velha;

XIX – Jardim Botânico de Brasília;

XX – Jardim Zoológico de Brasília.

§ 1º As Áreas de Interesse Ambiental encontram-se configuradas no Anexo I, Mapa 1A, desta Lei Complementar.

§ 2º As Áreas de Interesse Ambiental são regidas por legislação específica, relativa à respectiva unidade de conservação ou equipamento público.

§ 3º Desde que garantido nos Planos de Manejo, as ocupações existentes nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico deverão ser regularizadas por meio dos instrumentos aplicáveis às áreas rurais.

Art. 102. As Áreas de Interesse Ambiental destinam-se à conservação dos recursos naturais, à manutenção de suas condições ecológicas e ao manejo e pesquisa de fauna e flora, devendo ser atendidas as seguintes diretrizes:

I – respeitar a legislação específica aplicada à área, especialmente quanto ao plano de manejo ou zoneamento referente às unidades de conservação;

II – recuperar as áreas degradadas, priorizada a recomposição da vegetação em Áreas de Preservação Permanente;

III – garantir atividades rurais compatíveis com as diretrizes do plano de manejo;

IV – garantir atividades de pesquisa, conservação e manejo de espécies da fauna e flora, bem como de visitação e de educação ambiental, próprias dos equipamentos públicos do Jardim Botânico de Brasília e do Jardim Zoológico de Brasília.

CAPÍTULO III

DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Art. 103. Ficam instituídas, para fins de ordenamento e gestão do território, as Unidades de Planejamento Territorial indicadas no Anexo I, Mapa 1C, desta Lei Complementar, obedecendo-se à seguinte composição:

I – Unidade de Planejamento Territorial Central:

a) Brasília – RA I;

b) Cruzeiro – RA XI;

c) Candangolândia – RA XIX;

d) Sudoeste/Octogonal – RA XXII;

II – Unidade de Planejamento Territorial Central-Adjacente 1:

a) Lago Sul – RA XVI;

b) Lago Norte – RA XVIII;

c) Varjão – RA XXIII;

d) Park Way – RA XXVI;

III – Unidade de Planejamento Territorial Central-Adjacente 2:

- a) SIA – RA XXIX;
- b) SCIA – RA XXV;
- c) Núcleo Bandeirante – RA VIII;
- d) Riacho Fundo – RA XVII;
- e) Guará – RA X;
- f) Águas Claras – RA XX;
- g) Vicente Pires – RA XXX;

IV – Unidade de Planejamento Territorial Oeste:

- a) Taguatinga – RA III;
- b) Ceilândia – RA IX;
- c) Samambaia – RA XII;
- d) Brazlândia – RA IV;

V – Unidade de Planejamento Territorial Norte:

- a) Sobradinho – RA V;
- b) Sobradinho II – RA XXVI;
- c) Planaltina – RA VI;

VI – Unidade de Planejamento Territorial Leste:

- a) Paranoá – RA VII;
- b) São Sebastião – RA XIV;
- c) Jardim Botânico – RA XXVII;
- d) Itapoã – RA XXVIII;

VII – Unidade de Planejamento Territorial Sul:

- a) Recanto das Emas – RA XV;
- b) Riacho Fundo II – RA XXI;
- c) Gama – RA II;
- d) Santa Maria – RA XIII.

Parágrafo único. A criação ou a extinção de Regiões Administrativas deverá respeitar, obrigatoriamente, os limites das Unidades de Planejamento Territorial e os setores censitários, de forma a manter a série histórica dos dados estatísticos.

CAPÍTULO IV

DAS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 104. O Plano Diretor propõe um conjunto de intervenções de estruturação do território baseado nos seguintes elementos:

- I – na rede estrutural de transporte coletivo como elemento articulador dos núcleos urbanos e indutor do desenvolvimento de atividades econômicas;
 - II – na consolidação de novas centralidades de forma a reduzir a segregação socioespacial e a estabelecer relações com os municípios limítrofes;
 - III – na revalorização dos conjuntos urbanos que compõem o patrimônio cultural do Distrito Federal;
 - IV – na construção do sistema de espaços livres que articulam as unidades de conservação;
 - V – na articulação dos parcelamentos residenciais por meio da visão conjunta do processo de regularização;
 - VI – na articulação das novas áreas residenciais com os núcleos urbanos consolidados.
- Art. 105. As intervenções estão materializadas nas seguintes estratégias de ordenamento territorial:
- I – a dinamização de espaços urbanos;
 - II – a revitalização de conjuntos urbanos;
 - III – a estruturação viária;
 - IV – a regularização fundiária;
 - V – a oferta de áreas habitacionais;
 - VI – a implantação de polos multifuncionais;
 - VII – a integração ambiental do território.

Seção I

Da Estratégia de Dinamização de Espaços Urbanos

Art. 106. A estratégia de dinamização está voltada à configuração de novas centralidades, promovendo o desenvolvimento urbano, econômico e social e a indução do crescimento local e regional, mediante a diversificação do uso do solo, a implantação de centros de trabalho e renda e a melhoria dos padrões de mobilidade e acessibilidade, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território.

§ 1º A dinamização deverá ser promovida por intervenções prioritárias nas Áreas de Dinamização, indicadas no Anexo II, Mapa 3, Tabela 3C, desta Lei Complementar.

§ 2º As Áreas de Dinamização foram estruturadas com base no conceito de polos urbanos, abarcando áreas em que se aglomeram atividades urbanas, e de eixos, abrangendo áreas de intervenção situadas ao longo dos grandes corredores de circulação da produção e dos fluxos.

§ 3º As Áreas de Dinamização foram delimitadas em espaços onde estão estabelecidas ou pretendem-se estabelecer atividades econômicas e fluxos regionais e metropolitanos com importância estratégica para o Distrito Federal.

§ 4º As Áreas de Dinamização exigem tratamento urbanístico específico, condicionado aos objetivos estratégicos a serem alcançados e às suas peculiaridades no que se refere às características locais, às formas de ocupação do solo e aos valores ambientais e culturais do território.

§ 5º Consideram-se integrantes das Áreas de Dinamização os denominados Projetos Especiais indicados nos Planos Diretores Locais existentes na data de publicação desta Lei Complementar, durante o prazo de transitoriedade estabelecido no art. 267 das Disposições Gerais e Transitórias desta Lei Complementar.

Art. 107. As Áreas de Dinamização comportam ações de:

- I – organização e estruturação da malha urbana e dos espaços públicos associada à rede viária estrutural e à rede estrutural de transporte coletivo, resguardado o equilíbrio ambiental;
 - II – integração e reorganização da infraestrutura de transporte urbano, público e individual;
 - III – estímulo à multifuncionalidade dos espaços, possibilitando-se o incremento das atividades de comércio e de habitação;
 - IV – recuperação de áreas degradadas, por meio de intervenções integradas no espaço público e privado;
 - V – incentivo à parceria entre o Governo, a comunidade e a iniciativa privada para o desenvolvimento urbano.
- Art. 108. Deverá ser elaborada proposta de intervenção para cada Área de Dinamização instituída, contendo no mínimo:
- I – delimitação do perímetro da área de abrangência;
 - II – programa básico;
 - III – estudo de viabilidade econômica e ambiental;
 - IV – definição de mecanismos e critérios de monitoramento e avaliação;
 - V – projeto urbanístico.

§ 1º A proposta de intervenção será previamente submetida à anuência do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN.

§ 2º Os projetos específicos de cada Área de Dinamização deverão ser submetidos a Estudos de Impacto de Vizinhança para obtenção do licenciamento e aprovação.

§ 3º As Áreas de Dinamização que apresentarem propostas de aplicação de instrumentos ou de alteração de índices urbanísticos serão instituídas por lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 109. A estratégia de dinamização, conforme indicado no Anexo II, Mapa 3, Tabela 3C, desta Lei Complementar, deverá ser adotada prioritariamente nas seguintes áreas:

- I – Eixo Ceilândia, que compreende o Setor de Indústrias da Ceilândia, o Setor de Materiais de Construção da Ceilândia e a Área de Desenvolvimento Econômico do Descoberto, e as quadras situadas entre a Via MN 2 e Via N5, ao longo do eixo do metrô;
- II – Eixo Taguatinga, que corresponde à via de ligação Taguatinga-Ceilândia e a área lindeira à Estrada Parque Contorno – EPCT, na Região Administrativa de Taguatinga;
- III – Eixo EPIA, que compreende o trecho da Estrada Parque de Indústria e Abastecimento, agregando, nas margens da via, os Setores de Oficinas Sul e Norte – SOF/S e SOF/N, o Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, o Setor de Áreas Públicas – SAP, o Setor de Clubes e Estádios Esportivos Sul – SCEES, o Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos – SGCV, o Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, a Rodoferroviária e o Pátio Ferroviário de Brasília – PFB;
- IV – Eixo Interbairros, compreendendo as áreas lindeiras à via Interbairros;
- V – Polo JK, que compreende o Polo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, a Estação Aduaneira Interior – EAD, a Área de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria e o Setor Meirelles;
- VI – Polo Capital Digital, que compreende o Parque Tecnológico Capital Digital, na Região Administrativa do Plano Piloto;
- VII – Polo de Agronegócios área 1, próximo ao entroncamento das rodovias DF-230 e BR-020, na Região Administrativa de Planaltina;
- VIII – Polo de Agronegócios área 2, próximo ao entroncamento das rodovias DF-230 e BR-405, na Região Administrativa de Planaltina.

§ 1º No lote denominado Área Especial B, do Setor de Indústria e Abastecimento – atual sede da Novacap –, serão admitidos os usos comercial e habitacional, ficando estabelecido coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1 (um) e altura máxima das edificações de 26m (vinte e seis metros).

§ 2º Na área denominada no PDL do Guará como Área de Parcelamento Futuro – ARPA, localizada na parcela definida ao norte pelo Lote 6580 do SMAS, Trecho 1, atual ParkShopping, a leste pela Via EPIA, ao sul pela Via EPGU e a oeste pela via de acesso ao ParkShopping, serão admitidos os usos comercial e habitacional, ficando estabelecido coeficiente de aproveitamento máximo igual a 2 (dois) e altura máxima das edificações de 26m (vinte e seis metros).

§ 3º (VETADO).

§ 4º No lote caracterizado na matrícula 10.484 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, localizado no SAI/Norte junto à EPIA, será admitido o uso comercial, ficando estabelecido o coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1 (um) e a altura máxima das edificações de 12m (doze metros).

§ 5º No lote denominado Área Especial 3 do Setor L Norte de Taguatinga, será admitido o uso comercial, ficando estabelecido coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1 (um) e altura máxima das edificações de 12m (doze metros).

Seção II

Da Estratégia de Revitalização de Conjuntos Urbanos

Art. 110. A estratégia de revitalização está voltada à preservação do patrimônio cultural e ao fomento de investimentos para a sustentabilidade de sítios urbanos de interesse patrimonial, com vistas à adequação da dinâmica urbana à estrutura físico-espacial do objeto de preservação, com ênfase no combate às causas da degradação crônica do patrimônio ambiental urbano.

§ 1º A revitalização deverá ser promovida por meio de intervenções, prioritárias nas Áreas de Revitalização indicadas no Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3D, desta Lei Complementar.

§ 2º As Áreas de Revitalização exigem normas urbanísticas específicas, respeitadas as disposições da legislação de proteção do patrimônio cultural.

Art. 111. A proposta de intervenção das Áreas de Revitalização deverá conter, no mínimo:

I – delimitação do perímetro da área de abrangência;

II – programa básico;

III – projeto urbanístico e arquitetônico, onde couber.

§ 1º A proposta de intervenção será previamente submetida à anuência do CONPLAN.

§ 2º Na revitalização dos Setores Hospitalares Sul e Norte, os coeficientes de aproveitamento a serem aplicados corresponderão aos das edificações existentes na data desta Lei Complementar, utilizando-se, quando cabível, o instrumento da outorga onerosa do direito de construir.

§ 3º As Áreas de Revitalização que apresentarem propostas de aplicação de instrumentos ou de alteração de índices urbanísticos não previstas nesta Lei Complementar serão implementadas por lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 112. As Áreas de Revitalização comportam ações de:

I – revitalização, regularização e renovação de edifícios;

II – intervenções e melhorias na circulação de veículos e pedestres;

III – recuperação de áreas degradadas, por meio de intervenções integradas no espaço público e privado;

IV – incentivo às atividades tradicionais das áreas;

V – introdução de novas atividades compatíveis com as tradicionais da área;

VI – estímulo à permanência da população residente, no caso de áreas residenciais;

VII – incentivo à parceria entre o Governo, a comunidade e a iniciativa privada para o desenvolvimento urbano;

VIII – incentivos fiscais e tributários.

Art. 113. A estratégia de revitalização, conforme indicado no Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3D, desta Lei Complementar deverá ser adotada prioritariamente nas seguintes áreas:

I – setores centrais do Plano Piloto, compreendendo os setores Comercial, Bancário, de Autarquias, Hoteleiro, de Diversões, de Rádio e Televisão Sul e Norte e de Recreação Pública Norte, na Região Administrativa do Plano Piloto;

II – vias W3 Sul e Norte, compreendendo os setores: SEPN, SCLRN, SHLS, SHLN, SHIGS (Quadra 703 a 707 lindeiras à via W3 Sul), EQS 500, SHCS, SCRS e SCRN, na Região Administrativa do Plano Piloto;

III – Setor de Indústrias Gráficas, na Região Administrativa do Plano Piloto;

IV – Setor de Garagens Oficiais e Setor de Administração Municipal, na Região Administrativa do Plano Piloto;

V – Setor de Indústria e Abastecimento, na Região Administrativa do SIA;

VI – Vila Planalto, compreendendo a poligonal de tombamento e de tutela, nos termos do Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988, que dispõe sobre o tombamento da Vila Planalto, na Região Administrativa do Plano Piloto;

VII – Eixo Histórico de Planaltina, situado no Setor Tradicional, compreendendo o espaço urbano e as edificações adjacentes à praça São Sebastião de Mestre d’Armas, à Praça Coronel Salviano Monteiro Guimarães e à Praça Antônio Marcigaglia, passando pela Avenida Goiás até a Avenida Independência, na Região Administrativa de Planaltina;

VIII – Complexo de Lazer de Brazlândia, compreendendo o Parque Veredinhas, o Balneário, a Orla e o espelho d’água do lago Veredinhas, o Museu Artístico e Histórico de Brazlândia e áreas de lazer adjacentes, na Região Administrativa de Brazlândia;

IX – Setor Central da Região Administrativa do Gama – RA II.

§ 1º No SRPN, poderá ser admitido o uso comercial, desde que o respectivo plano urbanístico e o Estudo de Impacto de Vizinhança sejam aprovados pelo CONPLAN e pelo órgão gestor do planejamento urbano e territorial do Distrito Federal.

§ 2º A revitalização do Setor Hoteleiro Norte abrangerá a Quadra 901 do Setor de Grandes Áreas Norte.

§ 3º (VETADO).

Seção III

Da Estratégia de Estruturação Viária

Art. 114. A estratégia de estruturação viária destina-se à melhoria da acessibilidade das áreas urbanas consolidadas do Distrito Federal, em conformidade com o Título II, Capítulo III, desta Lei Complementar, de forma a melhor aproveitar a infraestrutura instalada, mediante as seguintes ações:

I – revisão do desenho viário;

II – execução de novos trechos viários;

III – execução de melhorias nas vias existentes;

IV – modificações na hierarquia viária;

V – articulação entre as áreas urbanas em ambos os lados da via;

VI – otimização da ocupação na faixa de até 100m das vias, nos anéis de atividades.

Art. 115. A estratégia de estruturação viária, respeitadas as condicionantes ambientais, conforme indicado no Anexo II, Mapa 3, desta Lei Complementar, deverá ser adotada:

I – na configuração do Anel de Atividades de Ceilândia-Taguatinga-Samambaia;

II – na configuração do Anel de Atividades de Samambaia-Recanto das Emas-Riacho Fundo II;

III – na configuração do Anel de Atividades de Sobradinho-Sobradinho II-Grande Colorado;

IV – na configuração do Anel de Atividades Gama-Santa Maria;

V – na configuração do Anel de Atividades Jardim Botânico-São Sebastião;

VI – na estruturação da DF-230, em Planaltina;

VII – na estruturação das vias internas às Colônias Agrícolas Arniqueira, Vereda Grande, Vereda da Cruz e Vicente Pires e da Estrada Parque Vicente Pires;

VIII – na estruturação da via de acesso aos condomínios residenciais do Grande Colorado;

IX – na implementação da Via Interbairros.

Art. 116. Os projetos de estruturação viária serão elaborados, em conjunto, pelos órgãos responsáveis pelo planejamento urbano, meio ambiente, transportes e obras do Distrito Federal e submetidos à anuência do CONPLAN.

Seção IV

Da Estratégia de Regularização Fundiária

Art. 117. A estratégia de regularização fundiária visa à adequação de assentamentos informais preexistentes às conformações legais, por meio de ações prioritárias nas Áreas de Regularização indicadas no Anexo II, Mapa 2 e Tabelas 2A, 2B e 2C, desta Lei Complementar, de modo a garantir o direito à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Parágrafo único. A regularização fundiária compreende as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais promovidas pelo Poder Público por razões de interesse social ou de interesse específico.

Art. 118. Para os fins de regularização previstos nesta Lei Complementar, ficam estabelecidas três categorias de assentamentos:

I – Parcelamento Urbano Isolado: aquele com características urbanas implantado originalmente em zona rural, classificado como Zona de Urbanização Específica, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

II – Áreas de Regularização: correspondem a unidades territoriais que reúnem assentamentos informais a partir de critérios como proximidade, faixa de renda dos moradores e similaridade das características urbanas e ambientais, com o objetivo de promover o tratamento integrado do processo de regularização dos assentamentos informais com características urbanas indicados em mapa no Anexo II e parâmetros urbanísticos descritos no Anexo VI desta Lei Complementar;

III – Setores Habitacionais de Regularização: correspondem à agregação de Áreas de Regularização e áreas não parceladas, com o objetivo de auxiliar a promoção do ordenamento territorial e o processo de regularização a partir da definição de diretrizes mais abrangentes e parâmetros urbanísticos, de estruturação viária e de endereçamento.

Art. 119. Para os fins de regularização previstos nesta Lei Complementar, consideram-se:

I – assentamentos informais: parcelamentos com características urbanas, situados em zonas rurais ou urbanas, localizados em áreas públicas ou privadas, compreendendo as ocupações e os parcelamentos irregulares, clandestinos e outros processos informais de produção de lotes, utilizados predominantemente para fins de moradia, implantados com ou sem autorização do titular de domínio, com ou sem aprovação dos órgãos competentes, em desacordo com a licença expedida e sem registro cartorial no Registro de Imóveis;

II – demarcação urbanística: procedimento administrativo pelo qual o Poder Público, no âmbito da regularização do uso e ocupação do solo dos assentamentos informais, demarca ou exige a demarcação da gleba, definindo seus limites, área, localização e confrontações, com a finalidade de conter a ocupação e relacionar os seus ocupantes, qualificando a natureza e o tempo das respectivas posses;

III – estudos ambientais: aqueles que compreendem o estudo de impacto ambiental e respectivo relatório, ou outros instrumentos de avaliação de impacto ambiental previstos em lei, que avaliem as restrições ambientais, a capacidade de abastecimento de água, as alternativas de esgotamento sanitário e de destinação final de águas pluviais;

IV – estudos urbanísticos: aqueles necessários à definição de usos, índices urbanísticos e diretrizes para hierarquização do sistema viário e endereçamento;

V – Planos Habitacionais de Regularização Fundiária de Interesse Social: planos que definirão critérios e diretrizes a serem adotados na regularização fundiária para cada uma das áreas de regularização e dos parcelamentos urbanos isolados declarados de interesse social;

VI – (VETADO).

Art. 120. (VETADO).

Art. 121. (VETADO).

Art. 122. São metas, princípios, critérios e ações para a regularização fundiária:

I – promover a regularização fundiária por meio do agrupamento dos assentamentos informais, sempre que possível, em áreas com características urbanas e ambientais semelhantes, observada a capacidade de suporte socioeconômico e ambiental;

II – elaborar projetos integrados de regularização fundiária para os Setores Habitacionais, as Áreas de Regularização e os Parcelamentos Urbanos Isolados;

III – assegurar nível adequado de habitabilidade e melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social, ambiental e de salubridade ambiental da área ocupada;

IV – realizar a regularização fundiária em etapas, de acordo com as peculiaridades dos empreendimentos, viabilizando soluções concomitantes, sequenciais ou alternadas para questões urbanísticas, ambientais, fundiárias e cartorárias;

V – viabilizar diferentes formas de parceria entre o Poder Público e os interessados, favorecendo maior integração dos órgãos do Distrito Federal e tornando mais ágil e eficaz o processo de regularização fundiária;

VI – priorizar a regularização fundiária de assentamentos informais de baixa renda consolidados;

VII – adotar medidas de compensação por eventuais danos ambientais e prejuízos à ordem urbanística, diante da irreversibilidade das ocupações e constatada a possibilidade de sua permanência;

VIII – promover a divisão das terras desapropriadas que estejam em comum com terceiros, por meio de ações divisórias;

IX – promover a intervenção do Poder Público no processo de regularização fundiária sempre que os responsáveis não atenderem às exigências e restrições estabelecidas;

X – adotar medidas de fiscalização, prevenção, combate e repressão à implantação de novos parcelamentos irregulares do solo;

XI – viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos informais consolidados na forma de loteamento fechado ou projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas, ora denominados condomínios urbanísticos, de acordo com legislação específica;

XII – promover articulação do processo de regularização dos assentamentos informais com a política habitacional;

XIII – aprimorar os instrumentos e medidas jurídicas, urbanísticas e ambientais voltadas à regularização de assentamentos informais, visando aumentar a agilidade do processo e facilitar as eventuais intervenções do Poder Público;

XIV – ajuizar ações discriminatórias e demarcatórias, objetivando a regularização fundiária das terras do Distrito Federal;

XV – regularizar a ocupação das terras públicas rurais.

Art. 123. A regularização dos assentamentos informais com características urbanas tem natureza de interesse público, nos termos do art. 53-A da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações da Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 124. A regularização urbanística e ambiental não implica o reconhecimento de direitos quanto à posse e ao domínio.

Parágrafo único. A ausência do registro cartorial da regularização dos assentamentos informais com características urbanas não impedirá a realização de obras de implantação de infraestrutura e de equipamentos públicos comunitários.

Art. 125. Para fins de regularização e ordenamento territorial no Distrito Federal, ficam criadas as Áreas de Regularização indicadas no Anexo II, Mapa 2 e Tabelas 2A, 2B e 2C, desta Lei Complementar, localizadas em Zonas Urbanas.

§ 1º As Áreas de Regularização são classificadas em Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS e Áreas de Regularização de Interesse Específico – ARINE.

§ 2º Os polígonos das Áreas de Regularização e dos Setores Habitacionais definidos no Anexo II, Mapa 2, desta Lei Complementar, poderão ser reajustados quando da elaboração dos projetos de urbanismo, visando garantir áreas necessárias à localização de equipamentos públicos, à proteção de áreas ambientalmente sensíveis e à realocação de unidades imobiliárias desconstituídas, respeitado o limite de 10% (dez por cento) da área original.

Art. 126. As Áreas de Regularização de Interesse Social, indicadas no Anexo II, Mapa 2 e Tabela 2B, desta Lei Complementar são consideradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nos termos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e têm como objetivo a regularização fundiária de assentamentos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda.

Art. 127. As Áreas de Regularização de Interesse Social terão prioridade na regularização fundiária promovida pelo Poder Público.

Parágrafo único. São considerados Áreas de Regularização de Interesse Social os assentamentos a seguir, além dos descritos no Anexo II, Mapa 2, Tabelas 2A, 2B e 2C:

I – Núcleo Urbano do Paranoá, na Região Administrativa do Paranoá;

II – Núcleo Urbano de São Sebastião, na Região Administrativa de São Sebastião, que inclui, além das áreas definidas em sua poligonal, a Vila do Boa, a Quadra 12 do Morro Azul, a Expansão do Bela Vista, o Morro da Cruz, o Residencial Del Rey, a Vila Vitória, o Condomínio Itaipu e as ruas 12, 12A, 13, 14, 15, 16 e 17 do Bairro Vila Nova;

III – Centro Urbano de Santa Maria, na Região Administrativa de Santa Maria;

IV – Núcleo Urbano de Sobradinho II, na Região Administrativa de Sobradinho II;

V – Núcleo Urbano do Varjão, na Região Administrativa do Varjão;

VI – Núcleo Urbano do Riacho Fundo I;

VII – Núcleo Urbano do Riacho Fundo II;

VIII – Núcleo Urbano do Recanto das Emas;

IX – QE 38 e QE 44 do Guarã II.

Art. 128. Na regularização de assentamentos informais com características urbanas em terras particulares, quando promovida pelo Poder Público, as importâncias despendidas poderão ser ressarcidas pelo empreendedor.

§ 1º Os encargos decorrentes da situação mencionada no caput, na ausência do empreendedor, poderão ser ressarcidos pelos beneficiários, ficando a critério do Poder Público estabelecer os casos de isenção para as Áreas de Regularização de Interesse Social, bem como o valor e a forma de pagamento, com base na análise de, pelo menos, dois aspectos:

I – existência parcial ou total de equipamentos urbanos implantados;

II – poder aquisitivo da população beneficiada.

§ 2º O Poder Público poderá exigir dos beneficiários a elaboração de estudos e projetos, bem como a implantação de equipamentos urbanos.

Art. 129. A regularização dos assentamentos informais com características urbanas declarados de interesse social alcançará a população residente até a data de aprovação do Programa Habitacional de Regularização Fundiária de Interesse Social, elaborado para a área de estudo, prevalecendo este dispositivo sobre quaisquer outros constantes de legislação específica.

Art. 130. As Áreas de Regularização de Interesse Específico, indicadas no Anexo II, Mapa 2 e Tabela 2B, desta Lei Complementar têm como objetivo a regularização fundiária de assentamentos informais ocupados predominantemente por população de média ou alta renda, constituindo ação discricionária do Poder Público a adoção de medidas para a regularização dessas áreas.

Art. 131. Na fixação dos índices urbanísticos das Áreas de Regularização, é considerada a situação fática da ocupação, assim como suas especificidades urbanísticas, ambientais e sociais, devendo ser considerado o seguinte:

I – os usos permitidos, tamanho máximo e mínimo dos lotes residenciais, assim como os coeficientes de aproveitamento básico e máximo dos lotes de cada Área de Regularização, fixados no Anexo VI desta Lei Complementar;

II – o percentual mínimo de áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como de espaços livres de uso público, incluídas as áreas verdes, e a densidade demográfica calculados para os Setores Habitacionais de Regularização e fixados no Anexo VI desta Lei Complementar;

III – os parâmetros urbanísticos para as Áreas de Regularização não inseridas em Setor Habitacional, definidos no Anexo VI desta Lei Complementar;

IV – o dimensionamento do sistema viário deverá considerar a configuração das vias e edificações existentes, de modo a minimizar as realocações, desde que garantida a acessibilidade aos serviços públicos indispensáveis à qualidade de vida da população;

V – o percentual mínimo de permeabilidade deverá ser definido após estudos ambientais para o Setor Habitacional ou para a Área de Regularização.

Parágrafo único. Em situações especiais, considerando-se a realidade consolidada até a data de publicação desta Lei Complementar, os índices urbanísticos para as áreas de regularização definidos nesta Lei Complementar poderão ser ajustados, mediante estudos ambientais e urbanísticos específicos, existentes ou a serem definidos pelos órgãos afins, desde que aprovados pelos órgãos legalmente competentes.

Art. 132. São considerados Parcelamentos Urbanos Isolados aqueles identificados no Anexo II, Tabela 2C, desta Lei Complementar, devendo ser observado o seguinte:

I – para início do processo de regularização, a poligonal do parcelamento deverá ser definida por meio da demarcação urbanística, que não poderá ser expandida, sendo aprovada em conjunto com o projeto urbanístico;

II – são classificados como Parcelamentos Urbanos Isolados de Interesse Social aqueles considerados como ZEIS, nos termos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e como Parcelamentos Urbanos Isolados de Interesse Específico aqueles ocupados por população de média e alta renda ou a ela destinados;

III – para os Parcelamentos Urbanos Isolados de Interesse Específico, de acordo com a classificação constante no Anexo II, Tabela 2C, serão admitidos os seguintes parâmetros urbanísticos:

a) densidade demográfica baixa;

b) percentual mínimo destinado à implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público de 5% (cinco por cento);

c) os usos residencial, comercial, misto e coletivo (institucional);

d) para os lotes ou unidades autônomas destinados ao uso residencial, coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1 (um);

e) para os lotes destinados ao uso comercial, coeficiente máximo igual a 1 (um);

f) para os lotes destinados ao uso misto, coeficiente máximo igual a 1,5 (um inteiro e cinco décimos);

g) para os lotes destinados ao uso coletivo (institucional), coeficiente máximo igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos);

IV – para os Parcelamentos Urbanos Isolados de Interesse Social, de acordo com a classificação constante no Anexo II, Tabela 2C, serão admitidos os seguintes parâmetros urbanísticos:

a) densidade demográfica média;

b) percentual mínimo destinado à implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público de 5% (cinco por cento);

c) os usos residencial, comercial, misto e coletivo (institucional);

d) para os lotes destinados ao uso residencial, coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos);

e) para os lotes destinados ao uso comercial, coeficiente máximo igual a 1,5 (um inteiro e cinco décimos);

f) para os lotes destinados ao uso misto, coeficiente máximo igual a 1,5 (um inteiro e cinco décimos);

g) para os lotes destinados ao uso coletivo (institucional), coeficiente máximo igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos).

Parágrafo único. Em situações especiais, considerando-se a realidade consolidada até a data de publicação desta Lei Complementar, os índices urbanísticos definidos nas alíneas dos

incisos III e IV deste artigo poderão ser ajustados, mediante estudos ambientais e urbanísticos específicos existentes ou a serem definidos pelos órgãos afins, desde que aprovados pelos órgãos legalmente competentes.
Art. 133. (VETADO).

Seção V

Da Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais

Art. 134. A estratégia de oferta de áreas habitacionais tem o objetivo de atender à demanda habitacional a partir de projetos e programas de iniciativa pública voltados a diferentes faixas de renda, buscando:

- I – a oferta de áreas em diferentes partes do território;
 - II – a proximidade com núcleos urbanos consolidados onde haja oferta de serviços, comércios e equipamentos comunitários;
 - III – a proximidade com os principais corredores de transporte;
 - IV – o respeito à capacidade de suporte do território, no que se refere ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais.
- Parágrafo único. A oferta de áreas habitacionais deverá ser promovida mediante a urbanização de novos núcleos ou mediante a otimização de localidades urbanas com infraestrutura subutilizada, com vazios residuais ou com áreas obsoletas.

Art. 135. Constituem áreas integrantes desta estratégia, conforme o Anexo II, Mapa 2 e Tabela 2D:

- I – Setor Habitacional Noroeste, na Região Administrativa do Plano Piloto;
- II – Etapa I, trechos 2 e 3, do Setor Habitacional Taquari, na Região Administrativa do Lago Norte;
- III – Setor Habitacional Dom Bosco, na Região Administrativa do Lago Sul;
- IV – Setor Jôquei Clube, na Região Administrativa do Guará;
- V – QE 48 a 58, na Região Administrativa do Guará;
- VI – área adjacente ao Bairro Águas Claras, na Região Administrativa de Águas Claras;
- VII – Etapa 2 do Riacho Fundo II, na Região Administrativa do Riacho Fundo II;
- VIII – Etapas 3 e 4 do Riacho Fundo II, na Região Administrativa do Riacho Fundo II;
- IX – Subcentro Leste (Complexo de Furnas), na Região Administrativa de Samambaia;
- X – Quadras 100 (QR 103 a 115 e 121 a 127), na Região Administrativa de Samambaia;
- XI – Subcentro Oeste, na Região Administrativa de Samambaia;
- XII – ADE Oeste, na Região Administrativa de Samambaia;
- XIII – áreas livres nas extremidades e entre os conjuntos das Quadras QNJ, na Região Administrativa de Taguatinga;
- XIV – as laterais da Avenida MN3, na Região Administrativa de Ceilândia;
- XV – Parque da Vaquejada, na Ceilândia;
- XVI – ADE Estrutural, na Região Administrativa de Taguatinga – Cana do Reino;
- XVII – Setor Residencial Leste, quadras 21A e 22A, na Região Administrativa de Planaltina;
- XVIII – Setor Residencial Oeste, Quadras I, J, K, na Região Administrativa de Planaltina;
- XIX – Expansão do Paranoá, na Região Administrativa do Paranoá;
- XX – Etapa 3 do Jardim Botânico, na Região Administrativa de São Sebastião;
- XXI – Setor Mangueiral, na Região Administrativa de São Sebastião;
- XXII – Setor Nacional, na Região Administrativa de São Sebastião, que deverá abranger em sua área a região ocupada pela Quadra 12 do Morro Azul e a Vila do Boa;
- XXIII – Setor Crixá, na Região Administrativa de São Sebastião;
- XXIV – Setor Meireles, na Região Administrativa de Santa Maria;
- XXV – Quadras 900, na Região Administrativa do Recanto das Emas;
- XXVI – Expansão do Setor Mangueiral, na Região Administrativa de São Sebastião;
- XXVII – Itapoã, na Região Administrativa de Itapoã;
- XVIII – adensamento da área urbana de Sobradinho, na Região Administrativa de Sobradinho;
- XXIX – adensamento da área urbana do Gama, na Região Administrativa do Gama;
- XXX – Quadra QE 60 do Guará II (antiga área da TASA), na Região Administrativa do Guará;
- XXXI – Vargem da Bênção, na Região Administrativa do Recanto das Emas;
- XXXII – Setor Habitacional Catetinho, na Região Administrativa do Park Way;

- XXXIII – (VETADO);
- XXXXIV – (VETADO);
- XXXV – (VETADO);
- XXXVI – (VETADO);
- XXXVII – (VETADO);

- XXXVIII – área do DER na Região Administrativa de Sobradinho;
- XXXIX – Quadras 9, 11, 13 e 15 da Região Administrativa do Riacho Fundo I;
- XL – Expansão da Área de Interesse Social – ARIS Buritis, delimitada pelo Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, pela Área de Proteção Permanente dos afluentes do Paranoazinho e pela DF-420, na Região Administrativa de Sobradinho.

§ 1º Para efeito desta Lei Complementar, as áreas elencadas nos incisos VII, VIII, X, XII, XVI, XVII, XVIII, XXI, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXXII, XXXVIII e XXXIX são definidas como áreas especiais de interesse social, correspondendo a Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nos termos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, voltadas à formulação de programas de habitação social.

§ 2º Nas áreas elencadas neste artigo, poderão ser definidas outras áreas especiais de interesse social, correspondendo a Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

§ 3º A implantação do Setor Habitacional Catetinho ficará sujeita ao atendimento das seguintes condicionantes:

- I – o projeto urbanístico deverá maximizar os coeficientes de permeabilidade, privilegiando a infiltração de águas pluviais;
- II – a solução técnica de drenagem pluvial deverá contemplar mecanismos de recarga artificial de aquíferos;
- III – a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb deverá participar da comissão de análise do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA do Setor Habitacional Catetinho;
- IV – o empreendedor deverá custear a implantação de duas estações de tratamento de água compactas, sendo uma para o Sistema Catetinho Baixo e outra para o Sistema Alagado;
- V – a emissão de Licença de Instalação do parcelamento ficará condicionada à entrada em operação do Sistema Produtor São Bartolomeu ou Sistema Produtor Corumbá IV;
- VI – a emissão de Licença de Instalação do parcelamento ficará condicionada à entrada em operação das estações de tratamento de água dos sistemas Catetinho Baixo e Alagado.

Art. 136. O uso e a ocupação do solo das áreas habitacionais citadas no art. 135 desta Lei Complementar deverão pautar-se nas seguintes premissas:

- I – mescla de tipologias residenciais, com ênfase na habitação coletiva e no uso misto;
- II – oferta de unidades imobiliárias voltadas a diferentes faixas de renda;
- III – articulação com áreas consolidadas;
- IV – estruturação de sistema de espaços livres no que se refere à vegetação, ao mobiliário urbano, aos espaços de circulação de pedestres e ciclistas, ao sistema viário e aos equipamentos comunitários;
- V – adoção de parâmetros urbanísticos compatíveis com a oferta de sistema de transporte coletivo eficiente.

Art. 137. Ficam definidas, no Anexo II, Tabela 2D, as densidades demográficas brutas e os coeficientes máximos para as novas áreas habitacionais.

Seção VI

Da Estratégia de Implantação de Polos Multifuncionais

Art. 138. A estratégia de implantação de Polos Multifuncionais tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento de subcentralidades no território vinculadas à acessibilidade decorrente da Rede Estrutural de Transporte Coletivo.

§ 1º Os Polos Multifuncionais serão implantados em um raio de 600m (seiscentos metros) dos terminais de integração da Rede Estrutural de Transporte Coletivo, conforme indicado no Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3B, desta Lei Complementar.

§ 2º Os Polos Multifuncionais deverão abrigar espaços para oferta de emprego, comércio e serviços, lazer, esporte, cultura e moradia para diferentes faixas de renda.

§ 3º A implantação dos Polos Multifuncionais está condicionada à implantação prévia da Rede Estrutural de Transporte Coletivo.

Art. 139. Deverá ser elaborada proposta de intervenção para cada Polo Multifuncional instituído, contendo no mínimo:

- I – delimitação do perímetro do Polo;
- II – finalidade da intervenção;
- III – programa básico;
- IV – estudo de viabilidade econômica e ambiental;
- V – projeto urbanístico.

§ 1º A proposta de intervenção será previamente submetida à anuência do CONPLAN.

§ 2º Os projetos específicos de cada Polo Multifuncional deverão ser submetidos a Estudos de Impacto de Vizinhança para obtenção do licenciamento e aprovação.

§ 3º Deverão ser incentivadas parcerias público-privadas para a viabilização da implantação dos Polos Multifuncionais no território.

Art. 140. A implantação de Polos Multifuncionais deverá ser adotada nas seguintes áreas:

- I – Polo Multifuncional Catetinho (PM 1);
- II – Polo Multifuncional Taguatinga (PM 2);
- III – Polo Multifuncional Grande Colorado (PM 3);
- IV – Polo Multifuncional Metropolitana (PM 4);
- V – Polo Multifuncional Planaltina (PM 5);
- VI – Polo Multifuncional Samambaia (PM 6);
- VII – Polo Multifuncional São Sebastião (PM 7);
- VIII – Polo Multifuncional Sul (PM 8);
- IX – Polo Multifuncional Torto (PM 9).

Parágrafo único. Todos os Polos Multifuncionais poderão ser objeto de implantação de equipamentos regionais conforme ações definidas nesta Lei Complementar.

Seção VII

Da Estratégia de Integração Ambiental do Território

Art. 141. A estratégia de integração ambiental visa promover maior integração e articulação entre os espaços naturais e construídos, favorecendo o fluxo biótico e a manutenção dos aspectos funcionais dos ecossistemas naturais e construídos, de forma a assegurar a biodiversidade local, para a contínua melhoria da qualidade de vida.

Art. 142. A integração ambiental será reforçada pela configuração e implantação de conectores ambientais e de corredores ecológicos.

Art. 143. A definição e a implantação de corredores ecológicos serão realizadas pelo órgão gestor da política ambiental com base no Zoneamento Ecológico-econômico – ZEE-DF.

Art. 144. Ficam identificados, nesta Lei Complementar, conectores ambientais, que consistem em um conjunto de espaços lineares que, por seus atributos naturais, tais como vales fluviais e fragmentos de vegetação nativa, favorecem a interligação de sistemas naturais.

Art. 145. A presente estratégia comporta ações ao longo dos conectores ambientais de:

I – integração e articulação da gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

II – criação de parques lineares com a finalidade de interligar unidades e áreas protegidas já constituídas e de estabelecer espaços contínuos que reforcem a vocação de conexão;

III – recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos d’água compreendidos em conectores localizados em ambiência rural ou urbana;

IV – demarcação das reservas legais de propriedades rurais em áreas que estabeleçam, sempre que possível, espaços contínuos e compatíveis com a função de conexão entre ecossistemas;

V – articulação com as instituições federais responsáveis por áreas vocacionadas para a função de conexão de ecossistemas, com a finalidade de proteção e manutenção desses espaços;

VI – incentivo ao desenvolvimento de atividades compatíveis com a proteção do meio ambiente, tais como ecoturismo e agroecologia;

VII – realização de pesquisas e estudos acerca da biota local e do fluxo gênico, para melhor compreensão dos processos bióticos em curso e orientação de medidas necessárias à manutenção e recuperação da qualidade ambiental desses espaços;

VIII – integração e articulação de equipamentos e parques urbanos e ecológicos com os demais espaços naturais protegidos, por meio da valorização e ampliação da arborização urbana de áreas públicas e particulares;

IX – conscientização da população, com vistas à criação e à manutenção de áreas verdes e espaços arborizados em lotes urbanos residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como à manutenção de vegetação nativa em sítios e chácaras situadas em áreas urbanas;

X – incentivo à arborização urbana por meio da ampliação da arborização de vias e espaços públicos e da venda orientada e apoio técnico para o plantio de mudas de espécies nativas.

Parágrafo único. Compete ao órgão gestor da política ambiental o detalhamento das ações e a proposição de projetos voltados para a implementação da presente estratégia ambiental.

Art. 146. Ficam indicados os seguintes conectores ambientais, conforme consta no Anexo II, Mapa 4 e Tabela 4A, desta Lei Complementar, com vistas à aplicação das ações da presente estratégia:

I – Embrapa: abarca a área da Embrapa entre as localidades urbanas de Sobradinho e Planaltina, ao longo do curso do córrego Atoleiro até sua junção ao rio São Bartolomeu;

II – Torto: ao longo do curso do ribeirão do Torto e sua foz no lago Paranoá;

III – Bananal: ao longo do curso do córrego Bananal e sua foz no lago Pananoá;

IV – Paranoá: ao longo do curso do rio Paranoá, sendo incorporado o lago Paranoá;

V – São Bartolomeu: segue da Estação Ecológica de Águas Emendadas pela bacia do Pípiripau e ao longo do curso do rio São Bartolomeu;

VI – Taguatinga/Ipê: segue da ARIE JK à ARIE do Ipê;

VII – Reserva do Guará/Riacho Fundo: segue da Reserva do Guará, ao longo dos cursos dos córregos do Guará e Riacho Fundo até a sua foz no lago Paranoá;

VIII – Ribeirão do Gama: ao longo do curso do ribeirão do Gama e sua foz no lago Paranoá;

IX – Jardim Botânico/São Sebastião: segue da Estação Ecológica do Jardim Botânico e ao longo do curso do ribeirão Santo Antônio, da Papuda até sua foz no rio São Bartolomeu;

X – Alagado: segue da Estação Ecológica da UnB e ao longo do curso do ribeirão Alagado;

XI – Saia Velha: segue da Estação Ecológica da UnB e ao longo do curso do ribeirão Saia Velha;

XII – ribeirão Santana/Tororó: segue pelo curso do ribeirão Santana, dentro dos limites do Distrito Federal;

XIII – ribeirão Cachoeirinha/Nova Betânia: segue pelo curso do ribeirão Cachoeirinha até sua foz no rio São Bartolomeu;

XIV – ribeirão Sobradinho/córrego Paranoazinho: segue pelo curso do córrego Paranoazinho e ribeirão Sobradinho até sua foz no rio São Bartolomeu.

§ 1º Fica indicada, para a criação de parque linear, área no conector ecológico do Paranoá, conforme consta do Anexo II, Mapa 4 e Tabela 4A, a partir de estudos específicos realizados pelo órgão gestor da política ambiental.

§ 2º Ficam indicadas, para articulação institucional com vistas à proteção de espaços que mantêm remanescentes do Cerrado, três áreas nos conectores ecológicos do ribeirão do Gama, do Saia Velha e da Embrapa, conforme consta do Anexo II, Mapa 4 e Tabela 4A, que são administradas pela Aeronáutica, Marinha e Embrapa, respectivamente, órgãos da esfera federal.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 147. São instrumentos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano no Distrito Federal os diversos institutos de planejamento territorial e ambiental, institutos jurídicos, tributários, financeiros e de participação popular necessários a sua execução, conforme previsto na Lei

Orgânica do Distrito Federal – LODF e na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 148. Para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento territorial e urbano, o Distrito Federal poderá adotar os instrumentos de política urbana que forem necessários e admitidos pela legislação, tais como:

I – de planejamento territorial e urbano:

a) Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal;

b) Lei de Uso e Ocupação do Solo;

c) Planos de Desenvolvimento Locais;

d) Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;

e) legislação sobre parcelamento do solo;

f) legislação edilícia e de posturas;

g) Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal;

h) Plano de Desenvolvimento Habitacional e demais programas e planos de habitação e de regularização;

i) planos de desenvolvimento econômico e social;

j) planos de desenvolvimento territorial para integração das atividades rurais ou Plano Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável;

k) planos, programas e projetos setoriais;

l) estudos urbanísticos e ambientais;

m) zoneamento ecológico-econômico, zoneamento ambiental, planos de manejo de unidades de conservação e estudos de impacto ambiental;

n) estudo de impacto de vizinhança;

II – tributários e financeiros, em especial:

a) imposto predial e territorial urbano progressivo;

b) contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

III – jurídicos:

a) desapropriação, desafetação ou doação;

b) servidão administrativa;

c) limitações administrativas;

d) tombamento de bens ou de conjuntos urbanos;

e) instituição de zonas especiais de interesse social referidas, nesta Lei Complementar, como Áreas de Regularização de Interesse Social, no caso de regularização fundiária, e como Área Especial de Interesse Social, no caso de novas áreas urbanas;

f) concessão de uso;

g) concessão de direito real de uso;

h) concessão de uso especial para fins de moradia;

i) arrendamento;

j) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

k) usucapião especial de imóvel urbano;

l) direito de superfície;

m) retrovenda;

n) locação;

o) direito de preempção;

p) alienação;

q) outorga onerosa do direito de construir;

r) outorga onerosa de alteração de uso;

s) transferência do direito de construir;

t) operações urbanas consorciadas;

u) consórcio imobiliário;

v) compensação urbanística;

w) urbanizador social;

x) (VETADO).

IV – de participação popular:

a) debates;

b) consulta pública;

c) audiência pública;

d) outros instrumentos jurídicos.

§ 1º Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e em leis específicas regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

§ 2º Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.

§ 3º Os instrumentos de política urbana que demandem dispêndio de recursos por parte do Poder Público do Distrito Federal devem ser objeto de controle social, garantida a participação da comunidade, movimentos e entidades da sociedade civil.

§ 4º A atuação do urbanizador social está prevista nos arts. 200 a 203 desta Lei Complementar.

§ 5º (VETADO).

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

Seção I

Da Lei de Uso e Ocupação do Solo

Art. 149. A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal complementar^á os princípios estabelecidos nesta Lei Complementar, devendo indicar, para os parcelamentos consolidados ou já aprovados pelo Poder Público, no mínimo:

I – os usos dos lotes de acordo com a Tabela de Classificação de Usos e Atividades do Distrito Federal, assegurando a localização adequada para as diferentes funções e atividades urbanas no Distrito Federal;

II – as alturas máximas das edificações;

III – taxas de permeabilidade, quando couber;

IV – os afastamentos mínimos laterais, frontais e de fundos dos lotes, quando couber;

V – os cones de iluminação e ventilação, quando couber;

VI – a utilização dos subsolos, quando couber;

VII – o tratamento das divisas do lote;

VIII – parâmetros para definição do número mínimo de vagas de estacionamento interno das unidades imobiliárias;

IX – as penalidades correspondentes às infrações decorrentes da inobservância dos preceitos estabelecidos.

Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação do solo a serem definidos no âmbito da Lei de Uso e Ocupação do Solo deverão observar as densidades demográficas indicadas no Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar.

Seção II

Dos Planos de Desenvolvimento Locais

Art. 150. Os Planos de Desenvolvimento Locais subordinam-se aos princípios estabelecidos neste Plano Diretor, devendo ser elaborados, por Unidade de Planejamento Territorial, de acordo com as peculiaridades das diferentes localidades urbanas integrantes de tais unidades.

§ 1º Os Planos de Desenvolvimento Locais serão aprovados por leis complementares.

§ 2º As bases de discussão, elaboração, alteração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Locais serão conduzidas pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, em articulação com os demais órgãos setoriais e Administrações Regionais, com a participação da sociedade.

Art. 151. Os Planos de Desenvolvimento Locais serão desenvolvidos para permitir a definição e a planificação de obras públicas, resultando em estratégias de ação, diretrizes e projetos.

Art. 152. Os Planos de Desenvolvimento Locais deverão conter, no mínimo:

I – adequações de desenho urbano, considerando a necessidade de compatibilização com o sistema de transporte público coletivo, com vistas à integração da rede viária local com a rede viária estrutural;

II – identificação das carências e indicação da necessidade de elaboração de projetos de infraestrutura básica;

III – identificação de carências e definição da localização de equipamentos comunitários e áreas verdes;

IV – localização e articulação de atividades geradoras de tráfego;

V – melhoria das condições de acessibilidade dos pedestres, dos ciclistas, dos portadores de necessidades especiais e dos veículos automotores;

VI – localização e padronização de mobiliário urbano;

VII – qualificação dos diferentes espaços públicos;

VIII – projetos especiais de intervenção urbana;

IX – indicação de prioridades e metas de execução das ações;

X – propostas orçamentárias relativas aos serviços e obras a serem realizados;

XI – sistema de gerenciamento, controle, acompanhamento e avaliação do plano.

Seção III

Do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

Art. 153. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília é um instrumento de consolidação do regulamento de ordenação urbanística, de preservação do conjunto tombado e das diretrizes de planejamento, de controle de sua evolução espacial e de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília corresponde, simultaneamente, à legislação de uso e ocupação do solo e ao Plano de Desenvolvimento Local da Unidade de Planejamento Territorial Central.

Art. 154. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília será elaborado em conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes desta Lei Complementar e da legislação específica relacionada à proteção de bens do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, e incluirá, além do indicado no art. 152, os seguintes itens:

I – os parâmetros de uso e ocupação do solo e as diretrizes de preservação e revitalização do sítio histórico urbano, que observarão a singularidade de sua concepção urbanística e arquitetônica;

II – os instrumentos urbanísticos, edifícios e de gestão, inclusive programa de atuação para a área tombada;

III – o sistema de gerenciamento, controle, acompanhamento e avaliação do plano.

Seção IV

Da Lei de Parcelamento do Solo Urbano

Art. 155. A Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Distrito Federal complementar^á os princípios estabelecidos nesta Lei Complementar, devendo conter, no mínimo:

I – as modalidades de parcelamento do solo urbano a serem adotadas, com definição dos critérios e padrões diferenciados para o atendimento das respectivas peculiaridades;

II – as normas gerais, de natureza urbana e ambiental, para o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal;

III – os procedimentos para aprovação, licenciamento e registro dos parcelamentos do solo urbano do Distrito Federal;

IV – as responsabilidades dos empreendedores e do Poder Público;

V – as penalidades correspondentes às infrações decorrentes da inobservância dos preceitos estabelecidos.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Seção I

Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

Art. 156. O Poder Executivo, nos termos fixados em lei específica, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos no Estatuto da Cidade referentes:

I – ao parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

II – ao imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo;

III – à desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Art. 157. O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios poderão ser aplicados nos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados na Zona Urbana, excetuando-se:

I – os imóveis que necessitem de áreas construídas menores para o desenvolvimento de atividades econômicas e os imóveis com exploração de produtos hortifrutigranjeiros vinculados a programas de abastecimento alimentar, devidamente registrados nos órgãos competentes;

II – os imóveis que incluam em seu perímetro Áreas de Preservação Permanente, conforme o Código Florestal Brasileiro;

III – os imóveis com vegetação nativa relevante;

IV – as áreas de parques ecológicos e de uso múltiplo;

V – a Zona de Contenção Urbana.

§ 1º A aplicação dos mecanismos previstos no caput se dará em áreas em que haja predominância de condições favoráveis de infraestrutura, topografia e qualidade ambiental para sua otimização.

§ 2º Considera-se solo urbano não edificado o lote, a projeção ou a gleba em que a relação entre a área edificada e a área do terreno seja equivalente a zero.

§ 3º Considera-se solo urbano subutilizado o lote, a projeção ou a gleba edificados nas seguintes condições:

I – destinados exclusivamente ao uso residencial unifamiliar que contenham edificação cuja área seja inferior a 5% (cinco por cento) do potencial construtivo previsto na legislação urbanística;

II – destinados aos demais usos que contenham edificação cuja área seja inferior a 20% (vinte por cento) do potencial construtivo previsto na legislação urbanística;

III – áreas ocupadas por estacionamentos ou atividades em lotes, projeções ou glebas com uso ou atividade diferente do estabelecido na legislação urbanística, com ou sem edificações precárias, desde que o uso não seja justificado por estudo de demanda.

§ 4º Considera-se solo urbano não utilizado o lote, a projeção ou a gleba edificados nas seguintes condições:

I – com edificação em ruínas ou desocupada há mais de cinco anos;

II – com obras paralisadas há mais de cinco anos.

§ 5º No caso de operações urbanas consorciadas, as respectivas leis de criação poderão determinar regras e prazos específicos para a aplicação do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios.

§ 6º Os parcelamentos irregulares em áreas privadas que não se regularizarem, nem derem entrada e andamento no processo de regularização estarão sujeitos ao disposto no art. 156.

Art. 158. Os proprietários dos imóveis objeto da aplicação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios serão notificados pelo Poder Executivo, a fim de que deem melhor aproveitamento aos seus imóveis em prazo determinado, devendo a notificação ser averbada no Ofício de Registro de Imóveis competente.

§ 1º No prazo máximo de 1 (um) ano a partir do recebimento da notificação, os proprietários deverão protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou projeto de edificação.

§ 2º Os demais prazos e condições para parcelamento, construção ou utilização dos imóveis em que se aplique o instrumento serão determinados na lei específica.

§ 3º Fica facultado ao proprietário atingido pela obrigação de que trata este artigo propor ao Poder Executivo o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel, conforme disposições do art. 46 do Estatuto da Cidade e do art. 180 desta Lei Complementar.

Art. 159. No caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos na lei específica, o Poder Público aplicará alíquotas progressivas de IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º A aplicação de alíquotas progressivas do IPTU, conforme o art. 156, § 1º, e art. 182, § 4º, da Constituição Federal, será definida de acordo com a Planta Genérica de Valores atualizada da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

§ 2º A gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação desse instituto serão estabelecidas na lei específica e baseadas no art. 7º do Estatuto da Cidade.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

§ 4º Os recursos auferidos pelo instituto serão destinados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB.

Art. 160. Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização compulsórios, o Distrito Federal poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, mediante condições definidas na lei específica e baseadas no art. 8º do Estatuto da Cidade.

Seção II
Do Direito de Superfície

Art. 161. Para promover a viabilidade da implementação de diretrizes constantes nesta Lei Complementar, o Distrito Federal, desde que autorizado por lei específica, poderá:

I – adquirir o direito de superfície, inclusive a utilização do espaço aéreo e subterrâneo;

II – conceder, de forma onerosa, o direito de superfície de imóveis integrantes do seu patrimônio, inclusive do espaço aéreo e subterrâneo.

Art. 162. A concessão e a extinção do direito de superfície, contratadas entre particulares ou entre estes e o Poder Público, se dará mediante escritura pública e será averbada no Ofício de Registro de Imóveis competente.

Seção III
Do Direito de Preempção

Art. 163. O Poder Público poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares situado na Zona Urbana do Conjunto Tombado, nas vias principais, nas vias de atividades, nos Centros e Subcentros da Zona Urbana Consolidada, na Zona Urbana de Expansão e Qualificação e na Zona Urbana de Uso Controlado II, conforme disposto nos arts. 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade, desde que o necessite para:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

IX – terminais rodoviários e de integração.

Art. 164. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao Distrito Federal, que terá preferência para aquisição pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, renovável a partir de 1 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

Parágrafo único. O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado neste artigo, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 165. Para exercício do direito de preempção, lei específica estabelecerá normas sobre os procedimentos da notificação, inclusive a forma de comunicação do notificante e do notificado, as condições de pagamento, de publicação, os órgãos responsáveis e outras medidas necessárias para dar execução ao instituto, inclusive possibilidade de desistência do Poder Público, indicando a finalidade da área objeto do direito de preempção.

Art. 166. O proprietário do imóvel submetido ao regime de preferência será notificado pelo Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da lei específica delimitadora da área de incidência do direito de preempção.

Art. 167. O proprietário deverá notificar ao Poder Público sua intenção de alienar o imóvel para que ele, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo, obedecidas as demais condições fixadas no art. 27 do Estatuto da Cidade.

§ 1º O proprietário anexará à notificação de que trata este artigo proposta de compra assinada por terceiro interessado, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º Concretizada a venda a terceiros em condições de valores inferiores à proposta apresentada, a alienação é nula de pleno direito, podendo o Poder Público adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Seção IV

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso

Art. 168. O Distrito Federal poderá conceder onerosamente a outorga do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico determinado nas áreas indicadas neste Plano Diretor e a outorga de alteração do uso nas áreas indicadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, mediante contrapartida prestada pelo beneficiário, conforme disposições dos arts. 28, 29, 30 e 31 do Estatuto da Cidade e de acordo com os critérios e procedimentos definidos nesta Lei Complementar.

Art. 169. Lei específica de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá as normas e procedimentos gerais a serem observados para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando:

I – a fórmula de cálculo para a cobrança do valor de contrapartida;

II – o coeficiente de ajuste a ser inserido na forma de cálculo da contrapartida;

III – os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

IV – procedimento para solicitação do direito de construir até o coeficiente de aproveitamento máximo;

V – o tipo de contrapartida do beneficiário que melhor satisfaça o interesse público, desde que vinculada às finalidades de que trata o art. 170 desta Lei Complementar.

Subseção I
Das Contrapartidas

Art. 170. A contrapartida exigida dos beneficiários em função da utilização dos institutos da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, atendidos os requisitos da lei específica, poderá ser feita mediante:

I – pecúnia, como regra;

II – custeio de obras, edificações e aquisição de imóveis, como exceção, desde que seja imperativa tal forma de pagamento para alcançar a função social vinculada ao benefício auferido pela intervenção;

III – custeio de planos, projetos, estudos técnicos de viabilidade econômico-financeira e de viabilidade ambiental, bem como serviços, como exceção, desde que seja imperativa tal forma de pagamento para alcançar a função social vinculada ao benefício auferido pela intervenção;

IV – custeio de equipamentos urbanos e comunitários necessários, adequados aos interesses e necessidades da população beneficiária ou usuária e às características locais;

V – doação de unidades habitacionais de interesse social;

VI – urbanização de áreas públicas;

VII – outros meios definidos em lei específica.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos II a VI, as compensações deverão ter valor correspondente ao da contrapartida em pecúnia.

§ 2º A escolha da contrapartida deverá estar de acordo com os princípios e objetivos deste Plano Diretor.

Art. 171. Para todos os efeitos legais, os recursos provenientes da contrapartida resultante da adoção dos institutos jurídicos da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados para fins de:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação e urbanização de espaços públicos e áreas verdes;

VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

IX – promoção de ações e melhoria nos planos e programas de acessibilidade e mobilidade.

Art. 172. Os índices denominados coeficiente de aproveitamento ou taxa máxima de construção, utilizados no cálculo da contrapartida exigida dos beneficiários em função da aplicação da outorga onerosa do direito de construir, fixados pela legislação urbanística do Distrito Federal anterior a esta Lei Complementar serão considerados válidos pelo período de 2 (dois) anos, contados da publicação deste Plano Diretor, desde que o pedido de aprovação do projeto de construção seja protocolado nesse período.

Art. 173. A contrapartida arrecadada em pecúnia deverá ser destinada ao FUNDURB.

Subseção II
Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 174. A outorga onerosa do direito de construir será aplicada nos lotes onde o direito de construir possa ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, mediante contrapartida.

Art. 175. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada:

I – na Zona Urbana do Conjunto Tombado;

II – nas áreas indicadas nos anexos V e VI onde o coeficiente de aproveitamento máximo é superior ao básico;

III – nas Áreas de Dinamização referidas no Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3C, desta Lei Complementar;

IV – nas áreas objeto de operações urbanas consorciadas;

V – nas Áreas de Regularização de Interesse Específico.

Parágrafo único. Na Zona Urbana do Conjunto Tombado, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília definirá as áreas onde poderá ser aplicada a outorga onerosa do direito de construir.

Subseção III
Da Outorga Onerosa de Alteração de Uso

Art. 176. A outorga onerosa de alteração de uso configura contrapartida pela alteração dos usos e dos diversos tipos de atividade que venha a acarretar a valorização de unidades imobiliárias.

§ 1º Considera-se alteração de uso:

I – a mudança do uso ou do tipo de atividade para outro diferente daquele originalmente indicado nas normas vigentes para a respectiva unidade imobiliária;
II – a mudança da proporção do uso ou do tipo de atividade para outra diferente daquela originalmente indicada nas normas vigentes para a respectiva unidade imobiliária;
III – a inclusão ao uso original indicado de novo tipo de uso ou atividade não previstos nas normas vigentes para a respectiva unidade imobiliária.
§ 2º Não se configura, para efeito de cobrança de outorga de alteração de uso, a transformação de zona rural em urbana.
Art. 177. A outorga onerosa de alteração de uso poderá ser aplicada na Macrozona Urbana, nos locais a serem pormenorizados na Lei de Uso e Ocupação do Solo.
Parágrafo único. Na Zona Urbana do Conjunto Tombado, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília definirá as áreas onde poderá ser aplicada a outorga onerosa de alteração de uso.

Seção V

Da Transferência do Direito de Construir

Art. 178. A transferência do direito de construir consiste na faculdade de o Poder Público, mediante lei, autorizar o proprietário de imóvel urbano a:
I – exercer totalmente ou em parte o seu direito de construir, limitado pelo coeficiente de aproveitamento máximo do lote, em outro local passível de receber o potencial construtivo adicional;
II – alienar, total ou parcialmente, seu direito de construir, que poderá ser aplicado em locais onde o coeficiente de aproveitamento máximo do lote o permita.
§ 1º A transferência do direito de construir somente poderá ser realizada mediante prévia autorização do órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, quando o imóvel submetido à limitação do uso do coeficiente de aproveitamento máximo for considerado necessário para fins de:
I – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
II – programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;
III – implantação de equipamentos urbanos e comunitários.
§ 2º Entende-se por potencial construtivo adicional, para efeito desta Lei Complementar, o acréscimo de área edificável acima do coeficiente de aproveitamento básico permitido, tendo como limite o coeficiente de aproveitamento máximo da área em que o terreno está inserido.
§ 3º Lei específica definirá os procedimentos necessários à aplicação do instrumento referido no caput.
§ 4º A transferência do potencial construtivo deverá ser averbada na matrícula do imóvel cujo direito de construir foi transferido e junto à matrícula do imóvel cujo direito de construir foi ampliado.
Art. 179. A transferência do direito de construir poderá ser exercida em áreas urbanas:
I – para efeito de aquisição do potencial construtivo:
a) na Zona Urbana do Conjunto Tombado;
b) na Zona Urbana Consolidada;
c) na Zona Urbana de Uso Controlado II;
d) nas Áreas de Regularização de Interesse Social e Específico;
e) nas áreas objeto de operações urbanas consorciadas;
f) nas Áreas de Proteção de Manancial – APM e Áreas de Preservação Permanente – APP;
II – para efeito de recebimento do potencial construtivo advindo das áreas citadas no inciso I:
a) na Zona Urbana Consolidada;
b) na Zona Urbana de Expansão e Qualificação;
c) nas Áreas de Dinamização;
d) nas áreas objeto de operações urbanas consorciadas;
e) nas Áreas de Regularização de Interesse Social e Específico;
f) nas áreas destinadas a Polos Multifuncionais.

Seção VI

Do Consórcio Imobiliário

Art. 180. Consórcio Imobiliário é a forma de viabilizar planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público o seu imóvel.
§ 1º O Distrito Federal poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão ou outra forma de contratação.
§ 2º O proprietário que transferir seu imóvel para o Distrito Federal nos termos deste artigo receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.
§ 3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.
§ 4º O valor referido no parágrafo anterior deverá:
I – refletir o valor da base de cálculo do IPTU à época da transferência do imóvel ao Poder Público;
II – excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
§ 5º O disposto neste artigo aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar compulsoriamente nos termos desta Lei Complementar, quanto àqueles necessários à realização de intervenções urbanísticas.

Seção VII

Da Operação Urbana Consorciada

Art. 181. A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Distrito Federal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
§ 1º Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica, de acordo com as disposições dos arts. 32 a 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e o previsto neste Plano Diretor.
§ 2º Caberá ao órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal a iniciativa, a coordenação, o acompanhamento e o monitoramento de todo o projeto da operação urbana consorciada.
Art. 182. As operações urbanas consorciadas têm como objetivos:
I – implantação de espaços e equipamentos públicos estratégicos para o desenvolvimento urbano;
II – otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de grande porte;
III – implantação de programas de habitação de interesse social;
IV – ampliação, melhoria e priorização da rede de transporte público coletivo;
V – implantação, manutenção e conservação de parques e unidades de conservação;
VI – cumprimento dos demais princípios e objetivos deste Plano Diretor.
Art. 183. Nas operações urbanas consorciadas, podem-se prever:
I – modificações de índices e de características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerando-se o impacto ambiental e de vizinhança delas decorrentes;
II – regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desconformidade com a legislação vigente, devendo-se observar o disposto nesta Lei Complementar.
Art. 184. A lei específica que instituirá a operação urbana consorciada deverá conter, no mínimo:
I – justificativa, objetivos e metas da operação;
II – definição da área de abrangência e do perímetro da operação;
III – programa básico de ocupação e de intervenções previstas para a área;
IV – programa de atendimento econômico, social e ambiental para a população diretamente afetada pela operação;
V – estudo prévio de impacto de vizinhança ou de impacto ambiental em função do porte e da abrangência da operação, conforme legislação vigente;
VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, em razão dos benefícios previstos;
VII – forma de controle da operação, que deverá ser compartilhado com representação da sociedade civil;
VIII – estoque do potencial construtivo adicional;
IX – prazo de vigência da operação;
X – indicação de fundo específico que deverá receber os recursos das contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos;
XI – solução habitacional dentro do seu perímetro ou área de abrangência caso seja necessária a remoção de moradores em áreas de risco;
XII – preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental;
XIII – previsão de parâmetros, índices e instrumentos urbanísticos previstos para a operação;
XIV – previsão de incentivos fiscais e mecanismos compensatórios para os participantes dos projetos.
§ 1º Os recursos obtidos e captados pelo Poder Público deverão ser aplicados no programa básico de ocupação e de intervenções.
§ 2º Para as áreas objeto de operação urbana consorciada, poderão ser adotados coeficientes de aproveitamento máximo superiores aos determinados nos Anexos V e VI.
Art. 185. A lei específica da operação urbana consorciada poderá prever a emissão, pelo Distrito Federal, de quantidade determinada de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs.
§ 1º Os CEPACs poderão ser alienados em leilão ou empregados diretamente no pagamento das obras e serviços necessários à própria operação, podendo também ser ofertados como garantia para obtenção de financiamentos para implementação da operação.
§ 2º O direito de construir será convertido em CEPACs nas áreas objeto da operação, podendo ser livremente negociados apenas nas referidas áreas.
§ 3º A lei deverá, igualmente, estabelecer:
I – a quantidade de CEPACs a ser emitida, obrigatoriamente proporcional ao estoque de potencial construtivo adicional previsto para a operação;
II – o valor mínimo do CEPAC;
III – o método do cálculo das contrapartidas;
IV – as formas de conversão e equivalência dos CEPACs em metros quadrados de potencial construtivo adicional e em metros quadrados de alteração de uso.
§ 4º O Poder Executivo, no prazo de 1 (um) ano, regulamentará todas as operações relativas aos CEPACs.
Art. 186. A operação urbana consorciada poderá ser aplicada:
I – nas áreas constantes da Estratégia de Dinamização de Espaços Urbanos;
II – nas áreas constantes da Estratégia de Revitalização de Conjuntos Urbanos;
III – nas áreas constantes da Estratégia de Implantação de Polos Multifuncionais.

Seção VIII

Da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

Art. 187. A concessão de uso especial para fins de moradia é a forma de garantir posse e moradia à população de baixa renda que reside em imóvel público urbano, por meio da via administrativa, perante o órgão competente da Administração Pública.

Parágrafo único. Em caso de omissão ou recusa da Administração Pública, a concessão será obtida por meio de sentença judicial.

Art. 188. São requisitos essenciais e simultâneos para a concessão de uso especial para fins de moradia individual:

I – o imóvel público a ser adquirido não pode exceder 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

II – o imóvel deve estar situado em área urbana;

III – o imóvel público deve ter sido ocupado para fins de moradia, sem oposição, pelo prazo ininterrupto de 5 (cinco) anos, até 30 de junho de 2001;

IV – o ocupante não pode possuir outro imóvel urbano ou rural.

Art. 189. São requisitos essenciais e simultâneos para a concessão de uso especial para fins de moradia coletiva:

I – o imóvel público a ser adquirido coletivamente deve ser maior que 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

II – o imóvel deve estar situado em área urbana;

III – o imóvel público deve ter sido ocupado para fins de moradia por população de baixa renda, que o tenha utilizado para sua moradia ou de sua família, sem oposição, pelo prazo ininterrupto de 5 (cinco) anos, até 30 de junho de 2001;

IV – os ocupantes não podem possuir outro imóvel urbano ou rural.

Art. 190. A concessão de uso especial para fins de moradia individual ou coletiva não será reconhecida ao mesmo concessionário mais de uma vez.

Parágrafo único. No caso da emissão da concessão de uso especial para fins de moradia na modalidade coletiva, cada morador da área ocupada receberá uma fração ideal, ou seja, uma parcela da área de dimensões semelhantes às da parcela dos demais ocupantes.

Art. 191. Não serão passíveis de concessão de uso especial para fins de moradia as áreas que apresentem risco para a segurança da população ou risco ambiental.

Parágrafo único. São consideradas áreas de risco para fins desta Lei Complementar:

I – áreas cujas características geológicas e topográficas apresentem risco para o morador, como instabilidade geotécnica relacionada a deslizamento, ruptura de maciço e erosão, ou risco de incêndio, impactos pós-incêndio e risco de inundação;

II – áreas cuja degradação possa comprometer os recursos e a qualidade ambiental da região, representando risco para a coletividade, e não possa ser equacionada por meio de obras.

Art. 192. A concessão urbanística a que se refere esta seção se regerá, no que couber, pela Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, ou por lei federal que a suceder e pelo disposto em lei específica.

Seção IX

Da Concessão de Direito Real de Uso

Art. 193. A concessão de direito real de uso é um instrumento aplicável a terrenos públicos ou particulares, para fins de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social, e permite ao Poder Público legalizar esses usos nos espaços públicos.

Art. 194. A concessão de direito real de uso constituirá título de aceitação obrigatória em garantia de contratos de financiamentos habitacionais, nos termos do que determina o art. 48, II, do Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. No caso de programas e projetos habitacionais de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.

Art. 195. Os recursos arrecadados deverão ser destinados ao FUNDURB.

Seção X

Do Usucapião Urbano Individual ou Coletivo

Art. 196. O usucapião urbano individual ou coletivo é o instrumento previsto para a regularização fundiária de áreas urbanas particulares ocupadas para fins de moradia, por meio de ações judiciais. Parágrafo único. O reconhecimento da propriedade, nos termos desse instituto, será realizado apenas uma vez ao mesmo possuidor e depende de sentença judicial.

Art. 197. São requisitos essenciais e simultâneos para o usucapião individual:

I – a área ou a edificação a ser adquirida não pode exceder 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

II – a área deve estar ocupada para fins de moradia, sem oposição e pelo prazo ininterrupto de 5 (cinco) anos;

III – o ocupante não pode possuir outro imóvel urbano ou rural.

Art. 198. São requisitos essenciais e simultâneos para o usucapião coletivo:

I – a área a ser adquirida coletivamente deve ser maior que 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

II – a área deve estar ocupada por população de baixa renda, que a utilize para sua moradia ou de sua família, pelo prazo ininterrupto de 5 (cinco) anos e sem oposição;

III – os ocupantes não podem possuir outro imóvel urbano ou rural.

Seção XI

Da Compensação Urbanística

Art. 199. Compensação urbanística é o instrumento que estabelece as medidas de compensação de natureza urbanística, onerosas, que permitem a alteração de índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação para fins de licenciamento e regularização de empreendimentos.

Parágrafo único. A compensação urbanística será objeto de lei específica.

Seção XII

Do Urbanizador Social

Art. 200. O urbanizador social consiste no desenvolvimento de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada com vistas à produção de habitação de interesse social em áreas identificadas pelo Poder Executivo como aptas a receber habitação.

Parágrafo único. Este instrumento será regulamentado por lei específica.

Art. 201. São objetivos do urbanizador social:

I – desenvolver parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada para produção de moradias de interesse social;

II – capacitar o Poder Público a assumir um papel proativo na gestão do processo de ocupação do solo urbano;

III – diversificar a produção privada de lotes urbanizados e de habitações individuais e coletivas, de interesse social.

Art. 202. O urbanizador social deverá ser cadastrado junto ao órgão gestor do Sistema de Habitação do Distrito Federal, que deverá manter cadastro atualizado resultante da análise técnica e da idoneidade do empreendedor, seja ele pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. As cooperativas habitacionais autogestionárias cadastradas no órgão gestor do Sistema de Habitação do Distrito Federal serão equiparadas aos urbanizadores sociais para todos os efeitos.

Art. 203. A parceria entre o Poder Público e os empreendedores está submetida aos termos desta Lei Complementar e ficará explicitada em termo de compromisso a ser firmado entre as partes, que constituirá ato administrativo decorrente da concertação administrativa.

Seção XIII

Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 204. O Distrito Federal se valerá do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV como instrumento de subsídio à análise de pedidos de aprovação de projetos públicos ou privados dependentes de autorização ou licença urbanística e ambiental no seu território, em área urbana ou rural.

Parágrafo único. O EIV contemplará os efeitos positivos e negativos do projeto quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo, no mínimo, a análise das seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – equipamentos urbanos e comunitários;

III – uso e ocupação do solo;

IV – valorização imobiliária;

V – geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI – ventilação e iluminação;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Art. 205. Caberá a lei distrital específica definir os tipos de empreendimento e atividade que impliquem avaliação dos projetos por meio de EIV para fins de obtenção de autorização ou licença de construção, ampliação ou funcionamento.

Parágrafo único. A lei de que trata o caput estabelecerá os demais casos em que o EIV poderá ser utilizado como instrumento de avaliação de impacto de projetos para fins de autorização ou licenciamento de natureza urbanística, ambiental ou edilícia, entre eles:

I – parcelamentos de solo, condomínios urbanísticos e projetos urbanísticos com diretrizes especiais;

II – hipóteses de alteração de uso e de potencial construtivo;

III – operação urbana consorciada;

IV – outros projetos ou situações em que haja interesse público em verificar ocorrência de impactos significativos sobre a qualidade de vida da população e sua compatibilidade com o meio.

Art. 206. A lei específica disporá sobre as bases de aplicação do EIV, disciplinando sobre:

I – condições de exigibilidade, observados critérios de porte, natureza e localização;

II – conteúdo, forma de execução e responsabilidade pela elaboração do instrumento, bem como os procedimentos administrativos e os órgãos responsáveis pela sua análise e aprovação;

III – casos e formas de realização de audiência pública obrigatória ou de consulta à população que reside, trabalha ou detém propriedade na área de influência do projeto;

IV – possibilidades, critérios e parâmetros para tratamento das transformações urbanísticas e ambientais induzidas pelo projeto, como medidas de mitigação, compensação dos impactos gerados e contrapartidas;

V – outras disposições necessárias para dar efetividade à aplicação do instrumento.

Art. 207. O EIV não substitui nem dispensa a elaboração e a aprovação do EIA/RIMA, requeridas nos termos da legislação ambiental aplicável.

Parágrafo único. O EIA/RIMA substitui a exigência de EIV, incorporando os aspectos urbanísticos deste, conforme dispuser a lei específica de que trata o art. 206 desta Lei Complementar.

Art. 208. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente, por qualquer interessado.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 209. A gestão democrática do Distrito Federal se dará mediante os seguintes instrumentos:

I – debates;

II – consultas públicas;

III – audiência pública;

IV – Conferência Distrital das Cidades;

V – plebiscito;

VI – referendo;

VII – órgãos colegiados;

VIII – programas e projetos de desenvolvimento territorial e urbano de iniciativa popular.

Art. 210. Poderão ser realizados debates e consultas públicas durante o processo de elaboração de estudos e projetos urbanísticos, como forma de garantir a gestão democrática do território do Distrito Federal.

Art. 211. O Distrito Federal, para efeito desta Lei Complementar, realizará audiências públicas nos seguintes casos:

I – elaboração e revisão do PDOT, dos Planos de Desenvolvimento Locais e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;

II – elaboração e revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal;

III – desafetação de áreas públicas;

IV – apreciação de Estudos de Impacto de Vizinhaça;

V – os especificados nos Planos de Desenvolvimento Locais e no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;

VI – naqueles estabelecidos nos arts. 289 e 362 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º A audiência pública será convocada com antecedência mínima de trinta dias, por meio de edital publicado por três dias consecutivos em órgão de comunicação oficial e em pelo menos dois jornais de circulação em todo o território do Distrito Federal.

§ 2º Todos os documentos relativos ao tema da audiência pública, tais como estudos, mapas, planilhas e projetos, serão disponibilizados à consulta pública com antecedência mínima de trinta dias da realização da respectiva audiência pública.

Art. 212. O plebiscito e o referendo serão convocados nos casos previstos na legislação federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

TÍTULO V
DA GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO
CAPÍTULO I
DA CONCEITUAÇÃO, FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 213. O processo de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial se dará por meio do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN, estruturado em órgãos e colegiados institucionais.

Art. 214. O SISPLAN, em consonância com o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, tem por finalidade básica a promoção do desenvolvimento do território com vistas à melhoria da qualidade de vida da população e ao equilíbrio ecológico do Distrito Federal, mediante a promoção de ações voltadas para:

I – elaboração, acompanhamento permanente e fiscalização do PDOT, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e dos Planos de Desenvolvimento Locais;

II – permanente articulação e compatibilização entre as diversas políticas setoriais e o ordenamento territorial;

III – garantia da compatibilidade entre os instrumentos que compõem o planejamento governamental – o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social — e as diretrizes fixadas pelo PDOT, pelos Planos de Desenvolvimento Locais e pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;

IV – cooperação e articulação das ações públicas e privadas no território do Distrito Federal e seus municípios limítrofes;

V – aperfeiçoamento e modernização do instrumental técnico e legal e dos procedimentos administrativos, objetivando-se maior eficácia na execução da política de ordenamento territorial, urbano e ambiental;

VI – articulação e cooperação entre o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais para o encaminhamento de ações integradas com os municípios limítrofes do Distrito Federal, no que se refere às questões de ordenamento territorial;

VII – fiscalização e acompanhamento da ocupação territorial e da gestão no Distrito Federal, de forma permanente, contínua e integrada;

VIII – garantia da aplicação dos instrumentos de política urbana;

IX – promoção da participação da sociedade por meio de organizações representativas no ordenamento e na gestão territorial.

Art. 215. O SISPLAN atuará nos seguintes níveis:

I – formulação de políticas, estratégias, programas e ações coordenadas;

II – gerenciamento e atualização dos instrumentos que o compõem;

III – fiscalização, controle e monitoramento do uso e da ocupação do parcelamento do solo e da aplicação da legislação urbanística no território do Distrito Federal;

IV – promoção do controle, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento da gestão urbana, realizada por meio do licenciamento urbanístico e ambiental e da fiscalização exercida pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E DAS ATRIBUIÇÕES DOS SEUS COMPONENTES

Art. 216. Compõem o SISPLAN:

I – como órgãos colegiados superiores:

a) o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan;

b) o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM;

c) o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH;

d) o Conselho de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – CDR;

e) o Conselho de Habitação;

f) o Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC;

II – como órgãos colegiados regionais e locais:

a) os Conselhos das Unidades de Planejamento Territorial – CUP;

b) os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP;

c) as Comissões de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA;

d) os Conselhos Gestores das Unidades de Conservação;

e) os Comitês de Bacias Hidrográficas;

f) os Conselhos Locais de Desenvolvimento Rural;

III – como órgãos executivos centrais:

a) a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA;

b) o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental;

c) a Secretaria de Estado de Agricultura;

d) a Secretaria de Estado de Habitação;

e) a Secretaria de Estado de Transportes;

IV – como órgãos executivos setoriais, as entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal que colaboram com o ordenamento territorial;

V – como órgãos executivos locais, as Administrações Regionais.

§ 1º Ato próprio do Poder Executivo regulamentará as competências, a autonomia de participação e a forma de articular os órgãos colegiados no SISPLAN, incluídos composição e processo de escolha de seus representantes.

§ 2º O Poder Executivo promoverá a adequação de sua estrutura administrativa para garantir o funcionamento do SISPLAN.

§ 3º Fica garantida a participação dos órgãos colegiados superiores do SISPLAN no CONPLAN.

Art. 217. Integram o SISPLAN o Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB, o Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD e o Sistema de Informações sobre os Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Seção I
Do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

Art. 218. O CONPLAN é o órgão colegiado superior do SISPLAN, com função consultiva e deliberativa de auxiliar a Administração na formulação, análise, acompanhamento e atualização das diretrizes e dos instrumentos de implementação da política territorial e urbana.

§ 1º A SEDUMA exercerá a função de Secretaria Executiva do CONPLAN.

§ 2º O CONPLAN poderá ser assistido por câmaras temáticas para o tratamento de assuntos específicos.

§ 3º O CONPLAN será presidido pelo Governador do Distrito Federal.

§ 4º Ato próprio do Poder Executivo regulamentará a composição e a forma de escolha dos representantes do Poder Público e da sociedade civil para o CONPLAN.

Art. 219. Compete ao CONPLAN:

I – aprovar a proposta da política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

II – aprovar a proposta de revisão ou alterações do PDOT;

III – aprovar a proposta da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal e suas respectivas alterações;

IV – aprovar as propostas dos Planos de Desenvolvimento Locais das Unidades de Planejamento Territorial e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e suas respectivas revisões e alterações;

V – (VETADO);

VI – acompanhar a implementação do PDOT, dos Planos de Desenvolvimento Locais das Unidades de Planejamento Territorial e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;

VII – deliberar sobre questões relacionadas ao uso e à ocupação do solo, inclusive quando solicitado pelos Conselhos das Unidades de Planejamento Territorial;

VIII – deliberar sobre proposta de parcelamento do solo urbano;

IX – analisar e deliberar, no âmbito da competência do Poder Executivo, sobre os casos omissos no PDOT, nos Planos de Desenvolvimento Locais, no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Edificações, no Código de Posturas e na Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

- X – analisar e manifestar-se sobre propostas de alteração dos limites ou criação de novas Regiões Administrativas;
- XI – supervisionar a ação de fiscalização e acompanhamento da ocupação territorial do Distrito Federal, bem como a aplicação e o cumprimento das políticas, planos, objetivos e diretrizes de ordenação do território dispostos na legislação pertinente, em regulamentação e em normas derivadas ou correlatas;
- XII – apreciar os projetos de arquitetura e de reforma dos edifícios e monumentos tombados isoladamente e dos localizados no Eixo Monumental, previamente à sua aprovação pelas Administrações Regionais;
- XIII – (VETADO);
- XIV – analisar e deliberar sobre ações, intervenções e outras iniciativas que direta ou indiretamente estejam relacionadas ao uso e à ocupação do solo na área do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília;
- XV – analisar e deliberar sobre casos omissos na legislação de preservação do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília;
- XVI – criar e dissolver câmaras temáticas;
- XVII – elaborar e aprovar seu regimento interno.

Seção II

Dos Conselhos das Unidades de Planejamento Territorial do Distrito Federal

Art. 220. Os Conselhos das Unidades de Planejamento Territorial do Distrito Federal – CUP são os órgãos colegiados auxiliares do SISPLAN nas discussões, análises e acompanhamento das questões relativas ao ordenamento e à gestão territorial, constituídos para cada Unidade de Planejamento Territorial definida nesta Lei Complementar.

§ 1º A Coordenadoria das Cidades da Secretaria de Estado de Governo assistirá os CUPs na qualidade de secretaria executiva.

§ 2º Ato próprio do Poder Executivo regulamentará a composição e a forma de escolha dos representantes do Poder Público e da sociedade civil para os CUPs.

§ 3º Cada CUP será presidido por um dos administradores regionais das Regiões Administrativas que compõem a Unidade de Planejamento Territorial.

Art. 221. Compete aos CUPs:

- I – promover a participação da sociedade na gestão e no ordenamento territorial da sua respectiva Unidade de Planejamento Territorial;
- II – subsidiar a elaboração, a revisão e a implementação dos respectivos Planos de Desenvolvimento Locais e, no caso do Conselho da Unidade de Planejamento Territorial Central, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;
- III – indicar, para o órgão central do SISPLAN, as prioridades quanto aos projetos e metas da respectiva Unidade de Planejamento Territorial, para inserção no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual;
- IV – acompanhar a aplicação dos instrumentos de política urbana utilizados na área de sua respectiva Unidade de Planejamento Territorial;
- V – apreciar as proposições encaminhadas pelos Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano das Administrações Regionais sobre as questões relativas à gestão territorial de suas respectivas Regiões Administrativas;
- VI – comunicar à SEDUMA, na qualidade de órgão central do SISPLAN, quaisquer irregularidades detectadas quanto ao uso e à ocupação do solo na respectiva Unidade de Planejamento Territorial;
- VII – elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 222. Os Conselhos de Unidades de Planejamento Territorial devem manter articulação com o CONPLAN, comunicando-lhe as proposições elaboradas no âmbito de suas competências.

Seção III

Dos Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano

Art. 223. Os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, de cada Região Administrativa, têm por objetivo auxiliar as respectivas Administrações Regionais em discussões, análises e acompanhamento das questões relativas ao ordenamento e à gestão territorial.

§ 1º Ato próprio do Poder Executivo regulamentará a composição e a forma de escolha dos representantes do Poder Público e da sociedade civil para os CLPs.

§ 2º Cada CLP será assistido pelo setor de planejamento da Administração Regional, funcionando como sua Secretaria Executiva.

Art. 224. Compete aos CLPs das Regiões Administrativas:

- I – subsidiar a elaboração, a revisão e o monitoramento do Plano de Desenvolvimento Local;
- II – atuar na identificação das necessidades de alterações no Código de Edificações, na legislação de uso e ocupação do solo, nos índices urbanísticos e em outros instrumentos complementares à execução da política urbana local;
- III – apontar as prioridades da Região Administrativa na aplicação de recursos quanto a projetos e metas a serem submetidos ao respectivo Conselho da Unidade de Planejamento Territorial;
- IV – elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 225. Os CLPs manterão articulação com o Conselho da respectiva Unidade de Planejamento Territorial, devendo comunicar-lhe todas as proposições no âmbito de suas competências.

Seção IV

Dos Demais Componentes do SISPLAN

Art. 226. Compete à SEDUMA, como órgão central do SISPLAN:

- I – propor a política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

- II – coordenar a elaboração e as revisões do PDOT, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, dos Planos de Desenvolvimento Locais e demais legislação urbanística;
 - III – articular as políticas dos órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento e pela gestão territorial do Distrito Federal;
 - IV – estruturar, promover e implantar o controle, o monitoramento e a avaliação da gestão urbana, realizados por meio do licenciamento urbanístico e edilício e da fiscalização, sem prejuízo do exercício do controle inerente aos respectivos órgãos competentes, de modo a evitar riscos de distorção do planejamento e subsidiar novas ações para cumprimento de suas finalidades;
 - V – sugerir a adequação das políticas dos órgãos e entidades integrantes da estrutura administrativa do Distrito Federal, inclusive concessionárias de serviços públicos, ao estabelecido por este Plano Diretor;
 - VI – monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas referentes ao ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal, comunicando o órgão competente para adoção das medidas necessárias;
 - VII – coordenar as atividades dos órgãos membros do SISPLAN, no que se refere às questões de ordenamento territorial e urbano;
 - VIII – assessorar o CONPLAN, apoiando-o técnica e administrativamente;
 - IX – assegurar a compatibilidade entre os instrumentos que compõem o planejamento governamental – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, zoneamentos e planos de manejo das Unidades de Conservação e Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal – e as diretrizes fixadas pelo PDOT, pelos Planos de Desenvolvimento Locais e pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, fazendo as necessárias comunicações aos órgãos executivos, superiores e auxiliares do SISPLAN.
- Art. 227. Compete à SEDUMA, como órgão executivo do SISPLAN:
- I – participar da elaboração da política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;
 - II – elaborar e propor as revisões do PDOT e dos Planos de Desenvolvimento Locais;
 - III – elaborar e propor as revisões do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e da Lei de Uso e Ocupação do Solo;
 - IV – executar, em conjunto com os demais órgãos, a política e as diretrizes de desenvolvimento territorial e urbano;
 - V – executar, acompanhar e avaliar o controle e o monitoramento da gestão urbana concernentes ao licenciamento urbanístico e edilício e à fiscalização correspondente, mediante a realização de levantamentos, acompanhamentos, vistorias, inspeções, auditoria urbanística e outras formas de atuação para alcance dos objetivos definidos em plano específico;
 - VI – elaborar, apreciar e encaminhar propostas de alteração da legislação urbanística e edilícia, inclusive do código de edificações e do código de posturas;
 - VII – acompanhar a elaboração do orçamento anual do Distrito Federal, do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, objetivando a compatibilidade com o PDOT, com os Planos de Desenvolvimento Locais e com o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;
 - VIII – adotar medidas que assegurem a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;
 - IX – propor a adoção de mecanismos de cooperação entre o Distrito Federal, a União, Estados e Municípios, para o desenvolvimento territorial urbano;
 - X – promover o processo de captação de recursos para o financiamento das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano.
- Art. 228. Compete aos órgãos setoriais do SISPLAN:
- I – propor políticas referentes a sua área de competência articuladas com as diretrizes de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal definidas nesta Lei Complementar;
 - II – cooperar na elaboração de políticas, programas e projetos de ordenamento territorial e gestão urbana referentes a sua área de atuação.
- Art. 229. Compete a cada Administração Regional, como órgão local do SISPLAN:
- I – participar da elaboração e das revisões dos Planos de Desenvolvimento Locais e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, em conjunto com o órgão executivo do SISPLAN, observada a Unidade de Planejamento Territorial a que pertença;
 - II – sugerir ao órgão central do SISPLAN propostas de alteração da legislação urbanística e edilícia;
 - III – monitorar e fiscalizar, sem prejuízo da atuação de outros órgãos, o uso e a ocupação do solo estabelecidos neste Plano Diretor, nos Planos de Desenvolvimento Locais, no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e demais legislação pertinente;
 - IV – inserir no orçamento anual da respectiva Região Administrativa previsão de recursos necessários à implementação deste Plano Diretor, dos Planos de Desenvolvimento Locais e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, bem como do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB;
 - V – atualizar, periodicamente, as informações relativas aos imóveis, especialmente no que se refere aos lotes, glebas e projeções não utilizados, não edificados e subutilizados inseridos na Macrozona Urbana;
 - VI – encaminhar ao SITURB as informações de que trata o inciso V;
 - VII – fornecer à SEDUMA, independentemente da periodicidade que vier a ser estabelecida em norma própria, cópia dos instrumentos de controle urbanístico e dos atos administrativos de gestão relacionados ao licenciamento urbanístico e edilício, bem como vista dos processos admi-

nistrativos solicitados, entre outros documentos, dados e informações necessárias para dar efetividade à alimentação e execução do controle e monitoramento da gestão urbana.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL
E URBANA DO DISTRITO FEDERAL

Art. 230. O Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB integra o SISPLAN.

Art. 231. O SITURB tratará das informações referentes aos aspectos regionais, microrregionais, físico-naturais, socioeconômicos e ao uso e à ocupação do solo, conforme o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 232. O SITURB tem como órgão central a SEDUMA e como órgãos setoriais os órgãos e as entidades integrantes da Administração do Distrito Federal e outras entidades, públicas ou privadas, que produzam informações de interesse para planejamento, ordenamento e gestão territorial e urbana.

Art. 233. O SITURB tem por objetivos:

- I – produzir, coletar, organizar e disseminar informações sobre o território e sua população;
- II – colocar à disposição dos órgãos setoriais e de todos os cidadãos as informações de seu interesse ou de interesse coletivo, possibilitando consultas a documentos, relatórios técnicos e demais estudos formulados pelos órgãos do SISPLAN;
- III – oferecer subsídios e apoio ao SISPLAN e ao processo de decisão das ações governamentais;
- IV – manter controle permanente dos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados nas zonas urbanas do Distrito Federal.

Art. 234. Compete à SEDUMA, como órgão central do SITURB:

- I – coordenar as ações, visando à implantação e à implementação do Sistema;
- II – propor normas e definir padrões que garantam o fluxo e a compatibilidade das informações entre os integrantes do Sistema;
- III – incorporar ao Sistema as informações produzidas pelos órgãos setoriais;
- IV – disponibilizar para a sociedade e para os órgãos setoriais as informações constantes do Sistema.

Art. 235. As despesas decorrentes da implantação e da operação do SITURB serão suportadas por dotação orçamentária específica a ser alocada em seu órgão central.

Parágrafo único. As despesas de cada órgão setorial com captação e atualização de informações serão suportadas por dotação orçamentária específica.

Art. 236. As bases de dados físico-espaciais, demográficas e socioeconômicas existentes no Distrito Federal integram o SITURB.

Art. 237. Os agentes públicos e privados ficam obrigados a fornecer os dados e as informações necessários ao SITURB.

Art. 238. As informações consideradas de relevante interesse para a coletividade constantes do SITURB serão disponibilizadas na Internet.

Art. 239. Os agentes públicos do âmbito federal e estadual e os agentes privados poderão participar do SITURB, mediante acordos ou convênios operacionais, como usuários e fornecedores de informação.

Art. 240. Os demais sistemas de informação existentes ou a serem criados no Distrito Federal deverão ser compatíveis com os padrões adotados pelo SITURB.

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA CARTOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Art. 241. O Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD é a base cartográfica única para os projetos físico-territoriais, constituindo a referência oficial obrigatória para os trabalhos de topografia, cartografia, demarcação, estudos, projetos urbanísticos, controle e monitoramento do uso e da ocupação do solo do Distrito Federal.

Parágrafo único. O SICAD será permanentemente atualizado e será mantido pela SEDUMA, com a cooperação dos órgãos setoriais integrantes do SITURB.

Art. 242. Quaisquer órgãos ou entidades públicas pertencentes à Administração do Distrito Federal, inclusive concessionárias de serviços públicos, que realizarem levantamentos aerofotogramétricos no território do Distrito Federal ficam obrigados a disponibilizá-los para o SITURB, podendo os demais órgãos e entidades públicas ou privadas, caso assim o desejem, fornecer ao órgão central do SITURB os estudos ou levantamentos que realizarem.

Art. 243. Deverá ser prevista dotação orçamentária específica para garantir a atualização periódica do SICAD.

CAPÍTULO V
DO CONTROLE E MONITORAMENTO DO PARCELAMENTO, DO USO, DA
OCUPAÇÃO E DA GESTÃO URBANA E TERRITORIAL

Art. 244. A SEDUMA é responsável pelo controle e pelo monitoramento do uso e da ocupação do solo e da gestão urbana no Distrito Federal, bem como pela sistematização e divulgação dos dados e das informações recebidas dos órgãos setoriais.

Art. 245. A fiscalização, o controle, o monitoramento e a avaliação do território do Distrito Federal se darão mediante planos, programas, mecanismos e ações destinados a avaliar instrumentos de planejamento, de controle e de gestão urbanos, visando a aferições que levem ao aperfeiçoamento e à melhoria contínua da ação do Poder Público na formulação e na execução das políticas destinadas à ordenação do território e à realização do desenvolvimento socioespacial na forma planejada.

Parágrafo único. Na realização das atividades de que trata o caput, a SEDUMA atuará, no que couber, em regime de cooperação e parceria com os demais órgãos e entidades integrantes do SISPLAN, bem assim com as unidades de governo responsáveis pelas áreas de planejamento, meio ambiente e fiscalização.

Art. 246. Constituem temas de fiscalização, controle, monitoramento e avaliação relacionados à execução dos instrumentos de planejamento, controle e gestão previstos neste Plano Diretor para acompanhamento, entre outros que vierem a ser estabelecidos em normas legais dele derivadas ou a ele relacionadas:

I – uso, ocupação e parcelamento do solo e aplicação da legislação urbanística em todo o território;

II – acompanhamento permanente da ocupação e das tendências de crescimento do Distrito Federal;

III – monitoramento e avaliação da aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nas áreas discriminadas nesta Lei Complementar, principalmente os referentes a densidades e coeficientes de aproveitamento, e também dos instrumentos jurídicos, tributários e financeiros, sobretudo:

- a) imposto predial e territorial urbano, inclusive progressivo no tempo;
- b) desapropriação, desafetação ou doação;
- c) tombamento de bens ou de conjuntos urbanos;
- d) concessão de uso e concessão de direito real de uso;
- e) concessão de uso especial para fins de moradia;
- f) outorga onerosa do direito de construir e outorga onerosa de alteração de uso;
- g) transferência do direito de construir;

IV – controle técnico, monitoramento e avaliação dos instrumentos de controle urbanístico e dos respectivos atos administrativos da gestão urbana relacionados ao licenciamento, à autorização do Poder Público e aos atos de fiscalização competente, bem como da aplicação e do cumprimento das leis, regulamentos, normas e instruções relacionados ao ordenamento territorial e urbano.

Art. 247. O monitoramento integrado do território do Distrito Federal será implementado por meio do acompanhamento permanente das tendências de crescimento e ocupação pelos órgãos do Distrito Federal integrantes do SISPLAN, bem como pelos demais órgãos responsáveis pelas áreas de planejamento, meio ambiente e fiscalização.

Art. 248. As informações referentes ao monitoramento territorial deverão ser periodicamente encaminhadas à SEDUMA pelos órgãos setoriais, auxiliares e locais integrantes do SISPLAN, com vistas à alimentação do SITURB e às demais providências cabíveis.

§ 1º As Administrações Regionais deverão fornecer informações relativas à aplicação dos instrumentos de política urbana em sua área de jurisdição.

§ 2º As Administrações Regionais deverão encaminhar semestralmente ao SITURB as informações referentes ao controle permanente dos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados inseridos nas zonas urbanas de sua área de jurisdição.

Art. 249. A fiscalização, o controle e o monitoramento estabelecidos na forma desta Lei Complementar são de natureza estritamente técnica, urbanística e de essência preventiva, visando criar e favorecer condições para a plena correspondência da atividade construtiva com o planejamento do espaço territorial, e não eliminam, substituem ou prejudicam os modos de controle e de fiscalização próprios dos órgãos, entidades e agentes públicos especialmente competentes para exercer o licenciamento e a fiscalização de atividades urbanas em suas diferentes áreas de especialização.

TÍTULO VI
DAS PENALIDADES

Art. 250. Toda ação ou omissão que viole as normas previstas neste Plano Diretor, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, serão punidas com a aplicação das seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo das sanções penais previstas na legislação federal:

- I – multas;
- II – embargo;
- III – interdição;
- IV – suspensão parcial ou total de atividades;
- V – demolição.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 251. Todo parcelamento, obra ou edificação, a qualquer tempo, poderá ser vistoriado pelo Poder Público, e para esse fim o encarregado da fiscalização terá imediato ingresso no local, mediante apresentação de sua identificação funcional.

Art. 252. Verificada qualquer infração às disposições desta Lei Complementar, será lavrado o competente Auto de Infração e Multa para, no prazo de 10 (dez) dias corridos, o infrator pagar ou apresentar defesa, sob pena de confirmação da penalidade imposta.

Parágrafo único. Simultaneamente à imposição de multa, serão lavrados:

- I – auto de embargo da obra, atividade ou parcelamento do solo, se for o caso;
- II – intimação para regularização da situação, nos termos da legislação específica.

Art. 253. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento das exigências que a houverem determinado, nem estará isento das obrigações de reparar o dano resultante da infração.

Art. 254. As multas não pagas nos prazos fixados serão inscritas em dívida ativa e cobradas judicialmente.

Art. 255. O embargo, sem prejuízo das multas e outras penalidades, determina a paralisação imediata de uma obra ou atividade, quando constatada desobediência às disposições desta Lei Complementar ou aos projetos aprovados.

Parágrafo único. O embargo será retirado somente quando regularizada a situação que o motivou.

Art. 256. O parcelamento do solo, o empreendimento ou a atividade poderão ser interditados, no todo ou em parte, bem como a edificação correlata a eles, acarretando-se o impedimento da ocupação ou do funcionamento da atividade instalada, quando:

I – não tiverem sido objeto de aprovação pelo Poder Público;

II – houver utilização para fim diverso do considerado no projeto e neste Plano Diretor;

III – houver utilização para fim proibido, em razão do que estabelecem as normas de uso e ocupação para a zona em que se encontram.

Art. 257. Quando não atendidos o embargo ou a interdição realizados:

I – a obra ou a edificação será demolida, total ou parcialmente;

II – o parcelamento do solo será desconstituído.

Art. 258. São autoridades competentes para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos de fiscalização do Distrito Federal ou de órgãos ambientais do Distrito Federal designados para as atividades de fiscalização.

§ 1º Qualquer pessoa, constatando infração às normas deste Plano Diretor, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas neste artigo, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º A autoridade que tiver conhecimento de infração é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 3º As infrações são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei Complementar e de sua regulamentação.

Art. 259. Constituem infrações administrativas, independentemente da aplicação de sanções penais ou cíveis:

I – iniciar, dar continuidade a ou efetuar ocupação ou atividade no solo do Distrito Federal em desacordo com o determinado por este Plano Diretor;

II – promover construção em solo não edificável ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida;

III – executar obras em desacordo com as licenças e projetos aprovados.

§ 1º Fica o infrator sujeito a multa de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor do imóvel, considerado com base na planta de valores imobiliários utilizada para cálculo do IPTU.

§ 2º Incidem na mesma sanção administrativa os corresponsáveis, o agrimensor, o corretor, o eventual comprador, o vendedor, bem como todo aquele que de qualquer modo contribuir para a concretização do empreendimento no Distrito Federal sem autorização do Poder Público ou em desacordo com as licenças emitidas.

§ 3º Em caso de reincidência, será cominada ao infrator multa de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do imóvel.

§ 4º Além da pena de multa, os infratores ficarão impedidos de participar de licitações públicas e de transacionar com entes da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 5º (VETADO).

Art. 260. O valor da arrecadação das multas aplicadas será recolhido ao FUNDURB.

Art. 261. Este Capítulo será objeto de regulamentação, que estabelecerá as normas referentes ao processo administrativo decorrente da aplicação do auto de infração.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 262. Serão constituídas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei Complementar, comissões compostas por representantes do órgão responsável pelo planejamento territorial e urbano do Distrito Federal, das Administrações Regionais, da Coordenadoria das Cidades, da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e do órgão gestor da fiscalização, com as seguintes atribuições:

I – realizar o levantamento dos imóveis que se enquadrarem nas condições de não edificação, subutilização e não utilização;

II – realizar o levantamento dos imóveis em que deverá ser aplicada a outorga onerosa do direito de construir;

III – realizar o levantamento dos imóveis em que deverá ser aplicada a outorga onerosa de alteração de uso;

IV – realizar o levantamento dos imóveis em que deverá ser aplicada a transferência do direito de construir.

Art. 263. O Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal será aprovado por lei ordinária, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, em um prazo máximo de 2 (dois) anos após a publicação desta Lei Complementar.

§ 1º O Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal e seu Entorno será elaborado pela Secretaria de Estado de Transportes.

§ 2º Este Plano deverá ser revisto no prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 264. O Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal, o Plano Diretor de Drenagem do Distrito Federal e o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, fundamentados neste PDTO e na evolução da ocupação urbana, deverão ser elaborados no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta Lei Complementar, e atenderão ao seguinte:

I – o Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal será aprovado pela Agência Reguladora de Águas e Saneamento Ambiental do Distrito Federal – ADASA/DF;

II – o Plano Diretor de Drenagem do Distrito Federal será aprovado pela ADASA/DF;

III – o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal será atualizado pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU e aprovado pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal.

§ 1º Os Planos indicados neste artigo deverão ser revistos a cada 5 (cinco) anos, para adequação das diretrizes e das soluções neles indicadas.

§ 2º Deverá ser dada a devida publicidade aos Planos Diretores referidos neste artigo.

§ 3º Os Planos indicados neste artigo deverão ser compatibilizados no Plano de Saneamento do Distrito Federal, a ser aprovado por lei nos termos do art. 332 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 265. Os Planos de Desenvolvimento Locais e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília serão elaborados e encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal no prazo de 2 (dois) anos contados da data de publicação desta Lei Complementar, sendo passíveis de revisão a cada 5 (cinco) anos.

§ 1º Os Planos Diretores Locais, naquilo que não estiver em desacordo com este Plano Diretor, terão vigência até a edição dos respectivos Planos de Desenvolvimento Locais e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º Caso os planos previstos no caput não sejam aprovados no prazo estabelecido, prevalece a legislação urbanística em vigor.

Art. 266. As leis específicas que regulamentarão a outorga onerosa do direito de construir, a outorga onerosa de alteração de uso e o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios serão elaboradas pelo Poder Executivo, sob coordenação do órgão gestor do planejamento urbano e territorial do Distrito Federal, no prazo máximo de 1 (um) ano após a aprovação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Até a aprovação das leis específicas indicadas no caput, prevalece a legislação em vigor.

Art. 267. Até a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo ou do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, poderá ser concedida a alteração de uso por legislação específica, nos termos do art. 57, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 49, de 2007.

Art. 268. Serão avaliadas as situações vigentes dos estabelecimentos de ensino para adequação, na forma da lei, das ocupações, dos parâmetros urbanísticos e do uso do solo para aqueles que sejam considerados passíveis de regularização pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal.

Art. 269. Os casos de alvará de funcionamento concedidos pelo Poder Executivo para lotes com usos desconformes com a legislação vigente vigorarão até a edição da Lei de Uso e Ocupação do Solo ou do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, quando serão explicitadas as áreas em que poderá ser aplicado o instrumento de alteração de uso.

Art. 270. Serão criados, no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de publicação desta Lei Complementar, os Conselhos das Unidades de Planejamento Territorial, para cada Unidade de Planejamento Territorial, e os Conselhos Locais de Planejamento, para cada Região Administrativa do Distrito Federal.

Parágrafo único. Até que se instalem os Conselhos a que se refere este artigo, caberá ao CONPLAN o exercício das competências atribuídas aos Conselhos das demais Unidades e Regiões Administrativas.

Art. 271. O Poder Executivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei Complementar, encaminhará projeto de lei à Câmara Legislativa, adaptando as normas do FUNDURB ao contido neste Plano Diretor.

Art. 272. Os projetos de lei derivados deste Plano Diretor serão de iniciativa privativa do Poder Executivo, propiciando-se o necessário encadeamento e coesão indispensáveis ao desenvolvimento do SISPLAN.

Art. 273. Deverá ser celebrado convênio de cooperação técnica com a União para a preservação dos bens culturais de interesse comum.

Art. 274. As diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e o Plano Plurianual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades constantes desta Lei Complementar, nos termos do que determina o art. 40, § 1º, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 275. A Tabela de Usos e Atividades do Distrito Federal deverá ser aprovada, por ato próprio do Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da aprovação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Até a efetivação do disposto no caput, permanece a Tabela de Usos e Atividades vigente.

Art. 276. A Norma Técnica para a implantação de equipamentos públicos comunitários, a ser aprovada por decreto, deverá ser elaborada no prazo máximo de 1 (um) ano, contado a partir da publicação desta Lei Complementar, por equipe multissetorial, coordenada pelo órgão gestor de planejamento urbano e ambiental do Distrito Federal, devendo ser revisada a cada quatro anos.

Art. 277. Fica garantida a continuidade dos projetos de urbanismo aprovados pelo Poder Público, até 31 de dezembro de 2005, localizados em Zona Rural de Uso Controlado I desta Lei Complementar, não sendo a área dos respectivos projetos considerada imóvel rural, nos termos definidos pelo art. 4º, I, da Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

Parágrafo único. Estão contemplados pela disposição do caput os projetos urbanísticos aprovados localizados nas Chácaras Rurais Euler Paranhos e parte do Altiplano Leste, que poderão ter uso urbano.

Art. 278. As glebas com características rurais inseridas em zona urbana, situadas no interior dos polígonos definidos no Anexo VII desta Lei Complementar e na Zona de Contenção Urbana, serão objeto de contrato específico.

Parágrafo único. Essa disposição tem por objetivo garantir a permanência das atividades rurais, assegurando:

I – melhor qualidade ambiental dos espaços urbanos;

II – conservação dos vales e corpos hídricos;

III – conservação de áreas de preservação;

IV – maior permeabilidade do solo.

Art. 279. Para alcançar os objetivos previstos no art. 278 desta Lei Complementar, a ocupação das glebas deve obedecer às seguintes diretrizes especiais:

I – consolidar formas de ocupação que promovam a preservação e a recuperação ambiental;

II – desenvolver laços comunitários e estimular o interesse comum de preservação ambiental;

III – preservar ativamente a dimensão bucólica do patrimônio paisagístico da região;

IV – adotar sistemas agroecológicos para acelerar os processos de recuperação ambiental;

V – promover a formação de corredores ecológicos entre as glebas e as áreas protegidas com o objetivo de constituir e manter habitats e permitir a movimentação da fauna e o fluxo gênico.

Art. 280. Para ter direito ao contrato específico, as glebas citadas no caput do art. 278 devem atender aos seguintes critérios:

I – manutenção de suas dimensões originais desde o ano de 1997, em que foi aprovada a Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, comprovadas mediante análise comparativa da ortofoto referente ao voo de 1997 com a situação atual da ocupação, admitidas provas constantes de processos administrativos ou judiciais preexistentes e histórico da ocupação;

II – ter utilização rural ou ambiental, comprovada por parecer técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/DF;

III – (VETADO).

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho referido no art. 281 poderá admitir exceções às exigências contidas nos incisos I e III deste artigo, desde que devidamente justificadas por meio de relatório subscrito por todos os seus componentes.

Art. 281. A identificação das glebas que atendam aos critérios definidos no art. 280 será feita por Grupo de Trabalho a ser instituído pelo Poder Executivo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º O Grupo de Trabalho referido no caput será composto por representantes dos órgãos e entidades abaixo:

I – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;

II – SEDUMA;

III – Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ;

IV – EMATER/DF;

V – TERRACAP;

VI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal;

VII – Federação dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno;

VIII – Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF;

IX – Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável.

§ 2º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Secretaria do Patrimônio da União – SPU serão convidados a indicar um representante para integrar o Grupo de Trabalho.

§ 3º O Grupo de Trabalho poderá contar ainda com o apoio de representante de entidades representativas dos produtores locais.

§ 4º A coordenação do Grupo de Trabalho caberá à SEAPA.

§ 5º Conforme cláusula contratual, respaldada em legislação tributária própria, as glebas farão jus aos benefícios fiscais e tributários equivalentes aos das zonas rurais.

Art. 282. O contrato mencionado no art. 278 deve ser integrado por Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU, no qual constarão as atividades a serem desenvolvidas na gleba.

§ 1º O Plano de Utilização referente a cada gleba será proposto pelo produtor, elaborado pela EMATER/DF ou entidade credenciada e aprovado pela SEAPA.

§ 2º Compete à SEAPA o gerenciamento e a fiscalização das unidades objeto dos contratos especiais, com reavaliação a cada dois anos, baseada em relatório técnico da EMATER/DF.

§ 3º Verificado o não cumprimento dos termos estabelecidos no Plano de Utilização, com alteração de finalidade que descaracterize a gleba como rural, o contrato será rescindido de pleno direito.

§ 4º As glebas que forem enquadradas na determinação do § 3º serão repassadas a outros produtores, por meio de novo contrato, respeitado o disposto na legislação específica, mantendo-se a utilização rural.

Art. 283. As glebas cujas características rurais, nos termos do art. 280 desta Lei Complementar, não tenham sido identificadas pelo Grupo de Trabalho ficam sujeitas às diretrizes de ocupação de baixa densidade e à manutenção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente.

Parágrafo único. As glebas referidas no caput não ficam isentas de seus atributos de fragilidade ambiental, tampouco o respectivo ocupante fica desobrigado das ações compatíveis de respeito às diretrizes definidas para os polígonos do Anexo VII desta Lei Complementar.

Art. 284. (VETADO).

Art. 285. (VETADO).

Art. 286. (VETADO).

Art. 287. Os índices urbanísticos adotados para as áreas a serem edificadas na área objeto de tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília que façam parte da escala residencial de que trata a Portaria nº 314, de 14 de outubro de 1987, consideradas as complementações e expansões incluídas pelo anexo do referido Decreto sob a denominação “Brasília Revisitada”, serão aqueles constantes dos referidos documento de tombamento.

Art. 288. No Setor de Inflamáveis – SIN, na Região Administrativa do SIA, não será permitido o uso residencial.

Art. 289. Prevalece a legislação vigente em relação aos condomínios urbanísticos estabelecidos para o Setor de Mansões do Park Way, Setor de Mansões Dom Bosco, Setor de Mansões do Lago Norte e chácaras do SHIS.

Art. 290. (VETADO).

Art. 291. (VETADO).

Art. 292. (VETADO).

Art. 293. (VETADO).

Art. 294. (VETADO).

Art. 295. (VETADO).

Art. 296. Fica garantida a poligonal do Setor Habitacional Arniqueira, definida no mapa e quadro de caminhamento do perímetro constantes dos Anexos I e II da Lei Complementar nº 511, de 8 de janeiro de 2002.

Art. 297. Os lotes com nível de restrição 3 (três) localizados no Polo de Modas e na QE 40 do Guará II – RA X terão todo o pavimento térreo restrito às atividades comerciais e de prestação de serviços, e nos demais pavimentos, até o máximo de 3 (três), não incluído o térreo, será ainda permitido o uso residencial multifamiliar, com unidades domiciliares do tipo apartamento conjugado, unidades domiciliares econômicas e não econômicas, observados os parâmetros e critérios estabelecidos pelo Código de Edificação do Distrito Federal, inclusive habitação coletiva.

Parágrafo único. O disposto no caput fica restrito aos imóveis que se encontrem nas condições previstas neste artigo, na data da publicação desta Lei Complementar, mediante comprovação do interessado junto à Administração Regional.

Art. 298. (VETADO).

Art. 299. Os Planos de Desenvolvimento Locais deverão destinar áreas públicas para instalação do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR/Defensoria Pública, preferencialmente ao lado dos fóruns do Tribunal de Justiça e das sedes do Ministério Público.

Art. 300. (VETADO).

Art. 301. (VETADO).

Art. 302. Passam a Zona Urbana de Uso Controlado II as chácaras nºs 19, 22 e 25-B da Colônia Agrícola Riacho Fundo I, na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

Art. 303. (VETADO).

Art. 304. Fica assegurada a fixação do Setor de Chácaras da Candangolândia, respeitadas as condicionantes de ocupação ambiental, nos termos do art. 102, III, desta Lei Complementar e do art. 92 da Lei Complementar nº 97, de 8 de abril de 1998.

Art. 305. A área disposta no Anexo III, Mapa 5, localizada entre a DF-095, a DF-001 e o córrego Cana do Reino, passa a ter densidade demográfica média.

Art. 306. (VETADO).

Art. 307. (VETADO).

Art. 308. (VETADO).

Art. 309. (VETADO).

Art. 310. (VETADO).

Art. 311. (VETADO).

Art. 312. (VETADO).

Art. 313. Fica definido, para as vias de atividades da Região Administrativa de Planaltina – RA VI, coeficiente de aproveitamento máximo igual a 5,0 (cinco), conforme Anexo V.

Art. 314. (VETADO).

Art. 315. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, conforme Anexo V:

I – nas vias de atividades, os coeficientes de aproveitamento básico e máximo serão iguais a 3,0 (três);

II – nas vias secundárias ou coletoras, o coeficiente de aproveitamento básico será igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) e o máximo será igual a 3,0 (três).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 316. (VETADO).

Art. 317. Fica definido, para as ARIS nos setores Fercal, Mestre d’Armas, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Sol Nascente, Água Quente e Ribeirão, o coeficiente de aproveitamento máximo igual a 3,0 (três) para os lotes comerciais.

Art. 318. (VETADO).

Art. 319. (VETADO).

Art. 320. Ficam acrescentadas, conforme Anexo II, Tabela 2B, como Áreas de Regularização de Interesse Social, fora de setor habitacional, as ARIS CAUB I e CAUB II.

Art. 321. Fica acrescentada a ARINE Arniqueira ao Anexo II, Tabela 2B.

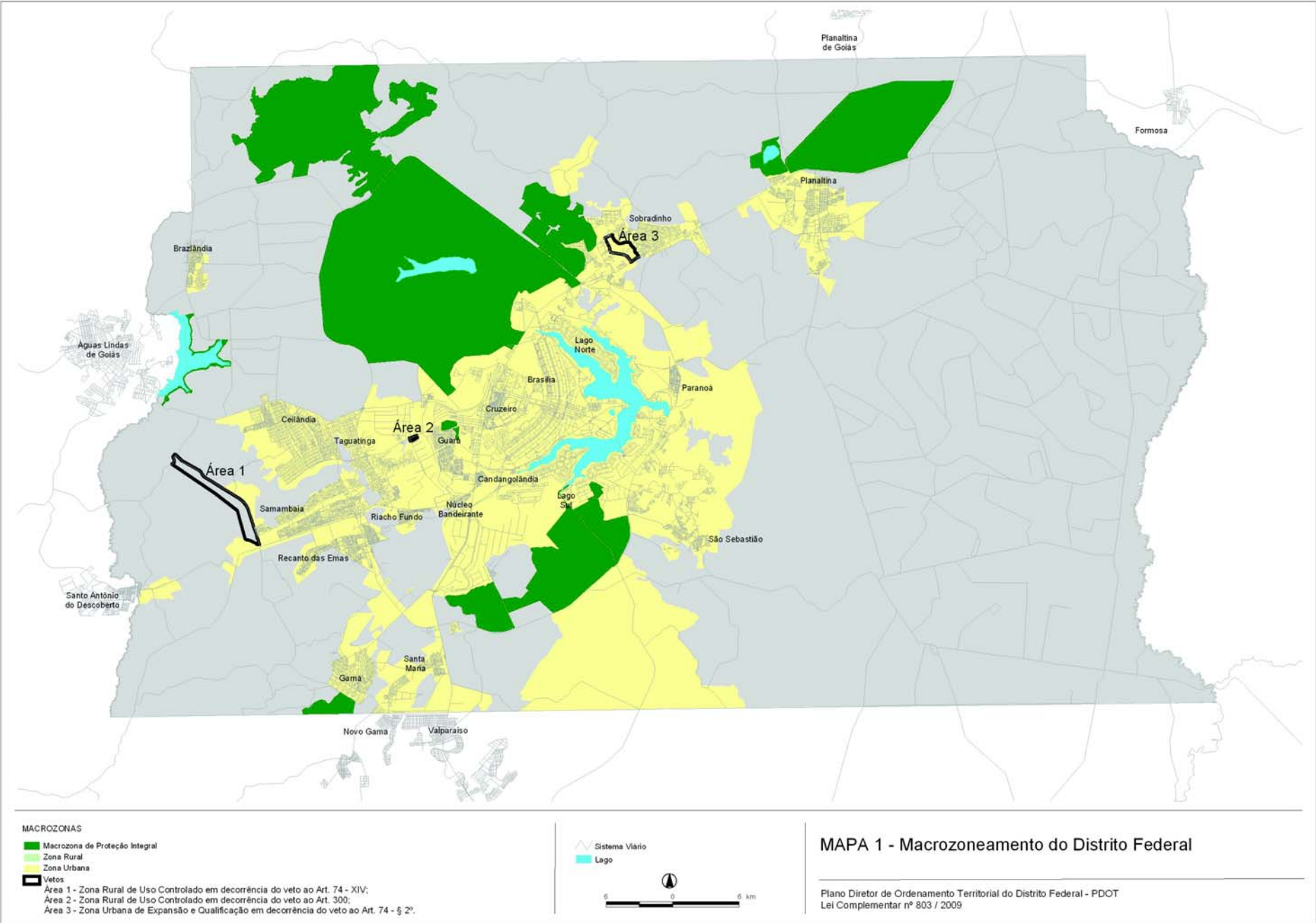
Art. 322. Fica definido como Área de Revitalização, na Estratégia de Revitalização de Conjuntos Urbanos, o Setor Central do Gama, conforme o Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3D, desta Lei Complementar, com as seguintes diretrizes:

I – Áreas Compreendidas: Setor Central do Gama;
II – Importância Estratégica: centralidade regional, alta concentração de postos de trabalho e geração de empregos;
III – Diretrizes de Intervenção:
a) Objetivo: requalificar os espaços urbanos, revitalizar ou renovar edificações degradadas, proporcionar espaços de convívio e expansão de atividades culturais, comerciais e prestação de serviços;
b) Usos: multifuncionais, com ênfase na geração de empregos.
Art. 323. Fazem parte da ARINE Sucupira a chácara Granja Dácia e os módulos comerciais nºs 1 a 87, localizados na Avenida Sucupira.
Art. 324. A área do Núcleo Rural Capoeira do Bálamo, compreendida entre a rodovia DF-015 e a APM Taquari, integra o Anexo VII, Mapa 7, como área onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico.
Art. 325. A Etapa 4 do Polo JK fica incluída na Zona Urbana Consolidada.
Art. 326. A área do Núcleo Rural Córrego Tamanduá, com 198ha (cento e noventa e oito hectares), integra o Anexo VII, Mapa 7, como área onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico.
Art. 327. (VETADO).
Art. 328. A área do Núcleo Rural do Bananal integra o Anexo VII, Mapa 7, como área onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico.
Art. 329. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 330. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, e os dispositivos constantes de Planos Diretores Locais que contrariem o disposto nesta Lei Complementar, e o art. 59, VIII, XI e XII, da Lei nº 3.035, de 18 de julho de 2002.

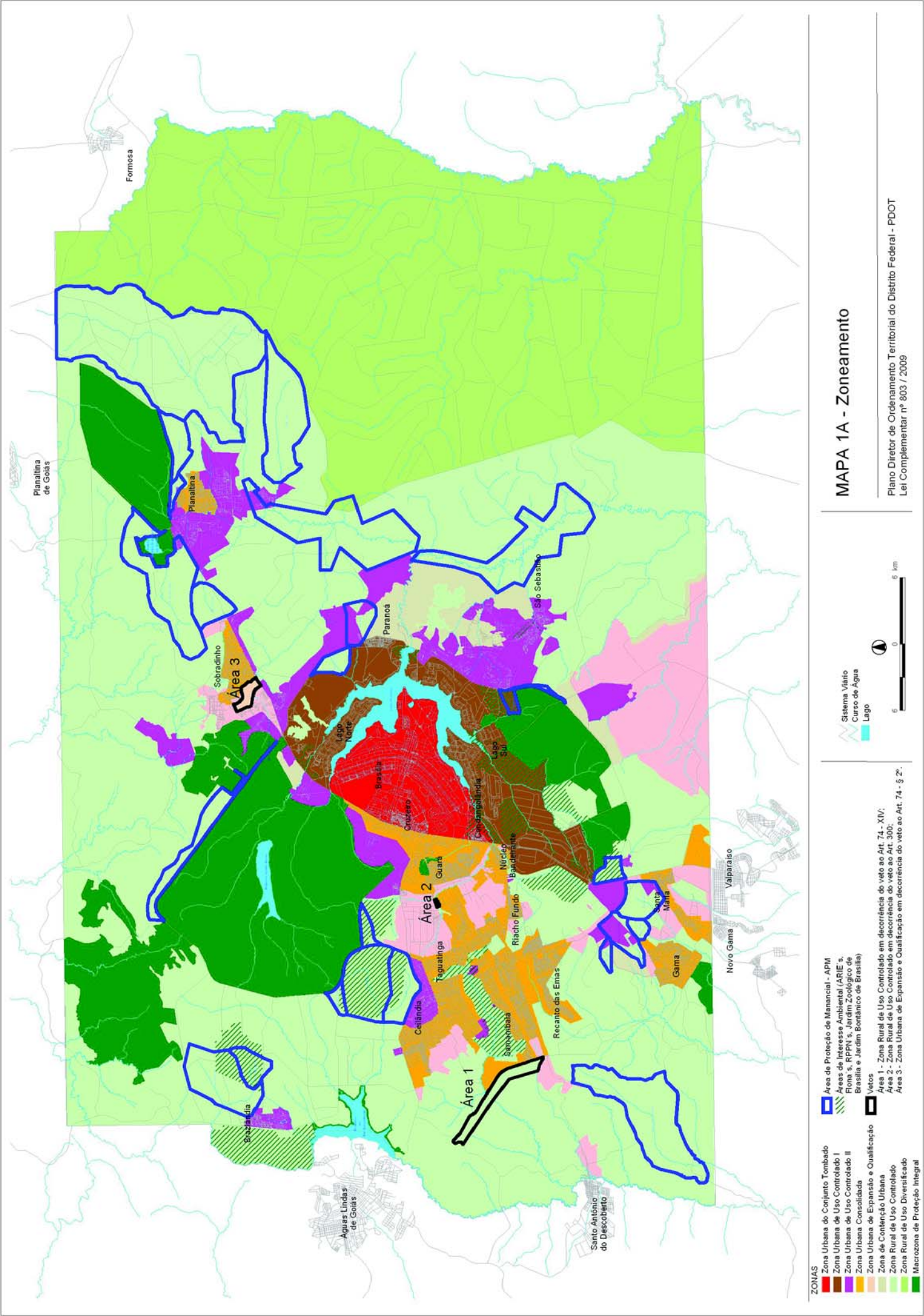
Brasília, 25 de abril de 2009
121º da República e 50º de Brasília
JOSÉ ROBERTO ARRUDA

ANEXO I – ZONEAMENTO E UNIDADES ANEXO I – ZONEAMENTO E UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

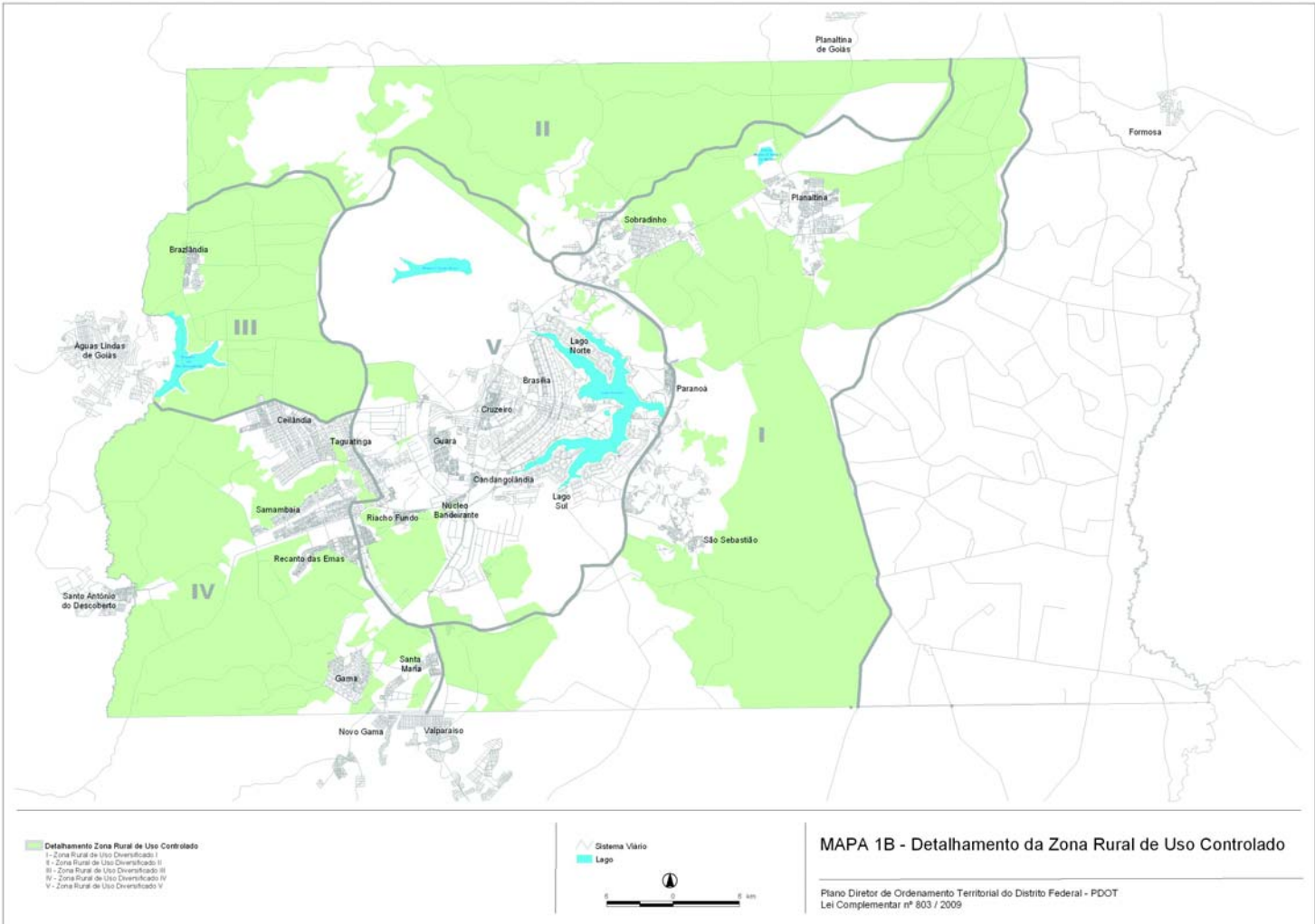
ANEXO I- MAPA 1 - MACROZONEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL



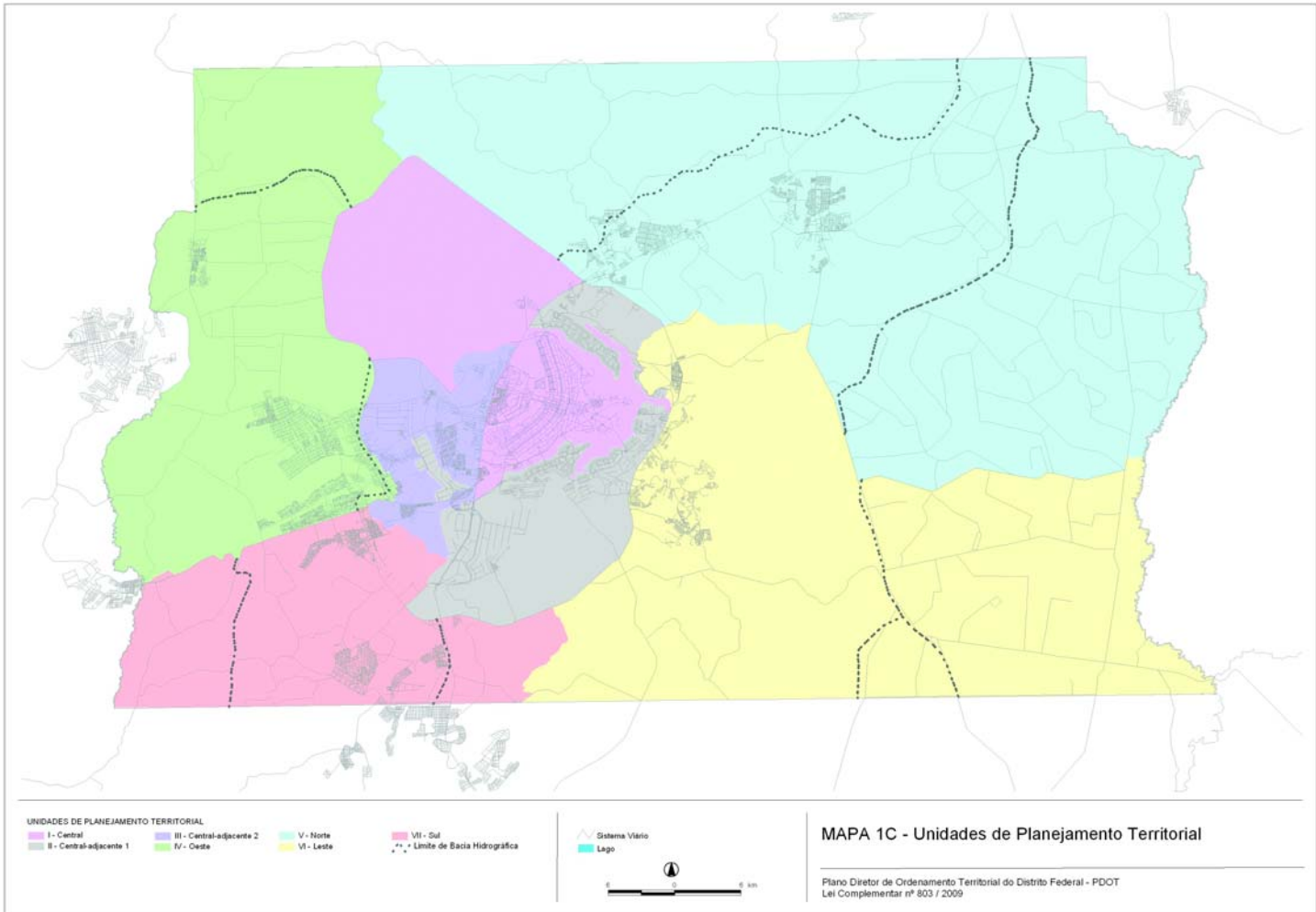
ANEXO I- MAPA 1A – ZONEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL



ANEXO I - MAPA 1B – DETALHAMENTO DA ZONA RURAL DE USO CONTROLADO

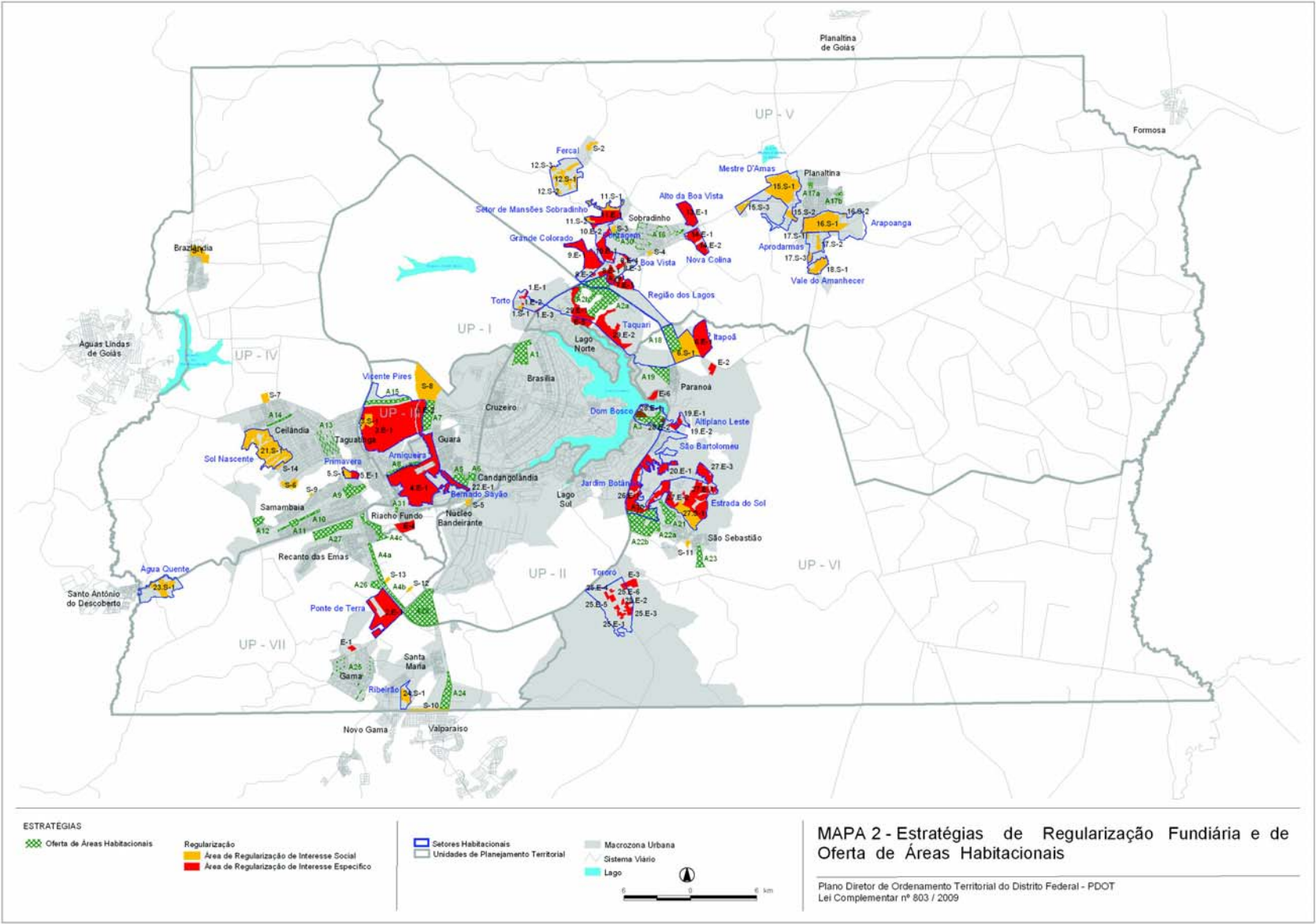


ANEXO I - MAPA 1C - UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL



ANEXO II – ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

ANEXO II- MAPA 2 - ESTRATÉGIAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DE OFERTA DE ÁREAS HABITACIONAIS



ANEXO II- TABELA 2A – SETORES HABITACIONAIS DE REGULARIZAÇÃO

Setores Habitacionais	Densidades	EU/EC/ELUP
01 – Setor Habitacional do Torto	Baixa	10%
02 – Setor Habitacional Ponte de Terra	Baixa	10%
03 – Setor Habitacional Vicente Pires	Média	10%
04 – Setor Habitacional Amiqueira	Baixa	10%
05 – Setor Habitacional Primavera	Baixa	10%
06 – Setor Habitacional Itapoã	Média	10%
07 – Setor Habitacional Região dos Lagos	Média	10%
08 – Setor Habitacional Boa Vista	Média	10%
09 – Setor Habitacional Grande Colorado	Baixa	10%
10 – Setor Habitacional Contagem	Média	10%
11 – Setor Habitacional Mansões Sobradinho	Média	10%
12 – Setor Habitacional Fercal	Baixa	10%
13 – Setor Habitacional Alto da Boa Vista	Baixa	10%
14 – Setor Habitacional Nova Colina	Média	10%
15 – Setor Habitacional Mestre D'Armas	Média	10%
16 – Setor Habitacional Arapoanga	Média	10%
17 – Setor Habitacional Aprodarmas	Média	10%
18 – Setor Habitacional Vale do Amanhecer	Alta	10%
19 – Setor Habitacional Altiplano Leste	Baixa	10%
20 – Setor Habitacional São Bartolomeu	Baixa	10%
21 – Setor Habitacional Sol Nascente	Média	10%
22 – Setor Habitacional Bernardo Sayão	Baixa	10%
23 – Setor Habitacional Água Quente	Média	35%
24 – Setor Habitacional Ribeirão	Média	10%
25 – Setor Habitacional Tororó	Baixa	10%
26 – Setor Habitacional Jardim Botânico	Baixa	10%
27 – Setor Habitacional Estrada do Sol	Baixa	10%
28 – Setor Habitacional Dom Bosco	Baixa	40%
29 – Setor Habitacional Taquari	Média e Baixa	40%

EU – Equipamento Urbano
EC – Equipamento Comunitário
ELUP – Espaço Livre de Uso Público
ZUUC II – Zona Urbana de Uso Controlado II
ZUEQ – Zona Urbana de Expansão e Qualificação
ZCU – Zona de Contenção Urbana

ANEXO II- TABELA 2B – ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO

Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE em Setor Habitacional	
1.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Torto I
1.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Torto II
1.E-3	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Torto III
2.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Ponte de Terra
3.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Vicente Pires I
3.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Vicente Pires II
4.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Amiqueira
5.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Primavera
6.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Itapoã
7.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Região dos Lagos
8.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Boa Vista I
8.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Boa Vista II
8.E-3	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Boa Vista III
8.E-4	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Boa Vista IV
9.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Grande Colorado
10.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Contagem I
10.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Contagem II
11.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Mansões Sobradinho
13.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Alto da Boa Vista
14.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Nova Colina I
14.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Nova Colina II
19.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Altiplano Leste I
19.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Altiplano Leste II
20.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE São Bartolomeu
22.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Bernardo Sayão
25.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Tororó I
25.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Tororó II
25.E-3	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Tororó III
25.E-4	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Tororó IV
25.E-5	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Tororó V
25.E-6	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Tororó VI
26.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Jardim Botânico
27.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Estrada do Sol I
27.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Estrada do Sol II
27.E-3	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Estrada do Sol III
28.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Dom Bosco I
28.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Dom Bosco II
29.E-1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Taquari I
29.E-2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Taquari II

ANEXO II- TABELA 2B – ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO

Áreas de Regularização de Interesse Específico fora de Setor Habitacional	
E - 1	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Mansões Paraíso
E - 2	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE La Font
E - 3	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Mônaco
E - 4	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Sucupira
E - 5	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Privê Lago Norte
E - 6	Área de Reg. Interesse Específico - ARINE Porto Seguro
Área de Regularização de Interesse Social – ARIS em Setor Habitacional	
1.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Torto
3.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Vicente Pires
5.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Primavera
6.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Itapoã
11.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Mansões Sobradinho I
11.S-2	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Mansões Sobradinho II
12.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Fercal I
12.S-2	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Fercal II
12.S-3	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Fercal III
15.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Mestre D'Armas I
15.S-2	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Mestre D'Armas II
15.S-3	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Mestre D'Armas III
16.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Arapoanga I
16.S-2	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Arapoanga II
17.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Aprodarmas I
17.S-2	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Aprodarmas II
17.S-3	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Aprodarmas III
18.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Vale do Amanhecer
21.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Sol Nascente
23.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Água Quente
24.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Ribeirão
27.S-1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Estrada do Sol
Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS fora de Setor Habitacional	
S - 1	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Expansão Vila São José
S - 2	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Queima Lençol
S - 3	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Buritis
S - 4	Área de Reg. Interesse Social - ARIS DNOCS
S - 5	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Vila Cauhy
S - 6	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Pôr do Sol

S - 7	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Privê Ceilândia
S - 8	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Estrutural
S - 9	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Vida Nova
S - 10	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Céu Azul
S - 11	Área de Reg. Interesse Social - ARIS Morro da Cruz
S - 12	Área de Reg. Interesse Social - ARIS CAUB I
S - 13	Área de Reg. Interesse Social - ARIS CAUB II
S - 14	Área de Reg. Interesse Social - ARIS QNP 22 e 24 Ceilândia

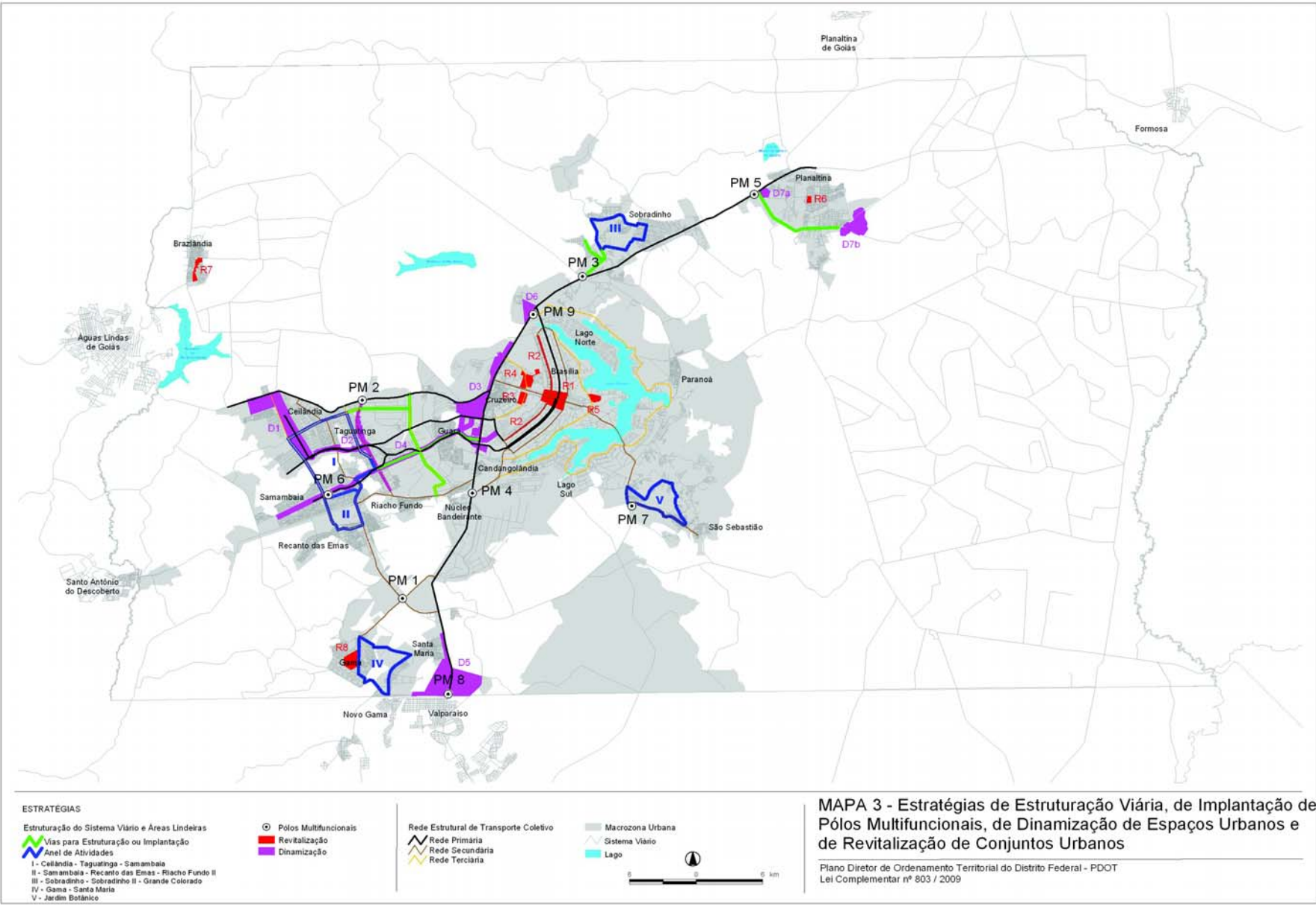
ANEXO II- TABELA 2C – PARCELAMENTOS URBANOS ISOLADOS

Parcelamentos Urbanos Isolados		Classificação
01	Buritis / Adiel	Interesse Social
02	Chácaras Pulador	Interesse Social
03	Comunidade Basevi	Interesse Social
04	Comunidade Boa Vista	Interesse Social
05	Comunidade Lobeiral	Interesse Social
06	COOPERFRUIT (Proj. Mana I) PICAG	Interesse Social
07	Morada dos Pássaros	Interesse Social
08	Núcleo Urbano 8 INCRA 8	Interesse Social
09	Engenho das Lages	Interesse Social
10	Serra Verde	Interesse Social
11	Las Vegas	Interesse Social
12	Granjas Reunidas Asa Branca	Interesse Social
13	Privê Rancho Paraíso	Interesse Social
14	Privê Morada Norte	Interesse Social
15	Jardim Oriente	Interesse Específico
16	Parque Sol Nascente	Interesse Social
17	Arrozal	Interesse Social
18	PICAG 3/372	Interesse Social
19	Quintas Amarante PICAG 4/491 4/492	Interesse Social
20	Residencial Vitória	Interesse Social
21	Vista Bela PICAG 4/492 e 4/493	Interesse Social
22	Resid. Monte Verde PICAG 4/494	Interesse Específico
23	Roldão PICAG Gleba 1/63	Interesse Específico
24	Morada Quintas do Campo	Interesse Específico
25	Chácaras Weiller PICAG 3/369	Interesse Específico
26	Granja Modelo I	Interesse Social
27	Granja Modelo II	Interesse Social

ANEXO II- TABELA 2D – OFERTA DE ÁREAS HABITACIONAIS

Oferta de Áreas Habitacionais	Densidade	Coefficiente de Aproveitamento Máximo na Área
A1 - Área de Expansão Noroeste - Plano Piloto - RA I	Média	6
A2a - Setor Taquari - Etapa 1 Trecho 2 – Lago Norte – RA XVIII	Média	1
A2b - Setor Taquari - Etapa 3 Trecho 3 – Lago Norte – RA XVIII	Média	1
A3 - Setor Habitacional Dom Bosco – Lago Sul – RA XVI	Baixa	2
A4a - Etapa 02 - Riacho Fundo II – RA XXI	Média	4
A4b - Etapa 03 - Riacho Fundo II – RA XXI	Alta	4
A4c - Etapa 04 - Riacho Fundo II – RA XXI	Média	4
A5 - QE 48/58 – Guarã – RA X	Média	3,5
A6 - TASA – Guarã – RA X	Alta	4
A7 - Setor Jôquei Clube – Guarã – RA X	Média	2
A8 - Área Adjacente Ao Bairro – Águas Claras – RA XX	Alta	2
A9 - Subcentro Leste – Samambaia – RA XII	Alta	4
A10 - Qd 100 – Samambaia – RA XII	Alta	3
A11 - Subcentro Oeste – Samambaia – RA XII	Alta	4
A12 - ADE Oeste – Samambaia – RA XII	Alta	3
A13 - QNJ – Taguatinga – RA III	Média	Segue O Coeficiente Da Área Constante Do Anexo V
A14 - Laterais da Av. Mn3 – Ceilândia – RA IX	Alta	
A15 - ADE Estrutural – Taguatinga – RA III	Baixa	2
A16 - Adensamento de Sobradinho – RA V	Média	3
A17a - Setor Residencial Oeste - Qd I, J, K – Planaltina – RA VI	Baixa	2
A17b - Setor Residencial Leste - Qd 21a E 22 A – Planaltina – RA VI	Baixa	2,1
A18 - Expansão do Itapoã – Itapoã – RA XXVIII	Média	2,1
A19 - Expansão Paranoá – Paranoá – RA VII	Média	2,1
A20 - Jardim Botânico – Etapa 3 – São Sebastião – RA XIV	Baixa	1
A21 - Setor Nacional – São Sebastião – RA XIV	Média	4
A22a - Setor Mangueiral – São Sebastião – RA XIV	Média	1
A22b - Expansão do Bairro Mangueiral – São Sebastião – RA XIV	Baixa	4
A23 - Setor Crixá – São Sebastião – RA XIV	Média	4
A24 - Setor Meireles – Santa Maria – RA XIII	Média	4
A25 - Adensamento do Gama – RA II	Alta	4
A26 - Qd 900 - Recanto das Emas – RA XV	Média	4
A27 - Vargem da Benção - Recanto das Emas – RA XV	Alta	4
A28 - Catetinho – RA XXIV	Média	4
A29 - Área do DER	-	-
A30 - Expansão da ARIS Buritis	-	-
A31 - Quadras 9, 11, 13 e 15 – Riacho Fundo I	-	-

ANEXO II- MAPA 3 – ESTRATÉGIAS DE ESTRUTUR. VIÁRIA, IMPLANT. DE PÓLOS MULTIFUNCIONAIS, DINAMIZ. DE ESPAÇOS URBANOS E REVITAL. DE CONJ. URBANOS



ANEXO II- TABELA 3A – REDE ESTRUTURAL DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL

Classificação da Rede Estrutural de Transporte Coletivo	Via
Primária	Eixo Rodoviário
Primária	Metrô (Águas Claras sentido Samambaia)
Primária	Metrô (Centro sentido Taguatinga)
Primária	Via entre Setor Policial Sul e Setor Hospitalar Sul, ligando o Eixo Rodoviário W até a Octogonal
Primária	Estrada Parque Ceilândia EPCL
Primária	Estrada Parque Taguatinga EPTG
Primária	Estrada Parque Indústria e Abastecimento EPIA sentido BR 040 e BR 060
Primária	Estrada Parque Indústria e Abastecimento EPIA sentido BR 010, BR 020, BR 030
Secundária	W3 Norte
Secundária	W3 Sul
Secundária	L2 Norte
Secundária	L2 Sul
Secundária	Estrada Parque Núcleo Bandeirante EPNB
Secundária	Via Principal do Setor "M" Norte
Secundária	Eixo Monumental
Secundária	Via de ligação L4 Sul a DF 001/ Ponte JK
Secundária	Estrada Parque Núcleo Bandeirante EPNB
Secundária	DF 463 (Via de Ligação São Sebastião)
Secundária	Pistão Norte
Secundária	Pistão Sul
Secundária	BR 251/DF 001 trecho entre Samambaia e BR 040/060
Secundária	DF 065

Secundária	Via de ligação Samambaia- Taguatinga e seu prolongamento pela via LJ1 (Setor "L" Norte)
Secundária/Terciária	Estrada Parque Dom Bosco EPDB
Terciária	Estrada Parque Paranoá EPPR
Terciária	L4 Norte
Terciária	L4 Sul
Terciária	Estrada Parque Vicente Pires EPVP
Terciária	Av. N3 (Ceilândia)
Terciária	Via entre o Setor de Administração Municipal, Setor de Garagens Oficiais, Setor de Recreação Pública Norte e Setor Militar Urbano
Terciária	Avenida Principal do Recanto das Emas sentido Via N3 (Ceilândia), via Samambaia
Terciária	Av. Comercial Norte e Sul (Taguatinga)
Terciária	Setor de Indústrias Gráficas
Terciária	Av. Hélio Prates (Taguatinga)
Terciária	DF 015 trecho de ligação Paranoá e EPPR DF 005
Terciária	Via de ligação do CA Lago Norte à DF 007 (trecho entre a Ponte do Bragueto e o Balão do Torto)

ANEXO II- TABELA 3B – PÓLOS MULTIFUNCIONAIS

Importância Estratégica

- Articulação com a rede estrutural de transporte coletivo.
- Redução da necessidade de deslocamento para as áreas centrais.
- Otimização das áreas no entorno dos terminais de integração Oferta descentralizada de comércio de bens e serviços.
- Oferta de equipamentos urbanos.

Áreas de Implantação	Áreas Abrangência	Diretrizes
PM 1 Pólo Multifuncional Catetinho	Ponte de Terra Setor Habitacional Catetinho Expansão do Riacho Fundo II Colônia Agrícola Catetinho Núcleo Rural Casa Grande	• Objetivo: Ofertar serviços essenciais de consumo próximo à população residente vizinha. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de pequeno porte de saúde, educação, segurança, abastecimento, cultura, esporte e lazer. • Atividades prioritárias: equipamentos da administração pública e comércio de bens e serviço associados a habitação coletiva.
PM 2 Pólo Multifuncional Taguatinga	Taguatinga, Ceilândia e Brazlândia Parte da Estrutural Área de Regularização Vicente Pires Fluxo de transporte do entorno	• Objetivo: Fomentar uma nova centralidade de forma a aproveitar o potencial urbano nesta região. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de pequeno porte de saúde, abastecimento, cultura, esporte e lazer. • Atividades prioritárias: equipamentos de saúde pública e comércio de bens e serviços associados a habitação.
PM 3 Pólo Multifuncional Grande Colorado	Setor Habitacional Grande Colorado Setor Habitacional Taquari Lago Oeste Condomínios Habitacionais de Sobradinho Setor Habitacional Boa Esperança	• Objetivo: Ofertar serviços essenciais de consumo próximos a população dos condomínios habitacionais da região. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de grande porte de abastecimento, cultura e lazer. • Atividades prioritárias: disponibilização de área para centros empresariais, atividades de comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva.
PM 4 Pólo Multifuncional Metropolitana	Metropolitana Park Way	• Objetivo: Ofertar serviços essenciais de consumo próximos a população do Park Way. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de abastecimento de porte médio. • Atividades prioritárias: disponibilização de área para centros empresariais associados as atividades de comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva.
PM 5 Pólo Multifuncional Planaltina	Setor Habitacional Mestre D'armas Setor Habitacional Arapoanga Vale do Amanhecer	• Objetivo: Redução da necessidade deslocamento da população da área urbana de Planaltina e condomínios vizinhos para as áreas centrais do DF. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de pequeno porte de saúde, abastecimento, cultura, esporte e lazer. • Atividades prioritárias: equipamentos de saúde pública e comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva.
PM 6 Pólo Multifuncional Samambaia	Samambaia Recanto das Emas Colônia Agrícola Vargem da Benção Setor Habitacional Água Quente	• Objetivo: Dotar Samambaia de centro urbano capaz de atender à demanda das cidades vizinhas de menor porte, como Recanto das Emas e Riacho Fundo. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de cultura, esporte e lazer • Atividades prioritárias: disponibilização de área para centros empresariais, atividades de comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva.
PM 7 Pólo Multifuncional São Sebastião	São Sebastião Setor Habitacional Jardim Botânico	• Objetivo: Ofertar serviços essenciais de consumo próximos a população dos setores habitacionais da região. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de pequeno porte de saúde, educação, segurança, abastecimento, cultura, esporte e lazer. • Atividades prioritárias: disponibilização de área para centro empresarial e cultural, atividades de comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva.
PM 8 Pólo Multifuncional Sul	Setor Habitacional Meireles Pólo JK Santa Maria Novo Gama (GO) Valparaíso de Goiás (GO) Cidade Ocidental (GO)	• Objetivo: Ofertar comércio de bens e serviços próximos ao Pólo JK e reduzir a necessidade deslocamento da população de Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental para as áreas centrais do DF. • Usos: Multifuncionais, como ênfase em equipamentos de pequeno porte de saúde, educação complementar e profissionalizante, segurança, abastecimento e serviços de hospedagem. • Atividades prioritárias: disponibilização de área para centros empresariais associados as atividades de comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva e hospedagem.
PM 9 Pólo Multifuncional do Torto	Pólo Capital Digital Setor de Oficinas Norte (SON) Setor Habitacional Boa Esperança	• Objetivo: Ofertar comércio de bens e serviços próximos ao Pólo Capital Digital. • Usos: Multifuncionais, como ênfase equipamentos de pequeno porte para educação complementar e profissionalizante, segurança, abastecimento e serviços de hospedagem. • Atividades prioritárias: disponibilização de área para centros empresariais associados as atividades de comércio de bens e serviços associados a habitação coletiva e hospedagem.

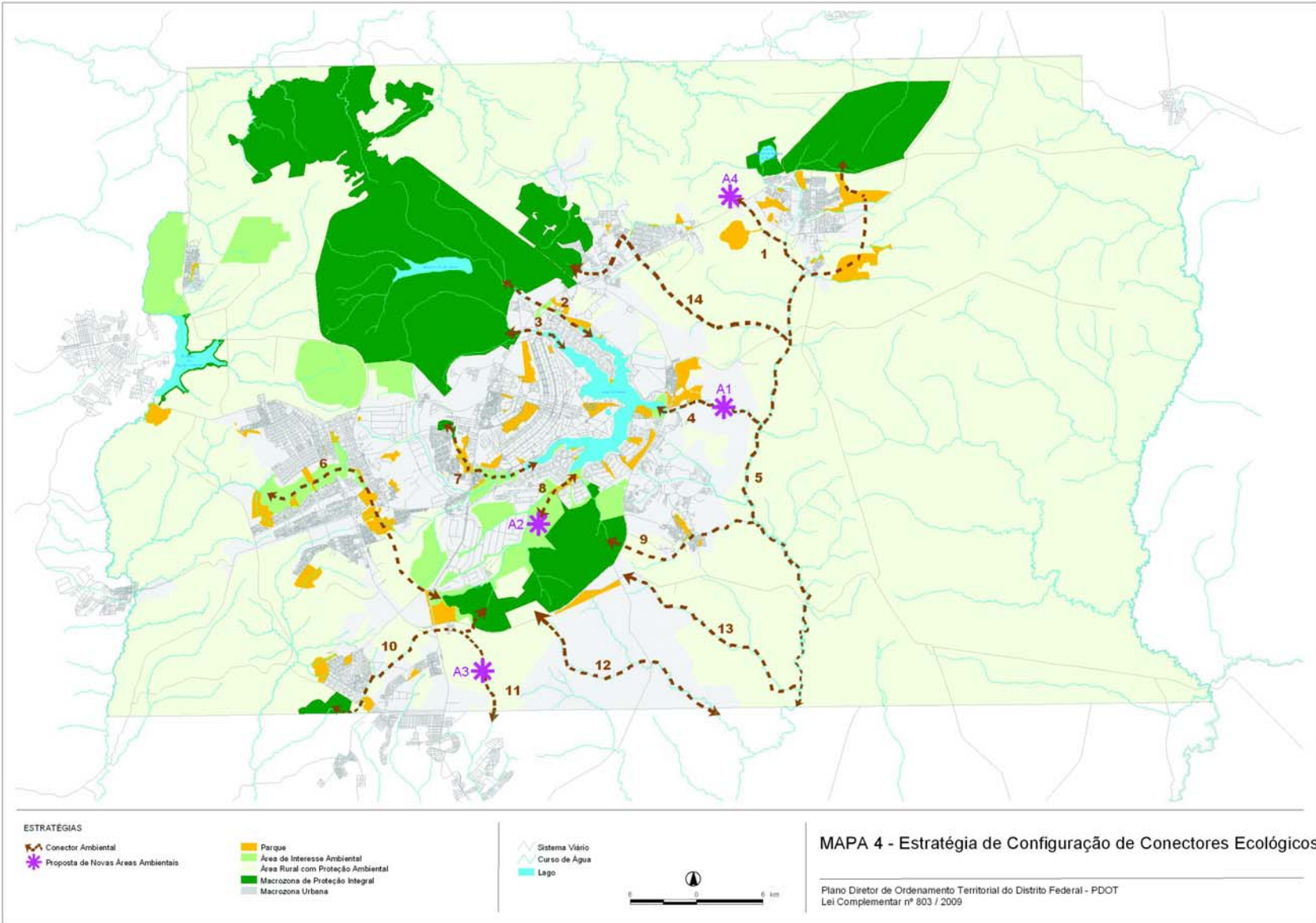
ANEXO II- TABELA 3C – ÁREAS DE DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS

Área de Dinamização	Áreas Compreendidas	Diretrizes de Intervenção	
D01-Eixo Ceilândia	Setor de Indústrias de Ceilândia, Setor de Materiais de Construção, ADE do Descoberto e Eixo do metrô.	• Articulação com o entorno; • Geração de postos de trabalho.	• Objetivo: Requalificar os espaços urbanos, introduzir atividades diversificadas, renovar áreas obsoletas e degradadas. • Usos: residencial, comercial de bens e serviços, institucional ou coletivo (ensino médio e superior) e industrial. • Atividades âncora: pólo de educação.
D02-Eixo Taguatinga	Via de Ligação Taguatinga - Ceilândia, Pistão Norte e Sul de Taguatinga.	• Articulação da região sudoeste • Geração de postos de trabalho	• Objetivo: estruturar atividades que consolidem a função da área como 2º Centro Regional. • Usos: residencial, comercial, institucional ou coletivo e industrial. • Atividade âncora: centros comerciais, hipermercados, pólo de diversões, Universidades.
D03-Eixo EPIA	EPIA, SOF/N, SOF/S, SAS, SO, SCEES, SGCV, SIA (Setor de Áreas Públicas), Área da Rodoferroviária, Pátio Ferroviário.	• Alta acessibilidade regional; • Alternativa aoanel rodoviário.	• Objetivo: Requalificar os espaços urbanos, introduzir atividades diversificadas, revitalizar ou renovar edificações degradadas. • Usos: residencial, comercial de bens e serviços, institucional ou coletivo e industrial. • Atividades âncora: comércio, serviços.
D04-Eixo Interbairros	Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Parkway, Guarã I e II, SIA e SPO	• Articulação entre as centralidades e Plano Piloto; • Influência na base econômica do DF, mediante implantação de pólos de serviços no espaço lindeiro.	• Objetivo: criar alternativa de acessibilidade da região Oeste com o Plano Piloto. • Usos: residencial, comercial de bens e serviços, institucional ou coletivo(ensino superior) e industrial. • Atividade âncora: comércio e serviços.
D05-Pólo JK	Pólo JK, ADE Santa Maria, BR-040 (entre o futuro setor Meirelles e o Pólo JK).	• Articulação com o entorno; • Influência na base econômica do DF, mediante criação de pólo de serviços no eixo sul.	• Objetivo: Estimular o desenvolvimento econômico da região. • Usos: comercial de bens e serviços, institucional ou coletivo e industrial. • Atividades âncora: plataforma logística.
D06-Pólo Capital Digital	Parque Tecnológico Capital Digital	• Potencial centralidade regional; • Influência na base econômica do DF.	• Objetivo: constituir novo pólo de ciência e tecnologia. • Usos: comercial de bens e serviços, institucional ou coletivo e industrial. • Atividades âncora: pólo de informática.
D07a-Pólo Agronegócios – Área I	Cidade das Máquinas e Implementos Agrícolas - Planaltina	• Articulação da região nordeste; • Geração de postos de trabalho; • Influência na base econômica do DF.	• Objetivo: estimular o desenvolvimento econômico da região com serviços de apoio ao produtor rural e promover desenvolvimento de tecnologia para as atividades rurais e agroindústria. • Usos: residencial, comercial de bens e serviços, institucional ou coletivo e industrial. • Atividade âncora: Pólo varejista (maquinário e implementos agrícolas)
D07b-Pólo de Agronegócios - Área II			

ANEXO II- TABELA 3D – ÁREAS DE REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Área de Revitalização	Áreas Compreendidas	Importância Estratégica	Diretrizes de Intervenção
R1-Setores Centrais de Brasília	Setor Comercial Sul e Norte, Setor bancário Sul e Norte, Setor de Autarquias Sul e Norte, Setor Hoteleiro Sul e Norte, Setor de Diversões Sul e Norte, Setor de Rádio e Televisão Sul e Norte.	• Centralidade regional. • Alta concentração de postos de trabalho do DF.	• Objetivo: Requalificar os espaços urbanos; diversificar usos visando evitar o esvaziamento fora dos horários de trabalho; revitalizar ou renovar edificações degradadas; proporcionar espaços de convívio e tratar os espaços de conflito. • Usos: multifuncionais. • Atividade âncora: prestação de serviços.
R2-Via W3	Via W3 norte e sul, SEPN, SCLRN, SCRNL, SCRS, SHCS, SHLS, SHLN, EQS 500, SHIGS Quadras 703 a 707 lindeiras à Via W3.	• Principal corredor de transporte e de circulação do Plano Piloto; • Alta concentração de postos de trabalho.	• Objetivo: Qualificar os espaços públicos e as edificações por meio de parcerias público-privadas e da adoção de incentivos fiscais e tributários; estimular a introdução de atividades diversificadas de cultura e lazer; implementar, a curto e médio prazos, propostas de integração de várias modalidades de circulação de veículos e pedestres; promover a regularização de edificações, avaliada a situação atual. • Usos: comércio, serviços e atividades institucionais. • Atividade âncora: serviços.
R3 - Setor de Indústrias Gráficas	Setor de Indústrias Gráficas.	• Centralidade regional. • Alta concentração de postos de trabalho.	• Objetivo: rever as normas de usos; diversificar usos; coibir a subutilização dos lotes; proporcionar espaços de convívio; requalificar as fachadas urbanas; integrar o setor ao Parque da Cidade e ao Setor Sudoeste. • Usos: multifuncionais.
R4 - Setor de Garagens Oficiais e de Administração Municipal	SGO Setor de Garagens Oficiais (SGO) e Setor de administração municipal (SAM).	• Centralidade regional.	• Objetivo: rever as normas de uso e ocupação do solo; adequação do sistema viário e integração dos setores ao futuro Setor Noroeste, Autódromo e SRPN; dinamização do centro administrativo com fomento às novas atividades. • Usos: multifuncionais.
R5-Vila Planalto	Poligonal de tombamento e de tutela nos termos do Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988, que dispõe sobre o tombamento da Vila Planalto.	• Testemunho histórico da época de construção de Brasília.	• Objetivos: Resgatar as características essenciais que conferem caráter peculiar e único à Vila Planalto, prevalecendo sua escala bucólica, com a identificação e promoção das vocações e da atratividade da área. • Usos: multifuncionais, com ênfase na habitação.
R6-Eixo Histórico Planaltina	Área no Setor Tradicional de Planaltina, compreendendo o espaço urbano e as edificações adjacentes à Praça São Sebastião de Mestre D'Armas, a Praça Coronel Salviano Monteiro Guimarães e a Praça Antônio Marcigaglia, passando pela Avenida Goiás até a Avenida Independência.	• Único conjunto urbano preexistente à construção de Brasília preservado no Distrito Federal.	• Objetivo: Requalificar o espaço livre público, promover a conservação, restauro e reforma de edificações históricas. • Usos: multifuncionais. • Atividade âncora: residência.
R7-Complexo de Lazer de Brazlândia	Parque Veredinhas, Balneário, Orla do Lago Veredinhas e o Espelho d'água, Museu Artístico e Histórico de Brazlândia e áreas de lazer.	• Preservação ambiental, favorecimento à manutenção do modo de vida e atividades culturais típicas da região. • Geração de empregos	• Objetivos: Requalificar os espaços urbanos, proporcionar espaços de convívio, promover a recuperação ambiental do Lago Veredinhas e do Parque Veredinhas, promover as atividades artesanais e culturais típicas da região, promover o turismo ecológico sustentável, promover a educação ambiental. • Usos Cultura e lazer. • Atividade âncora: Prestação de serviços.
R8-Setor Central do Gama	Setor central do Gama	• Centralidade regional. • Alta concentração de postos de trabalho. • Geração de empregos.	• Objetivos: Requalificar os espaços urbanos; proporcionar espaços de convívio e expansão de atividades culturais, comerciais e prestação de serviços. • Usos: multifuncionais, com ênfase na geração de empregos.

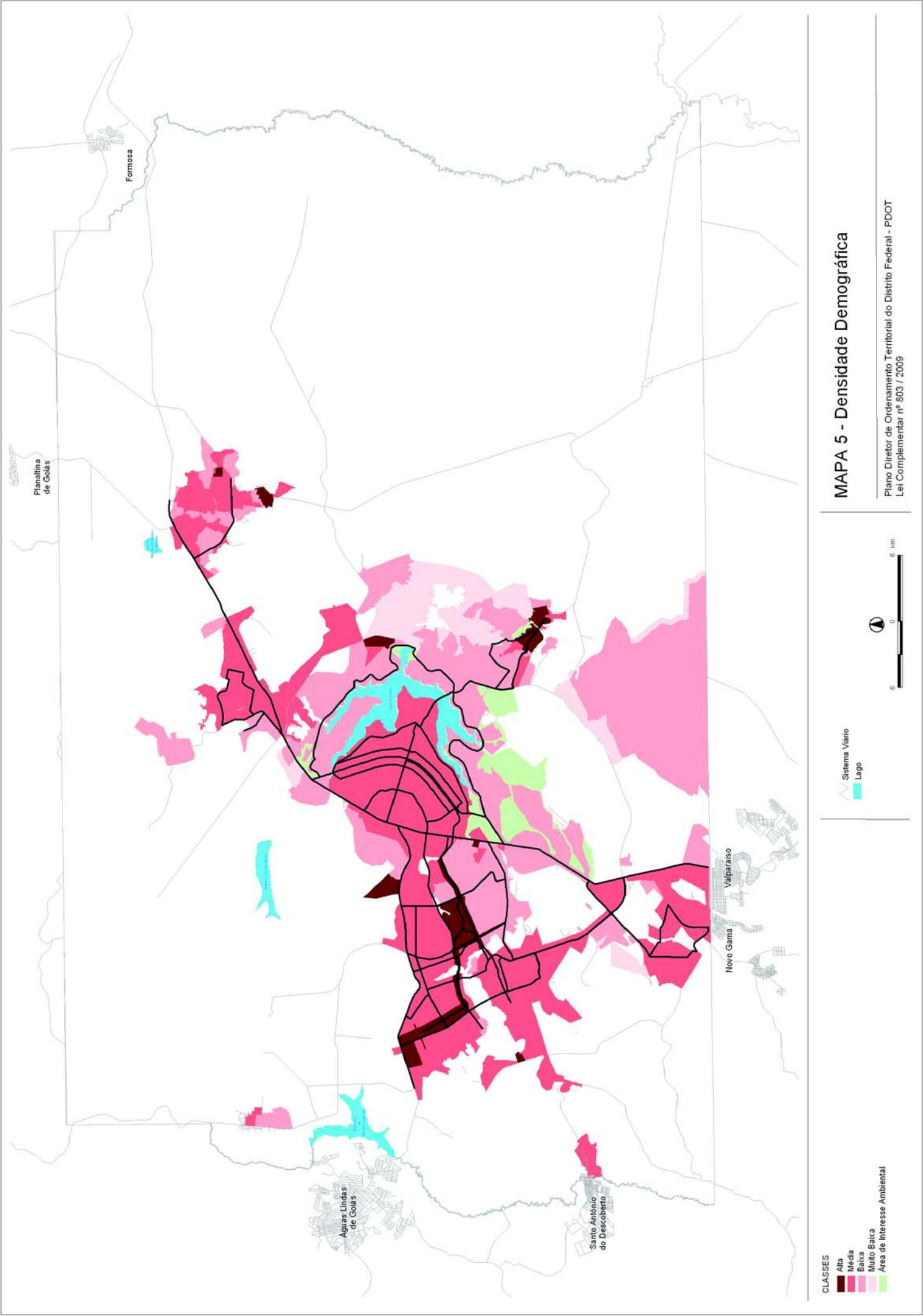
ANEXO II- MAPA 4 – ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO



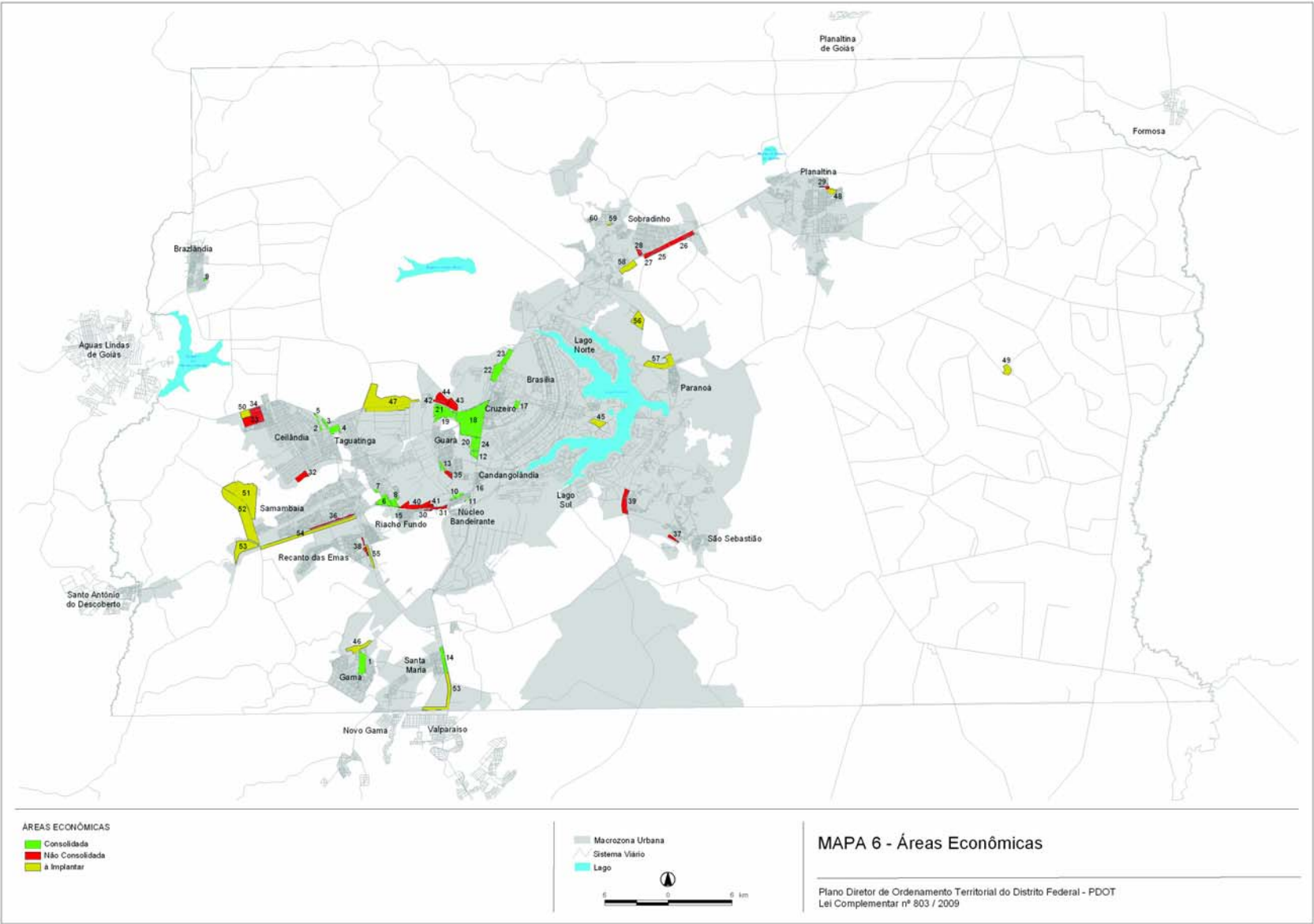
ANEXO II- TABELA 4A – CONFIGURAÇÃO DE CONECTORES AMBIENTAIS

Conectores Ambientais	
I	Embrapa – segue da área da Embrapa localizada entre as localidades urbanas de Sobradinho e Planaltina, ao longo do curso do córrego Atoleiro até sua junção ao rio São Bartolomeu;
II	Torto – ao longo do curso do ribeirão do Torto e sua foz no Lago Paranoá;
III	Bananal – ao longo do curso do córrego Bananal e sua foz no Lago Paranoá;
IV	Paranoá –ao longo do curso do rio Paranoá, sendo incorporado o Lago Paranoá;
V	São Bartolomeu – segue da Estação Ecológica de Águas Emendadas, pela bacia do Pipiripau e ao longo do curso do Rio São Bartolomeu;
VI	Taguatinga/Ipê – segue da ARIE JK a ARIE do Ipê;
VII	Reserva do Guará/Riacho Fundo – segue da Reserva do Guará, ao longo dos cursos dos córregos do Guará e Riacho Fundo até a sua foz no Lago Paranoá;
VIII	Ribeirão do Gama - ao longo do curso do Ribeirão do Gama e sua foz no Lago Paranoá
IX	Jardim Botânico/São Sebastião – segue da Estação Ecológica do Jardim Botânico e ao longo do curso do ribeirão Santo Antônio da Papuda até sua foz no rio São Bartolomeu;
X	Alagado – segue da Estação Ecológica da UnB e ao longo do curso do ribeirão Alagado;
XI	Saia Velha - segue da Estação Ecológica da UnB e ao longo do curso do ribeirão Saia Velha;
XII	Ribeirão Santana / Tororó – segue pelo curso do Ribeirão Santana, dentro dos limites do Distrito Federal;
XIII	Ribeirão Cachoeirinha / Nova Betânia – segue pelo curso do Ribeirão Cachoeirinha até sua foz no Rio São Bartolomeu;
XIV	Ribeirão Sobradinho / Córrego Paranoazinho – segue pelo curso do Córrego Paranoazinho e do Ribeirão Sobradinho, até sua foz no Rio São Bartolomeu.
Áreas Indicadas para Ações Institucionais	
A1	Fica indicada para a criação de parque linear área no conector ecológico do Paranoá, conforme consta do Anexo III, a partir de estudos específicos realizados pela Subsecretaria de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
A2, A3 e A4	Ficam indicadas, para articulação institucional com vistas a proteção de espaços que mantêm remanescentes do Cerrado, três áreas nos conectores ecológicos do ribeirão do Gama, do Saia Velha e da Embrapa, conforme consta do Anexo III, que são administradas pela Aeronáutica, Marinha e Embrapa respectivamente (por órgãos da esfera federal).

ANEXO III – DENSIDADES DEMOGRÁFICAS
ANEXO III- MAPA 5 - DENSIDADES DEMOGRÁFICAS



ANEXO IV - ANEXO IV ÁREAS ECONÔMICAS
ANEXO IV - MAPA 6 - ÁREAS ECONÔMICAS



ANEXO IV - TABELA 6A - ÁREAS ECONÔMICAS CONSOLIDADAS

Tipo	Região Administrativa	Áreas Econômicas - AE's
Consolidada	RA II - Gama	01 - Setor Leste Industrial
		02 - Setor de Desenvolvimento Econômico do Setor "M" Norte
		03 - Setor Oficinas H Norte
		04 - Quadra Industrial - QI
	RA III - Taguatinga	05 - Setor Auxiliar de Garagem, Oficinas e Comércio Afim - SAGOCAN
		06 - CSG
		07 - Setor de Oficinas E Sul
		08 - QS 9
	RA IV - Brazlândia	09 - Setor de Oficinas
	RA VIII - Núcleo Bandeirante	10 - Setor de Indústria Bernardo Sayão - SIBS
		11 - Setor de Oficinas e Pequenas Indústrias do Núcleo Bandeirante
	RA X - Guará	12 - Setor de Áreas Isoladas - SAIS
		13 - Setor de Oficinas do Guará - SOF Guará
	RA XIII - Santa Maria	14 - Área de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria
	RA XVII - Riacho Fundo	15 - Quadras de Oficinas do Riacho Fundo – SOF Riacho Fundo
	RA XIX - Candangolândia	16 - Quadras de Oficinas da Candangolândia – QOF Candangolândia
	RA XXII - Sudoeste	17 - Quadras Mistas do Sudoeste - QMSW
		18 - Setor de Indústria e Abastecimento - SIA
		19 - Setor de Inflamáveis - SIN
		20 - Setor de Oficinas Sul - SOF Sul
	RA XXIX - SIA	21 - Setor de Transportes Rodoviários de Cargas - STRC
		22 - Setor de Abastecimento e Armazenagem - SAA
		23 - Setor de Oficinas Norte - SOF Norte
		24 - Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos - SGCV

ANEXO IV - TABELA 6B - ÁREAS ECONÔMICAS NÃO CONSOLIDADAS

Tipo	Região Administrativa	Áreas Econômicas - AE's
Não Consolidada	RA V - Sobradinho	25 - Setor de Desenvolvimento Econômico de Sobradinho
		26 - Subzona Industrial 1 A - SZI_1a
		27 - Subzona Industrial 1 B - SZI_1b
		28 - Subzona Industrial 4 - SZI 4
	RA VI - Planaltina	29 - Setor de Desenvolvimento Econômico de Planaltina
	RA VIII - Núcleo Bandeirante	30 - Setor Placa da Mercedes - 1ª Etapa
		31 - Setor Placa da Mercedes - 2ª Etapa
	RA IX - Ceilândia	32 - Área de Desenvolvimento Econômico Centro Norte
		33 - Setor de Indústria de Ceilândia
		34 - Setor de Materiais de Construção
	RA X - Guará	35 - Polo de Modas
	RA XII - Samambaia	36 - Área de Desenvolvimento Econômico Sul de Samambaia
	RA XIV - São Sebastião	37 - Área de Desenvolvimento Econômico de São Sebastião
	RA XV - Recanto das Emas	38 - Área de Desenvolvimento Econômico Recanto das Emas
	RA XVI - Lago Sul	39 - Polo Verde
	RA XX - Águas Claras	40 - Área de Desenvolvimento Econômico Águas Claras

ANEXO IV - TABELA 6C - ÁREAS ECONÔMICAS À IMPLANTAR

Tipo	Região Administrativa	Áreas Econômicas - AE's
À implantar	RA I - Brasília	45 - Polo de Ciência, Tecnologia e Saúde do Distrito Federal
	RA II - Gama	46 - Setor de Múltiplas Atividades
	RA III - Taguatinga	47 - Área de Desenvolvimento Econômico Estrutural
		48 - Áreas de Desenvolvimento Econômico de Planaltina
	RA VI - Planaltina	49 - Pólo Agro-Industrial do Rio Preto
	RA IX - Ceilândia	50 - Área de Desenvolvimento Econômico Descoberto
		51 - Área de Desenvolvimento Econômico Oeste de Samambaia
	RA XII - Samambaia	52 - Pólo do Conhecimento
	RA XIII - Santa Maria	53 - Área Econômica Meirelles
	RA XV - Recanto das Emas	54 - Pólo Atacadista
	RA XXI - Riacho Fundo II	55 - Área de Desenvolvimento Econômico do Riacho Fundo II – 2ª e 3ª etapas
	RA XVIII - Lago Norte	56 - Setor de Alta Tecnologia do Distrito Federal - SAT
		57 - Área de Desenvolvimento Econômico do Lago Norte
	RA XXVI – Sobradinho II	58 - Subzona Industrial 3 - SZI3
		59 - Subzona Industrial 5 - SZI5
		60 - Subzona Industrial 6 - SZI6

Diário Oficial do Distrito Federal
agora completo na Internet



Você já pode acessar
todos os atos do governo
do Distrito Federal
pela internet.



ANEXO V – COEFICIENTES ANEXO V – COEFICIENTES DE APROVEITAMENTO BÁSICO E MÁXIMO**OBSERVAÇÃO:**

PARA TODAS AS TABELAS CONSTANTES DESTE ANEXO, OS VALORES DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO E BÁSICO ESTABELECIDOS PARA CENTROS E SUBCENTROS URBANOS, ÁREAS ECONÔMICAS, PRAÇAS LOCAIS, EQUIPAMENTO PÚBLICO COMUNITÁRIO (EPC), EQUIPAMENTO PÚBLICO URBANO (EPU) E EXCEÇÕES SÃO PREPONDERANTES SOBRE OS VALORES ESTABELECIDOS DE ACORDO COM A HIERARQUIA VIÁRIA E PARA DEMAIS ÁREAS.

ANEXO V – COEFICIENTES DE APROVEITAMENTO – GAMA - RA II

	Setor Leste	Setor Central	Setor Leste Industrial	Setor Norte	Setor Oeste	Setor Sul	Setor DVO	Setor Múltiplas Atividades
Coef Máximo	2 ⁽¹⁾	3 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	1,61 ⁽⁴⁾	2 ⁽⁵⁾	2 ⁽⁶⁾	2 ⁽⁷⁾	1,61
Coef Básico	2 ⁽⁸⁾	2 ⁽⁹⁾	2,52	1,61 ⁽¹⁰⁾	2 ⁽¹¹⁾	2 ⁽¹²⁾	2 ⁽¹³⁾	1,61

Exceções Coeficiente Máximo⁽¹⁾

- Entrequadras: 4/6; 12/14 AE 1 (Supermercado); 18/21 Praça 2 – EC1; 48/49; 39/40 (Unidade de Saúde): **CfAM=4**

- Áreas especiais: AE 3/5, 4/6, 7/9, 8/10, 11/13 (CENTRO SOCIAL JOÃO XXIII) e 12/14 (Templo): **CfAM=4**

- AE 41/42 – ÁREA RESERVADA – PAC: **CfAM=0,5**

- Quadras: Uso Coletivo: 09 Lts 1 a 20: **CfAM=4**

Uso Comercial (CL): 1 a 34, 36 a 45 e 47 a 49: **CfAM=4**

Uso Habitação Unifamiliar: 18 Lts 1 a 20; 21 Lts 1, 42, 43, 44, 75, 76, 77, 78, 99, 100, 101 e 102; 22 Lts 41 a 44, 75 A, 78, 99 a 102; 25 Lts 27 a 35 (ímpares), 38, 40, 59 a 67 (ímpares), 81 a 89 e 91 a 101; 28 Lts Pares 28 a 36, 58 a 66, 78 a 86 e 92 a 96; 29 Lts 37 a 41, 68, 69, 70, 71, 73, 88, 90, 91, 93 e 95; 33 Lts. 11 a 44 e 46; 34 Lts 11 a 45; 40 Lts. 41 a 44, 75 a 78, 99 a 102; 43 Lts 37 a 40, 67 a 70, 87 a 90; 49 Lts 41 a 44, 46, 75, 77, 107, 109, 121 a 125: **CfAM = 4**

Uso Habitação Unifamiliar: Quadra 50 - Setor Itamaracá: **CfAM=1**

⁽²⁾

- Áreas Especiais: Centro Esportivo: **CfAM=0,2**
CAESB: **CfAM=2**

- Áreas Especiais Oeste: Módulos 9 a 26: **CfAM=4**

- Áreas Especiais Leste: Centro de Saúde 05, Rodoviária e Módulos 1 a 37: **CfAM=6**

- Comércio Local: Quadras 1,2,11,12,29,30,39 e 40; Quadra 30 – Lt. 54: **CfAM=4**
Projeções 09 a 12: **CfAM=8**

- Setor Hoteleiro: Lts. 1 a 6; Projeções A e B: **CfAM=6**

- Quadras: 29 Lt 53 (H.U.): **CfAM=4**

3 e 4 – Projeções 1 a 3 (H.U.); 19 e 20 – Projeções 1 a 5 (H.C.); 45 – Projeção 24 (H.C.); 46 – Projeção 25 (H.C.): **CfAM=8**
47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54 – Projeções 1 a 4 (H.C.): **CfAM=9**

- Entrequadras: 47/49, 48/50 e 52/54 - Projeções 1 a 4 (H.C.); 51/53 - Projeções 1, 2 e 4 (H.C.): **CfAM=9**

⁽³⁾

- Quadra: QI 1: **CfAM=6**

QI 2; QI 3 lotes 20,40 ... 1580; QI 4 lotes 1336,1340,1344...1524, 1540, 1560 e 1580; QI 5 lotes 20,40,60 ... 1580; QI 06; QI 7 lotes 220,240,260 a 660, 740 a 800, 830, 835, 840 ... 1325, 1340: **CfAM=6** condicionado à viabilidade comprovada pelo EIV

⁽⁴⁾

- Quadra 01: Área Preservada p/ Serv. de Utilidade Pública e Escola Classe 12: **CfAM=2**
Cj A – Lts. 401 a 425 (ímpares); Cj B – Lts 219, 220, 407, 408, 319 e 320; Cj H – Lts 219, 220, 319, 320, 407 e 408; Cj I – Lts 401 a 425(ímpares): **CfAM=3**

- Área Especial 1: Feira Permanente e Fórum: **CfAM=4**

- Quadra 02: Área Especial 2 – PLL: **CfAM=0,25**

Escola Classe 15: **CfAM=2**

Cj A – Lts 401 a 425 (ímpares); Cj B – Lts. 219, 220, 319, 320, 407 e 408; Cj H – Lts 219, 220, 319, 320, 407 e 408; Cj I – Lts 401 a 425 (ímpares) e Comércio Local (CL) Lts 1 A 24: **CfAM=3**

- Área Especial 1 – CBMDF; Área Especial 2 e Área Especial 3 – Salão Comunitário: **CfAM=4**

- Entrequadra 1/2: Centro Interescolar de Ensino; PMDF; CBDF: **CfAM=2**

Área Especial CAESB: **CfAM=4**

- Lote "R" – Parque Urbano: **CfAM=2**

- Áreas Isoladas Norte: Lt. 01 – CEB – Setor Nordeste; Lt 02 – SLU – Setor Nordeste; Lt 03 – CIRETRAN – Setor Nordeste: **CfAM=2**

Exceções Coeficiente Máximo (continuação Gama – RA II)⁽⁵⁾

- Comércio Locais: Quadras 01 e 03 a 33: **CfAM=4**

- Quadra 02: Lts 7 a 16, 104, 106 e 108: **CfAM=4**

- Áreas Especiais: 3/5: **CfAM=0,25**

2/4, 11/15, 16/26, 21/24, 24/30, 31/32, EQ 14/18 e AE 01 e 02: **CfAM=4**

- Praça 1: Lts. 1 a 4: **CfAM=4**

- Quadra A: Cj 01 Lts 1 a 12; Cj 02 Lts 1 a 6; AE 01 Lt 3: **CfAM=4**
Lts A e C: **CfAM=3**

- Quadra C: Cj 1 Lts 1 a 7: **CfAM=4**

- Av. Contorno: Núcleo Rural Ponte Alta Norte Lt 03: **CfAM=1**

⁽⁶⁾

- Comércio Locais - Quadras 1 a 12: **CfAM=4**

- Áreas para Diversos - Quadras 4 e 8: **CfAM=3**

Quadras 01 a 03, 05 a 07, e 09 a 12: **CfAM=4**

- Áreas Especiais (Lts A, B, C e D): EQ. 13/15 AE 2 (CE 09): **CfAM=2**

Quadras 01, 05,06, 07, 08; 11 (Centro de Saúde); EQ 13/15 AE 1 e 3, BI A, B e C; Quadra 12 Lts A (PAC), B, C e D; EQ 05/11 – AE Templo: **CfAM=4**

- Praça 01: Bloco A Lts 1 a 14; Bloco A (supermercado); Bloco B, C e D: **CfAM=4**

- Praça 03: **CfAM=4**

- Praças 02 e 04: Blocos A, B, C e D: **CfAM=4**

- Quadras: Quadra 01 - Cj A, Cj G Lts 1, 2, 3 a 27 (ímpares), Cj H, I e J Lts 1 e 2, Cj L Lt. 01; Quadra 03 – Cj A Lts 4 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 14; Quadra 05 – Cj A Lts 2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27(ímpares) e Lts 2 a 20, 26 e 28 (pares); Quadras : 07 - Cj A Lts. 1, 2 a 28 (pares), Cj B, C e D Lts. 1 e 2, Cj E Lt 01, Cj F Lts 1 a 27 (ímpares); Quadras 09 e 11 – Cj A Lts 2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27 (ímpares); Quadras 09 e 11 – Cj A Lts 2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27 (ímpares); Quadra 02 – Cj A Lts 1 e 2 a 28 (pares), Cj B, C e D Lts 1 e 2, Cj E Lt 1, Cj F Lts 1 a 27 (ímpares); Quadra 04 – Cj A Lts.2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27(ímpares); Quadras 06 e 10 – Cj A Lts 2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27 (ímpares); Quadra 08 – Cj A Lts 2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27 (ímpares), Cj G, H e I Lts 1 e 2, Cj J Lts 1 a 23; Quadra 12 – Cj A Lts 2 a 28 (pares), Cj F Lts 1 a 27 (ímpares): **CfAM=4**

- Quadra 03 - Cj A Lt 02 (PAC); Quadra 04 – Cj Lt 01 (PAC): **CfAM=1**

- Quadra 13 – Cj A Lts 2 a 40 (pares); Quadra 15 – Cj A Lts 1 a 27 (ímpares): **CfAM=3**

- Entrequadras: 13/15 Blocos A e C Lts. 1 a 10 e Bloco B Lts 1 a 7: **CfAM=4**

⁽⁷⁾

- Avenidas: Contorno Lts 1, 3 e 5; DVO Lts 1 a 23 (ímpares); Lts 2 a 28 (pares): **CfAM=3**

- Rua das Violetas Lt 05 – PLL: **CfAM=0,25**

- Ruas: das Avenças Lts 1, 2, 3, 5, 7, 9, 16 e 18; das Dálias Lts 1, 2, 3, 4 e 6; das Petúlias Lts 2, 4 e 6; das Rosas Lts 1 e 2; das Violetas Lts 1, 3 e 7 a 21 (ímpares); do Gerânio Lts 1 a 17 (ímpares); Girassol Lts 1 e 2; Jasmim Lts 1, 2, 9 e 33; Margarida Lts 1, 2 e 52; Papoula Lt 9; Samambaia Lts 1 (área para templo) e 2; Primavera Lts 43 e 46: **CfAM=3**

- Travessas: do Buriti Lts 2 e 4; do Carvalho Lt 13; do Ipê Lt 09; do Oiti Lt 01; do Eucalipto Lt 01 (saúde): **CfAM=3**

Exceções Coeficiente Básico

- (8)
- Entrequadras: 4/6, 12/14 AE 1 (Supermercado), 18/21 Praça 2 – EC 1; Áreas especiais: 3/5, 4/6, 7/9, 8/10, 11/13 (Centro Social João XXIII) e 12/14 (Templo): **CfAB=3**
 - Áreas especiais: AE 41/42 – ÁREA RESERVADA – PAC: **CfAB=0,2**
 - Quadras: Uso Comercial (CL): Quadra 49: **CfAB=3**
Uso Habitação Unifamiliar - Quadra 50 - Setor Itamaracá: **CfAB=1**
- (9)
- Áreas Especiais Oeste: Módulos 1 a 8 (SESI) 9 a 26 e 27 a 36(CED-2): **CfAB=3**
 - Áreas Especiais Leste: Módulos 1 a 37: **CfAB=3**
 - PAC: Quadra 45 – Lt 23; Quadra 46 – Lt 24: **CfAB=0,16**
 - Quadras: 55 Lts 1 a 8, 10, 12, 14, 15, 17, 18 e 19 (H.C.): 56 Lts 1 a 8, 10, 12 a 19 (H.C.): **CfAB=2,82**
 - Comércio Local (CL): Quadras 1, 2, 11, 12, 29, 30, 39 e 40: **CfAB=4**
Quadra 30 – Lt 54: **CfAB=2**
Projeções 09 a 12: **CfAB=8**
 - Setor Hoteleiro Lts 1 a 6: **CfAB=3,5**
 - Quadras 3 e 4 – Projeções 1 a 3 (H.U.): 19 e 20 – Projeções 1 a 5 (H.C.): 45 - Projeção 24 (H.C.): 46 – Projeção 25 (H.C.): **CfAB=8**
 - Projeções 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54 – Projeções 1 a 4 (H.C.); Entrequadras: 47/49, 48/50 e 52/54 - Projeções 1 a 4 (H.C.); 51/53 - Projeções 1, 2 e 4 (H.C.): **CfAB=9**
- (10)
- Quadra 01: Comércio Local – Lts 01 a 24; Quadra 02: Comércio Local – Lts 01 a 24: **CfAB=2**

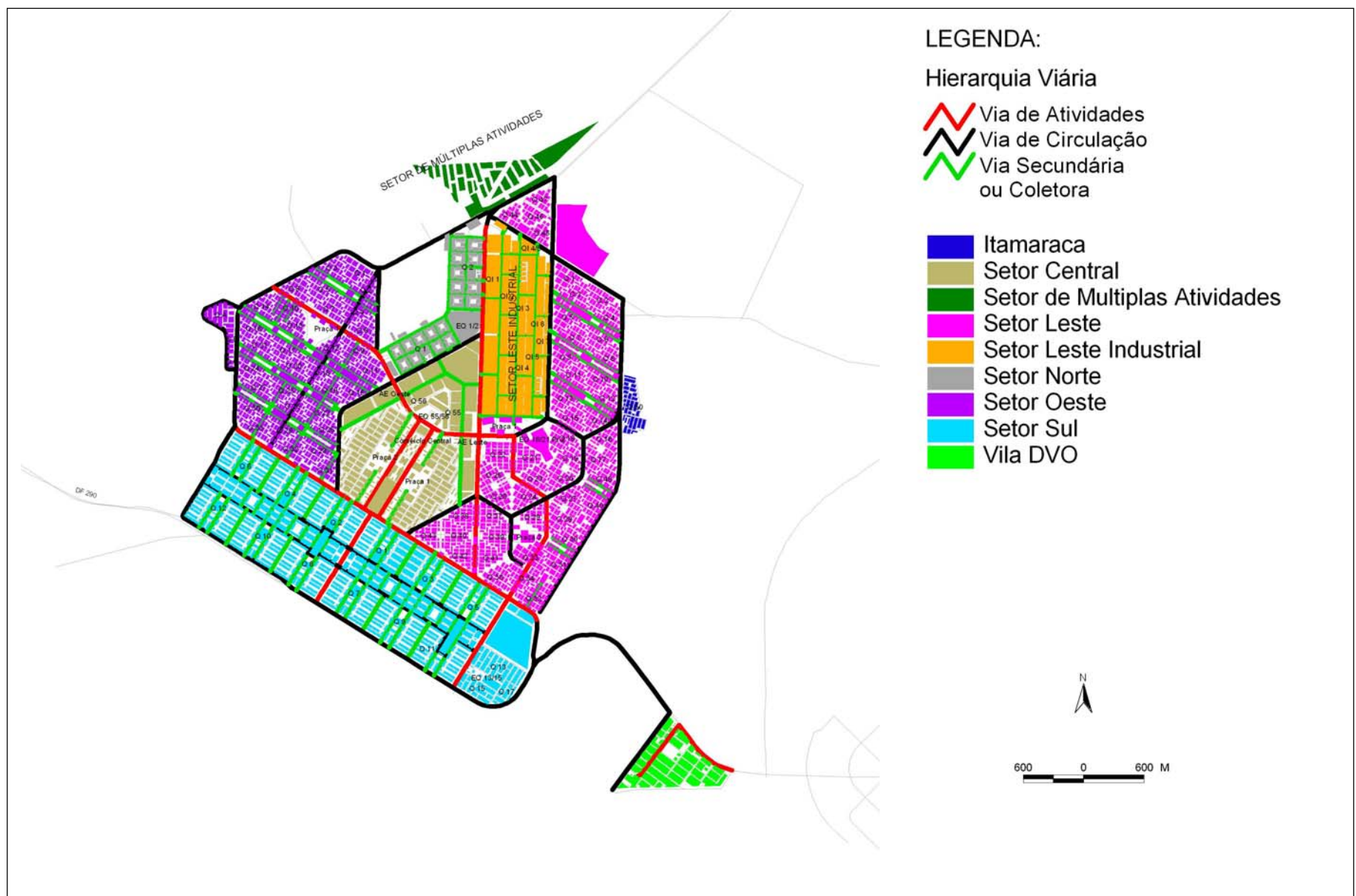
Exceções Coeficiente Básico (continuação Gama – RA II)

- (11)
- Áreas Especiais: 3/5; EQ 14/18; AE 01 e 02: **CfAB=4**
 - Áreas Especiais: 2/4, 11/15, 16/26, 21/24; Praça 1: Lt. 03: **CfAB=3**
- (12)
- Comércio Locais: Quadras 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12; Áreas Especiais: Quadra 05 e 11 (Centro de Saúde): **CfAB=3**
 - Quadra 12 Lts A (PAC), B, C e D: **CfAB=4**
 - EQ 05/11 – AE Templo: **CfAB=2,7**
 - Praça 01- Bloco A – Supermercado: **CfAB=3**
 - Praça 01, 02 e 04 - Bloco D: **CfAB=2,61**
 - Quadras: Quadra 13 – Cj A Lts 2 a 40 (pares); Quadra 15 – Cj A Lts 1 a 27 (ímpares): **CfAB=1,61**
- (13)
- Rua das Violetas Lt. 05 – PLL: **CfAB=0,16**
 - Avenida Contorno Lts. 1, 3 e 5: **CfAB=2,8**
 - Avenida DVO Lts. 1 a 19 (ímpares); Lts. 6 a 24 (pares): **CfAB=2,5**

Exceções Gerais

- PLL: **CfAM= CfAB= 0,5**
- Cemitério: **CfAM= CfAB= 0,2**

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA E SETORIZAÇÃO – GAMA – RA II



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – TAGUATINGA-RA III

	Vias de Atividades ^(A)	Vias de Circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos ^(B)	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais ^(C)	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	3 ⁽¹⁾	3 ⁽²⁾	2	7 ⁽³⁾	-	2 ⁽⁴⁾	4	2 ⁽⁵⁾	2 ⁽⁶⁾
Coef Básico	2 ⁽⁷⁾	2	2	2	2	2	2	2 ⁽⁸⁾	2 ⁽⁹⁾

Exceções Coeficiente Máximo:

- (1)
- Pistão Sul: QS 07 Lt 01 EPCT, QS 05 Rua 312 Lts 14 e 16: CfAM=0,8; QSF: CfAM=2 (VETADO)
 - Av. Hélio Prates: CfAM=3,5; exceto: QNG, QND, Setor J Norte- Lts AE 1 a 4, 1-A, SAB: CfAM=2,5
 - Av. Comercial: QNG 27 a 38: CfAM=2,5
 - Av. Central: coeficiente definido em Centros Urbanos

- (2)
- Via M 4: QNM 42 Cj 2: CfAM=2
 - Via LN 29: lote 56: CfAM=2
 - Via FN: QFN: CfAM=2

- (3)
- Setor Hoteleiro: Projeções C e J: CfAM=4; Demais Projeções CfAM=9
 - Setor Central: C-04, C-09, C-10, C-11, C-12, AE Igreja Católica: CfAM=4;

- (4)
- QS 9, Rua 120 Lote 28: CfAM=2,5
 - (VETADO)
 - Setor de Oficinas E Sul e H Norte: CfAM=3,5;
 - Setor QI: CfAM=4

- (5)
- Setor H Norte Área do Cemitério: CfAB=0,5
 - Setor Central – A.E. (Adm. Regional): CfAB=7
 - Setor Central – A.E. (Delegacia Polícia): CfAB=7
 - Setor Central – A.E. 01 (INSS): CfAB=4
 - Setor Central – Área Telebrasil entre C10/C11: CfAB=7
 - Setor Indústria QI 25 Lt.20(CAESB): CfAB=4
 - Setor C Norte Lt.14, Lt. 15 e Lt.16: CfAB=3
 - Setor C Norte A.E. 24 (Hospital): CfAB=3
 - Setor J Norte A.E. 02 e 03: CfAB=2,5
 - Setor E Sul CSE 05 Lt. 17: CfAB=4

- (6)
- Setor de Mansões de Samambaia; QI AE FACITA e Terminal
 - Setor H Norte AE 179 a 188; Av. Areal QS 05 Lts 9, 9A, 9B e 9C: CfAM=2,5
 - QNC AE para Clínicas 01 a 16, QNC AE 7 a 14 e 24: CfAM=3
 - QNG AE Cinema: CfAM=4
 - QNG Área Mercado Norte: CfAM=5

Exceções Coeficiente Básico

- (7)
- Pistão Sul: QS 07 Lt 01 EPCT, QS 05 Rua 312 Lts 14 e 16: CfAB=0,8
- (8)

- Setor H Norte Área do Cemitério: CfAB=0,5
- Setor Central – A.E. (Adm. Regional): CfAB=7
- Setor Central – A.E. (Delegacia Polícia): CfAB=7
- Setor Central – A.E. 01 (INSS): CfAB=4
- Setor Central – Área Telebrasil entre C10/C11: CfAB=7
- Setor Indústria QI 25 Lt.20(CAESB): CfAB=4
- Setor C Norte Lt.14, Lt. 15 e Lt.16: CfAB=3
- Setor C Norte A.E. 24 (Hospital): CfAB=3
- Setor J Norte A.E. 02 e 03: CfAB=2,5
- Setor E Sul CSE 05 Lt. 17: CfAB=4

- (9)
- Setor de Mansões de Samambaia, QI AE FACITA e

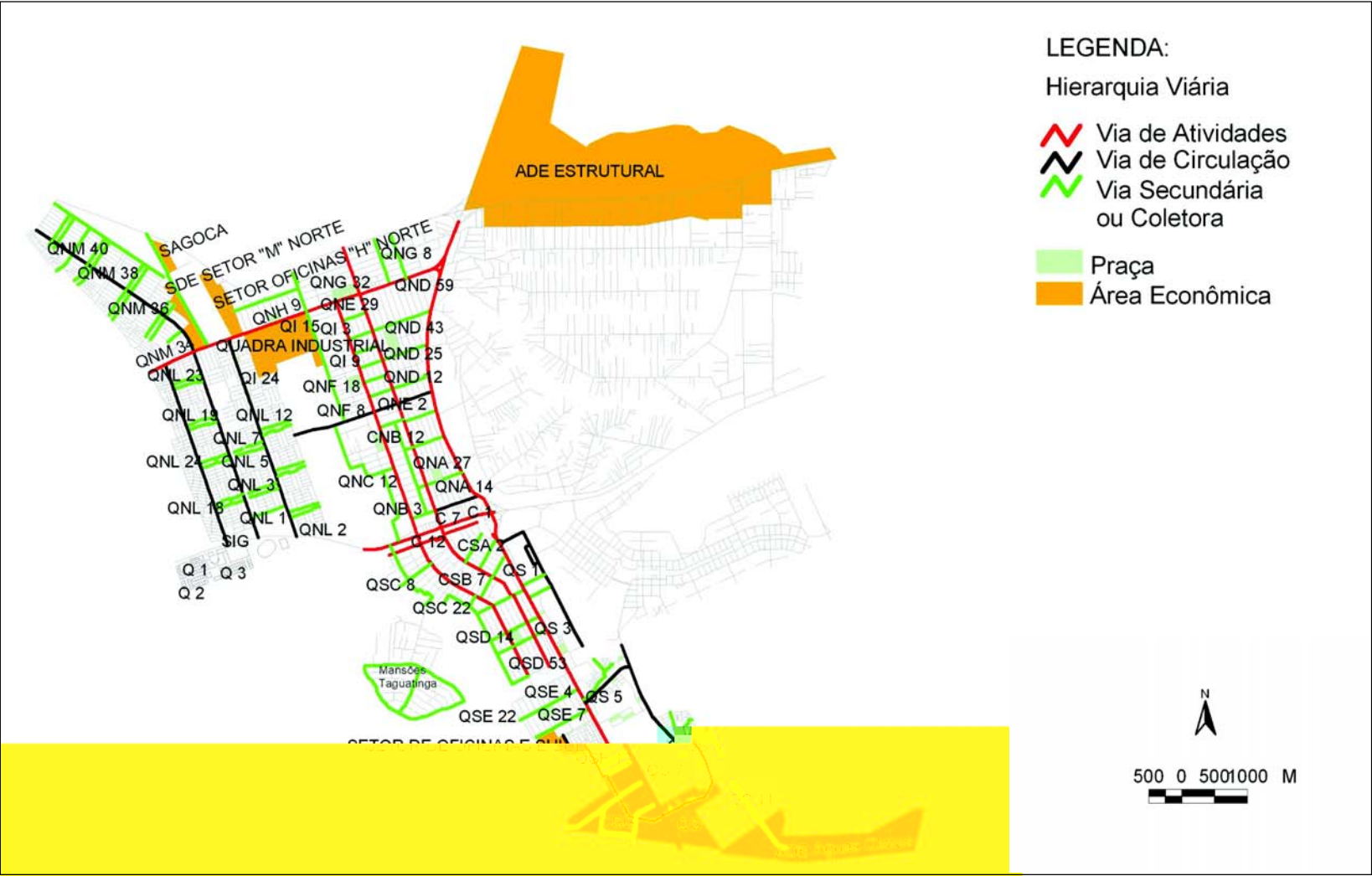
Exceções Gerais:

- Centro Metropolitano: CfAM detalhado pelo projeto urbanístico
- QNG-28, QNG-39, QNG-40: CfAM=CfAB =2,5
- Projeções com uso residencial exclusivo: CfAM=CfAB =4
- Lotes com área superior a 5.000 m² : CfAM=CfAB =2
- Bancas de jornal (LRS): CfAM=CfAB =1
- (VETADO)

Observações:

- (A) Inclui Pistão Sul e marginais
- (B) Inclui CNB, CSA, CSB e C (Setor Central)
- (C) Constituído pelos seguintes endereços:
- CNA 1 a 4
 - CNC 1 a 5
 - CND 1 a 6
 - CNF 1 a 3 e área para cinema
 - CNG 1 a 10
 - CNH 1 a 5
 - CNJ 1, 2, 4 e 7
 - CSD 1 a 5 e área para cinema
 - CSE 1 a 5
 - CSF 1 a 4
 - QS 03 Praça 400A e 420
 - QS 05 Praça AC1, AC2, 100, 310A e 310B
 - QS 07 Praça 200, 400, 600, AC, 800A, 800B e 810
 - EQNL 1/3 A a D
 - EQNL 2/4 A a D
 - EQNL 5/7 A a D
 - EQNL 6/8 A a D
 - EQNL 9/11 A a D
 - EQNL 10/12 A a D
 - EQNL 13/15 A a D
 - EQNL 17/19 A a D
 - EQNL 21/23 A a D
 - EQNM 34/36 A a F
 - EQNM 36/38 A a I
 - EQNM 38/40 A a I
 - EQNM 40/42 A a I

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – TAGUATINGA – RA III



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – BRAZLÂNDIA – RA IV

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU))	Demais áreas
Coef Máximo	3 ⁽¹⁾	1,4	1,4 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	-	1,2 ⁽⁴⁾	-	1,2 ⁽⁵⁾	1,4
Coef Básico	1,4	1,4	1,4	1,4	-	1,2 ⁽⁵⁾	-	1,4	1,4

Exceções Coeficiente Máximo

(1)

- Vias de Atividades na Expansão da Vila São José: CfAM=2

(2)

- Vias Secundárias entre as QD 45/46, 46/47, 47/48 e 57/58 da Expansão da Vila São José: CfAM=2

(3)

- Setor Administrativo do Setor Tradicional Lt 1, 3, 5 a 10: **CfAM=2**
- Setor Administrativo do Setor Tradicional Conjuntos A, B e C: **CfAM=2**
- Centro de Comércio e Diversões do Setor Norte Blocos de A a L: **CfAM=2**
- Setor Norte Lt P: **CfAM=0,25**

(4)

- Setor de Oficinas Bloco A: CfAM=2
- Setor de Oficinas Cj C Lt 29: CfAM=0,3

(5)

- Praça Interna da Quadra 04 Lt 01: CfAM=2
- Praça Interna da Quadra 03 Lt 01: CfAM=1,4
- Quadra 36 AE 02: CfAM=1,4
- EQ 2/4 – Área destinada a Mitra: CfAM=3
- (VETADO)
- Quadras 35 e 38 Lts A e B e EQ 36/37 Lts A e B da Vila São José: CfAM=2

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: $CfAM=0,25$
- Lote de Cemitério: $CfAM=0,2$

Exceções Coeficiente Básico

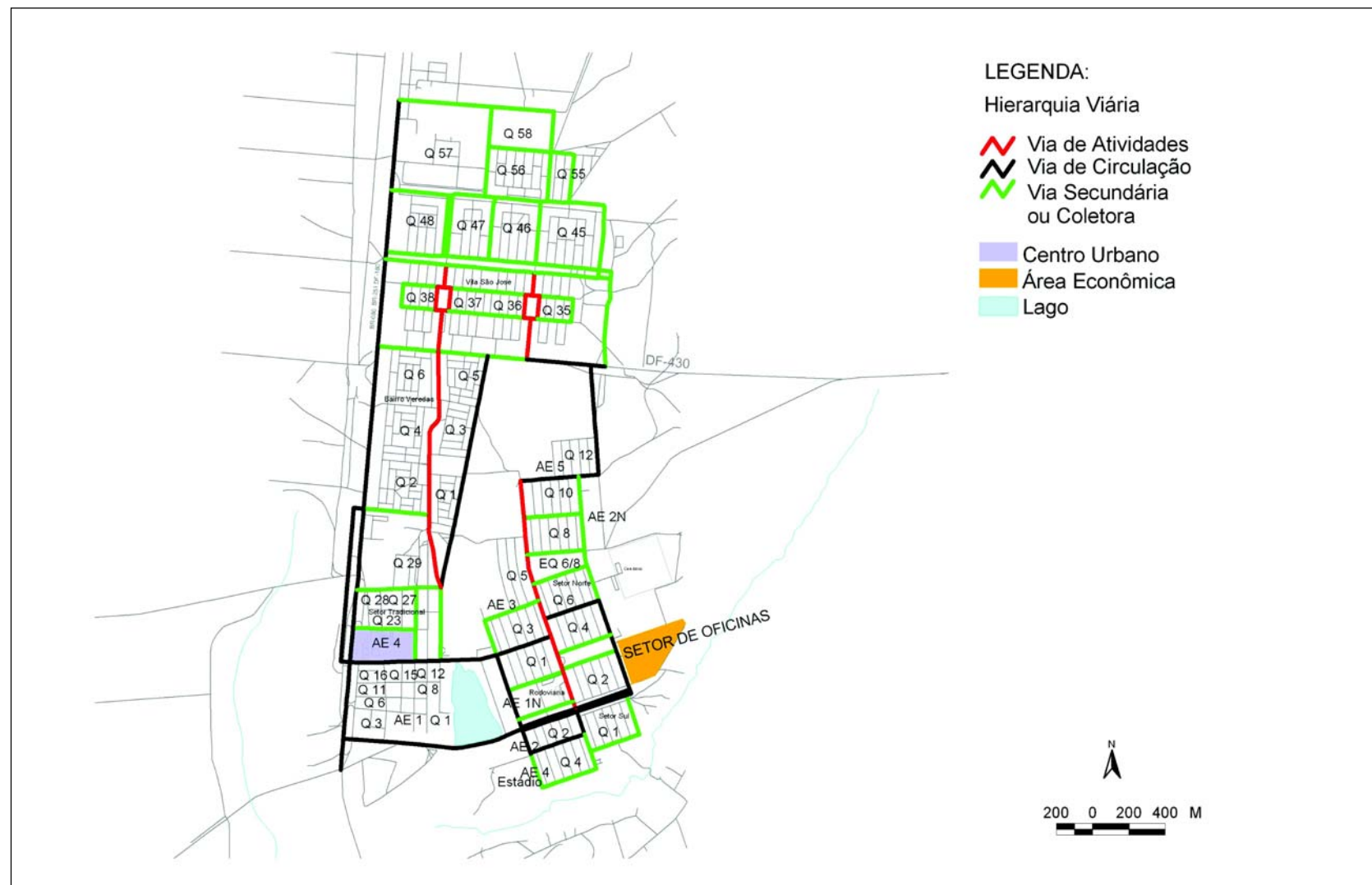
(6)

- Setor de Oficinas Bloco A: CfAB=2
- Setor de Oficinas Cj C Lt 29: CfAB=0,3

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: $CfAB=0,25$
- Lote de Cemitério: $CfAB=0,2$

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – BRAZLÂNDIA – RA IV



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SOBRADINHO – RA V

	Vias de Atividades	Vias de Circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	6	2,3 ⁽¹⁾	2,3 ⁽²⁾	7 ⁽³⁾	6 ⁽⁴⁾	2 ⁽⁵⁾	-	2 ⁽⁶⁾	2,3 ⁽⁷⁾
Coef Básico	2,3 ⁽⁸⁾	2,3	2,3 ⁽⁸⁾	2,3 ⁽⁹⁾	2,3 ⁽¹⁰⁾	2,3	-	2,3	2,3

Exceções Coeficiente Máximo

- ⁽¹⁾
 - Habitação Coletiva das Quadras 02, 04 e 14: CfAM=7
 - Lotes SCS da Quadra 02 Conjuntos B/C, C/D e D/E: CfAM=3
 - Lotes de CL, LE E AR da QD 04: CfAM=6
- ⁽²⁾
 - CL, LE e AR das QD 09 e 17: CfAM=6
 - Lotes do Setor Indústria e Áreas Especiais 01 a 31 da QD 14: CfAM=2
 - Habitação Coletiva da QD 02: CfAM=7
 - Blocos das entrequadras B/C, C/D e D/E da QD 2: CfAM=3
 - Blocos comerciais da QD 8: CfAM=3
- ⁽³⁾
 - Quadra Central Blocos 8, 9 a 10, 11 a 13 – Lotes I, J, M: CfAM=3
 - Quadra Central Conjunto A: CfAM=2,3
 - Quadra Central Blocos 1 a 7: CfAM=4
 - Quadra Central Lote k: CfAM=0,5
 - Quadra Central – Blocos 1, 3, 5 e 6 – Setor Hoteleiro: CfAM=3
- ⁽⁴⁾
 - Quadra 08 Blocos de 01 a 22: CfAM=3
 - Lotes para Cinema e Mercado: CfAM=6
- ⁽⁵⁾
 - Subzona Industrial SZI 1a e SZI 1b: CfAM=2,8
 - Demais áreas, Subzona Industrial 3 - SZI3: CfAM=0,3
- ⁽⁶⁾
 - (VETADO)
- ⁽⁷⁾
 - DNOCS: CfAM=1,2

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAM=0,25

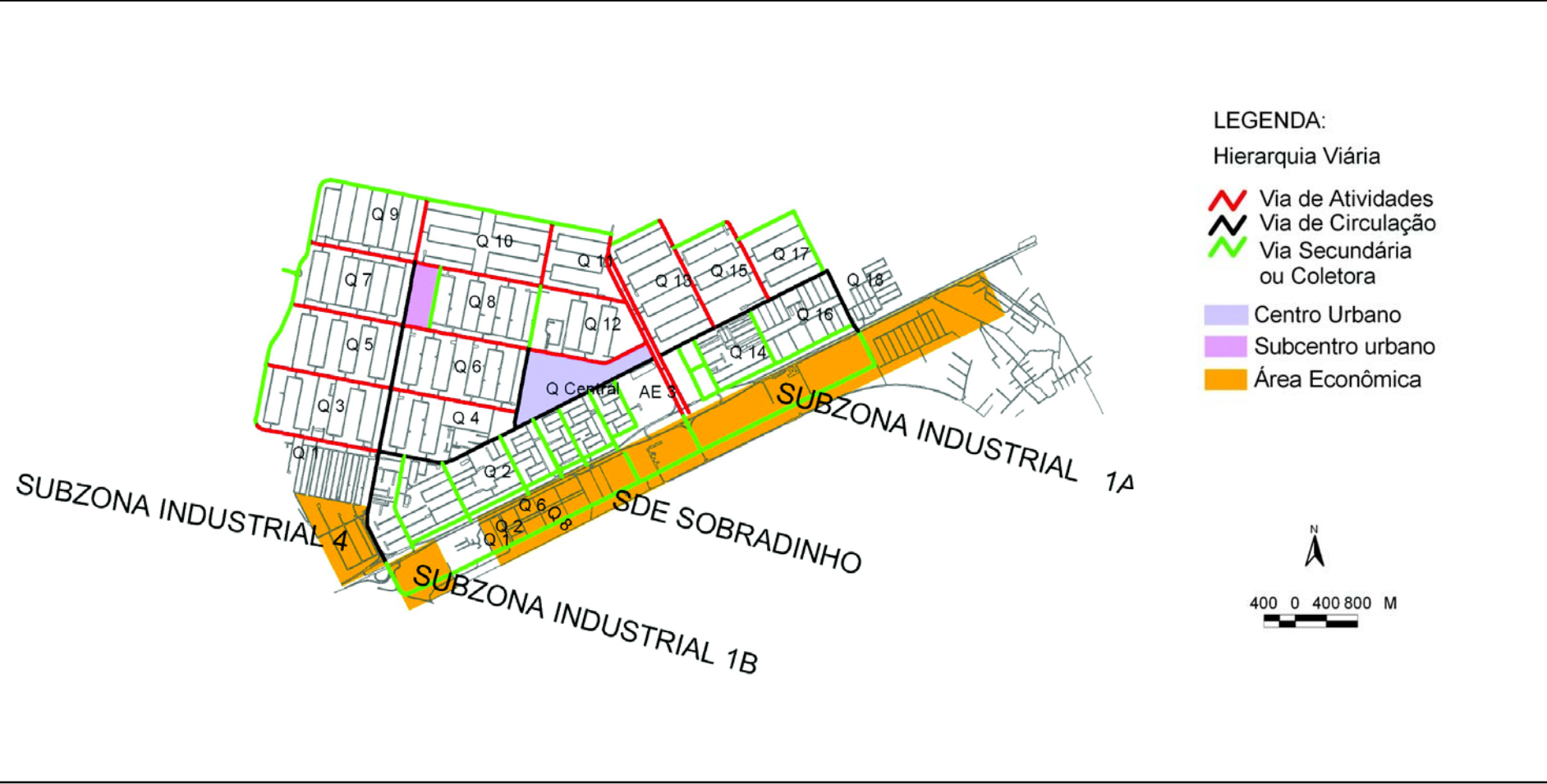
Exceções Coeficiente Básico

- ⁽⁸⁾
 - Todos os lotes de CL, AR e LE: CfAB=3
- ⁽⁹⁾
 - Quadra Central lote K: CfAB=0,50
- ⁽¹⁰⁾
 - Lotes de Cinema e Mercado da QD 08: CfAB=3

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAB=0,25
- Habitação Coletiva: CfAB=4
- (VETADO)
- (VETADO)

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – SOBRADINHO – RA V



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – PLANALTINA – RA VI

	Vias de Atividades	Vias de Circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	5 ⁽¹⁾	3 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	5 ⁽⁴⁾	-	2	-	1 ⁽⁵⁾	1,4 ⁽⁵⁾
Coef Básico	1,4 ⁽⁷⁾	1,4	2,3	1,4	-	1,4	1,4	1 ⁽⁸⁾	1,4 ⁽⁵⁾

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- Avenida Águas Emendadas: CfAM=2,1
 - Avenida Marechal Deodoro: CfAM=2
 - Setor de Oficinas, SRO e AE norte: CfAM=2
 - Setor Comercial Central: CfAM=5
- (2)
- Áreas Especiais Norte: CfAM=2
 - Habitação Coletiva Quadras 01 a 06 - Buritis I e Quadra 17 - Buritis III: CfAM=5
 - Lotes voltados para a Via SW NE1, Via WE1 e Via Pipiripau: CfAM=2,1
 - Lote do Cemitério: CfAM=0,2
 - Lotes do SRNA-Jardim Roriz voltados para Via NS2: CfAM=1,4
- (3)
- Rua Sergipe – Rua Alexandre Salgado – Rua Pernambuco e Rua Mato Grosso: CfAM=1,4
 - Rua Benjamin Constant – Rua 13 de Maio – Rua Piauí e Avenida Goiás (fora da área histórica): CfAM=2
 - Rua Benjamin Constant – Rua 13 de Maio e Avenida Goiás (na área histórica): CfAM=1,4
 - SRO Vias NSF 01 – NSF 07 e NSF 08: CfAM=2
 - Avenida Contorno na Vila Vicentina: CfAM=2
 - Avenida Atoleiro e Grande Vereda – Buritis IV: CfAM=1,4
 - SRNA Via WL 1, 2, 3 e 4 / SRL Buritis II: CfAM=2,1
 - Demais vias do SRL – Buritis IV: CfAM=2,1
- (4)
- Lotes 1 – 2 – 10 – 10A do Setor Administrativo: CfAM=3
 - Projeções A, B e C do Setor de Hotéis e Diversões: CfAM=3
 - Projeções D e E do Setor de Hotéis e Diversões: CfAM=1
 - Projeção F do Setor de Hotéis e Diversões: CfAM=3
 - Blocos K e L do Setor de Hotéis e Diversões: CfAM=2

Exceções Coeficiente Máximo (continuação)

- (5)
- Setor tradicional / SRL Buritis I: CfAM=2
 - LE 3 QD 18: CfAM=1,5
 - LEA QD 18: CfAM=3
 - SRC e S. HOSP: CfAM=0,8
 - SRNA Jardim Roriz: CfAM=1,5
 - Lote do Cemitério: CfAM=0,2
- (6)
- Lotes do Buritis I – vias locais: CfAM=2,1
 - Lotes do Buritis IV – vias locais: CfAM=1,2
 - Lotes na Área Histórica do Setor Tradicional: CfAM=0,6

Exceções Coeficiente Básico

- (7)
- Lote Cemitério: CfAB=0,2
- (8)
- SRC e S. HOSP: CfAM=0,8
- (9)
- Lotes do Buritis I – vias locais: CfAB=2,1
 - Lotes do Buritis IV – vias locais: CfAM=1,2
 - Lotes na Área Tombada do Setor Tradicional: CfAM=0,6

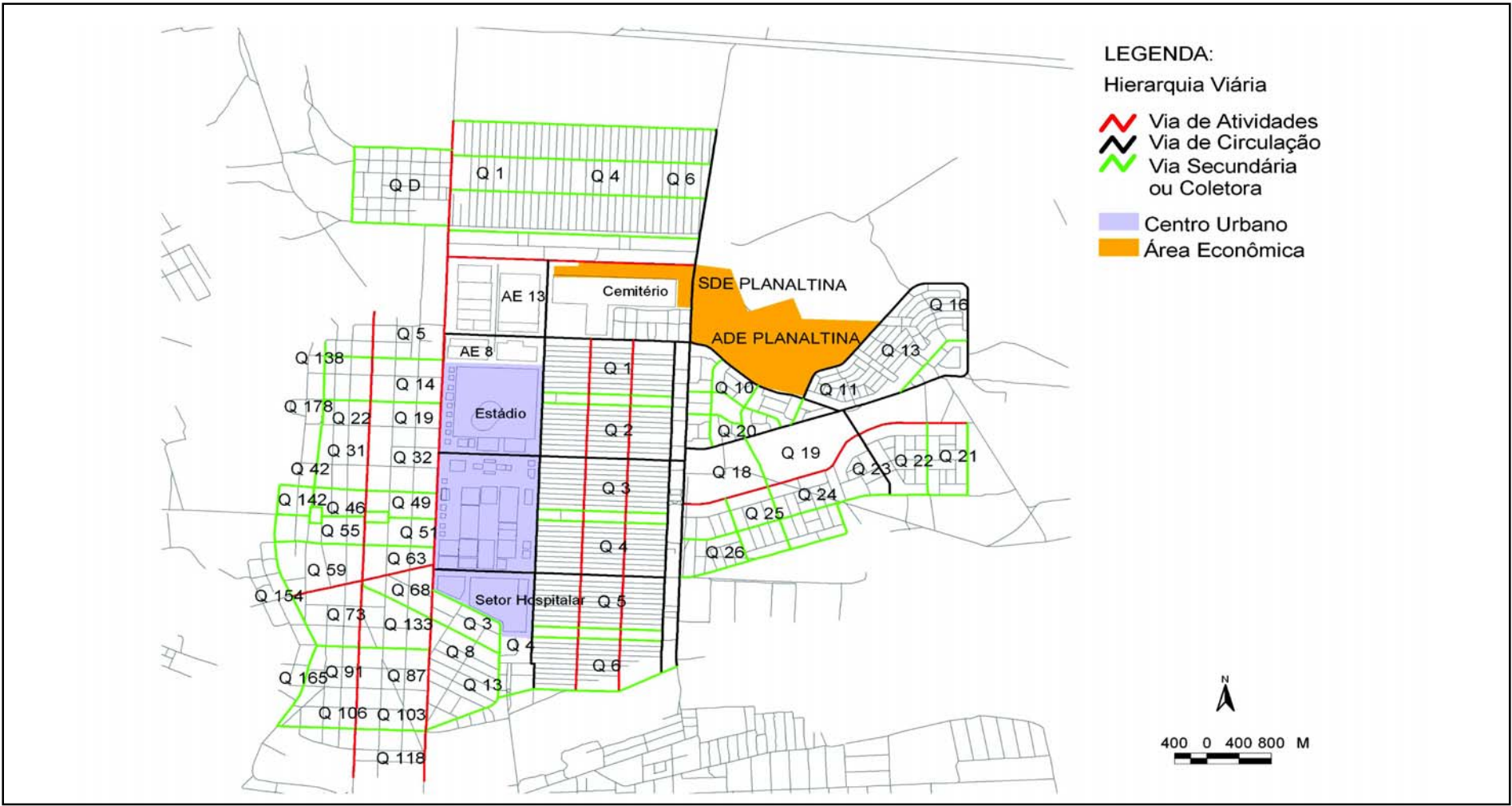
Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAM=CfAB=0,25

Projetos Especiais

- 1 – Área de Desenvolvimento Econômico (ADE): CfAM=2
- 2 – Setor de Desenvolvimento Econômico (SDE): CfAM=2,1
- 3 – Pólo de Agronegócios: CfAM=1,4

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – PLANALTINA – RA VI



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – PARANOÁ – RA VII

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais Áreas
Coef. Máximo	3,6	-	2,3	-	-	-	-	2,3 ⁽¹⁾	2,3
Coef. Básico	1,8	-	1,8	-	-	-	-	1,8 ⁽²⁾	1,8

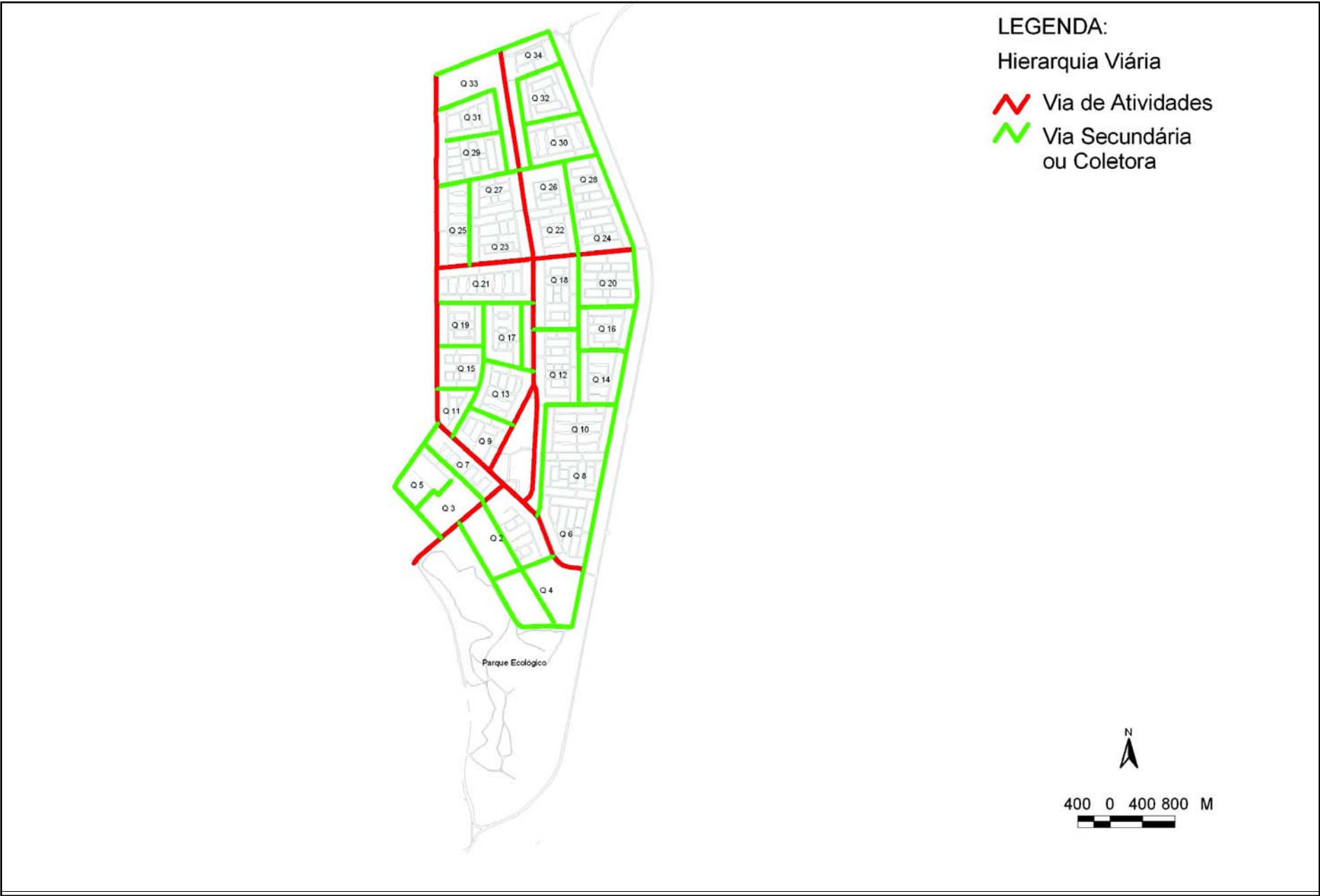
Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- Praça Central Lote 14 (templo): CfAM=3,6
 - EPC / EPU com área maior ou igual a 10.000 m²: CfAM=1

Exceções Coeficiente Básico

- (2)
- Praça Central Lote 14 (templo): CfAB=3,6
 - EPC / EPU com área maior ou igual a 10.000 m²: CfAB=1

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – PARANOÁ – RA VII



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – NÚCLEO BANDEIRANTE – RA VIII

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef. Máximo	5	-	5	-	-	2,3 ⁽¹⁾	2 ⁽²⁾	1	3 ⁽³⁾
Coef. Básico	2,3	-	2,3	-	-	2,1 ⁽⁴⁾	1	1 ⁽⁵⁾	1 ⁽⁶⁾

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- ADE: CfAM=2
- (2)
- Lotes 4, 4A, 4B, 4C: CfAM=3,5
- Projeção 7: CfAM=6
- (3)
- SPM: CfAM=0,6

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAM=0,5
- Vila Metropolitana: CfAM=2,3
- Lotes para habitação unifamiliar: CfAM=3
- Lotes institucionais: CfAM=1

Exceções Coeficiente Básico

- (4)
- Setor de Oficinas e Pequenas Indústrias,
- Placa da Mercedes - 1ª Etapa: CfAB=1,7
- Placa da Mercedes - 2ª Etapa e SIBS Lotes CL: CfAB=1,4
- SIBS Áreas Especiais: CfAB=1,2
- (5)
- SAIS: CfAB=0,2
- (6)
- SPM: CfAB=0,6

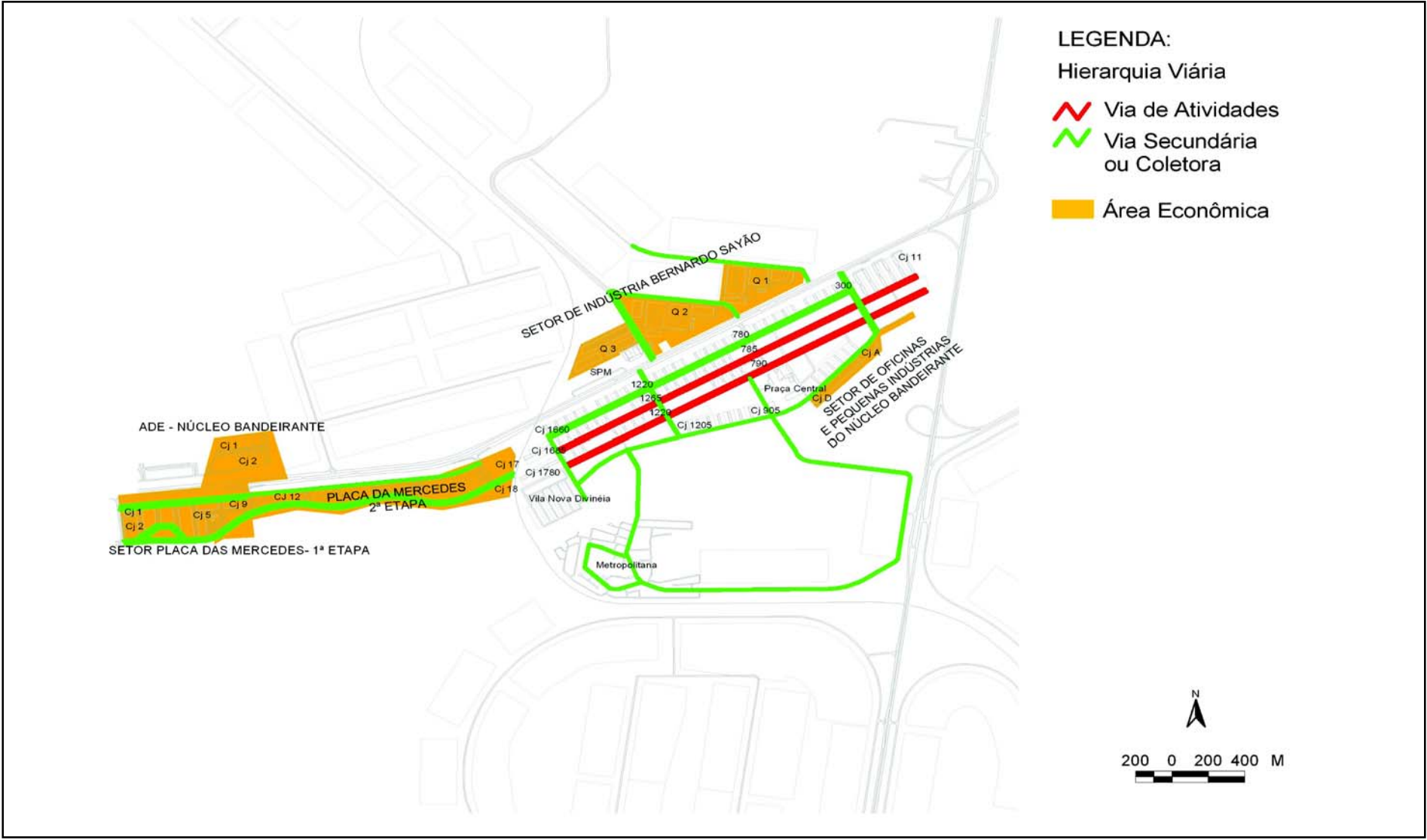
Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAB=0,5
- Vila Metropolitana: CfAB=1,4
- Lotes institucionais: CfAB=1
- (VETADO)

Projetos Especiais

- 1.Clube de Regatas Guar (Vila Cahui): CfAM definido pelo projeto urbanístico

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – NCULO BANDEIRANTE – RA VIII



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – CEILÂNDIA – RA IX

	Vias de Atividades	Vias de Circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos ^(A)	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef. Máximo	4 ⁽¹⁾	4 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	6 ⁽⁴⁾	-	2 ⁽⁵⁾	-	2 ⁽⁶⁾	2 ⁽⁷⁾
Coef. Básico	2	2	2 ⁽⁸⁾	2	2	2 ⁽⁹⁾	2	2 ⁽¹⁰⁾	2

Exceções Coeficiente Máximo

- ⁽¹⁾
- Lotes voltados para a Av. Hélio Prates: CfAM=5
 - Lotes à oeste da Via N-3 e O-4: CfAM=3
- ⁽²⁾
- Áreas Especiais à leste da Via M-3: CfAM=2
 - QNO 02 Cj G; e QNO 04 Cj M, N, L: CfAM=2
- ⁽³⁾
- Entrequadras: CfAM=4
 - QNO 21 lotes AE A,B,C e D; e QNO 23 AE A): CfAM=0,5
 - QES Área 1 a 9: CfAM=2
 - Lotes à leste das Vias O5 e P1: CfAM=2
- ⁽⁴⁾
- CNN 1 e 2, CNM 1 e 2, QNN 11 e 12 e das QNM 11 e 12 CfAM detalhado pelo Projeto Urbanístico
 - QNN 1, 2, 17,18 e QNM 1, 2, 17,18: CfAM=3, exceto os lotes voltados para Av. Hélio Prates: CfAM=5
- ⁽⁵⁾
- Setor de Indústrias QI 01 a 10: CfAM=1,5
- ⁽⁶⁾
- Terminal Rodoviário e Garagem (QNO 14 AE A); QNP 24 AE 1; QNP 19 AE 1: CfAM=0,5
 - QNM 1 BI I Lts 1, 2 e 3; CNM 1 BI J; CNM 1 BIs K e L; QNM 12 AE 01; QNM 12 AE 02; CNN 1 BI J; CNN 1 BI K e L; QNN 11 Lts 10,12,14,16,18 e 20 (na via NN11A) e Lts 17, 19, 21 e 23 (na via NN 11B); QNN 12 Lts 5 e 7 (na via NN 12A) e Lts 5,7,9,19,21,22,23 e 24 (na via NN12B); QNN 12 AE 02: CfAM=6

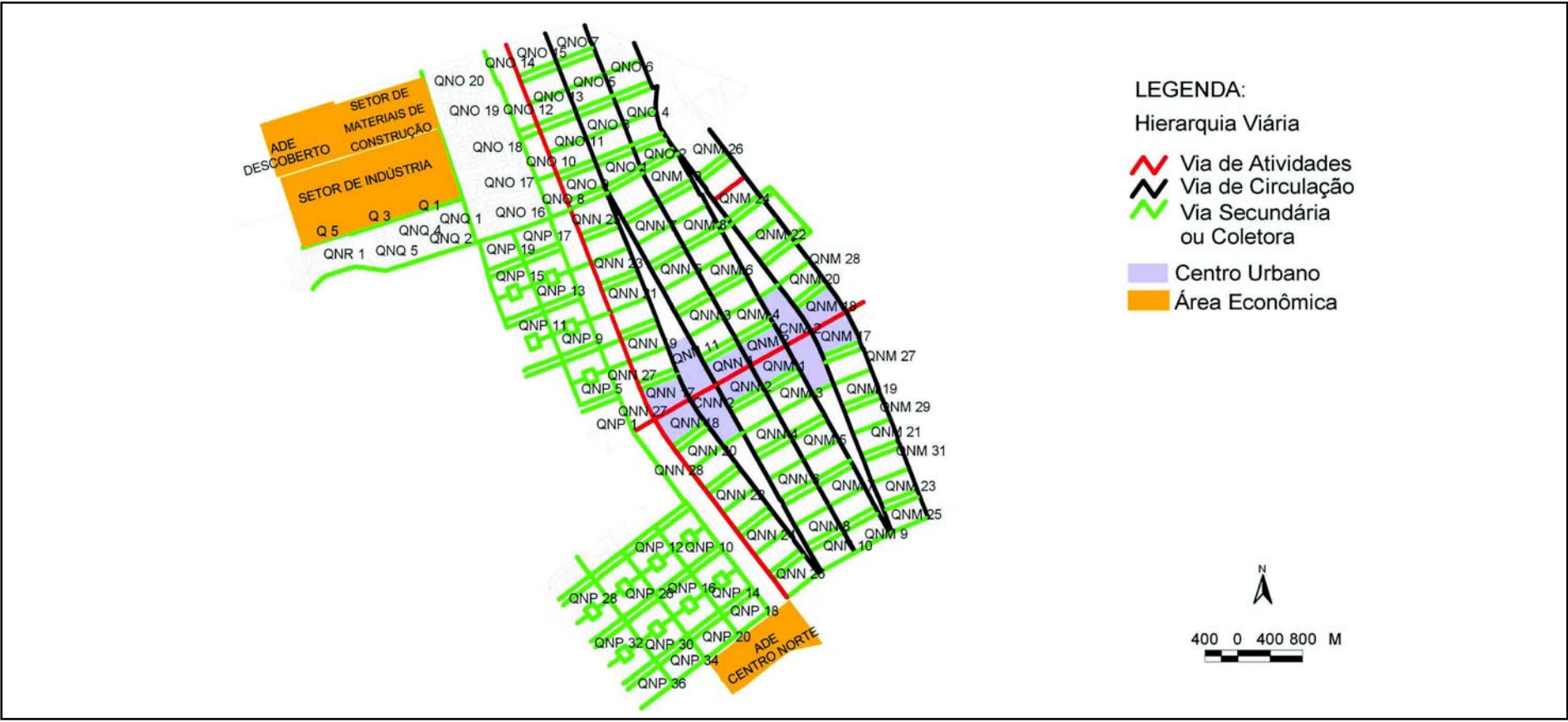
Exceções Coeficiente Máximo

- (continuação Ceilândia – RA IX)
- ⁽⁶⁾
- QNN 2 delegacia; QNM 16 Lt B; EQNM 1/3 Lts A e B; EQNO 5/7 Lt A; EQNP 1/5 AE A a H e Escola; EQNP 10/14 AE A; EQNP 16/20 AE A a H; EQNP 30/34 AE A a H: CfAM=4
 - QNM 2 Telebrasil; QNN 27 AE A; QNN 28 AE A a K; QNN 29, 30, 31 e 32 (toda a quadra); QNN 33 AE A a E; QNN 34 AE A a E; EQNO 8/10 Lt A; EQNO 12/14 Lt A; QNQ 1 Cj 3 Lt 01; QNQ 2 Cj 11 Lt 10; QNQ 2 Cj 20 Lt 01; QNQ 04 Cj 18 Lt 01 a 16; QNQ 05 Lt C,D e E; QNQ 6 Cj 4 Lt 2 e 3: CfAM=3
- ⁽⁷⁾
- QNN 35 BI 1 e 2; QNN 36 BI 1; QNN 37 BI 1 a 3; QNN 38 BI 1; QNN 39 BI 1 e 2; QNO 8 BI A; QNO17 Cj I; QNO 18 Cj A e J; QNO 19 Cj A; QNQ 01 Cj 01; QNQ 02 Cj 1, Cj 2, Cj 11 lote 10 e Cj 20 lote 01; QNQ 04 Cj 01, Cj 02, Cj 18 lotes 1 e 16; QNQ 05 Cj 01, Cj 02, Cj 19 e lotes C, D e E: CfAM=3

Exceções Coeficiente Básico (Continuação)

- ⁽¹⁰⁾
- QNM 1 BI I Lts 1, 2 e 3; CNM 1 BI J; CNM 1 BIs K e L; QNM 12 AE 02; CNN 1 BI J; CNN 1 BI K e L; QNN 11 Lts 10,12,1 (na via NN11A) e Lts 17, 19, 21 e 23 (na via NN 11B); QNN (na via NN 12A) e Lts 5,7,9,19,21,22,23 e 24 (na via NN12B 02: CfAB=6
 - QNN 2 delegacia; QNM 16 Lt B; EQNM 1/3 Lts A e B; EQNC EQNP 1/5 AE A a H e Escola; EQNP 10/14 AE A; EQNP 16, EQNP 30/34 AE A a H: CfAB=4
 - QNM 2 Telebrasil; QNN 27 AE A; QNN 28 AE A a K; QNN 32 (toda a quadra); QNN 33 AE A a E; QNN 34 AE A a E; E; A; EQNO 12/14 Lt A; QNQ 1 Cj 3 Lt 01; QNQ 2 Cj 11 Lt 10; Lt 01; QNQ 04 Cj 18 Lt 01 a 16; QNQ 05 Lt C,D e E; QNQ 6 Cj 4 Lt 2 e 3: CfAB=3
- Observação:**
- ^(A) O centro Urbano é constituído pelos seguintes endereços:
CNN 1 e 2; CNM 1 e 2; QNN 1, 2, 11, 12, 17 e 18;
QNM 1, 2, 11, 12, 17 e 18
- Projetos Especiais**
1. Centro Regional: CfAM=6
 2. Via MN3: CfAM=3
 3. Av. Centro Norte: CfAM= 4
 4. Perimetral Sul: CfAM=2
 5. ADE Descoberto: CfAM=1
 6. Centro Urbano (revitalização): CfAM=6
 7. QNM e QNN 13 a 16: CfAM=2
 8. QNO 2,4 e 6: CfAM=2
- Obs.: CfAB sujeito a detalhamento pelo Projeto Urbanístico
- Exceções Gerais:**
- Lotes para PLL: CfAM=0,5 e CfAB=0,5
 - Perimetral Norte: CfAM detalhado pelo Projeto Urbanístico

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – CEILÂNDIA – RA IX



ANEXO V– COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – GUARÁ – RA X

	Guará I (SRIA I)	Guará II (SRIA II)	QE 38-42-44-46	Vila Tecnológica	Pólo de Modas	SOF Sul	SMAS	SGCV
Coef Máximo	3 ⁽¹⁾	3 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	3 ⁽⁴⁾	(VETADO) ⁽⁵⁾	3	1,5 ⁽⁶⁾	2,1 ⁽⁷⁾
Coef Básico	3 ⁽⁸⁾	3 ⁽⁹⁾	3 ⁽¹⁰⁾	3 ⁽¹¹⁾	(VETADO) ⁽¹²⁾	3	1,5 ⁽¹³⁾	2,1

Exceções Coeficiente Máximo

⁽¹⁾Guará I (SRIA I)
- QE 01 Lt C; QE 02 Lts H e AE Q; QE 04 Lt A; QE 05 Lts E e F; QE 06 Lt A; QE 07 Lts B, D, AE M, N e O; QE 10 Lt E; QE 11 lote K; QE 12 Lt C; QE 14 Lt F; QE 16 Lt B; QE 18 Lts F e H; QE 20 Lts H e L: **CfAM=1**
- QE 01 AE J; QE 02 Lt K; QE 04 AE C; QE 07 AE F e J, Lt Q; QE 08 AE J; QE 09 AE D; QE 12 AE A; QE 16 AE A; QE 20 AE A, B, C e K: **CfAM=1,5**
- QE 02 AE A; QE 03 AE A e B; QE 04 AE I e L; QE 05 AE D e G; QE 08 AE K e I; QE 12 AE J; QE 18 AE D; QI 01 AE C; QI 02 AE C; QI 03 AE C; QI 04 AE C; QI 05 AE C; QI 06 AE C; QI 07 AE C; QI 08 AE C; QI 09 AE C; QI 10 AE C; QI 11 AE C; QI 12 AE C; QI 14 AE C; QI 16 AE C; QI 18 AE C; QI 20 AE C; QI 22 AE C: **CfAM=2**
- Rua Quaresmeira Lts 01 e 02: **CfAM=2,5**
- Habitação Coletiva; QE 01 AE F e QE 06 AE B: **CfAM=3,5**
- Comércio Local; QE 02 Lts L, M, N, AE O e P; QE 07 Lts C, AE G, BI A, B e H; QE 11 AE A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L; QE 12 AE B e I; QE 16 AE C; QE 20 AE Q, U, V e T; QE 22 AE A: **CfAM=4**

⁽²⁾Guará II (SRIA II)
- AE 10 Lts A e B; Serviço Social; Delegacia; EQ 13/15 AE B e C; EQ 17/19 AE A; EQ 24/26 AE A; EQ 28/30 AE A; EQ 32/34 AE B; EQ 34/36 AE B; QE 23 Lts A, C e E; QE 25 AE 01; QI 23 AE: **CfAM=1**

⁽³⁾Guará II (SRIA II)
- EQ 13/15 AE A; EQ 15/17 AE A e C; EQ 19/21 AE A e B; EQ 24/26 AE B; EQ 26/28 AE B, C e D; EQ 30/32 AE A, B, C; EQ 32/34 AE D; EQ 34/36 AE A e C: **CfAM=2**
- Habitação Coletiva: **CfAM=3,5**
- Comércio Local; AE 10; EQ 31/33 CL ED. CONSEL; QE 15 Lts A e B; QE 17 BI B; QE 26 lotes A e B; QE 28 Lt B; QE 32 Lt B; QE 34 Lt B; QE 40 Conjuntos A a R: **CfAM=4**
- QE 40 AE 02, 04, 06 e 08A: **CfAM=4,8**

⁽⁴⁾QE 38-42-44-46
- QE 38 Lts B e C, AE 01 a 08; QE 42 AE 03 Lt 03 e AE 04 Lt 04: **CfAB=1**
- QE 38 Lt D; QE 42 AE 01 Lt 01, AE 02 Lt 02; QE 44 AE 01, 03, 05, 06, 07, 08; QE 46 AE 02: **CfAM=1,5**
- QE 38 AE 07 e AC 01 a 18: **CfAM=2,5**
- QE 38 BI A a F, AE 01, 03, 05, 08 Lts A a H, 12 Lt A: **CfAM=4**
- QE 38 Projção 01 e 02: **CfAM=6,5**

⁽⁵⁾Vila Tecnológica
- QE 01 AE Q Esporte, Cj E; QE 02 AE Q Esporte, lote 03; QE 04 AE 01, Lt 03: **CfAM=1**
- Alpendres; EQ 03/03 AE; QE 01 Cj C lote 09: **CfAM=2**
- EQ 01/02 Lt 01, AE Lt 02; EQ 02/03 Lts 01 e 02; EQ 03/03 CL Cinema, AE Lt 02; QE 01 Lts 01 e 02; QE 02 Lts 01 e 02, AE Lt 01; QE 03 Lts 01 e 02; QE 04 Lts 01 e 02: **CfAM=2,5**
- Habitação Coletiva; Comércio Local; QE 02 Cj B lote 01; Q 03 Cj B Lt 01, Cj C Lt 01: **CfAM=4**

⁽⁶⁾Pólo de Modas
- Rua 15 Lt AE 6B: **CfAM=1**
- Rua 04 Lt 12; Rua 10 Lt 11; Rua 11 Lt 33; Rua 19 Lts 14 e 16; Rua 21 Lts 02 e 48: **CfAM=1,5**
- Rua 20 Lt 02: **CfAM=2**

⁽⁷⁾SMAS
- Trecho 1 lote 6580 ParkShopping e Trecho 2 Radiobrás: **CfAM=1**
- Trecho 1 Lt C Peleção: **CfAM=2**

⁽⁸⁾SGCV
- Lotes 23 a 30: **CfAM=3**

Exceções Coeficiente Básico

⁽⁹⁾Guará I (SRIA I)
- QE 01 Lt C; QE 02 Lts H e AE Q; QE 04 Lt A; QE 05 Lts E e F; QE 06 Lt A; QE 07 Lts B, D, AE M, N e O; QE 10 Lt E; QE 11 Lt K; QE 12 Lt C; QE 14 Lt F; QE 16 Lt B; QE 18 Lts F e H; QE 20 Lts H e L: **CfAB=1**
- QE 01 AE J; QE 02 Lt K; QE 04 AE C; QE 07 AE F e J, Lt Q; QE 08 AE J; QE 09 AE D; QE 12 AE A; QE 16 AE A; QE 20 AE A, B, C, K: **CfAB=1,5**
- QE 02 AE A; QE 03 AE A e B; QE 04 AE I e L; QE 05 AE D e G; QE 08 AE K e I; QE 12 AE J; QE 18 AE D; QI 01 AE C; QI 02 AE C; QI 03 AE C; QI 04 AE C; QI 05 AE C; QI 06 AE C; QI 07 AE C; QI 08 AE C; QI 09 AE C; QI 10 AE C; QI 11 AE C; QI 12 AE C; QI 14 AE C; QI 16 AE C; QI 18 AE C; QI 20 AE C; QI 22 AE C: **CfAB=2**
- Rua Quaresmeira Lts 01 e 02: **CfAB=2,5**

⁽¹⁰⁾Guará II (SRIA II)
- AE 10 Lts A e B; Serviço Social; Delegacia; EQ 13/15 AE B e C; EQ 17/19 AE A; EQ 24/26 AE A; EQ 28/30 AE A; EQ 32/34 AE B; EQ 34/36 AE B; QE 23 lotes A, C e E; QE 25 AE 01; QI 23 AE: **CfAB=1**
- EQ 13/15 AE A; EQ 15/17 AE A e C; EQ 19/21 AE A e B; EQ 24/26 AE B; EQ 26/28 AE B, C e D; EQ 30/32 AE A, B, C; EQ 32/34 AE D; EQ 34/36 AE A e C: **CfAB=2**

⁽¹¹⁾QE 38-42-44-46
- QE 38 Lts B e C, AE 01 a 08; QE 42 AE 03 Lt 03 e AE 04 Lt 04: **CfAB=1**
- QE 38 Lt D; QE 42 AE 01 Lt 01, AE 02 Lt 02; QE 44 AE 01, 03, 05, 06, 07 e 08; QE 46 AE 02: **CfAB=1,5**
- QE 38 AE 07 e AC 01 a 18: **CfAB=2,5**

⁽¹²⁾Vila Tecnológica
- QE 01 AE Q Esporte, Cj E; QE 02 AE Q Esporte, lote 03; QE 04 AE 01, lote 03: **CfAB=1**
- Alpendres; EQ 03/03 AE; QE 01 Cj C Lt 09: **CfAB=2**
- EQ 01/02 Lt 01, AE Lt 02; EQ 02/03 Lts 01 e 02; EQ 03/04 CL Cinema, AE Lt 02; QE 01 Lts 01 e 02; QE 02 Lts 01 e 02, AE Lt 01; QE 03 Lts 01 e 02; QE 04 Lts 01 e 02: **CfAB=2,5**
⁽¹³⁾Pólo de Modas
- Rua 15 Lt AE 6B: **CfAB=1**
- Rua 04 Lt 12; Rua 10 Lt 11; Rua 11 Lt 33; Rua 19 Lts 14 e 16; Rua 21 Lts 02 e 48: **CfAB=1,5**
- Rua 20 Lts 02: **CfAB=2**

⁽¹⁴⁾SMAS
- Trecho 1 lote 6580 ParkShopping e Trecho 2 Radiobrás: **CfAB=1**

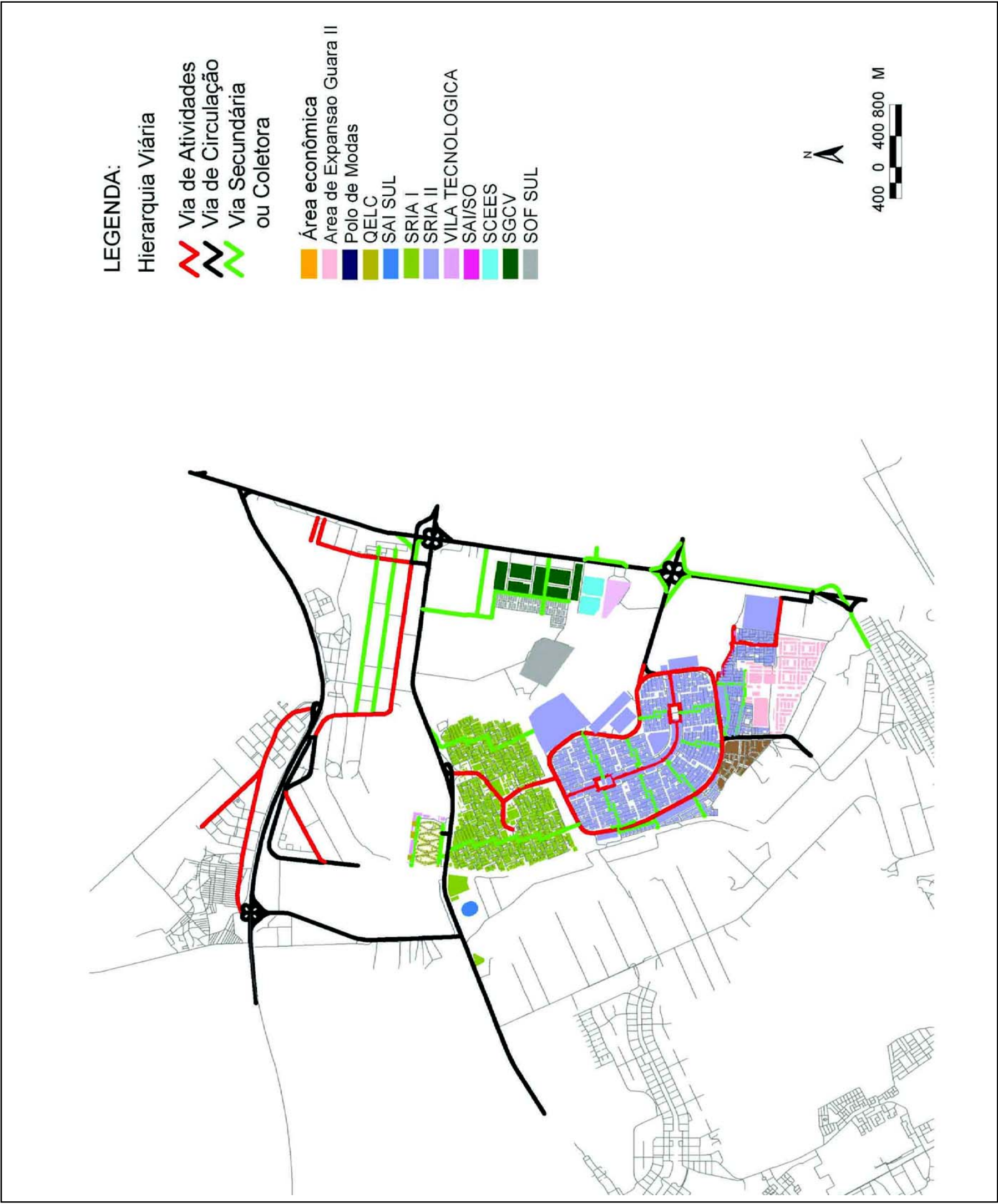
Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: **CfAB=0,5**

Projetos Especiais:

- PEC 1 - Centro Metropolitano; PEI 5 – Peleção;: **CfAM=2**
- PEI 2 - Centros Comunaís; PEI 16 - Centro de Bairro – Guará I; PEI 17 - Setor Habitacional Jôquei Clube; PEI 18 – Parcelamento – Região da Rua Quaresmeira: **CfAB = 1**
Área do lote inferior a 5.000 m²:.....**CfAM=4**
Área do lote entre 5.000 e 20.000 m²:.....**CfAM=3**
Área do lote entre 20.000 e 50.000m²:.....**CfAM=2**
Área do lote superior a 50.000 m²:.....**CfAM=1**
- PEI 1 - Estações de Encontro – Via EPTG: **CfAB=1** e **CfAM = aos lotes existentes**
- PEI 20 - Urbanização – Depósito de areia, SAI: **CfAM=1**
- PEI 19 - Ampliação do SOF - Os lotes serão criados sob os mesmos parâmetros construtivos do setor a que pertencem
- PEI 4 – QE 48 a 58: parâmetros definidos no projeto urbanístico

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA E SETORIZAÇÃO– GUARÁ – RA X



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SAMAMBAIA – RA XII

	Vias de Atividades ^(A)	Vias de Circulação ^(B)	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef. Máximo	4 ⁽¹⁾	3	2	6 ⁽²⁾	Ver projetos especiais	4 ⁽³⁾	-	2 ⁽⁴⁾	2 ⁽⁵⁾
Coef. Básico	2	2	2	2	2	2	2	2 ⁽⁶⁾	2 ⁽⁷⁾

Exceções Coeficiente Máximo

- (1) - Conjuntos das QN e QS que confrontam com as vias secundárias: CfAM=3
- (2) - CfAM detalhado pelo Projeto Urbanístico
- (3) - ADE Sul: CfAM=2
- (4) - QN 214 A.E. 01(Furnas): CfAM=0,8
- Complexo Boca da Mata: CfAM=0,8
- SMDE A.E. 01 (DER): CfAM=0,8
- QN 117 Cj. 01 Lt. 01 (CAIC): CfAM = 4
- Q 203 A.E. 01 (Quartel da Polícia); QS 608 A.E.01(Jardim de Infância), QS 122 Cj.06 Lt. 01(Centro de Saúde), QN 210 Cj. E Lts. 01 a 04 (Feira Permanente), QN 210 A.E. 01 (Escola Classe), QS 304 Cj. 04 Lt. 01 (Centro de Ensino), QN 406 Cj. B Lt. 01 (Delegacia de Polícia): CfAM=3
- (5) - Lotes anteriormente denominados H-4 nas NGBs: CfAM=3,5
- QR 103 Cj 01 Lts 01 a 03, Cj 06 Lts 01 a 04; QS 103 Cj 05 Lts 01 a 05; QR 104 Cj 01 Lts 01 a 05, Cj 08 Lts 01 a 04, Cj 09 Lts 01 a 07; QS 122 Cj 06 Lt 01; QR 304 Cj 01 Lts 01 e 20, Cj 04 Lt 01, Cj 09 Lt 14, Cj 10 Lts 01 e 22, Cj 12 Lts 01 e 16; QN 327 Cj H Lts 01 a 07; QR 304 Cj 01 Lts 01 e 20, Cj 04 Lt 01, Cj 09 Lt 14, Cj 10 Lts 01 e 22, Cj 12 Lts 01 e 16; QS 410 Cj I Lt 01; QR 608 Cj 14A Lts 01 a 07; QS 608 Cj B Lt 01; QR 629 Cj 03A Lts 01 a 03: CfAM=3
- Setor de Mansões Sudeste: CfAM=0,8

Exceções Coeficiente Básico

- (6) - QN 214 A.E. 01(Furnas): CfAB=0,8
- Complexo Boca da Mata: CfAB=0,8
- SMDE A.E. 01 (DER): CfAB=0,8
- QN 117 Cj. 01 Lt. 01 (CAIC): CfAB = 4
- Q 203 A.E. 01 (Quartel da Polícia); QS 608 A.E.01 (Jardim de Infância), QS 122 Cj.06 Lt. 01(Centro de Saúde), QN 210 Cj. E Lts. 01 a 04 (Feira Permanente), QN 210 A.E. 01 (Escola Classe), QS 304 Cj. 04 Lt. 01 (Centro de Ensino), QN 406 Cj. B Lt. 01 (Delegacia de Polícia): CfAB=3
- (7) Setor de Mansões Sudeste: CfAB=0,8

Exceções Gerais:

- Faixa Central de Integração (Linhão) detalhado pelo Projeto Urbanístico

Observações:

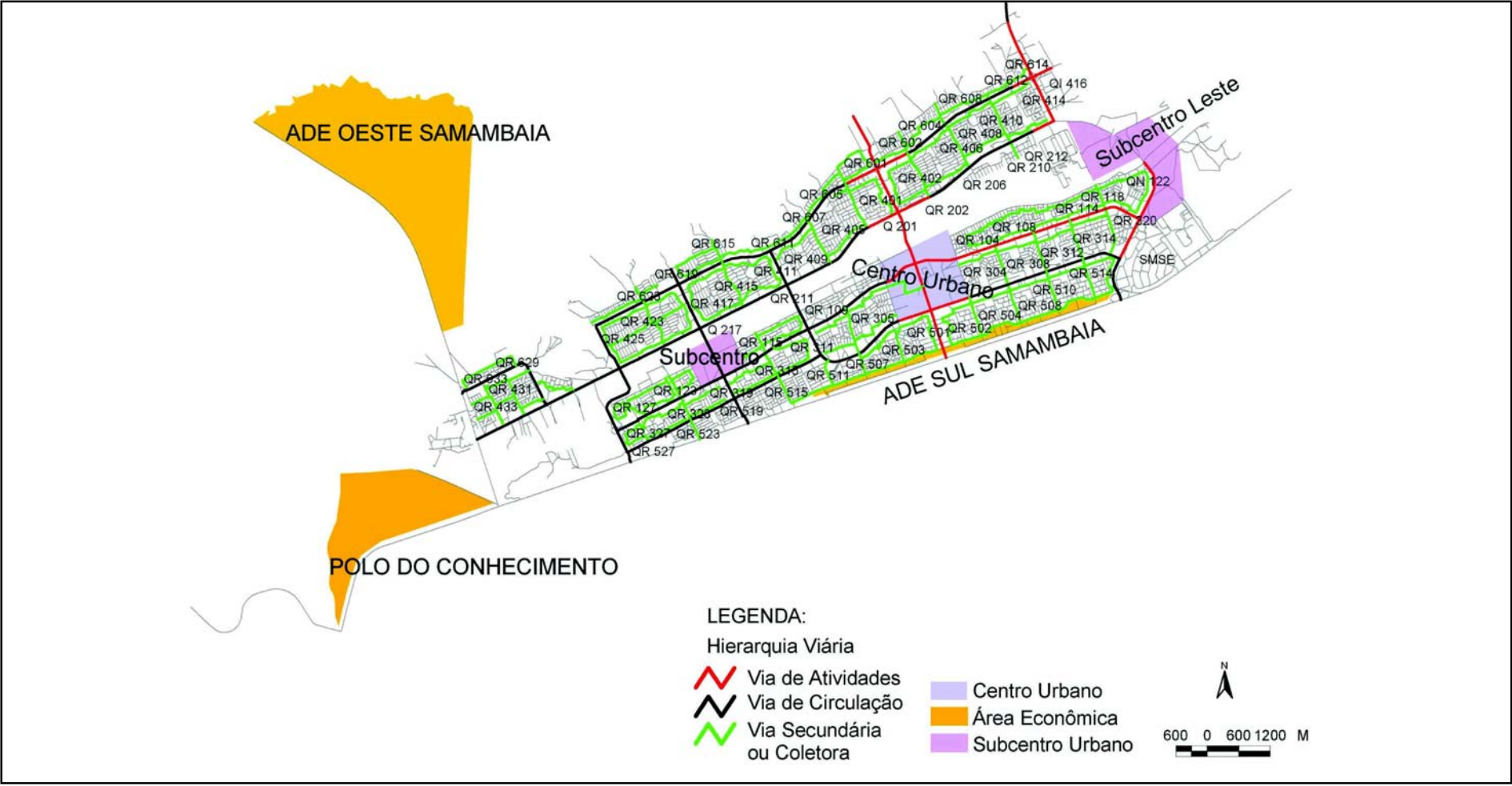
Em (A) a aplicação do coeficiente de aproveitamento se estende para todos os lotes do conjunto que tenha confrontação com a via de atividades.

Em (B) a aplicação do coeficiente de aproveitamento se estende para todos os lotes do conjunto que tenha confrontação com a via de circulação.

Projetos Especiais

1. Complexo de Furnas: CfAM=4
 2. ADE OESTE: CfAM=2
 3. Centro Urbano: CfAM=4
 4. Subcentro Urbano Leste: CfAM=4
 5. Subcentro Urbano Oeste: CfAM=4
 6. QN 121 a 127 e QN 103 a 115: CfAM=3
- Obs.: CfAB sujeito a detalhamento pelo Projeto Urbanístico

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – SAMAMBAIA – RA XII



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SANTA MARIA – RA XIII

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundária ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	4,0 ⁽¹⁾	1,4	1,4 ⁽²⁾	-	-	1 ⁽³⁾	-	1,5 ⁽⁴⁾	1,4 ⁽⁵⁾
Coef Básico	1,4	1,4	1,4	-	-	1	-	1,4 ⁽⁵⁾	1,4

Exceções Coeficiente Máximo

(1)

- Quadras CL, exceto Áreas Especiais: CfAM=4
- Qr 517 Conjunto C Lts 1 e 15 a 24; Qr 517 Conjunto G Lts 1 e 18 a 30: CfAM=1,4
- Qr 518 Conjunto A Lts 1 e 18 a 30; Qr 518 Conjunto F Lts 1 e 15 a 24;
- Qr 518 Conjunto N Lts 1 e 26: CfAM=1,4

(2)

- AC 200 Cj H: CfAM=4
- AC 300 Cj G : CfAM=4
- AC 200 Conjuntos F e G: CfAM=2,5
- AC 300 Conjuntos E e F: CfAM=2,5

(3)

- ADE Santa Maria: CfAM=2
- Pólo JK
- Lotes com área de até 200 m²: CfAM=4
- Lotes com área entre 200 m² e 400 m²: CfAM=3,6
- Lotes com área igual ou superior a 400 m²: CfAM=3,2

(4)

- Todas as Áreas Especiais: CfAM=1,8
- Lotes destinados à templo e segurança: CfAM=2,0

(5)

- QR 121 Conjuntos I e H: CfAM=4,0
- QR 121 Conjunto C Lts 29 a 33: CfAM=2,5
- QR 121 Conjunto E Lts 15 a 20: CfAM=2,5

Exceções Coeficiente Máximo

(5)

- Todas as Áreas Especiais: CfAB=1,8
- Lotes destinados à templo e segurança: CfAB=2,0

Exceções Gerais:

- Quadras AC: **CfAM=2**, exceto Quadras AC 119, 219, 319 e 419: **CfAM=1,4** e lotes com área inferior ou igual a 300 m²
- Entrequadras (EQ): **CfAM=2**, exceto lotes com área inferior ou igual a 500 m²: **CfAM=2,5**

Projetos Especiais

1. Área Econômica Meirelles: CfAM definido no projeto urbanístico
2. Vila da Aeronáutica (Sítio do Gama): CfAM definido pela NGB do projeto urbanístico

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – SANTA MARIA – RA XIII



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SÃO SEBASTIÃO – RA XIV

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais Áreas
Coef Máximo	3	-	3	-	-	2,5	-	1,8 ⁽¹⁾	(*)
Coef Básico	3	-	2,5	-	-	1,8	-	1,8 ⁽²⁾	(*)

Exceções Coeficiente Máximo

(1)
- EPC / EPU com área maior ou igual a 10.000 m²: CfAM=1

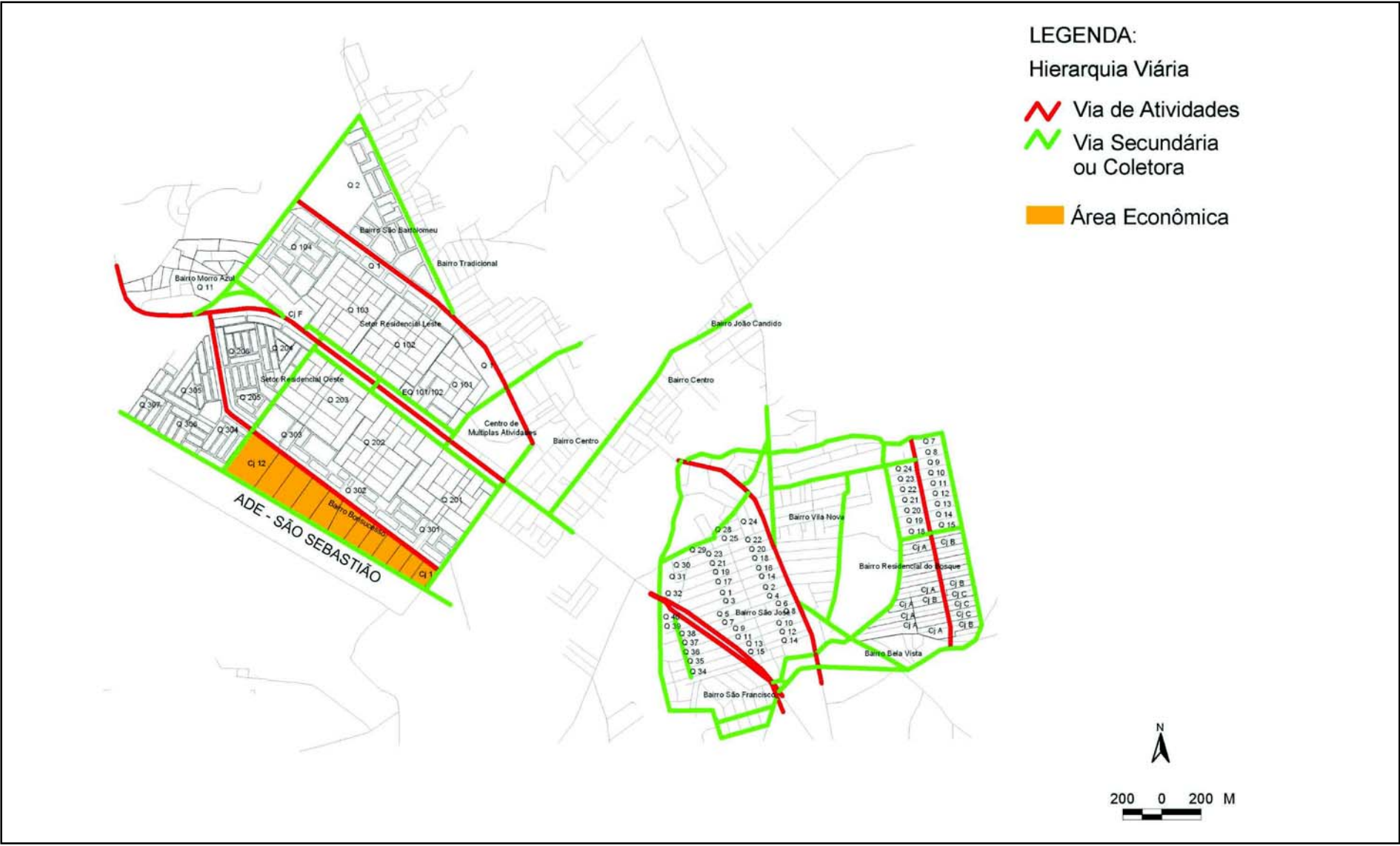
Exceções Gerais

- Setor Habitacional Mangueiral: CfAM definido pelo Projeto Urbanístico
- (VETADO)
- (VETADO)
- (*) Demais Locais:
 - (VETADO)
 - (VETADO)
 - (VETADO)

Exceções Coeficiente Básico

(2)
- EPC / EPU com área maior ou igual a 10.000 m²: CfAB=1

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SÃO SEBASTIÃO – RA XIV



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – RECANTO DAS EMAS – RA XV

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) ^(A) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	Definido pelo Projeto Urbanístico	Definido pelo Projeto Urbanístico	4 ⁽³⁾	-	2 ⁽⁴⁾	1,8
Coef Básico	1,8	1,8 ⁽⁵⁾	1,8 ⁽⁵⁾	1,8	1,8	4 ⁽⁶⁾	-	1,8 ⁽⁷⁾	1,8

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- (VETADO)
- (VETADO)
- (VETADO)
- (2)
- (VETADO)
- (3)
ADE Recanto das Emas
- Lotes com área entre 200m² e 400 m²: CfAM=3,6
- Lotes com área superior a 400m²: CfAM=3,2
- (4)
- Lotes com área superior a 1.500m²: CfAM=1,2

Exceções Coeficiente Básico

- (5)
- Lotes com área superior a 1.500m²: CfAB=1,4
- (6)
ADE Recanto das Emas
- Lotes com área entre 200m² e 400 m²: CfAB=3,6
- Lotes com área superior a 400m²: CfAB=3,2
- (7)
- Lotes com área superior a 1.500m²: CfAB=1,2

Observação: ^(A) Inclui os lotes constantes do Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliárias com uso Área Especial.

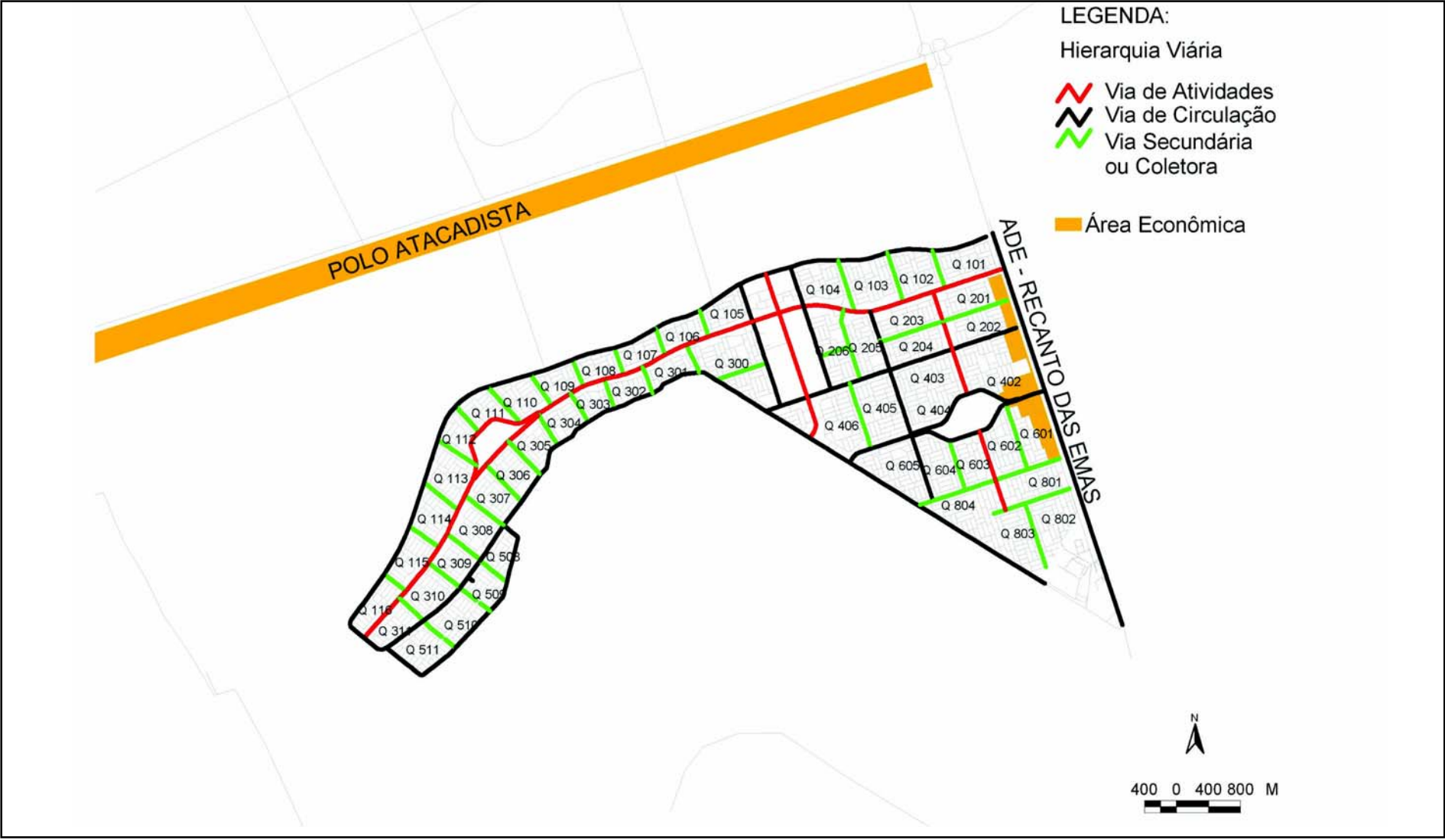
^(B) (VETADO)

^(C) (VETADO)

Exceções Gerais

- Quadras 900: CfAM definido pelo Projeto Urbanístico
- Quadra 800 lote 1 DF-001: CfAM=0,8

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – RECANTO DAS EMAS – RA XV



ANEXO V – COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – LAGO SUL – RA XVI

	SHIS	SHIS CHACARAS	SHIS EPDB	SHIS QL 10 Projeto Orla Pólo 11	SHIS QL 12 Conjuntos 11 a 18	SMDB	SEDB	SAIS ESAF
Coef. Máximo	1,4 ⁽¹⁾	0,8 ⁽²⁾	0,12 ⁽³⁾	2 ⁽⁴⁾	1,6 ⁽⁵⁾	0,4 ⁽⁶⁾	0,2 ⁽⁷⁾	0,6
Coef. Básico	1,4 ⁽¹⁾	0,8 ⁽²⁾	0,12 ⁽³⁾	2 ⁽⁴⁾	1,6 ⁽⁵⁾	0,4 ⁽⁶⁾	0,2 ⁽⁷⁾	0,6

Exceções Coeficiente Máximo / Coeficiente Básico

- (1)
- QI 03 Lts 01 e 02 PLL; QI 05 Lt 01PLL; QI 13 LT 01 PLL;QI 19 Lt 01 PLL; QI 21 Lts 01 e 02 PLL; QI 23 Lt 01; QI 26 Lts 01 e 02 PLL; QI 28 Lts 01 e 02 PLL; QI 29 Lt 01
 - QI 05 Lt 3 e projeção 3; QI 11 AE 2 e Lt C; QI 13 Lts F e G; QI 15 Lt F; QI 17/19, Lt Seminário; QI 19 Lt L; QI 21 AE F; QL 20/22 Lt C: CfAM=CfAB=0,5
 - QI 07 Lt A; QI 11 Lt A; QI 13 Lts H e I; QI 15 Lt Dom Orione e E; QI 16 Lt C; QI 21 Lts A e B; QL 06/08 Lt B; QL 20 Lts A e B; QL 24 Lt A: CfAM=CfAB=0,6
 - QI 15 Lt D: CfAM=CfAB=0,64
 - QI 05 Lt D: CfAM=CfAB=0,666
 - QI 03 Lt A: CfAM=CfAB=0,675
 - QI 05 Lt C; EQI 07/09 Lt E; EQI 09/11 Lt P; QI 21 Lt G; QI 26 Lt A: CfAM=CfAB=0,7
 - QI 23 Lts G, H e I: CfAM=CfAB=0,72
 - QI 21 Lts C1, C2 e C3; QI 26 Lt H; EQL06/08 Lts A, A1 e D; QL 24 Lt B: CfAM=CfAB=0,8
 - QI 01 Lt B; QI 03 Lts B e E; EQI 07/09 Lt D; EQI 09/11 Lts K, L ,M e N; QI 17 Lts I e J; QI 21 Lts D, K, L e M; QI 25 Lts A, B e C; QI 26 Lts F e G; EQL 14/16 Lts A e B: CfAM=CfAB=0,84
 - QI 01 Lt A; QI 05 Lt A; QI 09 Lt F; QI 11 AE 1 e Lt D; QI 13 Lts LRS, A, B CL, C CL, D CL e G CL; QI 15 Lts B, I, J, K, L e M; QI 21 Lt O; QI 25 Lt G; QL 02 Lt B:CfAM=CfAB=1
 - QI 03 Lts F e G: CfAM=CfAB=1,05
 - EQL 06/08 Lt E; EQI 07/09 Lt C; QI 09 Lt C; QI 15 Lts G e O; QI 16 Lt N: CfAM=CfAB=1,2
 - QI 13 Lt J: CfAM=CfAB=1,44
 - EQI 07/09 Lt F: CfAM=CfAB=1,5
 - QI 05 projeção 2: CfAM=CfAB=1,53
 - QI 09 Lt L; QI 11, AE K e Lt O: CfAM=CfAB=1,6
 - EQL 06/08 Lt C: CfAM=CfAB=1,64
 - QI 21 Lt N: CfAM=CfAB=1,8
 - QI 19 Lt D: CfAM=CfAB=2
 - QI 07 Lts E e F; QI 09 Lts D e E: CfAM=CfAB=2,25
 - QI 03 Lts C CL, D CL, H CL, I CL e J CL; QI 05 Lts A CL, B CL, C CL e D CL; QI 07 Lts A CL, B CL, C CL, D CL e E CL; QI 09 Lts A, A CL, B CL, C CL, G CL, H CL, I CL e J CL; EQI 09/11 Lts A CL, B CL, C CL, D CL e E CL; QI 11 Lts F CL, G CL, H CL, I CL, J CL, K CL, L CL, M CL, N CL, O CL, P CL, Q CL, R CL e S CL; QI 13 Lts A CL, E CL, F CL, H CL, I CL e J CL; QI 15 Lts A CL, B CL, C CL, D CL, E CL, F CL e G CL; QI 17 Lts F CL, G CL, H CL e K CL; QI 19 Lts A CL, B CL e C CL; QI 21 Lts A CL, B CL, C CL, D CL, E CL; EQI 21/23 Lt E CL, H CL, I CL,J CL; QI 23 Lts A CL, B CL, C CL, D CL, E CL e F CL; QI 26 Lts B CL, C CL, D CL e E CL: CfAM=CfAB=3
 - QI 25 Lts D CL e E CL; QI 29 Lts A CL, B CL e C CL: CfAM=CfAB=3,53
 - QI 29 Lt D CL: CfAM=CfAB=3,65
 - QI 05 projeção1: CfAM=CfAB=4
- (2)
- QI 05 CH 74 a 79, 87; QI 19 CH 02, 18: CfAM=CfAB=0,6
- (3)
- EPDB QI 11/QL 12 Lt 01 PAG: CfAM=CfAB=0,0625
 - EPDB QI 07/QL 08 Lt 01 PAG; EPDB QI 19/ QL 18 Lt 01 PAG: CfAM=0,104 / CfAB= 0,052
- (4)
- QL 10 Projeto Orla – Pólo 11 Lts 06, 07, 10, 11, 14, 18, 19, 23, 25, 27, 28, 29, 30 e restaurante: CfAM=CfAB=1
 - QL 10 Projeto Orla – Pólo 11 Lt 09: CfAM=CfAB=3
- (5)
- QL 12 Conjunto 11 Lt 9, Conjunto 12 Lt 11: CfAM=CfAB=0,6
 - QL 12 Conjunto 15 Lt 4B: CfAM=CfAB=1
- (6)
- SMDB Conjunto 12B Lt 01 PLL: CfAM=CfAB = 0,25
 - SMDB AE A; SMDB Conjunto 2 lote 02 PLL: CfAM=CfAB=0,5
 - SMDB Conjunto 28 AE 2 e AE 3: CfAM=CfAB=0,6
 - SMDB AE D: CfAM=CfAB=0,7
 - SMDB Conjunto 12 Lt J CL; SMDB Conjunto 28 AE 1: CfAM=CfAB=1
 - SMDB Conjunto 12 Lts A CL, B CL, C CL, D CL, E CL, F CL, G CL, H CL e I CL: CfAM=CfAB=3
- (7)
- SEDB Lt 1: CfAM=CfAB=0,72
 - SEDB Lt 2: CfAM=CfAB=0,05

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – RIACHO FUNDO – RA XVII

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundárias ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef. Máximo	3 ^{(1) (3)}	-	3 ⁽¹⁾	-	-	2	-	2 ⁽²⁾	3
Coef. Básico	3	-	3	-	-	1	-	1	3

Exceções Coeficiente Máximo

(1)
- AC 1 Lt 1; AC 2 Lts 1 a 6, 11 e 12; AC 4 Lts 5, 7 e 8; QS 2 Lt C;
QS 14 Lts B e E; QS 10 Lts C e D; CLN e CLS: CfAM=4,2

(2)
- Equipamento Público Comunitário (EPC) na AC 3: CfAM=3
- Equipamento Público Comunitário (EPC) na AC 4 Lt 4: CfAM=4,2
- QN-1 Praça Sucupira Lts 1 a 4: CfAM=3

(3)
- AC 2 Lts 7 a 10; AC 3 Lts 16 a 21; AC 4 Lts 1 a 4: CfAM=4,2

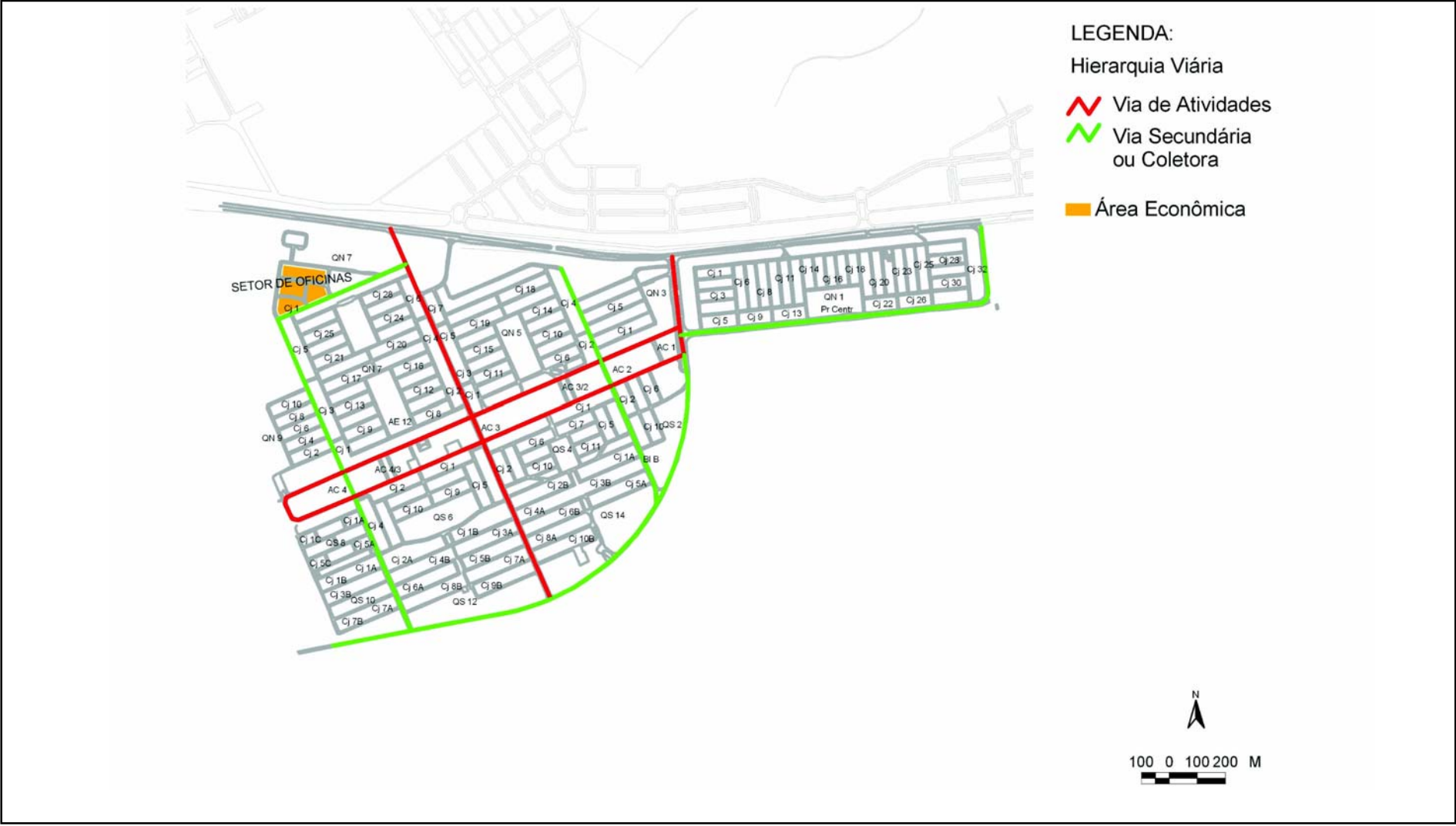
Exceções Gerais:

- PLL: CfAM=0,5

Exceções Coeficiente Básico

- Lotes para PLL: CfAB=0,5

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – RIACHO FUNDO – RA XVII



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – LAGO NORTE – RA XVIII

	SHIN	SHIN EPPN	SHIN QL 06, Ponto de Atração Norte - PAN 06	SML	SPMN	SHTq Trecho 01	SAIN APO
Coef. Máximo	1,4 ⁽¹⁾	0,25 ⁽²⁾	0,025 ⁽³⁾	0,8 ⁽⁴⁾	1,2 ⁽⁵⁾	0,8 ⁽⁵⁾	1
Coef. Básico	1,4 ⁽¹⁾	0,25 ⁽²⁾	0,025 ⁽³⁾	0,8 ⁽⁴⁾	1,2 ⁽⁵⁾	0,8 ⁽⁵⁾	1

Exceções Coeficiente Máximo / Coeficiente Básico

- ⁽¹⁾ - QL 13 Lt B: CfAM=CfAB=0,05
- QI 01 Lts 1 e 2 PLL; QI 02 Lts 1 e 2 PLL; QI 05 Lts 1 e 2 PLL; QI 06 Lts 1 e 2 PLL; QI 07 Lts 1 e 2 PLL; QI 10 Lts 1 e 2 PLL; QI 11 Lts 1 e 2 PLL; QI 13 Lts 1 e 2 PLL; QI 14 Lts 1 e 2 PLL: CfAM=CfAB=0,25
- EQL 02/04 Lts B e C; QI 03 Lt D; QI 05 Lt A; QI 13 Lts E e F; QI 16 Lt s A e B; QL 06 Lts A, B e C; QL 08 Lts A, B e C; QL 09 Lts A, B, C e D; QL 11 Lt B; QL 12 Lts A, B, C e D: CfAM=CfAB=0,4
- Lote CAESB; EQI 11/13 Lt A; PVE 01, AE 3; QI 03 Lt C; QI 04 Lt D; QI 11 Lt A; QI 13 Lt D; QL 05 Lt CEB; QL 13 Lt C; QL 16 Clube do Congresso: CfAM=CfAB=0,5
- QI 02 Lts Escola Classe e Jardim de Infância: CfAM=CfAB=0,6
- QI 03 Lt A: CfAM=CfAB=0,69
- QI 10 AE A: CfAM=CfAB=0,7
- QI 02 AE C: CfAM=CfAB=0,8
- QI 03 Lt E: CfAM=CfAB=0,9
- QL 13 Lt D: CfAM=CfAB=1
- QI 04 AE A; QL 15 Projeto Orla – Pólo 1 Lt 1: CfAM=CfAB=1,2
- QI 02 Lt Supermercado; QL 15 Projeto Orla – Pólo 1 Lt 2: CfAM=CfAB=1,5
- QI 03 Lt F: CfAM=CfAB=1,6
- QI 03 Lt B: CfAM=CfAB=1,8
- QL 16 Lt Igreja: CfAM=CfAB=1,92
- ⁽²⁾ - EPPN Lts 3, 7, 11 e 15: CfAM=CfAB=0,46
- EPPN Lts 2, 6, 10 e 14: CfAM=CfAB=0,82
- EPPN QI 09/10 AE 1: CfAM=CfAB=1,4
- EPPN QI 02 Lt 01 PAG: CfAM=0,25/CfAB=0,0625
- EPPN QI 12 Lt 04 PAG: CfAM=0,25/CfAB=0,0525
- ⁽³⁾ - QL 06 Ponto de Atração Norte – PAN 06 Áreas 1, 2 e 3: CfAM=CfAB=0,3
- ⁽⁴⁾ - ML 07/08 AE 1: CfAM=CfAB=1
- MI 09 Lt PAP: CfAM=CfAB=1,2
- ⁽⁵⁾ - SPMN lote 4: CfAM=CfAB=1,8
- ⁽⁶⁾ - QD 02 Cj 09A Chácaras 1 a 6: CfAM=CfAB=0,3
- Av. Comercial AE 1 e 2: CfAM=CfAB=0,4
- DF003 Lote 1: CfAM=CfAB=0,5
- QD 01 Conjunto 02 Lt 39 e Conjunto 03 Lt 26; QD 02 Conjunto 01 Lts 1, 51 e 54, Conjunto 02 Lts 26, 31, 33, e 52, Conjunto 03 Lts 16, 38, 40 e 51, Conjunto 06 Lts 15 e 16, Conjunto 07 Lts 15 e 16, Conjunto 08 Lts 15 e 16, Conjunto 09 Lts 1 a 8, Conjunto 10 Lts 10 a 15, Conjunto 11 Lts 6 e 14, Conjunto 16 Lt 8; QD 03 Conjunto 02 Lt 40, Conjunto 04 Lt 24, Conjunto 11 Lts 7, 10, 16 e 23; QD 04 Conjunto 01 Lt 1, Conjunto 02 Lts 2, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 35 e 36, Conjunto 03 Lts 1 e 2, Conjunto 04 Lt 49, Conjunto 07 Lts 22 e 24, Conjunto 08 Lt 1, Conjunto 09 Lts 1 a 8, Conjunto 11 Lts 2 e 6; QD 05 Conjunto 02 Lts 2 a 7 e 12 a 15, Conjunto 03 Lts 1, 2, 3, 5, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 28 e 29, Conjunto 04 Lts 4 a 13: CfAM=CfAB=0,7
- QD 03 AE 3: CfAM=CfAB=1
- Av. Comercial Lts 1 a 23: CfAM=CfAB=1,2

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – LAGO NORTE – RA XVIII (CENTRO DE ATIVIDADES DO LAGO NORTE – CA)

	CA 01	CA 02	CA 03	CA 04	CA 05	CA 06	CA 07	CA 08	CA 09	CA 10	CA 11
Coef. Máximo	4,44	1,2 ⁽¹⁾	1,65 ⁽²⁾	0,5	2,07 ⁽³⁾	1,4 ⁽⁴⁾	1,5	1,2	1	1,2	1,2
Coef. Básico	3,84	0,8 ⁽⁵⁾	1,65 ⁽⁶⁾	0,5	2,07 ⁽⁷⁾	1,4 ⁽⁸⁾	0,8	0,8	0,6	0,8	0,8

Exceções Coeficiente Máximo

- ⁽¹⁾ - CA 02 Lote 24: CfAM=1
- CA 02 Lotes A a F: CfAM=3,24
- CA 02 Lotes 06 a 15 e lotes 25 a 38: CfAM=1,65
- ⁽²⁾ - CA 03 Lote A: CfAM=1
- ⁽³⁾ - CA 05 Lotes A e G: CfAM=3,24
- CA 05 Lotes F, H, I e K: CfAM=4,33
- CA 05 Lotes E1, E2, J1, J2, M1 e M2: CfAM=2,47
- ⁽⁴⁾ - CA 06 Conjuntos A, B, C e D: CfAM=0,8
- CA 06 Lote A: CfAM=1

Exceções Coeficiente Básico

- ⁽⁵⁾ - CA 02 Lote 24: CfAB=1
- CA 02 Lotes A a F: CfAB=2,7
- CA 02 Lotes 06 a 15 e Lotes 25 a 38: CfAB=1,65
- ⁽⁶⁾ - CA 03 Lote A: CfAB=1
- ⁽⁷⁾ - CA 05 Lotes A e G: CfAB=2,7
- CA 05 Lotes F, H, I e K: CfAB=3,74
- CA 05 Lotes E1, E2, J1, J2, M1 e M2: CfAB=2,25
- ⁽⁸⁾ - CA 06 Conjuntos A, B, C e D: CfAB=0,8
- CA 06 Lote A: CfAB=1

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – CANDANGOLÂNDIA – RA XIX

	Vias de Atividades	Vias de Circulação	Vias Secundária ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	2,4 ⁽¹⁾	-	2,25 ⁽²⁾	3	-	2,7	-	1,5	2,25 ⁽²⁾
Coef Básico	1,4 ⁽³⁾	-	1,4 ⁽⁴⁾	2	-	1,6	-	1	2,25

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- SMP/S: CfAM=1
 - Praça da Caixa Forte Lotes 1, 2 e 3: CfAM=1,5
- (2)
- QR0, QR0-A, QR1-A: CfAM=2,4

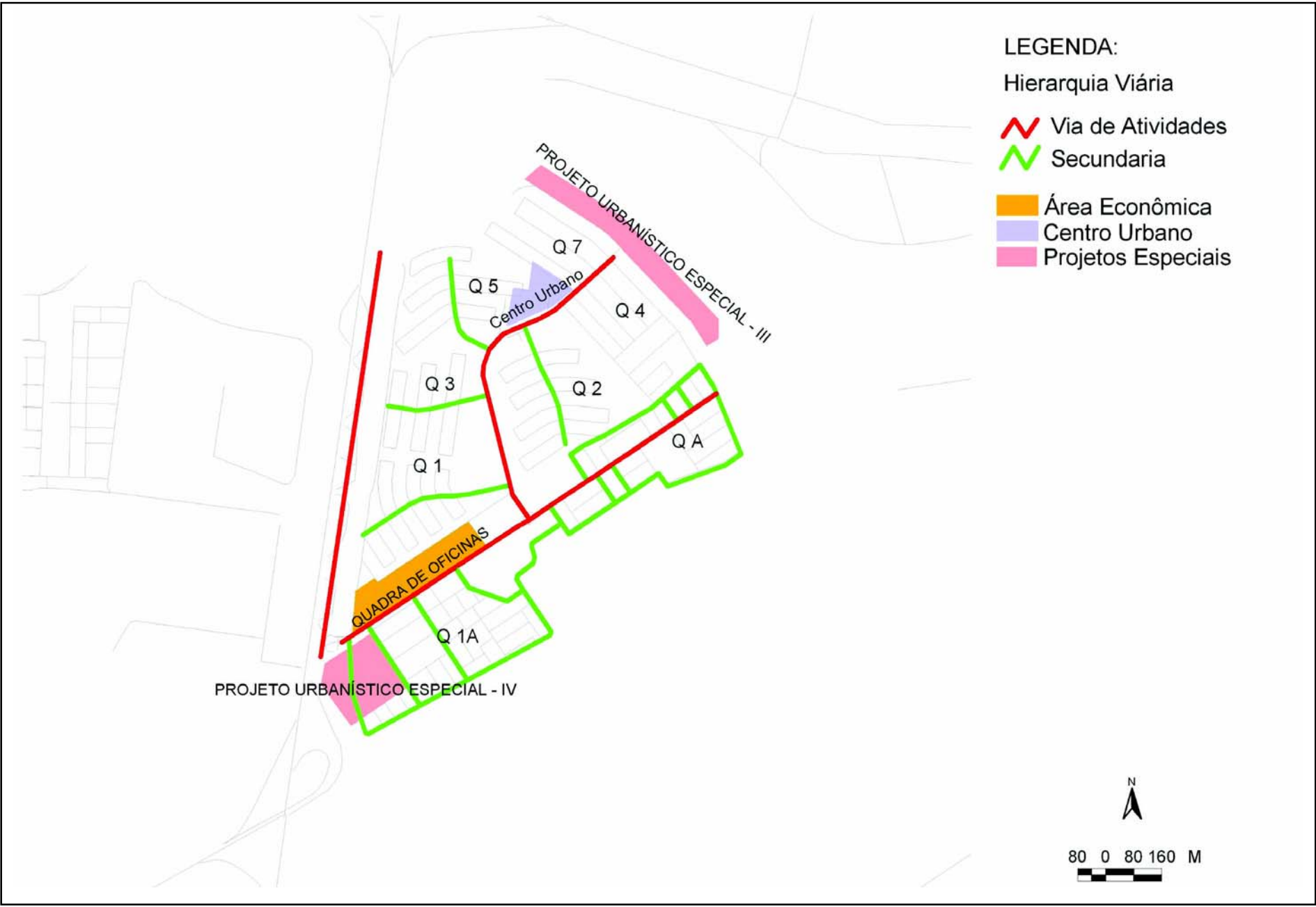
Exceções Coeficiente Básico

- (3)
- SMP/S: CfAB=0,6
 - Praça da Caixa Forte Lotes 1, 2 e 3: CfAB=1,5
 - QR4 e QR7: CfAB=1,5
 - Lotes M1 QR1 e QR2: CfAB=2
- (4)
- QR1, QR2, QR3, QR4, QR5, QR7: CfAB=1,5

Projetos Especiais

1. Projeto Urbanístico Especial – PUE III
- Intervenção nos lotes destinados a equipamentos comunitários EC21 e EC24: CfAM=1
2. Projeto Urbanístico Especial – PUE IV
- Intervenção – “Praia Seca” – : CfAM=1,5

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – CANDANGOLÂNDIA – RA XIX



ANEXO V– COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – ÁGUAS CLARAS – RA XX

	Centro Urbano (A)	Quadra 301	Quadra 107	Av. Araucárias e Av. castanheiras	Av. Flamboyant Av. Parque Águas Claras Praça das Garças	Av. Pau Brasil Av. Jacarandá Av. Jequitibá Av. Sibipiruna Ruas: Açaí, das Carnaúbas, Jerivá, Macaúba, Babaçu, Araribá e das Aroeiras.	Quadras: 101 a 106 e 201 a 210 Ruas: das Figueiras Manacá e Tamboril.	Ruas: 3 a 5, 7 a 9, 12 a 14, 16, 18 a 21, 30, 31, 33 a 37 (norte e sul) 17 norte, 25 sul, 28 sul, Alecrim, Buriti, Copaíba, das Paineiras, das Pitangueiras, do Ipê Amarelo.	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU) (A)
Coef Máximo	7 ⁽¹⁾	2 ⁽²⁾	1 ⁽³⁾	2 ⁽⁴⁾	5 ⁽⁵⁾	2 ⁽⁶⁾	2,5 ⁽⁷⁾	5 ⁽⁸⁾	2
Coef Básico	5 ⁽⁹⁾	1 ⁽¹⁰⁾	0,7 ⁽¹¹⁾	1,2 ⁽¹²⁾	3 ⁽¹³⁾	1,2 ⁽¹⁴⁾	1,5 ⁽¹⁵⁾	3 ⁽¹⁶⁾	0,6

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- Rua 25 Sul lote 28 e 30: CfAM= 2
- (2)
- Quadra 301, Rua A, Conj. 02 lotes 1 a 4: CfAM=2,5
- (3)
- Quadra 107
- Alameda dos Eucaliptos lotes 1 a 7: CfAM=2
- Alameda dos Eucaliptos lotes 9 e 11: CfAM=2,5
- Alameda das Acácias lotes 1 a 6: CfAM=2
- Alameda das Acácias lotes 12, 14 e 16: CfAM=2
- Rua A, lotes 1 a 4: CfAM=2
- Praça Tucano lotes 1 e 2: CfAM=2
- Alameda das Acácias Al-2: CfAM=2
- (4)
- Avenida das Araucárias lotes 455, 1015, 1205, 1445 e 1665: CfAM=1
- Avenida das Castanheiras lotes 740 e 980: CfAM=1
- Avenida das Araucárias lote 115: CfAM=2,5
- Avenida das Castanheiras lotes 5, 10, 200 e 280 : CfAM=2,5
- Avenida das Araucárias lotes 1905, 1955, 2005, 4400, 4530, 4750 e 4790: CfAM=5
- Avenida das Castanheiras lotes 1190, 1250, 1310 e 1370: CfAM=5
- (5)
- Avenida Flamboyant lote 24: CfAM=2,5
- Avenida Parque Águas Claras lotes 25, 55, e 75: CfAM=2,5
- Avenida Parque Águas Claras lotes 405, 475, 625, 865, 1505 e 3365: CfAM=2
- (6)
- Avenida Jequitibá lotes 405 e 585: CfAM=1
- Avenida Jequitibá lotes 825 e 985: CfAM=2,5
- Avenida Pau Brasil lote 2: CfAM=2,5
- Avenida Sibipiruna lote 23: CfAM=3
- (7)
- Rua Tamboril lote 2: CfAM=2
- Quadra 105 lote 1; 106 lote 5; 204 lotes 1 e 2; 206 lotes 1 e 2: CfAM=2
- (8)
- Rua 36 norte lote 1: CfAM=2
- Rua Copaíba lotes 3, 5 e 9: CfAM=2
- Rua 4 norte lote 3: CfAM=2
- Rua 25 sul lotes 32 a 40 pares: CfAM=2
- Rua 3 norte e 36 norte lote 5: CfAM=2
- Rua 14 sul e 34 sul lote 6 e 8: CfAM=2
- Rua 7 sul lote 4: CfAM=2
- Rua 20 sul lote 8: CfAM=2
- Obs: (A) O Centro Urbano compreende:
- Avenida Jacarandá lotes 1 a 4, 6 a 14 pares
- Avenida Pau Brasil lotes 1, 3 a 16, 18 e 20
- Avenida Sibipiruna lotes 2 e 4
- Rua 21 norte lotes 1, 3 e 5
- Rua 21 sul lotes 7, 9 e 11
- Rua 22 norte lotes 2, 4 e 6
- Rua 22 sul lotes 8, 10 e 12
- Rua 24 norte lotes 1 a 11 e 13
- Rua 24 sul lotes 15 a 25 impares
- Rua 25 norte lotes 1 a 6 e 8 a 14 pares
- Rua 25 sul lotes 7 a 13 impares, 15 a 20, 22 a 26 pares e lote 30
- Rua 26 norte lotes 1 a 7 impares
- Rua 27 norte lotes 2 e 4
- Rua 28 norte lotes 1 a 5 e 7
- Rua Babaçu lotes 1, 3 e 5
- Rua das Paineiras lotes 2 a 6 pares
- Boulevard Águas Claras lote 2500

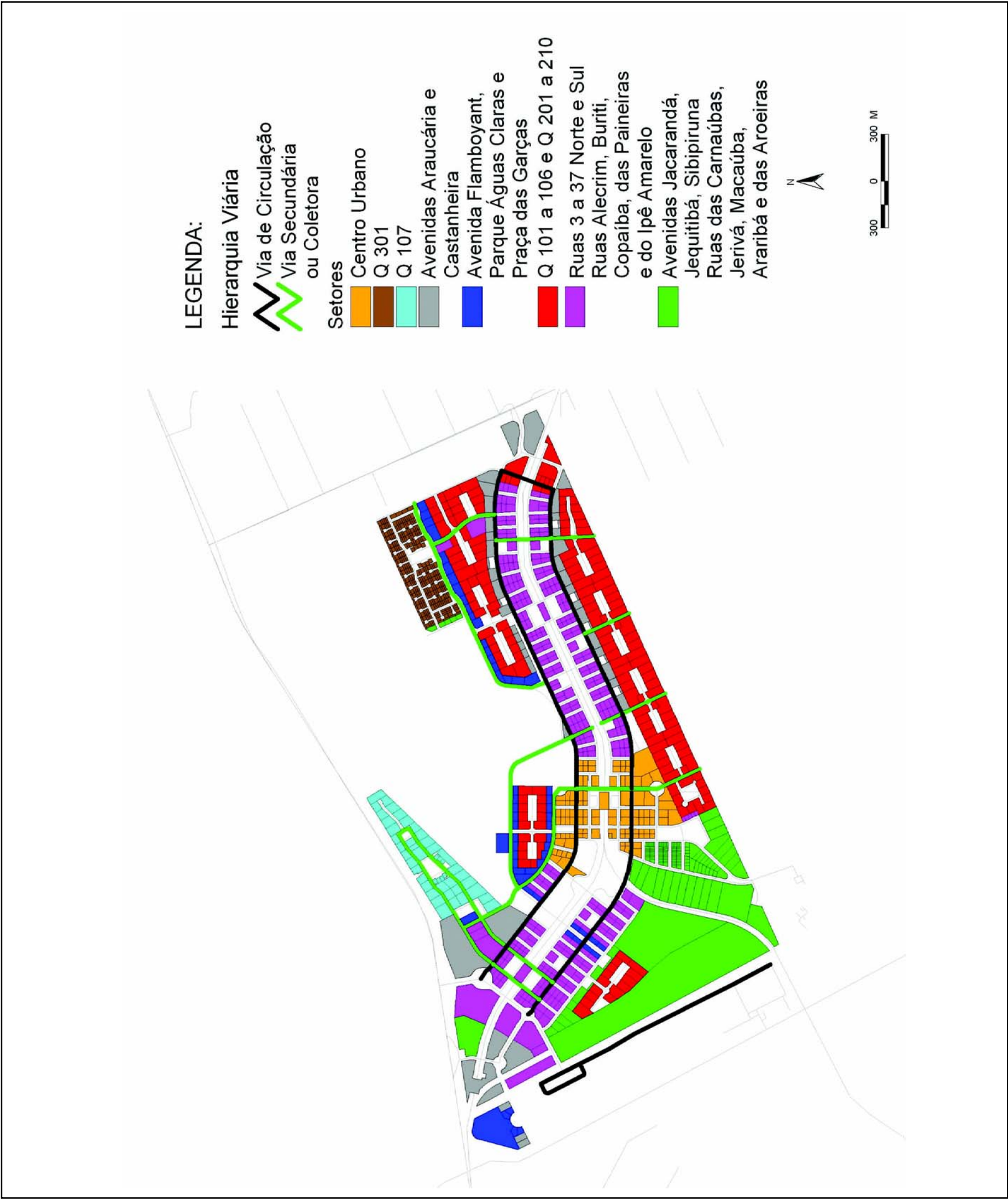
Exceções Coeficiente Básico

- (9)
- Rua 25 Sul lote 28 e 30: CfAB= 0,7
- (10)
- Quadra 301, Rua A, Conj. 02 lotes 1 a 4: CfAB=1,5
- (11)
- Quadra 107
- Alameda dos Eucaliptos lotes 1 a 7: CfAB=1,2
- Alameda dos Eucaliptos lotes 9 e 11: CfAB=1,8
- Alameda das Acácias lotes, 12, 14 e 16: CfAB=0,5; lotes 1 a 6 CfAB= 1,2
- Rua A, lotes 1 a 4: CfAB=0,5
- Praça Tucano lotes 1 e 2: CfAB=1,2
- Alameda das Acácias Al-2: CfAM=2
- (12)
- Avenida das Araucárias lotes 455, 1015, 1205, 1445 e 1665: CfAB=0,66
- Avenida das Castanheiras lotes 740 e 980: CfAB=0,66
- Avenida das Araucárias lote 115: CfAB=1,5
- Avenida das Castanheiras lotes 5, 10, 200 e 280 : CfAB=1,5
- Avenida das Araucárias lotes 1905, 1955, 2005, 4400, 4530, 4750 e 4790: CfAB=3
- Avenida das Castanheiras lotes 1190, 1250, 1310 e 1370: CfAB=3
- Avenida das Castanheiras lote 1470 e 3350: CfAB=1,6
- (13)
- Avenida Flamboyant lote 24: CfAB=2
- Avenida Parque Águas Claras lotes 25, 55, e 75: CfAB=1,5
- Avenida Parque Águas Claras lote 475: CfAB=0,7
- Avenida Parque Águas Claras lote 625: CfAB=0,5
- Avenida Parque Águas Claras lote 865: CfAB=1
- Avenida Parque Águas Claras lotes 405, 1505 e 3365: CfAB=0,6
- (14)
- Avenida Jequitibá lote 325: CfAB=0,5
- Avenida Jequitibá lotes 405 e 585: CfAB=0,66
- Avenida Jequitibá lote 885: CfAB=0,6
- Avenida Jequitibá lotes 825 e 985: CfAB=2
- Avenida Sibipiruna lote 6: CfAB=0,75
- Avenida Sibipiruna lotes 9 a 23 impares: CfAB=2
- Avenida Jacarandá lote 5: CfAB=0,75
- Avenida Araribá lotes 1, 3 e 5: CfAB=2
- Avenida Aroeiras lote 1: CfAB=0,6
- Avenida Aroeiras lote 3: CfAB=1
- Avenida Pau Brasil lote 2: CfAB=1,6
- (15)
- Rua Tamboril lote 2: CfAB=2
- Quadra 105 lote 1; 106 lote 5; 204 lotes 1 e 2; 206 lotes 1 e 2: CfAB=0,6
- (16)
- Rua 36 norte lote 1: CfAB=0,5
- Rua Copaíba lotes 3, 5 e 9: CfAB=1,5
- Rua 4 norte lote 3: CfAB=1,2
- Rua 25 sul lotes 32 a 40 pares: CfAB=1,2
- Rua 3 norte lote 5: CfAB=0,6
- Rua 36 norte lote 5: CfAB=1,6
- Rua 14 sul e 34 sul lote 6: CfAB=0,6
- Rua 7 sul lote 4: CfAB=0,6
- Rua 20 sul lote 8: CfAB=0,6
- Rua 34 sul lote 6: CfAB=0,6

Obs: (B) Listagem de EPC e EPU:

- (Quadras 101, 102, 103, 104, 207 lotes 1 e 2), (Quadras 106, 202, 208, 209, 210 lote 1), (Quadra 201 lotes 2 e 9), (Quadra 203 lote 2), (Rua 4 norte lote 1), (Rua 4 sul lote 8), (Rua 7 norte lote 2), (Rua 17 norte lote 4), (Rua 31 sul lote 6), (Rua 35 norte lote 2), (Rua 35 sul lote 6), (Avenida Castanheiras lote 5), (Avenida Parque Águas Claras lotes 115 e 1405), (Avenida Jequitibá lote 935), (Rua das Figueiras lote 1), (Alameda das Acácias lotes Al 1 e Al 3): CfAM= 2; CfAB 0,6
- (Rua 35 sul lote 10), (Rua 25 sul lote 8), (Avenida Araucárias lote 995), (Avenida Parque Águas Claras lote 1345): CfAM= 2; CfAB 0,7
- (Avenida Araucárias lote 2075), (Rua Tamboril lote 4) : CfAM= 2,5; CfAB 1,5
- (Rua 36 norte lote 3), (Avenida Jequitibá lote 1985) : CfAM= 2,5; CfAB= 2
- (Avenida Sibipiruna lotes 1,3, 5 e 7), (Avenida Parque Águas Claras lote 2630), (Rua Copaíba lote 7), (Avenida Jequitibá lote 155) : CfAM= 3; CfAB= 2
- (Avenida das Araucárias lote 4250), (Boulevard Águas Claras lotes 1200, 2500, 3750), (Rua Araújo lote SR 10) : CfAM= 2; CfAB= 1,5
- (Rua Tamboril lote 2), (Rua Jacarandá lote 2) : CfAM= 2; CfAB= 2
- (Rua Copaíba lote 16) : CfAM= 1; CfAB= 0,3

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA E SETORIZAÇÃO – ÁGUAS CLARAS – RA XX



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – RIACHO FUNDO II – RA XXI

	Vias de Atividades	Vias de circulação	Vias Secundária ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	3 ⁽¹⁾	-	2 ^{(3) (4)}	-	-	-	-	2,5 ^{(2) (5)}	2
Coef Básico	1,4	-	1,4	-	-	-	-	1,4	1,4

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- QS 4 Cj 2; QS 10 Cj 1; QS 22 Cj 1; QS 23 Cj 1, 2 e 3: CfAM=4,4
- (2)
- Equipamento Público Comunitário (EPC) p/ Vias de atividades: CfAM=3, exceto os Lotes QC 2 Cj 2 Lt 1; e Cj 5, Lt 1: CfAM=3,6
- (3)
- QS 4 Cj 3; QS10 Cj 2 e 3; QS 22 Cj 2 e 3: CfAM=4,4
- (4)
- QS 12 Cj 5: CfAM=1
- (5)
- QC 4 Cj 16 Lts 1 e 2; QC 6 Cj 16 Lts 1 e 2: CfAM=3

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAM=0,5

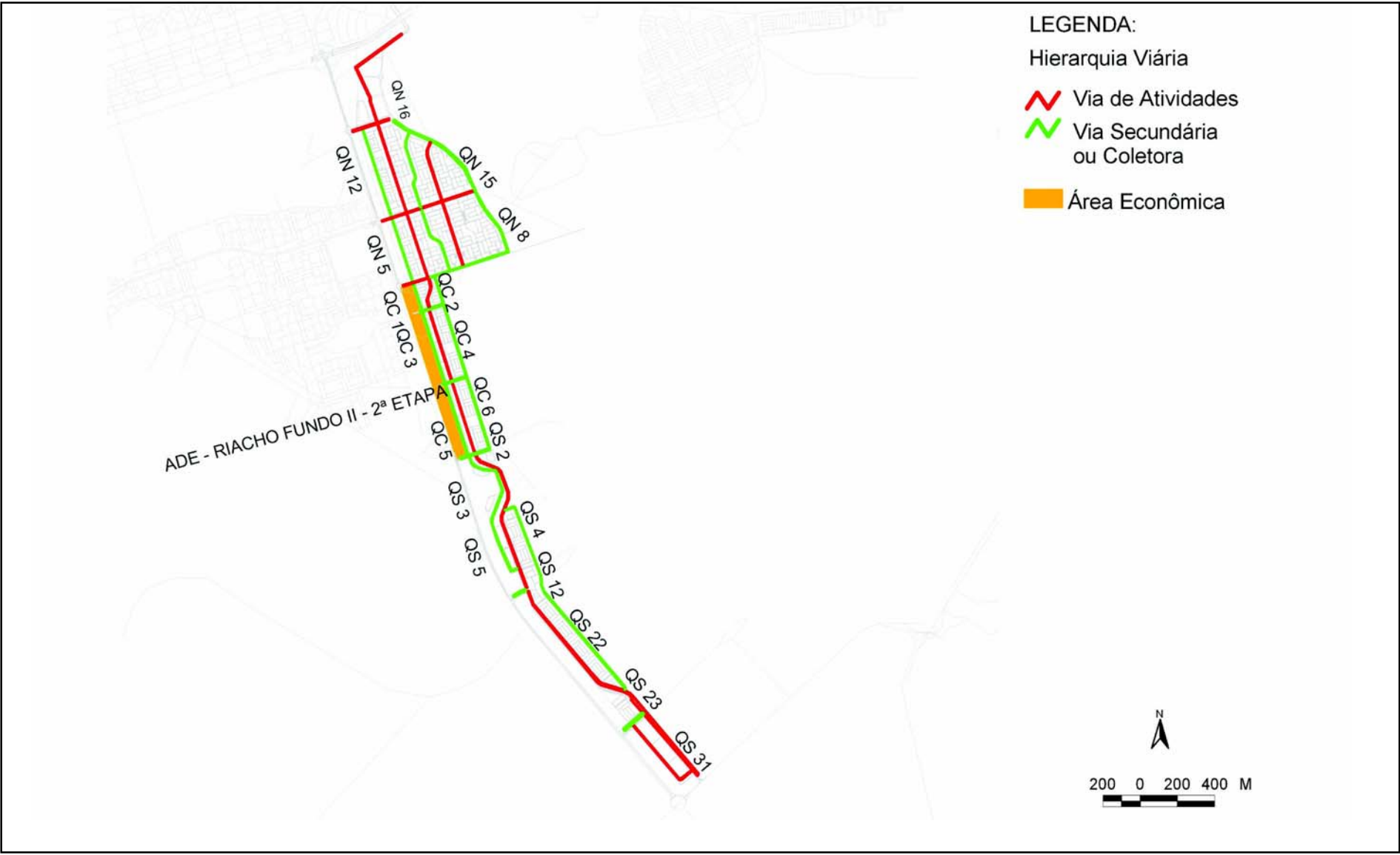
Exceções Coeficiente Básico

- Lotes para PLL: CfAB=0,5

Projeto Especial

1. Área de Desenvolvimento Econômico do Riacho Fundo II- 2ª e 3ª etapas: CfAM definido no projeto urbanístico

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA - RIACHO FUNDO II – RA XXI



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – VARJÃO – RA XXIII

VARJÃO Avenida Principal: $CfAM=CfAB=2,4$ ⁽¹⁾
VARJÃO Quadras 01 a 11 e Área Especial 1 e 2: $CfAM=CfAB=1,4$ ⁽²⁾

Exceções Coeficiente Máximo e Coeficiente Básico

- ⁽¹⁾ - Av. Principal QD 01 Conjunto D Lotes 1a, 1 a 5; QD 02 Conjunto A Lote 13; QD 05 Conjunto A Lote 17; QD 07 Conjunto D Lotes 1, 1a e 2: $CfAM=CfAB=1$
- ⁽²⁾ - QD 02 Conjunto E Lote 2; QD 09 Conjunto J Lote 1: $CfAM=CfAB=0,8$
- QD 01 Conjunto A Lote 6; Conjunto D Lote 2; QD 03 Conjunto A Lotes 1 e 8; QD 04 Conjunto E Lotes 1 a 4; QD 05 Conjunto H Lotes 17 e 18, Conjunto I Lote 3; QD 06 Conjunto A Lote 6, Conjunto H Lotes 1 a 7; QD 07 Conjunto C Lotes 1 e 2, Conjunto E Lote 1; QD 08 Conjunto F Lote 1; QD 11 Conjunto G Lotes 1 a 3: $CfAM=CfAB=1$
- QD 05 Conjunto L Lote 1, Conjunto M Lote 1, Conjunto P Lote 1: $CfAM=CfAB=1,3$
- QD 03 Conjunto B Lote 18: $CfAM=CfAB=1,54$

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – PARK WAY – RA XXIV

Park Way : $CfAM=CfAB=0,45$

Áreas Especiais, lotes institucionais : $CfAM=1$ e $CfAB=0,6$

Exceções Coeficiente Máximo

- Country Clube e Museu do Catetinho: $CfAM=0,04$
- Área Especial 1 Quadra 6: $CfAM=0,2$

Exceções Coeficiente Básico

- Country Clube e Museu do Catetinho: $CfAB=0,04$
- Área Especial 1 Quadra 6: $CfAB=0,2$

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SCIA – RA-XXV

SCIA: $CfAM=2,5$
 $CfAB=1,8$ ⁽¹⁾ ⁽²⁾

Exceções Gerais

- Lotes para PLL: $CfAM=CfAM=0,5$

Exceções Coeficiente Básico

- ⁽¹⁾
- Lotes Tipo 1 (até 400 m²) da Quadra 8, Conjunto 10 Lotes A, B, C e D, Conjunto 11 Lotes 1 a 10, Conjunto 11 Lotes A, B, C e D, Conjunto 12 Lotes 1 a 10; Quadra 11 Conjunto 2 Lotes 1 a 6, Conjunto 2 Lotes A e B, Conjunto 3 Lotes 1 a 6; Lotes tipo A: da Quadra 14: Conjunto 01 Lotes 5 a 14, Conjunto 02 Lotes 01 a 10, Conjunto 05 Lotes 1 a 10, Conjunto 08 Lotes 07 a 16, Conjunto 09 Lotes 01 a 10; Quadra 15: Conjunto 01 Lotes 06 a 15, Conjunto 02 Lotes 01 a 10, Conjunto 05 Lotes 07 a 16; Conjunto 06 Lotes 01 a 10: $CfAB=2,1$
- ⁽²⁾
- Quadra 2 Conjunto 1 Lotes 1 a 16; Quadra 13 Conjunto 1 Lotes 1 a 9, Conjunto 2 Lotes 1 a 12, Conjunto 3 Lotes 1 a 10, Conjunto 4 Lotes 1 a 15; Quadra 10 Conjunto 1 Lotes 1 a 8, Conjunto 2 Lotes 1 a 5, 7 e 9: $CfAB=1,5$

ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SOBRADINHO II – RA XXVI

	Vias de Atividades	Vias de Circulação	Vias Secundária ou Coletoras	Centros Urbanos	Subcentros Urbanos	Áreas Econômicas	Praças Locais	Equipamento Público Comunitário (EPC) Equipamento Público Urbano (EPU)	Demais áreas
Coef Máximo	3 ⁽¹⁾	3 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	-	-	2	3	1,8 ⁽⁴⁾	2,3 ⁽⁵⁾
Coef Básico	2,3 ⁽⁶⁾	2,3 ⁽⁷⁾	2,3 ⁽⁸⁾	-	-	2,3	2,3	2,3 ⁽⁹⁾	2,3 ⁽¹⁰⁾

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
- AR 2/4 Bosque e Área Rural: CfAM=0,05
- AR 3 AE 1 Parque: CfAM=0,05
- (2)
- COER: CfAM=1
- (3)
- Cemitério: CfAM=0,2
- AR 16 a 18 (Quadras pares): CfAM=0,8
- AR 21 a 25 (Quadras ímpares): CfAM=0,8
- Lotes institucionais voltados para a Avenida central: CfAM=2,8
- (4)
- COER: CfAM=1
- AR 16 a 18 (Quadras pares): CfAM=1,4
- AR 21 a 25 (Quadras ímpares): CfAM=1,4
- AR 2/4 Bosque e Área Rural: CfAM=0,05
- (5)
- AR 16 a 18 (Quadras pares): CfAM=1,4
- AR 21 a 25 (Quadras ímpares): CfAM=1,4

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAM=0,25

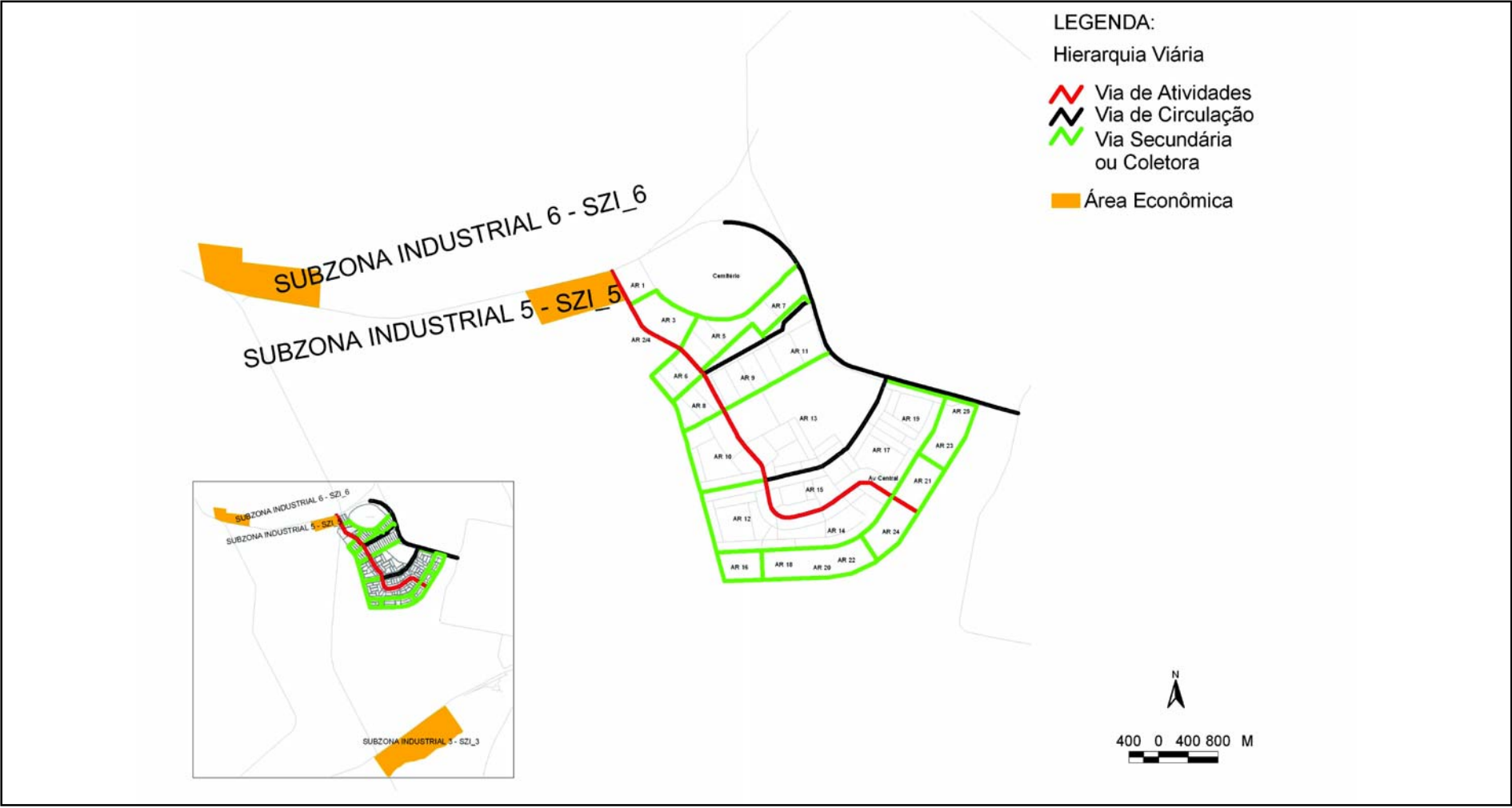
Exceções Coeficiente Básico

- (6)
- AR 2/4 Bosque e Área Rural: CfAB=0,05
- AR 3 AE 1 Parque: CfAB=0,05
- (7)
- COER: CfAB=1
- (8)
- Cemitério: CfAB=0,2
- COER: CfAB=1
- AR 16 a 18 (Quadras pares): CfAB=1,4
- (9)
- COER: CfAB = 1
- AR 16 a 18 (Quadras pares): CfAB=1,4
- AR 21 a 25 (Quadras ímpares): CfAB=1,4
- AR 2/4 Bosque e Área Rural: CfAB=0,05

Exceções Gerais:

- Lotes para PLL: CfAB=0,25

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – SOBRADINHO II – RA XXVI



ANEXO V- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – SIA – RA XXIX

	SIA	SGCV	SOF Sul	SCEES	SAI/SO	SIN	STRC	SAP	SAA ^(A)	SOF Norte ^(B)
Coef Máximo	2,5 ⁽¹⁾	2,1 ⁽²⁾	3	1,5	1	2,5 ⁽³⁾	1,5 ⁽⁴⁾	1	2	1 ⁽⁵⁾
Coef Básico	1,5 ⁽⁵⁾	2,1	2	1,4	0,6	2 ⁽⁷⁾	1,5 ⁽⁸⁾	1	2	1 ⁽⁹⁾

Exceções Coeficiente Máximo

- (1)
SIA
- Trecho 7 (feira) : CfAM=2
- Quadra 6C (CONAB); Trecho 2 Lote 2030; Trecho 5 Lote 340 e 210; Lote do Moinho de Trigo; Trecho 9; Trecho 10; Trecho 12; Trecho 14; Trecho 16
Áreas Especiais 55 e 57; Lote da Usina Termolétrica: CfAM=1
- Quadra 1C Lote 3,4 e 5; Quadra 2C lote 1 (motel); Quadra 4C Lotes 2 a 50 e 52 a 55: CfAM=3
- Trecho 2 (Corpo de Bombeiros) : CfAM=2,5
- Quadra 3C, 4C (Lotes 51 e 56) e 5C: CfAM=4
- (2)
SGCV
- Lotes 23 a 30: CfAM=3
- (3)
SIN
- Conjunto A Lotes 1 a 11; Conjunto B Lotes 1 a 10; Conjunto C Lotes 1 a 7, 9 e 10: CfAM=2
- Conjunto C Lt 8 (comércio e abastecimento): CfAM=3
- (4)
STRC
- AE 3;AE 10;Trecho 1 AE5 e AE 6 Lotes A, B, C, D, e E: CfAM=1
- CL - Comércio Local; Centro de Vivência AE 9; AE 1 e 2: CfAM=2
- CL Blocos A ao H: CfAM=3
- (5)
SOF Norte
-Quadra 4 e Quadra 5 Conjuntos A, B e C: CfAM=1,4
- Exceção Geral:
- Lotes para PLL: CfAM=0,5

Exceções Coeficiente Básico

- (6)
SIA
- Trecho 7 (feira): CfAB=2
- Quadra 6C (CONAB); Trecho 2 lote 2030; Trecho 5 lote 340 e 210; Lote do Moinho de trigo; Trecho 9; Trecho 10; Trecho 12; Trecho 14; Trecho 16 Áreas Especiais 55 e 57; Lote da Usina Termolétrica: CfAB=1
- Quadra 1C Lote 3,4 e 5; Quadra 2C Lote 1 (motel); Quadra 4C Lotes 2 a 50 e 52 a 55: CfAB=3
- Trecho 2 (Corpo de Bombeiros): CfAB=2,5
- (7)
SIN
- Conjunto C Lt 8 (comércio e abastecimento): CfAB=3
- (8)
STRC
- AE 3;AE 10;Trecho 1 AE 5 e AE 6 Lotes A, B, C, D, e E: CfAB=1
- CL - Comércio Local; Centro de Vivência AE 9;AE 1 e 2: CfAB=2
- CL Blocos A ao H: CfAB=3
- (9)
SOF Norte
-Quadra 4 e Quadra 5 Conjuntos A, B e C: CfAB=1,4
- Exceção Geral:
- Lotes para PLL: CfAB=0,5
- Obs:
(A) e (B)
- Os setores SAA e SOF Norte, pela nova proposta de limites de Região Administrativa passam a integrar a RA XXIX.

ANEXO V – HIERARQUIA VIÁRIA – SIA – RA XXIX



ANEXO VI – PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO**ANEXO VI - 01 – ÁREAS INSERIDAS EM SETORES HABITACIONAIS**

VICENTE PIRES E BOA VISTA											
Área de Regularização	Tamanho dos lotes Residenciais (m²)		USOS								
			Coeficiente de aproveitamento básico						Coeficiente de aproveitamento máximo		
	Máximo	Mínimo	R ≤ 1000m²	R > 1000m²	C	I	Ind	M	C	M	R
Área de Reg. Interesse Específico – ARINE (3.E-1;3.E-2;8.E-1;8.E-2;8.E-3;8.E-4)	2.500	125	1	0,8	1	1	1	1	4	4	2
			R ≤ 400m²	R > 400m²							
Área de Reg. Interesse Social - ARIS (3.S-1)	800	88	1	0,8	1	1	1	2	2	2	2

OBS:

01 - Lotes destinados à produção agrícola e a condomínios urbanísticos poderão ter área superior a 2.500m², com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3. O tamanho máximo de lote para condomínio urbanístico será de 15.000m².

02 - Poderão ser regularizados os lotes residenciais unifamiliares ocupados até a data de publicação desta Lei que possuam área inferior a estabelecida para o lote mínimo, desde que não seja inferior a 88m² e com testada mínima de 5m.

TORTO, PRIMAVERA, ITAPOÁ, CONTAGEM, MANSÕES SOBRADINHO E ESTRADA DO SOL											
Área de Regularização	Tamanho dos lotes Residenciais (m²)		USOS								
			Coeficiente de aproveitamento básico					Coeficiente de aproveitamento máximo			
	Máximo	Mínimo	R ≤ 450m²	R > 450m²	C	I	Ind	M	C	M	R
Área de Reg. Interesse Específico - ARINE (1.E-1;1.E-2;1.E-3;5.E-1;6.E-1; 10.E-1; 10.E-2;11.E-1;27.E-1;27.E-2;27.E-3)	1.000	125	1	0,8	1	1	1	1	2	4	2
			R ≤ 300m²	R > 300m²							
Área de Reg. Interesse Social - ARIS (1.S-1;5.S-1;6.S-1;11.S-1;11.S-2;27.S-1)	650	88	1	0,8	1	1	1	2	2	2	2

OBS:

01 - Lotes destinados à produção agrícola poderão ter área superior a 2.500m², com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3.

02 - Poderão ser regularizados os lotes residenciais unifamiliares ocupados até a data de publicação desta Lei que possuam área inferior a estabelecida para o lote mínimo, desde que não seja inferior a 88m² e com testada mínima de 5m.

PONTE DE TERRA, ARNIQUEIRA, REGIÃO DOS LAGOS, GRANDE COLORADO, ALTO DA BOA VISTA, NOVA COLINA, ALTIPLANO LESTE, SÃO BARTOLOMEU, BERNARDO SAYÃO, TORORÓ, JARDIM BOTÂNICO, DOM BOSCO E TAQUARI											
Área de Regularização	Tamanho dos lotes Residenciais (m²)		USOS								
			Coeficiente de aproveitamento básico						Coeficiente de aproveitamento máximo		
	Máximo	Mínimo	R ≤ 400m²	R > 400m²	C	I	Ind	M	C	M	R
Área de Reg. Interesse Específico - ARINE (2.E-1 ;4.E-1; 7.E-1;9.E-1; 13.E-1;14.E-1;14.E-2; 19.E-1; 19.E-2; 20.E-1; 22.E-1;25.E-1; 25.E-2; 25.E-3; 25.E-4; 25.E-5; 25.E-6; 26.E-1;28.E-1;28.E-2; 29.E-1;29.E-2; 29.E-3)	2.500	125	1	0,8	1	1	1	1	2	4	2

OBS:

01 - Lotes destinados à produção agrícola poderão ter área superior a 2.500m², com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3.

Legenda

R-Residencial C-Comercial I-Institucional M-Mista CH-Chácara Ind-Industrial EU-Equipamento Urbano
EC-Equipamento Comunitário ELUP-Espaço Livre de Uso Público

ANEXO VI - 01 – ÁREAS INSERIDAS EM SETORES HABITACIONAIS (CONTINUAÇÃO)

FERCAL, MESTRE D'ARMAS, ARAPOANGA, APRODARMAS, VALE DO AMANHECER, SOL NASCENTE, ÁGUA QUENTE E RIBEIRÃO											
Área de Regularização	Tamanho dos lotes Residenciais (m²)		USOS								
			Coeficiente de aproveitamento básico						Coeficiente de aproveitamento máximo		
	Máximo	Mínimo	R ≤ 200m²	R > 200m²	C	I	Ind	M	C	M	R
Área de Reg. Interesse Social - ARIS (12.S-1;12.S-2;12.S-3;15.S-1;15.S-2; 15.S-3;16.S-1;16.S-2;17.S-1;17.S-2; 17.S-3;18.S-1;21.S-1;23.S-1;24.S-1)	500	88	1	0,8	1	1	1	2	3	2	2

OBS:

01 - Lotes destinados à produção agrícola poderão ter área superior a 2.500m², com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3.

02 - Poderão ser regularizados os lotes residenciais unifamiliares ocupados até a data de publicação desta Lei que possuam área inferior a estabelecida para o lote mínimo, desde que não seja inferior a 88m² e com testada mínima de 5m.

ANEXO VI - 02 – ÁREAS FORA DE SETORES HABITACIONAIS

EXPANSÃO DA VILA SÃO JOSÉ, QUEIMA LENÇOL, BURITIS, DNOCS, VILA CAUHY, PÔR DO SOL, PRIVÊ CEILÂNDIA, ESTRUTURAL, VIDA NOVA, CÉU AZUL, MORRO DA CRUZ, CAUB I E CAUB II E QNP 22 E 24 CEILÂNDIA											
Área de Regularização	Tamanho dos lotes Residenciais (m²)		USOS								
			Coeficiente de aproveitamento básico						Coeficiente de aproveitamento máximo		
	Máximo	Mínimo	R ≤ 150m²	R > 150m²	C	I	Ind	M	C	M	R
Área de Reg. Interesse Social - ARIS (S-1;S-2;S-3;S-4;S-5;S-6;S-7;S-8;S-9; S-10;S-11;S-12;S-13)	600	60	1	0,8	1	1	1	2	2	2	2

OBS:

01 - Lotes destinados à produção agrícola poderão ter área superior a 2.500m², com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3.

02 - Poderão ser regularizados os lotes residenciais unifamiliares ocupados até a data de publicação desta Lei que possuam área inferior a estabelecida para o lote mínimo, desde que não seja inferior a 60m² e com testada mínima de 5m.

MANSÕES PARAÍSO, LA FONT, MÔNACO, SUCUPIRA, PRIVÊ LAGO NORTE E PORTO SEGURO											
Área de Regularização	Tamanho dos lotes Residenciais (m²)		USOS								
			Coeficiente de aproveitamento básico						Coeficiente de aproveitamento máximo		
	Máximo	Mínimo	R ≤ 450m²	R > 450m²	C	I	Ind	M	C	M	R
Área de Reg. Interesse Específico - ARINE (E-1;E-2;E-3;E-4;E-5;E-6)	2.500	125	1	0,8	1	1	1	1	2	4	2

OBS:

01 - Lotes destinados à produção agrícola poderão ter área superior a 2.500m², com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3.

Legenda

R-Residencial C-Comercial I-Institucional M-Mista CH-Chácara Ind-Industrial EU-Equipamento Urbano
EC-Equipamento Comunitário ELUP-Espaço Livre de Uso Público

ANEXO VII – CONTRATO ESPECÍFICO PARA ATIVIDADE RURAL EM ÁREA URBANA

ANEXO VII- MAPA 7 – ÁREAS ONDE AS GLEBAS COM CARACTERÍSTICAS RURAIS PODEM SER OBJETO DE CONTRATO ESPECÍFICO

